

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FLÁVIO ALVES COMBAT

Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional: as conseqüências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional.

Rio de Janeiro
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FLÁVIO ALVES COMBAT

Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional: as conseqüências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional.

Volume único.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada (Instituições e Formas Políticas), Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Comparada (Instituições e Formas Políticas).

Orientador: Prof. Dr. Sidnei Munhoz.

Co-orientador: Prof. Dr^a. Alice Helga Werner

Rio de Janeiro
2007

FLÁVIO ALVES COMBAT

Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional: as conseqüências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada (Instituições e Formas Políticas), Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Comparada (Instituições e Formas Políticas).

Aprovada em: 21/05/2007

(Professor Dr. Sidnei Munhoz, Universidade Estadual de Maringá/PPGHC - UFRJ)

(Professora Dr^a. Alice Helga Werner, Universidade Federal Fluminense)

(Professor Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

(Professor Dr. Alexander Zhebit, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho não seria possível sem a contribuição de diversas pessoas.

Agradeço, inicialmente, à minha família pela confiança e pelo apoio. Não há, entretanto, agradecimentos que bastem para expressar a minha gratidão, a minha admiração e o meu amor pelos meus pais.

A minha maior dívida intelectual é com Sidnei Munhoz e Alice Helga Werner. Seus incentivos, suas críticas e, sobretudo, a dedicação deles no decurso desse trabalho não são passíveis de recompensa através de simples palavras. Ainda assim, em nome de todo esforço empenhado e da amizade construída, obrigado.

Igualmente importante no decurso de uma pós-graduação são as vozes que indicam novas perspectivas para problemas aparentemente resolvidos. Pelas valiosas opiniões e contribuições, agradeço ao professor Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva.

Agradeço aos amigos que há muito me acompanham. Em especial, ao professor Dr. André Guimarães Augusto e aos membros do Grupo de Pesquisa Regulação e Trabalho, da Universidade Federal Fluminense. O valor da verdadeira amizade é ainda mais perceptível em momentos decisivos da vida.

Mesmo diante da impossibilidade de mencionar todos os que contribuíram com a minha formação intelectual, dois nomes não podem deixar de ser mencionados. Agradeço aos professores Mário Duayer e Lérica Povoleri pela dedicação empenhada ao longo de minha graduação e pela amizade. Deles herdo a grandiosidade do pensamento crítico.

Os caminhos da Academia são, por vezes, tortuosos. Agradeço aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História Comparada – UFRJ que me ajudaram a trilhar esse caminho, em especial à Professora Dra. Norma Musco Mendes e às secretárias do PPGHC, Márcia Aparecida dos S. Ramos e Leniza Maria R. dos Santos.

Agradeço também à CAPES pelo auxílio financeiro, de grande valia para aqueles que se dedicam integralmente a uma pós-graduação.

A todos os outros que, direta ou indiretamente, colaboraram com o meu trabalho e com o meu enriquecimento intelectual, obrigado.

RESUMO

O objetivo central da dissertação é a elaboração de uma comparação entre as conseqüências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a posição do dólar na configuração internacional. A hipótese central que norteia o trabalho é a proposição de que a configuração internacional estabelecida a partir da década de 1970 e que perdura até hoje (também em função das conseqüências da Guerra do Vietnã e, atualmente, das conseqüências da Guerra do Iraque) é marcada pelo declínio do poder hegemônico norte-americano. A segunda hipótese refere-se a um aspecto central do declínio hegemônico em curso desde a década de 1970: o processo de crescente fragilização do dólar, que abala tanto a sua função de meio de pagamento internacional, quanto a sua função de reserva de valor. Através da análise deste processo, investiga-se a proposição de que, a partir da década de 1970, com a escalada dos custos da Guerra do Vietnã e com a desaceleração do crescimento das economias européia e japonesa, os fundamentos do regime monetário e financeiro internacional, sustentado por Washington com base no Acordo de Bretton Woods (1944), enfrentaram um processo de erosão, que é em grande medida responsável pelo declínio do poder hegemônico que vivenciamos. Por fim, a terceira hipótese reporta-se ao processo de desvalorização, atualmente em curso, do dólar em relação às outras moedas internacionalmente utilizadas como meio de pagamento e, mais restritamente, como reserva de valor (principalmente o Euro, o iene, o renminbi e a libra), como indicador de uma possível abolição do padrão-dólar.

ABSTRACT

The core aim of the dissertation is the elaboration of a comparison between the consequences of Vietnam War (1965-1975) and the consequences of Iraq War (2003-in course) to the dollar's position in the international configuration. The core hypothesis of the research is the proposition that the international configuration established after 1970 (also related to the consequences of the Vietnam War and, nowadays, to the Iraq War's consequences) is centrally characterized by the declining of the U.S. hegemonic power. The second hypothesis refers to a core aspect of the hegemonic decline in course since 1970: the process of increasing dollar's fragilization, which disturbs its international medium of exchange function, and even its property as a standard of value. Through the analysis of that process, the research intends to investigate the proposition that, since the 1970's, as a consequence of the increasing costs of the Vietnam War and of the delaying growth of the europeans and japonese's economies, the international monetary and financial system's bases, maintained by Washington through the Bretton Woods Agreement (1944), have been facing an erosion process, which is centrally responsible for the hegemonic power falling in course. The third hypothesis reports to the depreciation of dollar, which takes place nowadays, in comparison to the other currencies that are used as international medium of exchange and, more restrictively, as standards of value (mainly Euro, yen, yuan and sterling), as an indicative of a possible abolishment of the dollar standard.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA OS ESTADOS UNIDOS APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	18
1.1 OS DESAFIOS AOS ESTADOS UNIDOS NA EUROPA.....	20
1.2 OS DESAFIOS AOS ESTADOS UNIDOS NA ÁSIA.....	22
1.3 OS DESAFIOS AOS ESTADOS UNIDOS NO ORIENTE MÉDIO.....	23
1.4 O PODER MILITAR NORTE-AMERICANO E SEUS DESAFIOS.....	25
1.5 GEORGE KENNAN E O LONGO TELEGRAMA.....	28
1.6 A DOCTRINA TRUMAN.....	32
1.7 O PLANO MARSHALL.....	36
1.8 O APARATO ANTICOMUNISTA NORTE-AMERICANO E O ACIRRAMENTO DA GUERRA FRIA.....	41
1.9 A VITÓRIA MAOÍSTA E A “DESTRUIÇÃO MÚTUA ASSEGURADA”.....	43
1.10 DA DIPLOMACIA ATÔMICA À DIPLOMACIA TERMONUCLEAR: NSC-68 E A CORRIDA ARMAMENTISTA.....	45
1.11 CAÇA ÀS BRUXAS: MACARTISMO E TENSÃO SOCIAL NOS ESTADOS UNIDOS, 1950-1955.....	50
CAPÍTULO 2: A GUERRA DO VIETNÃ (1965-1975)	56
2.1 O COLONIALISMO FRANCÊS NA INDOCHINA.....	59
2.2 O MOVIMENTO NACIONALISTA COMUNISTA E A PRIMEIRA GUERRA DA INDOCHINA (1946-1954).....	62
2.3 O ACORDO DE GENEBRA (1954) E O PERÍODO ENTRE GUERRAS (1954-1965).....	71
2.4 A SEGUNDA GUERRA DA INDOCHINA (1965-1975).....	82
2.4.1 A ESCALADA DA INTERVENÇÃO NORTE-AMERICANA E A "GUERRA POPULAR PROLONGADA" (1965-1968).....	82
2.4.2 DA OFENSIVA TET À VIETNAMIZAÇÃO DA GUERRA (1968-1973).....	87

2.4.3 A VITÓRIA NORTE-VIETNAMITA E A REUNIFICAÇÃO DO VIETNÃ (1973-1976).....	98
--	----

CAPÍTULO 3: A GUERRA DO IRAQUE (2003-EM CURSO).....105

3.1 ISLÃ: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PODER SECULAR E O PODER RELIGIOSO.....	106
--	-----

3.2 O PARTIDO BAATH E A ASCENÇÃO DE SADDAM HUSSEIN AO PODER (1944-1979).....	109
--	-----

3.3 A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO DE SADDAM HUSSEIN: A GUERRA IRÃ-IRAQUE (1980-1988) E A GUERRA DO GOLFO (1990-1991).....	119
---	-----

3.4 A DIREITA NORTE-AMERICANA E O FUNDAMENTALISMO MUÇULMANO: DO GOLFO À CRISE DE 2001.....	141
--	-----

3.5 A GUERRA DO IRAQUE (2003-EM CURSO).....	165
---	-----

3.5.1 A ESTRATÉGIA MILITAR NORTE-AMERICANA NA GUERRA DO IRAQUE: DO PLANEJAMENTO À CONQUISTA DE BAGDÁ (20 DE MARÇO - 8 DE ABRIL DE 2003).....	167
--	-----

3.5.2 A QUEDA DE BAGDÁ: O FIM DA GUERRA?.....	183
---	-----

3.6 TENDÊNCIAS E CONTRA-TENDÊNCIAS DA GUERRA DO IRAQUE (2003-EM CURSO).....	190
---	-----

CAPÍTULO 4: COMPARAÇÕES ENTRE A GUERRA DO VIETNÃ (1965-1975) E A GUERRA DO IRAQUE (2003-EM CURSO).....201

4.1 SEMELHANÇAS ENTRE A GUERRA DO VIETNÃ (1965-1975) E A GUERRA DO IRAQUE (2003-EM CURSO).....	201
--	-----

4.2 DIFERENÇAS ENTRE A GUERRA DO VIETNÃ (1965-1975) E A GUERRA DO IRAQUE (2003-EM CURSO).....	211
---	-----

4.2.1 OS INTERESSES NORTE-AMERICANOS NO VIETNÃ E NO IRAQUE.....	223
---	-----

4.3 AS CONSEQÜÊNCIAS DA GUERRA DO VIETNÃ (1965-1975) E DA GUERRA DO IRAQUE (2003-EM CURSO) PARA O DÓLAR.....	235
--	-----

4.3.1 DO ACORDO DE BRETTON WOODS (1944) AO FIM DO PADRÃO DÓLAR-OURO (1971).....	236
---	-----

4.3.2 O SISTEMA DE FLUTUAÇÃO CAMBIAL “SUJA”.....	248
--	-----

4.3.3 O SISTEMA DE LIVRE FLUTUAÇÃO CAMBIAL.....	253
---	-----

4.3.4 O ACORDO DO PLAZA (1985) E O ACORDO DO LOUVRE (1987).....	254
4.3.5 O SISTEMA MONETÁRIO E FINANCEIRO INTERNACIONAL NA DÉCADA DE 1990.....	256
4.3.6 A GUERRA DO IRAQUE (2003-EM CURSO) E O SISTEMA MONETÁRIO E FINANCEIRO INTERNACIONAL.....	257
CONCLUSÃO	259
ANEXOS	264
REFERÊNCIAS	266

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1: Volume de recursos destinados aos países auxiliados pelo Plano Marshall	38
GRÁFICO 1: Variação cambial do dólar, do iene e da libra em relação ao Euro (1999-2007).....	264
GRÁFICO 2: Cotação do Euro em dólares (1999-2007)	265

INTRODUÇÃO

Quase como se estivesse de acordo com alguma lei natural, em todo século parece emergir um país com o poder, com a vontade, e com o ímpeto intelectual e moral para moldar todo o sistema internacional de acordo com seus próprios valores¹.
(Henry Kissinger, *Diplomacy*, 1994, p.17)

O fenômeno que Henry Kissinger, um dos mais influentes Secretários de Estado norte-americanos no século XX, associa com uma lei natural é uma recorrência histórica social marcante das relações internacionais.

A observação das transições hegemônicas passadas, numa perspectiva de longa duração, evidencia algumas características notavelmente semelhantes às que presenciamos nas últimas três décadas. O acirramento das tensões entre os Estados da configuração internacional, a escalada das tensões entre as classes sociais e as expansões financeiras sistêmicas são fenômenos históricos de grande repercussão na História Contemporânea e podem, em conformidade com a abordagem de ARRIGHI (2001) e de McCORMICK (1989, cap. 1 e 2), ser interpretadas com base na análise das transições passadas.

O conceito de hegemonia empregado por ARRIGHI e McCORMICK remonta à análise desenvolvida por Antônio Gramsci em seus *Cadernos do Cárcere*, nos quais “hegemonia” é entendida como a capacidade de um Estado ou de um grupo dominante de apresentar-se como portador de um interesse geral e de convencer os outros Estados ou grupos sociais de que os interesses que representa são, de fato, interesses compartilhados (*soft power*). Em relação a este conceito é importante assinalar que a dominação difere fundamentalmente da hegemonia porque não envolve preocupação com o convencimento dos outros grupos sociais, mas a imposição dos interesses e dos objetivos do Estado dominante através da força (*hard power*).

O exercício do poder norte-americano na configuração internacional contemporânea é particularmente interessante quando comparamos os conceitos gramscinianos de hegemonia e o de dominação, pois evidencia que a crise das relações internacionais contemporâneas é fundamentalmente uma crise de relações sociais. Uma crise em processo, em que as diversas relações se encontram em estágios diferentes de transformação. Entender esse processo em

¹ No original: “Almost as if according to some natural law, in every century there seems to emerge a country with the power, the will, and the intellectual and moral impetus to shape the entire international system in accordance with its own values.”

transição é, ainda assim, uma tarefa plausível se tomarmos o conhecimento histórico como aliado.

O objetivo da dissertação é, nesse contexto, interpretar o declínio do poder hegemônico norte-americano, centrando-se na comparação das consequências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a posição do dólar na configuração internacional.

Cabe enfatizar, desde o início, que não se trata, aqui, de defender, de uma perspectiva funcionalista ou teleológica, a derrocada inevitável da hegemonia dos Estados Unidos. O declínio hegemônico é analisado como uma tendência social histórica que comporta, por definição, contra-tendências. Além disso, deve-se ter presente que o processo de declínio hegemônico, a partir da década de 1970, não é linear e que tão incerto quanto os desdobramentos desse processo são os caminhos a serem trilhados pela hegemonia em declínio na tentativa de resguardar o seu poder.

Após a Segunda Guerra Mundial, o principal desafio aos Estados Unidos foi a União Soviética. Mais especificamente, a organização social, política e econômica soviética, que se opunha frontalmente à organização da configuração internacional de acordo com o modelo social capitalista norte-americano. A ampla polarização entre as duas grandes potências nas décadas que se sucederam à Segunda Guerra originou uma modalidade de guerra até então inexistente: a Guerra Fria.

O termo “Guerra Fria” foi empregado originalmente em 1947 para expressar um conflito de características singulares entre Estados Unidos e União Soviética, entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e a desintegração da União Soviética (1989-1991).

De acordo com MUNHOZ (2004[c], p. 263), a origem do termo é controvertida. Fred Halliday e David Reynolds a identificam num texto de Don Juan Manuel, autor espanhol membro da família real castelhana que emprega o termo ao caracterizar o conflito entre cristãos e muçulmanos. Reynolds indica ainda o emprego do termo por Eduard Bernstein, em referência à corrida armamentista dos anos 1890, e por George Orwell, em menção às consequências da política nuclear. O próprio Reynolds conclui, no entanto, que o sentido contemporâneo do termo é formulado pelo jornalista Walter Lippmann. Outros autores atribuem a autoria contemporânea do termo a Bernard Baruch, que o empregou num discurso, em 1947, no “Industrial College of Armed Forces”.

À visão de MUNHOZ (2004[c], p. 264), o emprego da expressão “Guerra Fria” em seu sentido contemporâneo “é mais devido à Lippmann do que a Baruch”, pois embora os dois tenham empregado o termo quase na mesma época, “foi a repercussão dos artigos de

Lippmann a responsável pela universalização do termo Guerra Fria para qualificar os conflitos envolvendo a URSS e os EUA após a conclusão da II Guerra Mundial.”

Posteriormente, o conceito de “Guerra Fria” foi ampliado, passando a expressar um conflito entre o bloco soviético e o bloco norte-americano. Um conflito de características singulares, travado em diversas esferas simultaneamente – política, ideológica, cultural, militar, econômica, geoestratégica – que polarizou o mundo em duas “esferas de influências”: uma comunista, sob o poder da União Soviética, e outra capitalista, controlada pelos Estados Unidos.

Munhoz destaca também que

Guerra Fria serviu, ainda, para demarcar um período histórico datado de, aproximadamente, 1947 à desagregação do mundo soviético (1989-1991). Contudo, muitos autores remetem a gênese da Guerra Fria à Revolução Bolchevique e à invasão da Rússia por forças estrangeiras. Outros entendem que o período foi encerrado por volta de 1963, com o estabelecimento de acordos objetivando o controle dos armamentos nucleares e, na seqüência, com a détente. Atipicamente, o conceito foi ainda utilizado para definir conflitos emergentes no interior do bloco socialista, como, por exemplo, as tensões sino-soviéticas. (MUNHOZ, 2004[c], p. 265)

Eric Hobsbawm (1995; cap. 8 e 9), ao analisar a "era da Guerra Fria", conclui que as especificidades do constante confronto entre os Estados Unidos e a União Soviética podem ser bem compreendidas quando temos presente a observação de Thomas Hobbes de que “a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida” (HOBBS, 2004, cap. 13).

Sobre a crença de que somente o medo da “destruição mútua assegurada” poderia garantir a segurança de cada uma das potências envolvidas na Guerra Fria (e a segurança dos Estados em suas áreas de influência), se ergueu uma cultura do medo, alicerçada numa corrida armamentista e ideológica sem precedentes.

A aceitação recíproca de áreas de influência sobre as quais cada potência exercia sua hegemonia (um “campo capitalista”, sob a égide dos Estados Unidos, e outro “campo comunista”, sob a égide da União Soviética) representou um princípio fundamental da configuração internacional vigente durante a era da Guerra Fria. Os momentos de contestação da distribuição global de forças arquitetada durante esse período culminaram em confrontos bélicos locais patrocinados pelas potências nucleares: a Guerra da Coreia, na década de 1950; a Guerra do Vietnã, entre 1965 e 1975; e a Guerra do Afeganistão, na década de 1980.

De acordo com Hobsbawm, a Guerra do Vietnã deve ser explicada precisamente com base na percepção compartilhada entre as grandes potências de que a instabilidade mundial era de tal ordem que uma guerra mundial era um perigo em constante iminência.

A “política de contenção do comunismo”, implementada pelos Estados Unidos a partir da “Doutrina Truman” (1947), fundamentava-se exatamente nesta concepção ao propagar a crença de que o futuro do capitalismo mundial e da sociedade liberal só poderia ser assegurado pela incessante dissuasão dos “ideais” e do avanço comunistas. Preocupação que, segundo Hobsbawm, era perfeitamente plausível, já que após a Segunda Guerra Mundial ainda imperava a sensação de que a “Era da Catástrofe” ainda não chegara ao fim, sobretudo em função da ruína em que se encontravam os países beligerantes, com exceção dos Estados Unidos.

A intervenção norte-americana no Vietnã, nas décadas de 1960 e 1970, essencialmente orientada para o bloqueio da expansão do Vietnã do Norte (alinhado com a URSS) sobre o Vietnã do Sul (alinhado com os EUA), resultou em graves conseqüências para a hegemonia norte-americana.

No contexto da Guerra Fria, conforme a Guerra do Vietnã se estendia, o poder militar norte-americano aumentava, em franco contraste com a sua erosão econômica. A tendência norte-americana de financiar o déficit interno, gerado pelos enormes custos de suas atividades militares mundiais (notadamente a Guerra do Vietnã) e por um ambicioso programa de bem-estar social, financiado pelas economias européia e japonesa, acelerou o processo de enfraquecimento do dólar, moeda-chave do sistema internacional desde o Acordo de Bretton Woods (1944).

À medida que os dólares afluíam para o exterior, europeus e japoneses, apoiados pelo sistema de conversibilidade cambial dólar-ouro, iniciaram um processo de drenagem do metal que, teoricamente, lastreava toda a base monetária norte-americana. Durante a década de 1960, os Estados Unidos conseguiu manter a estabilidade do dólar coagindo os bancos centrais da Europa e do Japão a não apelarem para a conversibilidade. Porém, em 1971, perante a insustentabilidade do padrão de financiamento interno da economia norte-americana, a conversibilidade do dólar em ouro foi abandonada e com ela a estabilidade do sistema de pagamentos internacional.

O que chama a atenção nesse contexto, quando temos presentes as comparações com a atual Guerra do Iraque, é que a Guerra do Vietnã não apenas desmoralizou e dividiu a nação norte-americana, além de conduzi-la à fragilização econômica, mas demonstrou também o isolamento dos Estados Unidos. De acordo com HOBBSAWM (1995, p. 241), nenhum dos

aliados europeus “mandou sequer contingentes nominais de tropas para lutar junto às suas forças”.

A comparação entre as conseqüências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e as conseqüências da Guerra do Iraque (2003- em curso) apresenta-se, nesse contexto, como fenômeno relevante para a investigação da dinâmica histórica da transição hegemônica contemporânea.

Tendo em vista a amplitude desse processo, a investigação está centrada na comparação das conseqüências das duas guerras para a sustentabilidade do dólar como moeda-chave do sistema financeiro e monetário internacional.

O objetivo geral do trabalho é, nesse sentido, comprovar que a configuração internacional estabelecida a partir da década de 1970, também em função das conseqüências da Guerra do Vietnã e, atualmente, das conseqüências da Guerra do Iraque, é uma configuração de declínio do poder hegemônico norte-americano.

Cabe enfatizar que a hipótese de que o sistema internacional pós-1970 é marcado pelo declínio do poder hegemônico norte-americano – que, em última análise, é uma crise de relações sociais – não representa a defesa da imutabilidade da configuração internacional nos últimos 35 anos. A erosão da União Soviética e da arquitetura de poder bipolar vigente durante a Guerra Fria é indicativo claro das transformações ocorridas, percebidas por algumas correntes teóricas como a vitória final do capitalismo liberal norte-americano.

Eric Hobsbawm, ao considerar o fim da União Soviética e suas repercussões, alerta que o colapso dos regimes comunistas “não apenas produziu uma enorme zona de incerteza política, instabilidade, caos e guerra civil, como também destruiu o sistema internacional que dera estabilidade às relações internacionais durante cerca de quarenta anos” (HOBBSAWM, 1995, p. 20). Numa abordagem análoga, Immanuel WALLERSTEIN (2004) caracterizou 1989 como o marco do “fim de uma era político-cultural”, explicando as convulsões sociais em termos das duas décadas anteriores de crise. Nesse sentido, para ambos os autores, o início da década de 1970 foi um divisor de águas entre os “anos dourados” (1946-1970) e as “décadas de crise” (1971-em curso).

A partir da hipótese geral, destaca-se o objetivo específico de demonstrar como, a partir da década de 1970, com a escalada dos custos da Guerra do Vietnã e com a desaceleração do crescimento das economias européia e japonesa, os fundamentos do regime monetário e financeiro internacional sustentado por Washington com base no Acordo de Bretton Woods (1944) enfrentam um processo de erosão. Essa erosão é em grande medida a

responsável pelo declínio do poder hegemônico norte-americano que vivenciamos ao longo dos últimos trinta e cinco anos.

Pretende-se, portanto, analisar em que medida o processo de desvalorização, atualmente em curso, do dólar em relação às outras moedas internacionalmente utilizadas como meio de pagamento e, mais restritamente, como reserva de valor (principalmente o Euro, o yen, o renminbi e a libra), é um indicador de uma possível abolição do padrão-dólar.

Estruturalmente, a dissertação está dividida em quatro capítulos, além da introdução e da conclusão.

No primeiro capítulo, desenvolvo uma interpretação sobre os desafios e as perspectivas da configuração internacional, após Segunda Guerra Mundial, para os Estados Unidos. A Guerra Fria é apresentada em termos dos objetivos estratégicos de cada potência, fornecendo a base para situar seus marcos históricos.

Nessa etapa, são analisadas também as bases da nova arquitetura mundial de poder, centrada na hegemonia norte-americana, consolidada após a Segunda Guerra Mundial.

No segundo capítulo, pretende-se demonstrar a relevância da Guerra do Vietnã para a exacerbação da fragilização econômica norte-americana e para o rompimento do regime financeiro e monetário internacional que funcionou de meados da década de 1940 até o início dos anos 1970 (alicerçado no padrão dólar-ouro). Analiso, igualmente, a repercussão da Guerra do Vietnã sobre a capacidade norte-americana de convencer os outros países sobre a universalidade dos objetivos norte-americanos, fundamento do poder hegemônico.

A análise da Guerra do Vietnã é tomada como referencial para a compreensão do processo atual de fragilização do dólar. Os principais desdobramentos da Guerra são considerados, portanto, sob o foco de suas repercussões sobre a capacidade norte-americana de exercer um tipo de poder distintivo: o poder hegemônico, tal como conceitualizado por Antônio Gramsci.

No terceiro capítulo da dissertação, analiso a Guerra do Iraque. Inicio a análise na década de 1970, de modo a entender a ascensão de Saddam Hussein ao poder e as relações entre o Iraque e os Estados Unidos durante o período do governo Hussein. Procuo identificar os principais interesses norte-americanos em jogo na atual Guerra do Iraque, indicando, em que medida, os possíveis desdobramentos da guerra podem influenciar o processo de declínio da hegemonia norte-americana.

Por fim, o quarto capítulo é dedicado à síntese das principais comparações entre a Guerra do Vietnã e a Guerra do Iraque, enfatizando suas semelhanças e suas diferenças. Nesse capítulo, são retomadas algumas comparações desenvolvidas nos capítulos dois e três, e são

apresentadas novas questões relacionadas ao processo de fragilização do dólar na configuração internacional.

O quarto capítulo é igualmente dedicado à análise da reorganização do sistema monetário e financeiro internacional colocada em curso pelos Estados Unidos a partir do Acordo de Bretton Woods (1944). Assinalo os fundamentos dessa reorganização e indico como a Guerra do Vietnã contribuiu para a sua fragilização e para a deflagração do processo de declínio da hegemonia norte-americana.

Na conclusão, são retomadas as principais questões apresentadas ao longo da dissertação e são sintetizados os fundamentos da argumentação desenvolvida para sustentar as hipóteses defendidas.

CAPÍTULO 1: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA OS ESTADOS UNIDOS APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) apresentou uma série de desafios aos Estados Unidos. As mudanças ocorridas nas três décadas anteriores a 1945 apresentavam-se ao governo do democrata Harry Truman (1945-1953) sob a forma de um mundo em turbulência e em transição. Na Europa, duas Guerras Mundiais, em um curto intervalo de tempo, e o conseqüente acirramento das tensões entre os Estados europeus enfraqueceram o modo de organização e de funcionamento da configuração internacional centrada na Europa (LAFEBER, 1989, p. 434).

A Alemanha, que na maior parte da primeira metade do século XX havia sido a principal potência econômica e militar do continente, enfrentava uma profunda desarticulação de suas bases econômicas e sociais, diretamente associadas à sua derrota na Segunda Guerra.

França e Grã-Bretanha, nações imperiais de grande poder no século XIX, não se encontravam em situação econômica muito melhor em função do alto grau de endividamento contraído junto aos Estados Unidos durante a Guerra. De fato, os altos custos de manutenção de seus respectivos sistemas imperiais e a emancipação de diversas colônias contribuíam, desde antes de 1939, para o quadro de profunda desestabilização econômica experimentada por franceses e britânicos após 1945.

Na Ásia, a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial ameaçava o equilíbrio de poder no Pacífico, potencialmente agravado pelo colapso do sistema imperial europeu: tensões sociais em torno de disputas pela auto-determinação dos povos disseminavam-se pela

África, pela Ásia e pelo Oriente Médio, desafiando os objetivos norte-americanos de estabilização da configuração internacional (KENNAN, 1964, s.p.).

No período após a Segunda Guerra Mundial, o exercício da hegemonia norte-americana dependia claramente das respostas que seriam dadas a questões prementes: de que forma os Estados Unidos se relacionariam com os Estados Aliados e com a União Soviética? Como lidaria com a Alemanha e com o Japão, Estados vencidos? Qual seria o posicionamento norte-americano em relação às nações européias devastadas? Qual política externa seria adotada com os Estados da América Latina, da África, da Ásia e do Oriente Médio? Que papel os Estados Unidos desejavam e poderiam exercer na recuperação das nações envolvidas na Segunda Guerra e na construção de uma configuração internacional pós-guerra? Quem arcaria com os custos da reconstrução e quais seriam as conseqüências desse processo?

Internamente, os Estados Unidos também enfrentavam uma série de problemas. A década de depressão que antecederia a Segunda Guerra Mundial havia ensejado mudanças significativas na política e na economia norte-americanas. O *New Deal*, amplo conjunto de programas sociais e econômicos implementados entre 1933 e 1937, que objetivavam reverter o quadro da Grande Depressão norte-americana deflagrada com o *crash* da bolsa de Nova York em outubro de 1929, havia enfrentado sérias oposições por parte de vários segmentos de classes sociais norte-americanas. As ações do governo de Franklin Delano Roosevelt direcionadas à assistência, à recuperação e à reforma da economia dos Estados Unidos chocaram-se especialmente contra os interesses de segmentos da classe capitalista, com ênfase nas medidas regulatórias que limitavam o campo de manobra do capital financeiro.

Simultaneamente, o estilo de vida dos norte-americanos sofria profundas transformações. A disseminação das organizações industriais pelo vasto território dos Estados Unidos, a ampliação do consumo de massa, a massificação e a transformação dos meios de comunicação, em interação com valores seculares transformavam a “colcha de retalhos cultural” norte-americana numa cultura nacional crescentemente unificada e interdependente.

A enorme produção das indústrias e do setor agrícola dos Estados Unidos, abarcando 50% da produção mundial de mercadorias e serviços entre 1945 e 1946 (LAFEBER, 1989, p. 434), associada ao expressivo acúmulo de poupança pelos norte-americanos durante a Segunda Guerra colocavam na pauta do dia a necessidade de novos mercados.

O poder alcançado pelos Estados Unidos entre a Grande Depressão da década de 1930 e o fim a Segunda Guerra Mundial era inquestionável. As questões que permaneciam abertas eram quais interesses Washington defenderia e quais desafios enfrentaria para defendê-los.

Nesse capítulo, desenvolverei uma breve interpretação dos principais desafios e oportunidades apresentados aos Estados Unidos no período que se sucedeu imediatamente à Segunda Guerra Mundial. A ênfase recairá nas questões relativas à escalada das tensões entre Washington e Moscou, de modo a esclarecer as origens da Guerra Fria.

1.1 OS DESAFIOS AOS ESTADOS UNIDOS NA EUROPA

Após a Segunda Guerra Mundial, a superioridade econômica e militar dos Estados Unidos frente à Europa e mesmo em comparação com os soviéticos era inquestionável. Nas mãos de Washington estavam o monopólio da bomba atômica, o domínio do comércio mundial e o controle das áreas estratégicas do globo. A guerra, entretanto, havia devastado países cruciais para o equilíbrio de poder centrado no Ocidente que vigorara até então: a Alemanha e o Japão, em tornos dos quais se organizavam zonas de poder passíveis de controle pelos Estados Unidos. Além do mais, esses dois países haviam funcionado como barreiras contra a expansão da influência soviética.

A desestabilização econômica e política provocada pela Segunda Guerra fora disseminada, de fato, por toda Europa Ocidental ensejando a ação dos partidos socialistas e comunistas, atingindo inclusive a Grã-Bretanha. Na Inglaterra, em meados de 1945, o Partido Trabalhista foi amplamente bem-sucedido nas eleições e substituiu a maioria dos membros do Partido Conservador, alinhados com Churchill (LAFEBER, 1989, p. 435). Os países europeus, centrais para a política externa norte-americana, deslocavam-se, portanto, para a esquerda e distanciavam-se do modelo capitalista norte-americano, defensor da retórica dos livres mercados e da não intervenção estatal sobre a economia.

A situação britânica era particularmente preocupante para os norte-americanos. Os mercados que até antes da Segunda Guerra abasteciam a Grã-Bretanha, economicamente dependente de importações, estavam devastados. Simultaneamente, a escassez de dólares na Europa ameaça os Estados Unidos com a possibilidade de uma nova depressão, que poderia ser deflagrada por uma abrupta queda nas exportações norte-americanas.

A solução encontrada por Washington no final de 1948 foi o Plano Marshall, mais direcionado aos propósitos econômicos e políticos dos Estados Unidos do que simplesmente à reconstrução da Europa.

Já em 1945, antes da implementação do Plano Marshall, a concessão de empréstimos aos britânicos no valor de US\$ 3,75 bilhões, sob as condições de que esse montante deveria ser gasto nos Estados Unidos e de que o Império Britânico deveria ser aberto à competição

norte-americana (LAFEBER, 1989, p. 436), seria a resposta mais imediata Washington aos sérios desafios europeus.

Uma segunda questão central que se impunha aos Estados Unidos era decifrar os limites da tolerância soviética ao poder norte-americano. Na Europa central, 30 divisões soviéticas faziam frente às 10 divisões mantidas conjuntamente pelos Estados Unidos, pela França e pela Grã-Bretanha. Embora os EUA detivessem uma frota de 70.000 navios, mais de 100.000 aviões e a bomba atômica (LAFEBER, 1989, p. 436), Truman insistia na disposição de Stalin de invadir a Europa no caso de um ataque nuclear – “crença” conveniente aos propósitos de Washington, tendo em vista a eficácia histórica do “inimigo externo comum” em períodos de reorganização da arquitetura mundial de poder.

A recusa soviética em aderir ao Acordo de Bretton Woods (1944) era encarada pelos Estados Unidos como um dos maiores desafios aos projetos norte-americanos após a Segunda Guerra Mundial. E o receio soviético de que as instituições econômicas criadas no Acordo de Bretton Woods permitissem um fortalecimento do dólar a ponto do poder norte-americano se estender por todo o mundo era justificado.

Ao analisar os possíveis impactos da recusa soviética em alinhar-se ao *modus operandi* da configuração internacional levada a curso pelos Estados Unidos, Dean Acheson² alertava que o livre mercado e o livre comércio internacional eram condições primordiais para evitar que a economia dos Estados Unidos regredisse a condições semelhantes àquelas que deflagraram a crise dos anos de 1930.

Tendo em vista a recusa soviética em aderir a Bretton Woods – que representava, na prática, a resistência de Moscou à reorganização capitalista da configuração internacional sob o poder de Washington – Acheson defendia que o relacionamento entre os Estados Unidos e a União Soviética deveria ser pautado pelo poder militar. Acheson concluiu, então, que os objetivos de Stalin só poderiam ser dissuadidos através de “posições de força”, uma de suas mais célebres concepções de política externa durante a Guerra Fria.

Dessa forma, a tentativa norte-americana de reverter a influência soviética em países do Leste da Europa (Polônia, Tchecoslováquia, Romênia e Bulgária) com base na diplomacia do dólar forte fracassou diante da obstinação de Stalin em não compactuar com as instituições internacionais que sustentavam a difusão e o poder do dólar.

Não obstante a frustração dos planos norte-americanos no Leste da Europa, a política externa norte-americana obteve amplo sucesso no restante do continente europeu. Washington

² Secretário de Estado do governo Truman entre 1949 e 1953, articulador central da política externa norte-americana durante a fase inicial da Guerra Fria e um dos idealizadores do Acordo de Bretton Woods.

conseguiu formar uma zona de ocupação na Alemanha Ocidental, com a ajuda da França e da Grã-Bretanha, dividindo o país em duas partes.

A permanência dos soviéticos na Alemanha Oriental representava um motivo de preocupação para Washington, de modo que tanto as propostas de unificação soviéticas quanto as norte-americanas eram recusadas ora por Truman ora por Stalin. O mesmo não pode ser dito em relação ao processo de reindustrialização alemã. Apesar da resistência inicial dos europeus e mesmo de norte-americanos, a indústria da Alemanha Ocidental foi parcialmente recuperada, sob o rígido controle do General norte-americano Lucius Clay, alimentando ainda mais o interesse de Moscou em ter acesso às ricas zonas industriais da Alemanha Ocidental.

1.2 OS DESAFIOS AOS ESTADOS UNIDOS NA ÁSIA

A experiência norte-americana de reconstrução do Japão foi menos tortuosa do que o processo de reconstrução da Europa. Após a consolidação do General Douglas MacArthur na administração dos interesses dos Estados Unidos no Japão, os últimos focos da resistência japonesa foram debelados, uma nova constituição foi formulada, a recuperação industrial das antigas corporações japonesas (os “zaibatsu”) foi drasticamente limitada e iniciou-se um amplo programa de reforma agrária.

A China, em contrapartida, não se encontrava numa situação favorável. A disputa pelo poder entre o Partido Nacionalista, liderado por Chiang Kai-Shek, e os comunistas liderados por Mao Tse-Tung afundava o país numa violenta guerra civil, expondo-o à influência soviética. Inicialmente alinhados com os Nacionalistas, os oficiais norte-americanos encarregados da defesa dos interesses dos Estados Unidos na China perceberam o rápido fortalecimento comunista e não hesitaram em recomendar que os Estados Unidos trocassem de lado.

A crença de que os comunistas venceriam a guerra e de que o apoio norte-americano seria suficiente para dissuadir Mao Tse-Tung de sua atração pela União Soviética direcionaria os “três Johns” (como ficaram conhecidos John Stuart Service, John Carter Vincent e John Paton Davies) a aconselharem o governo Truman a apoiar o movimento comunista (LAFEBER, 1989, p. 439), em franca oposição à política externa voltada para a China adotada durante o governo de Franklin D. Roosevelt.

Paralelamente, o avanço soviético sobre a região da Manchúria exigiu uma resposta rápida de Truman, que enviou, no final de 1946, 110.000 soldados norte-americanos para guardar partes da fronteira norte da China. Disposto a estabilizar o caos político que dividia a

China, Truman enviou o General George Marshall ao Oriente, a fim de promover um acordo entre Mao e o Partido Nacionalista. Apesar do sucesso inicial das negociações, que favoreciam o Partido Nacionalista, uma ofensiva maoísta contra as tropas de Chiang na Manchúria fez com que o Partido Nacionalista lançasse uma ampla campanha de combate aos comunistas.

Em 1947, mesmo diante da superioridade numérica das tropas de Chiang, os exércitos de Mao dizimaram as forças Nacionalistas e os Estados Unidos decidiram retirar-se do país, acusando Chiang de não seguir as recomendações do general Marshall e de ser conivente com níveis assombrosos de corrupção³. Em 1948, apesar da pressão de membros do Congresso norte-americano em reaproximar os Estados Unidos de Chiang, o então Secretário de Estado George Marshall recusou tal reaproximação.

O governo Truman enfrentaria fortes críticas por “ter perdido a China”. Conforme alertava o General MacArthur em 1944, ao enfatizar as oportunidades econômicas para os Estados Unidos na China, “as terras banhadas pelo Pacífico com seus bilhões de habitantes determinarão o curso da história nos próximos dez mil anos” (LAFEBER, 1989, p. 441 *apud* TSOU, T. *America's Failure in China, 1941-1950*, p. 469). A Ásia era vista por MacArthur como a nova fronteira oeste dos Estados Unidos.

1.3 OS DESAFIOS AOS ESTADOS UNIDOS NO ORIENTE MÉDIO

As relações seculares entre os Estados Unidos e a Europa nos campos econômico, político e cultural pesaram nas decisões da política externa norte-americana relacionadas à atuação na Europa e na Ásia.

De acordo com a visão de mundo de Dean Acheson, as duas Guerras Mundiais do século XX haviam demonstrado que a Europa era muito mais vital para os interesses norte-americanos do que a Ásia. Além do mais, o alinhamento de tropas do Exército Vermelho no Leste da Europa e a escalada do poder dos partidos comunistas nos países destruídos durante a Segunda Guerra representavam questões muito mais concretas e, desse modo, mais importantes dentro da abordagem realista das relações internacionais à qual o próprio Acheson se filiava.

Uma série de acordos diplomáticos liderados pelo Secretário de Estado norte-americano, James Byrnes, e pelo ministro das relações exteriores da União Soviética,

³ Assessores norte-americanos acusavam o governo de Chiang de desviar uma parcela significativa dos recursos enviados pelos Estados Unidos ao Partido Nacionalista. Até mesmo as armas seriam desviadas e revendidas aos comunistas.

Vyacheslav Mikhaylovich Molotov, esboçaram um equilíbrio de poder na Europa que, em grande medida agradava aos norte-americanos (como os Acordos de Paz selados em relação à Itália e à Finlândia) e que podiam ser tolerados pelos soviéticos (Acordos relacionados à Hungria, à Bulgária e à Romênia).

A situação no Oriente Médio no início de 1946 era, entretanto, muito distinta da que vigorava na Europa. A primeira ameaça estava relacionada ao Irã. Durante a Segunda Guerra Mundial, britânicos, soviéticos e norte-americanos mantiveram o Irã ocupado, com o propósito de assegurar aos soviéticos um fluxo de mercadorias e uma rota de passagem para a Europa. Nesse período, uma série de acordos foi firmada pelos três países, assegurando-lhes principalmente acesso privilegiado ao petróleo iraniano.

Ao final da Segunda Guerra, em consonância com um acordo firmado em 1943, norte-americanos e britânicos deixaram o Irã. Mas o Exército Vermelho manteve-se no país, demonstrando a disposição de Moscou a lutar pela continuação das concessões petrolíferas e pela introdução de um regime comunista na província do Arzebaijão, localizada entre o Irã e a União Soviética.

A Grã-Bretanha, que historicamente se opusera à consolidação do poder soviético no Irã, não tardou a receber o apoio dos norte-americanos quando em março de 1946 chegou em Washington a notícia de que as tropas de Stalin marchavam para as fronteiras iranianas. Sob pressão de Washington, o Xá iraniano Mohammad Reza Pahlavi (que governou o Irã entre 1925 e 1979) recuou em relação aos planos iniciais de se aliar a Stalin na invasão da província do Arzebaijão, ratificando a posição dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha no país.

Consolidada sua posição no Irã, os Estados Unidos voltaram-se para uma área ainda mais vulnerável do Oriente Médio, cujo controle era crucial para barrar o acesso de Stalin à Europa Ocidental: os Estreitos de Bósforo e de Dardanelos, que ligam o Mar Negro (que banhava a União Soviética) ao Mar Mediterrâneo, ambos controlados pela Turquia desde a Convenção de Montreux de 1936.

Em julho de 1945, ao tentar assumir o controle dos Estreitos na Conferência de Potsdam, sob a argumentação de que a Turquia havia colaborado com Hitler, Stalin foi surpreendido por uma mudança nas regras do jogo. Truman pleiteou e conseguiu aprovar um acordo através do qual todas as vias navegáveis que banhavam mais de dois países deveriam passar ao controle internacional.

Com esse movimento diplomático de concepção simples e resultados rápidos, Truman bloqueou o acesso soviético ao Mar Mediterrâneo e ameaçou expor o Leste da Europa a uma maior influência Ocidental, uma vez que retirava o controle sobre o Rio Danúbio (que liga o

Mar Negro a vários países europeus) das mãos do Exército Vermelho. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos mantiveram seu poder sob o Canal do Panamá e a autoridade britânica sob o Canal de Suez (vias marítimas que banhavam apenas um Estado cada uma).

Em 1946, insatisfeito com as mudanças das regras do jogo, que contrariavam diretamente as promessas assumidas em 1945 na Conferência de Yalta entre Stalin e Winston Churchill (que asseguravam ao primeiro acesso ao Mediterrâneo), a União Soviética recorreu diretamente à Turquia, pleiteando controle conjunto dos Estreitos.

O Secretário de Estado Dean Acheson, temeroso em relação à expansão do poder soviético, alertava o presidente Truman que os soviéticos desejavam, de fato, dominar primeiro a Turquia; depois, a Grécia e o petróleo do Oriente Médio. A Índia e a China poderiam ser as próximas. Truman não hesitou em apoiar essa versão antecessora da “teoria do dominó” e incorporou definitivamente na política externa norte-americana um de seus traços característicos ao longo da Guerra Fria: a dissuasão contínua dos ideais soviéticos através de “posições de força”, a única linguagem que, de acordo com Acheson, Stalin entendia.

No mesmo ano, sob as recomendações de Acheson, Truman enviou o porta-aviões Franklin D. Roosevelt para patrulhar permanentemente o Mar Mediterrâneo, muito embora a saída soviética do Irã também em 1946 já sinalizasse os limites da disposição do Kremlin em expandir seu poder.

1.4 O PODER MILITAR NORTE-AMERICANO E SEUS DESAFIOS

A escalada das tensões entre Estados Unidos e União Soviética intensificava-se rapidamente conforme o reposicionamento geopolítico das duas grandes potências criava zonas de influência no mundo, bipolarizando-o. Em 1946, após declarações de Stalin de que a União Soviética planejava uma ampla reestruturação econômica e militar interna, o ex-Primeiro Ministro britânico Winston Churchill declarou que “uma cortina de ferro⁴ havia descido” na Europa e separado o Ocidente dos governos ditatoriais do Leste da Europa (PATERSON, 1989, p. 288). Segundo o próprio Churchill, nesse quadro de rivalidades, era um alívio saber que o monopólio sobre a bomba atômica pertencia aos povos anglo-saxões.

⁴ O termo “cortina de ferro” – popularizado por Churchill em referência à fronteira ideológica e política que dividia a Europa em duas áreas (uma capitalista e outra comunista) entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o começo da década de 1990 – foi cunhado originalmente pelo Ministro de Propaganda de Adolf Hitler, Paul Joseph Goebbels, cuja atuação foi marcada pela utilização de uma técnica de propaganda que ele mesmo denominava “argumentum ad nauseam”, a repetição sistemática de uma mentira até o ponto em que lhe é conferida credibilidade.

Entretanto, o monopólio norte-americano sobre a bomba atômica assegurava a Washington uma superioridade militar instável, insuficiente para garantir a impenetrabilidade da “cortina de ferro” na Europa.

Conforme exposto na seção 1.1, a suposta disposição de Stalin em invadir a Europa Ocidental era amplamente postulada pelos líderes ocidentais. O temor em relação à influência soviética na Europa possuía, em parte, fundamentos concretos: a presença do exército vermelho em Berlim contribuía para o fortalecimento da retórica anti-soviética no meio político norte-americano e intensificava o receio de que os soviéticos tomassem outros países europeus. A administração da superioridade bélica dos norte-americanos a favor dos interesses dos Estados Unidos e da ordem internacional por ele desejada representava, naquele contexto, um problema de grandes proporções.

De fato, o debate sobre a disposição e as condições efetivas de expansão da União Soviética sobre a Europa Ocidental é extenso. No final da década de 1950, surgiu nos Estados Unidos uma abordagem historiográfica que contestava frontalmente a ortodoxia histórica norte-americana, questionando alguns princípios estabelecidos sobre a política externa colocada em curso por Washington após a Segunda Guerra Mundial. Essa nova abordagem, conhecida como revisionista, defendia, entre diversas outras questões, que a postura soviética durante a Guerra Fria era fundamentalmente defensiva, muito mais orientada para a recuperação da União Soviética e para a criação de uma “zona de proteção” do que para uma dispendiosa e arriscada incursão pela Europa Ocidental (MUNHOZ, 2004[c], p. 266).

George Kennan, outro expoente na interpretação da política externa norte-americana após a Segunda Guerra, advogava uma abordagem análoga a dos revisionistas – muito embora a interpretação de Kennan tenha sido subvertida e utilizada pela ortodoxia norte-americana para justificar a política externa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Para Kennan, o projeto soviético após 1945 era de longa duração. O perigo mais imediato para os Estados Unidos e para os países em sua zona de influência não era, nesse sentido, o Exército Vermelho, mas a atração ideológica exercida por Moscou (KENNAN, 1990/1991, s.p.).

Em dezembro de 1945, o Secretário de Estado James Francis Byrnes havia assinado um acordo com Stalin que propunha a internacionalização do controle sobre a energia atômica. Esse acordo, que desagradou profundamente o presidente Truman, seria o motivo para a substituição de Byrnes 11 meses depois pelo então General Marshall.

Nomeados por Truman para lidar com o problema criado por Byrnes, Dean Acheson e David Lilienthal (administrador da Autoridade do Vale do Tennessee, uma corporação norte-americana criada em 1933 com o intuito de desenvolver a região do Vale do Tennessee)

desenvolveram um plano de administração da energia atômica que assegurasse aos Estados Unidos a dianteira do controle bélico e tecnológico nuclear. Propôs-se, assim, a criação de um organismo internacional para o controle das matérias-primas e da produção de mercadorias empregadas na produção de energia atômica.

O plano, inicialmente tolerável do ponto de vista soviético, se transformaria em um grande problema. Encarregado de apresentá-lo ao Congresso dos Estados Unidos, Bernard Baruch, um milionário reconhecido pela sua atuação como representante dos Estados Unidos na Comissão de Energia Nuclear da ONU e por seu papel na mediação entre o governo norte-americano e a iniciativa privada durante a Segunda Guerra Mundial, modificou por conta própria o Acordo costurado por Achenson e Lilienthal, incluindo uma cláusula que conferia aos Estados Unidos amplos poderes de aprovar ou vetar todas as decisões tomadas pelo organismo internacional de controle da energia atômica.

Em 1946, na apresentação da proposta nas Nações Unidas, os soviéticos opuseram-se ao projeto. A consequência imediata foi o aumento da pressão interna sobre o presidente Truman, acusado pela imprensa norte-americana de inflexibilidade diplomática.

A oposição à política nuclear norte-americana enfrentava resistência mesmo dos membros do governo Truman. O então Secretário de Comércio Henry A. Wallace, vice-presidente dos Estados Unidos durante o governo Roosevelt, opôs-se frontalmente à aprovação do Decreto de Energia Atômica, aprovado pelo Congresso em 1946, que proibia a difusão da tecnologia nuclear. Favorável à cooperação entre Estados Unidos e União Soviética, Wallace cruzou os caminhos das negociações que Byrnes e o senador republicano Arthur Vandenberg elaboravam com os soviéticos. No mesmo ano, Truman exonerou o Secretário de Comércio, acusando-o de estar alinhado com interesses comunistas. Em 1948, Wallace desafiaria Truman nas disputas presidenciais.

No final de 1946, os fracassos de Truman na política externa e a crescente pressão no cenário político dos Estados Unidos – com a expressiva vitória dos Republicanos nas eleições para o Congresso em 1946 – conduziram a popularidade do presidente a uma vertiginosa queda, oscilando de 87% de aprovação em meados de 1945 para 32% de aprovação no final de 1946 (LAFEBER, 1989, p. 449).

Em 1947, Truman e Achenson conseguiram, no entanto, o que Lafeber (1989, p. 449) classifica como um “milagre político”: a utilização bem sucedida da política externa para reverter rápida e drasticamente o cenário político dos Estados Unidos.

1.5 GEORGE KENNAN E O LONGO TELEGRAMA

Em 1946, as declarações feitas por Stalin de que a União Soviética planejava uma reestruturação econômica e militar acirraram o clima já comumente tenso do Departamento de Estado norte-americano. O responsável por reportar a dimensão dos projetos soviéticos foi George Frost Kennan, diplomata encarregado de representar os Estados Unidos na embaixada de Moscou.

Especialista na política externa entre Estados Unidos e União Soviética, Kennan preparou um célebre documento em que relatava detalhadamente os planos soviéticos e expunha os fundamentos da política de dissuasão permanente dos ideais soviéticos que vigorou durante a Guerra Fria. Transmitido ao Departamento de Estado norte-americano através do telégrafo em 22 de fevereiro de 1946, o documento ficou conhecido como o “longo telegrama”.

Convencido de que as intenções conciliatórias do governo Roosevelt em relação aos soviéticos eram, na melhor hipótese, inocentes, Kennan aconselhou que a política externa norte-americana direcionada à União Soviética não deveria ser baseada no confronto bélico direto. Kennan sugeria uma “abordagem calma e de longa duração” em relação aos problemas que polarizavam os países, já que ele não acreditava na capacidade e no interesse soviéticos em dominar a Europa Ocidental e o Japão.

Kennan acreditava, de fato, que a política externa e interna da União Soviética eram sustentadas por princípios frágeis, que poderiam ser administrados pelos Estados Unidos:

Na base da visão neurótica do Kremlin sobre as relações internacionais está uma sensação de insegurança russa tradicional e instintiva. (...) Mas este último tipo de insegurança aflige mais os líderes russos do que a população russa; porque os líderes russos percebem invariavelmente que suas regras são arcaicas na forma, frágeis e artificiais em seus fundamentos psicológicos, incapazes de sustentar uma comparação ou contato com os sistemas políticos dos países ocidentais. Por essa razão eles sempre temeram a penetração estrangeira, temeram o contato direto entre o mundo Ocidental e o seu próprio mundo (...) (PATERSON, 1989, p. 284-285)⁵.

Em julho de 1947, após o detalhamento dos planos soviéticos ao governo norte-americano, Kennan, sob o codinome de “Mr. X”, publicou na revista *Foreign Affairs* um

⁵ No original: “At bottom of Kremlin’s neurotic view of world affairs is traditional and instinctive Russian sense of insecurity. (...) But this latter type of insecurity was one which afflicted rather Russians rulers than Russian people; for Russian rulers have invariably sensed that their rule was relatively archaic in form, fragile and artificial in tis psychological foundation, unable to stand comparison or contact with political systems of Western countries. For this reason they have always feared foreign penetration, feared direct contact between Western world and their own (...)”

artigo intitulado “The Sources of Soviet Conduct”, no qual expunha publicamente seus argumentos (KENNAN, 1947).

De acordo com Kennan, o principal “dogma” que influenciava o modo de pensar soviético era o Marxismo. E, de acordo com ele, não era coincidência que exatamente na União Soviética o Marxismo tivesse encontrado o terreno mais fértil para sua difusão, pois “somente numa terra que nunca havia possuído um vizinho amigável ou algum equilíbrio tolerável de separação dos poderes” poderia vigorar uma “doutrina” que acreditava que “os conflitos econômicos da sociedade são insolucionáveis por meios pacíficos” (PATERSON, 1989, p. 285).

Segundo Kennan, após a vitória do Partido Bolchevique, o “dogma marxista” teria se tornado um meio ainda mais eficiente de propagar a sensação de insegurança que assolava os soviéticos. Nesse dogma, “eles acharam justificativa para seu medo instintivo do mundo exterior, para seu regime ditatorial sem o qual eles não saberiam conduzir o país, para as crueldades que não temiam em praticar” (PATERSON, 1989, p. 285). Em nome dessa insegurança, de acordo com Kennan, os soviéticos montaram um aparato militar sem precedentes para proteger sua frágil sociedade, constantemente ameaçada por um mundo exterior postulado como um “demônio, hostil e ameaçador”, condenado a fracassar e a erodir por suas próprias contradições internas até que o crescente poder do socialismo inauguraria uma nova e melhor fase da história mundial.

A argumentação fortemente ideológica de Kennan, que identificava o Marxismo como o fiador do *modus operandi* da União Soviética, apresentava, assim, as justificativas para os planos apresentados por Stalin para a reestruturação soviética. Segundo Kennan,

Essa tese [o Marxismo] provê justificativa para o aumento do poder militar e policial do Estado Russo, para o isolamento da população russa do mundo exterior, e para a pressão fluida e constante para estender os limites do poder policial russo, que juntos constituem os objetivos naturais e instintivos mais prementes dos líderes russos. (PATERSON, 1989, p. 284-285)⁶

A resistência de Stalin em “cooperar” com os norte-americanos era, portanto, apresentada por Kennan como uma necessidade do ditador em apresentar o Ocidente como “o mal”, de modo a justificar a própria extensão de seu poder sobre os soviéticos. A invasão da Rússia pelos norte-americanos e pelos Aliados em 1918-1920 e a recusa de Washington em estabelecer relações diplomáticas com Moscou até 1933 não eram, obviamente, lembradas.

⁶ No original: “This thesis provides justification for that increase of military and police power of Russian state, for that isolation of Russian population from outside world, and for that fluid and constant pressure to extend limits of Russian police power which are together the natural and instinctive urges of Russian rulers.”

Kennan concluía em seu relatório que, considerando-se as necessidades de Stalin em justificar o seu poder e a “grande ignorância dos soviéticos em relação ao mundo exterior”, os norte-americanos tinham como desafio enfrentar

(...) uma força política fanaticamente comprometida com a crença de que com os Estados Unidos não poderia existir nenhum *modus vivendi* permanente, que era desejável e necessário que a harmonia interna da nossa sociedade [a norte-americana] seja rompida, que nosso tradicional modo de vida seja destruído, que a autoridade internacional do nosso Estado seja quebrada, caso o poder soviético deseje se manter em segurança. (PATERSON, 1989, p. 286)⁷

As considerações de Kennan retratavam ainda a magnitude dos recursos econômicos e militares sob o comando de Stalin, alertando Washington sobre a possibilidade de uma ampla ofensiva soviética em áreas essenciais aos interesses norte-americanos.

Essa força política possui poder de dispor completamente das energias de um dos maiores povos do mundo e dos recursos do mais rico território nacional do mundo, e é nascido e criado a partir de correntes profundas e poderosas do nacionalismo russo. Além disso, possui um elaborado e avançado aparato para o exercício da sua influência em outros países, um aparato de fascinante flexibilidade e versatilidade, administrado por pessoas cuja experiência e técnica em métodos não convencionais não possuem presumivelmente paralelo na história. (PATERSON, 1989, p. 286)⁸

Ao contrário dos nazistas, argumentava Kennan, a União Soviética não tinha pressa em implementar seus planos. Portanto, os soviéticos deveriam “ser contidos pela aplicação hábil e vigilante de contra-forças numa série de pontos geográficos e políticos em constante mudança” (LAFEBER, 1989, p. 451), com o propósito de explorar as contradições inerentes ao modelo soviético. Se os norte-americanos fossem pacientes e capazes de garantir a reprodução da prosperidade e do sucesso de sua forma de organização social, então o Marxismo cairia em descrédito e a “contenção” seria bem sucedida, sem “necessidade de recorrer a qualquer conflito militar” (PATERSON, 1989, p. 287).

Tão importante quanto o sucesso interno do modelo de organização social norte-americano era o convencimento das outras nações acerca da desejabilidade e da viabilidade de expandir esse modelo para todo o mundo, não apenas em função de sua postulada superioridade em relação ao modelo soviético, mas também pela sua pretensa capacidade de

⁷ No original: “(...) a political force committed fanatically to the belief that with US can be no permanent *modus vivendi*, that it is desirable and necessary that the internal harmony of our society be disrupted, our traditional way of life be destroyed, the international authority of our state be broken, if Soviet power is to be secure.”

⁸ No original: “This political force has complete power of disposition over energies of one of world’s greatest peoples and resources of world’s richest national territory, and is borne along by deep and powerful currents of Russian nationalism. In addition, it has an elaborated and far flung apparatus for exertion of its influence in other countries, an apparatus of amazing flexibility and versatility, managed by people whose experience and skill in underground methods are presumably without parallel in history.”

oferecer ao restante do mundo algo muito cobiçado após a Segunda Guerra: segurança. Conforme enfatizado por Kennan,

Devemos formular e apresentar para as outras nações um quadro muito mais positivo e construtivo do tipo de mundo que gostaríamos de ver do que aquele que apresentamos no passado. Não é suficiente estimular as pessoas a desenvolverem processos políticos similares aos nossos. Vários povos estrangeiros, na Europa pelo menos, estão cansados e amedrontados pelas experiências do passado, e estão menos interessados numa liberdade abstrata do que em segurança. Eles buscam segurança ao invés de responsabilidades. Deveríamos ser mais capazes do que os russos em lhes oferecer isso. E a menos que o façamos, os russos certamente o farão. (PATERSON, 1989, p. 288)⁹

As idéias de Kennan causaram furor nos Estados Unidos. “Contenção” transformara-se, nos termos de Lafeber, numa “palavra mágica” no meio político norte-americano.

O sucesso das idéias de Kennan deve ser analisado levando-se em consideração o cenário político da época em que foram apresentadas a Washington.

Em primeiro lugar, conforme ressalta Lafeber (1989, p. 451-452), o momento em que Kennan apresentou suas idéias não poderia ser mais propício: os planos soviéticos de reestruturação política e econômica e a crescente pressão exercida por Stalin sobre países importantes para os objetivos dos Estados Unidos (Turquia, Irã e Alemanha, por exemplo) atemorizavam os líderes norte-americanos e expunham a política externa do governo Truman a fortes críticas. Kennan forneceu uma explicação objetiva dos planos e métodos soviéticos, provendo o governo Truman com munição suficiente para se defender e para reverter o sentido das pressões políticas existentes.

Em segundo lugar, as idéias de Kennan eram atrativas porque desoneravam os Estados Unidos de qualquer responsabilidade sobre a escalada da tensão entre Washington e Moscou. Culpar os soviéticos era um meio sedutor de deslocar a atenção da opinião pública norte-americana dos erros cometidos pelo governo Truman.

Em terceiro, a “contenção” dos interesses soviéticos no longo prazo, ao invés de propostas meramente conciliatórias ou declaradamente belicistas, era um meio termo que se encaixava com precisão na visão de Truman e de Achenon sobre os soviéticos – embora Achenon defenda-se para o grande público que a única linguagem entendida pelos soviéticos

⁹ No original: “We must formulate and put forward for other nations a much more positive and constructive picture of sort of world we would like to see than we have put forward in past. It is not enough to urge people to develop political processes similar to our own. Many foreign peoples, in Europe at least, are tired and frightened by experiences of past, and are less interested in abstract freedom than I security. They are seeking guidance rather than responsibilities. We should be better able than Russians to give them this. And unless we do, Russians certainly will.”

era a força –, atendendo simultaneamente suas necessidades de reverter a crise política em curso nos Estados Unidos.

Cansado de lidar com a resistência de Stalin em adequar-se ao modelo de configuração internacional norte-americano e politicamente fragilizado pela patente inabilidade de Washington em utilizar sua superioridade bélica e econômica para limpar a Europa da ameaça vermelha, Truman utilizou as idéias de Kennan não apenas como um plano de contenção do comunismo, mas como o plano-mestre de seu governo e como um ideal para a unificação da comunidade internacional em torno de objetivos compartilhados.

1.6 A DOUTRINA TRUMAN

A oportunidade tão aguardada por Truman para colocar em prática as idéias de Kennan – que, por sua vez, tinha uma série de ressalvas em relação à Doutrina Truman – surgiu no início de 1947, quando o governo britânico comunicou oficialmente aos Estados Unidos a sua incapacidade de continuar apoiando financeiramente o governo da Grécia e de estender esse apoio ao governo da Turquia, que sofriam forte pressão de movimentos comunistas.

A instabilidade política da Grécia era reconhecida por Acheson. Desde a retirada dos nazistas em 1944, o governo britânico tentava restaurar o sistema monárquico grego. As forças de esquerda gregas, que haviam formado a principal linha de resistência contra os nazistas, eram, no entanto, suficientemente organizadas e determinadas para frustrar os objetivos britânicos.

Com o apoio oficial do Marechal Tito (Josip Broz), o ambicioso líder comunista da Iugoslávia que pretendia anexar partes da Grécia numa futura Federação dos Bálcãs, a resistência grega colocava em exposição uma zona estratégica para os interesses norte-americanos. Ainda mais estratégica quando Truman buscava um motivo para deslançar uma nova etapa de sua política externa: a política de contenção do comunismo.

O posicionamento da União Soviética em relação à Grécia, entretanto, impunha obstáculos às pretensões de Washington. Desde 1944, Stalin havia prometido a Churchill que não interferiria na Grécia, expressando em grande medida seu descontentamento em relação aos objetivos expansionistas de Tito. Além disso, a preocupação central de Stalin no período era a recuperação econômica e política da União Soviética, bem como a consolidação de sua esfera de influência no Leste da Europa. Não era, portanto, possível apoiar a Grécia sob a acusação de intervenção soviética.

Um segundo problema que obstaculizava os planos dos democratas Truman e Acheson era o volume de recursos necessários para apoiar a Grécia e a Turquia. Desde as eleições para o Congresso em 1946, os Republicanos eram maioria. A influência das idéias isolacionistas – em franca decadência em função da Segunda Guerra, mas ainda importantes – e a disposição dos Republicanos em cortar impostos chocavam-se diretamente com os propósitos de Truman, especialmente num cenário em que decrescia a disposição em aumentar os gastos públicos com países que pouco importavam à opinião pública dos Estados Unidos.

Todavia, o que para muitos eram obstáculos intransponíveis, para Acheson era uma oportunidade ímpar de deflagrar uma ofensiva anti-soviética aos moldes do “longo telegrama”. Duas alternativas de resultados aparentemente mais simples eram vislumbradas: apoiar a Grécia e a Turquia com o envio das armas sobressalentes da Segunda Guerra Mundial, ou simplesmente repassar o problema às Nações Unidas.

Acheson e Truman decidiram, porém, não desperdiçar a histórica oportunidade. Perante a hostilidade dos membros do Congresso, Acheson argumentou que as crises em curso na Grécia e na Turquia possibilitavam que “como maçãs numa cesta contaminada por uma única maçã podre, a corrupção da Grécia infectaria o Irã e todo o leste”, e que tal infecção poderia ser disseminada para a África, para a Ásia e para a Europa, até que os Estados Unidos ficassem completamente isolados. Em seu discurso para o Congresso em 1947, Truman alertava que

É necessária somente uma olhada no mapa para perceber que a sobrevivência e a integridade na nação grega são de grande importância numa situação muito mais ampla. Se a Grécia cair sob o controle de uma minoria armada, o efeito sobre sua vizinha, Turquia, seria imediato e sério. Confusão e desordem podem se disseminar por todo Oriente Médio. (...) Além do mais, o desaparecimento da Grécia como um Estado independente teria um profundo efeito sobre os países na Europa (...). O colapso das instituições livres e a perda da independência seriam desastrosos não apenas para eles, mas para o mundo. (PATERSON, 1989, p. 299)¹⁰

Em março de 1947, por recomendação do senador republicano Arthur Vandenberg e com o apoio de Acheson, Truman apresentou um discurso ao Congresso norte-americano, no

¹⁰ No original: “It is necessary only to glance at a map to realize that the survival and integrity of the Greek nation are of grave importance in a much wider situation. If Greece should fall under the control of an armed minority, the effect upon its neighbor, Turkey, would be immediate and serious. Confusion and disorder might well spread throughout the entire Middle East. (...) Moreover, the disappearance of Greece as an independent state would have a profound effect upon those countries in Europe (...). Collapse of free institutions and loss of independence would be disastrous not only for them but for the world.”

qual dividia o mundo em dois pólos: os “povos livres” e os governos cujo poder era baseado no “terror e na opressão, na supressão das liberdades individuais”.

Os povos de vários países do mundo tiveram recentemente regimes totalitários que lhes foram impostos contra suas vontades. O governo dos Estados Unidos tem realizado protestos freqüentes contra a coerção e a intimidação, que violam o Acordo de Yalta, na Polônia, na Romênia e na Bulgária. (...) No atual momento da história mundial quase todas as nações podem escolher entre modos alternativos de vida. A escolha muito freqüentemente não é livre. Um modo de vida é baseado na vontade da maioria, e é distinguido pelas instituições livres, pelo governo representativo, pelas eleições livres, pelas garantias de liberdade individual, pela liberdade de expressão e de religião, e pela liberdade em relação à opressão política. O segundo modo de vida é baseado na vontade de uma minoria imposta sobre a maioria através da força. Ele repousa sobre o terror e a opressão, sobre o controle da imprensa e do rádio, sobre eleições combinadas, e sobre a supressão das liberdades individuais. (PATERSON, 1989, p. 298)¹¹

De qual lado, perguntou Truman aos congressistas, vocês estão?

A corrupção e a conduta brutal dos governos da Grécia e da Turquia, além da participação de políticos pró-fascistas em seus respectivos governos, por razões óbvias, foram suprimidas do discurso presidencial, com a ressalva de que “nenhum governo é perfeito”.

Em nenhuma parte do discurso, Truman menciona a União Soviética. Mas conclamava os membros do Congresso a lutarem contra uma “certa ideologia” que desrespeitava a Carta das Nações Unidas, aonde quer que ela se instalasse.

A oposição ao discurso formulado por Achenson e apresentado por Truman foi curiosamente mais incisiva entre os aliados do presidente. O Secretário de Estado George Marshall objetou ao tom excessivamente anticomunista do discurso, enquanto Kennan opôs-se à concessão de ajuda militar à Turquia, que poderia despertar a reação de Moscou.

Kennan se opunha ainda mais veementemente à suposição de Achenson em relação à existência de uma “maçã podre” que poderia contaminar as outras. Kennan acreditava que o Comunismo não poderia se disseminar, por exemplo, pelo Oriente Médio, pois não possuía nem condições materiais para bancar um movimento dessa magnitude nem apelo cultural entre os muçulmanos, que odiavam os soviéticos por conta de seu “comunismo ateu”.

¹¹ No original: “The peoples of a number of countries of the world have recently had totalitarian regimes forced upon them against their will. The Government of the United States has made frequent protests against coercion and intimidation, in violation of the Yalta agreement, in Poland, Rumania, and Bulgaria. (...) At the present moment in world history nearly every nation must choose between alternative ways of life. The choice is too often not a free one. One way of life is based upon the will of the majority, and is distinguished by free institutions, representative government, free elections, guarantees of individual liberty, freedom of speech and religion, and freedom from political oppression. The second way of life is based upon the will of a minority forcibly imposed upon the majority. It relies upon terror and oppression, a controlled press and radio, fixed elections, and the suppression of personal freedoms.”

A aplicação das idéias de Kennan¹² desenvolvidas no “longo telegrama”, com alterações para adaptá-las aos interesses de Truman e de Acheson, foi suficiente para convencer o Congresso. Em poucas semanas, foi aprovada a liberação de US\$ 250 milhões para a Grécia e de US\$ 150 milhões para a Turquia, além do envio de uma comissão para auxiliar nos “assuntos relacionados à reconstrução, e para supervisionar o uso dessa assistência financeira e material” (PATERSON, 1989, p. 299). Ajuda que não deteve, no entanto, a expansão dos movimentos de esquerda.

No final de 1947, com o agravamento da crise, Washington cogitou a possibilidade de enviar tropas norte-americanas para a Grécia e para a Turquia. Mas a partir de 1948, o acirramento das tensões entre Stalin e Tito enfraqueceu os movimentos comunistas grego e turco, tornando a intervenção militar norte-americana desnecessária. Em 1950, a guerra civil grega estava superada e a situação na Turquia estava igualmente controlada.

A vitória norte-americana na Grécia e na Turquia não fortaleceu apenas a política externa dos Estados Unidos. O sucesso momentâneo da política externa contribuiu para o rápido aumento da popularidade de Truman, conduzindo-o à reeleição em 1948.

A “ameaça vermelha” transformou-se numa ferramenta a serviço dos interesses do presidente dentro e fora dos Estados Unidos. Em março de 1947, pela primeira vez na história norte-americana, foi instaurado um “programa de fidelidade federal”: o procurador geral da nação foi encarregado de formular e publicar listas de organizações subversivas e de suspeitos de estarem a serviço dos interesses comunistas dentro dos Estados Unidos.

A caçada aos comunistas consolidou ainda mais o poder e o prestígio de Truman, despertando na opinião pública norte-americana o interesse pelos “assuntos de fora”. A percepção generalizada de que se os norte-americanos fossem vitoriosos na Grécia e na Turquia, poderiam sê-lo em qualquer outro lugar – na Coreia e no Vietnã, por exemplo, dois países onde foi intensificada a atuação dos Estados Unidos a partir de 1947 – aumentava a disposição dos eleitores norte-americanos em bancar a intervenção dos Estados Unidos em todas as partes do mundo.

Pressionado, um Congresso de maioria republicana viu-se impelido a seguir a cruzada de um presidente democrata contra a União Soviética. Como sublinha Lafeber, ao abordar o sucesso da Doutrina Truman,

¹² Nesse período, em função de sua discordância em relação ao belicismo das propostas de Truman e Acheson, que subvertiam, em certo sentido, a análise do Longo Telegrama, George Kennan começava a se afastar do governo.

De Truman a Ronald Reagan, os presidentes repetidamente ressuscitaram as palavras exatas da Doutrina Truman para justificar suas políticas em lugares como o Líbano, o Sudeste Asiático e a América Central. Conforme o Senador J. William Fulbright escreveu na década de 1970, “Muito mais do que qualquer fator, o anti-comunismo da Doutrina Truman tem sido o espírito que guia a política externa americana desde a Segunda Guerra Mundial.” (LAFEBER, 1989, p. 455)¹³

1.7 O PLANO MARSHALL

O principal plano de reestruturação da configuração internacional implementado pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra foi o Plano Marshall, um amplo programa de recuperação dos países europeus que entre abril de 1948 e dezembro 1951 auxiliou a reconstrução dos Estados destruídos durante a Guerra com cerca de US\$ 13,3 bilhões¹⁴.

As idéias que originaram o Plano Marshall remontam, de fato, ao período da Segunda Guerra Mundial. Em 1944, as principais empresas norte-americanas argumentavam que para evitar um quadro de depressão após a Guerra, os Estados Unidos deveriam dobrar suas exportações com urgência, atingindo a cifra dos US\$ 10 bilhões ao ano. Para atingir esse objetivo, os europeus teriam que receber financiamento do governo norte-americano, com o propósito de criar mercado para as exportações dos Estados Unidos.

Em 1947, Washington já iniciava um processo de reestruturação da Europa, com o aporte direto de recursos dentro da lógica da Doutrina Truman. Em junho do mesmo ano, num discurso na Universidade de Harvard, o Secretário de Estado George Marshall alertava que a prosperidade da economia norte-americana dependia fundamentalmente da recuperação da Europa.

Já em 1947, ao retornar de uma reunião de ministros de relações exteriores realizada em Moscou, Marshall estava definitivamente convencido da seriedade dos problemas europeus. Imediatamente, solicitou a Kennan a formulação de um programa de recuperação da Europa, cuja primeira versão completa ficaria pronta em 23 de maio de 1947. Em junho de 1947, Marshall apresentou o plano publicamente na palestra em Harvard.

¹³ No original: “From Truman to Ronald Reagan, presidents repeatedly revived the Truman Doctrine’s specific words to justify their policies in such places as Lebanon, Southeast Asia, and Central American. As Senator J. William Fulbright wrote in the 1970s, ‘More by far than any other factor, the anti-communism of the Truman Doctrine has been the guiding spirit of American foreign policy since World War II.’”

¹⁴ De acordo com MUNHOZ (2004, s.p.), há uma divergência na literatura sobre o total empregado pelos Estados Unidos no Plano Marshall. Alguns autores defendem que o total gasto foi de US\$ 12 bilhões, enquanto outros falam em US\$ 17 bilhões. Segundo Munhoz, a divergência entre o total oficial (US\$ 13,3 bilhões) e os totais mencionados por outros autores pode ser atribuída às diferenças metodológicas entre as diversas formas de calcular o capital destinado ao plano, assim como à diferença entre o que foi planejado e o que foi, de fato, executado (referindo-se, no segundo caso, à interrupção do Plano em 1951, um ano antes do previsto, por conta da intensificação dos gastos norte-americanos com a Guerra da Coreia, iniciada em junho de 1950).

George Kennan, ao reportar-se à situação da Europa, sintetizou o problema afirmando que “as atividades comunistas não são a raiz das dificuldades da Europa Ocidental, mas sim os efeitos desestabilizadores da guerra sobre a estrutura econômica, política e social da Europa” (LAFEBER, 1993, p. 61).

O governo Truman, alinhado com as idéias defendidas por Kennan, argumentava que somente o investimento de grandes quantias de recursos provenientes dos Estados Unidos e dos Estados alinhados a Washington poderia restaurar os serviços básicos da Europa, permitir a conversibilidade das moedas locais em dólares e, com o fim da escassez de dólares, estimular os investidores privados a destinar recursos à Europa novamente.

Em meados de 1947, Marshall e o então subsecretário de Estado Dean Acheson viajaram para Paris para se reunirem com o ministro das relações exteriores da Grã-Bretanha, Ernst Bevin, da França, Georges Bidault e da União Soviética, Vyacheslav Mikhaylovich Molotov. O propósito do encontro era discutir um plano de recuperação da Europa que, na opinião de Kennan, não deveria excluir nenhum Estado – isto é, nenhum Estado que concordasse com as condições norte-americanas.

Todavia, poucos dias após o início das negociações, os soviéticos abandonaram a reunião por discordarem especialmente de duas imposições de Washington: um *pooling* de recursos para bancar a reconstrução europeia (que, na prática, pretendia garantir o acesso ocidental aos cobiçados recursos naturais da União Soviética) e uma contabilidade nacional aberta que permitisse aos Estados Unidos acesso às contas dos países envolvidos e total controle sobre a forma como os recursos eram utilizados.

As potenciais vantagens abertas por uma Europa reconstruída e revigorada justificavam, no entanto, o esforço norte-americano¹⁵: a erradicação da ameaça de formação de regimes socialistas, através, por exemplo, do estímulo de investimentos privados; o aumento da demanda pelos produtos exportáveis norte-americanos; o fomento de indústrias europeias que poderiam produzir mercadorias estratégicas para a economia norte-americana; a preservação do controle exercido pelos Estados Unidos e por países da Europa sobre as reservas de petróleo do Oriente Médio; e o estímulo das economias europeias em sentido amplo, de modo que elas pudessem apoiar os Estados Unidos militarmente.

¹⁵ De acordo com MUNHOZ (2004, s.p.), “alguns autores indicam que de 80% a 90% do capital aplicado nas principais economias europeias ocidentais durante os dois primeiros anos do Plano Marshall eram de origem endógena. Desse ponto de vista, a participação norte-americana em termos quantitativos teria sido marginal e declinara após 1949.”

A consecução dos objetivos norte-americanos dependia sobremaneira de mudanças na linha básica da política externa destinada ao continente europeu. A recuperação da Europa, até então fragmentada sob a forma de diversos projetos de recuperação nacional individualizados, deveria ser unificada. Era claro para o Secretário de Estado George Marshall “que não se podia tratar o problema de cada uma das nações isoladamente, mas que havia um problema europeu a ser resolvido” (MUNHOZ, 2004[a], p. 546) caso se desejasse reverter o quadro de crise social, política e econômica generalizada.

Em 3 de abril de 1948, o presidente Harry Truman sancionou o “Foreign Assistance Act” e oficializou o Plano Marshall.

Duas instituições foram criadas para administrar os recursos do Plano Marshall: nos Estados Unidos, a Administração de Cooperação Econômica, sob controle de Paul Hoffman; e, na Europa, a Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE), composta por representantes dos países europeus incluídos no Plano.

Dos dezessete países europeus que aceitaram as condições norte-americanas, os mais beneficiados foram a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha, países industriais centrais cuja recuperação poderia impulsionar a renovação das outras economias européias. A tabela abaixo indica o volume de recursos empregados em cada país entre 1948 e 1951.

TABELA 1: Volume de recursos destinados aos países auxiliados pelo Plano Marshall.

País	1948/49 (\$ milhões)	1949/50 (\$milhões)	1950/51 (\$milhões)	Acumulado (\$milhões)
Áustria	232	166	70	488
Bélgica e Luxemburgo	195	222	360	777
Dinamarca	103	87	195	385
França	1,085	691	520	2,296
Alemanha(1)	510	438	500	1,448
Grécia	175	156	45	366
Islândia	6	22	15	43
Irlanda	88	45	—	133
Itália e Trieste	594	405	205	1,204
Holanda	471	302	355	1,128
Noruega	82	90	200	372
Portugal	—	—	70	70
Suécia	39	48	260	347
Suíça	—	—	250	250
Turquia	28	59	50	137
Reino Unido	1,316	921	1,06	3,297

FONTE: Formulação própria, com base nos dados publicados em MADDISON, 1995. (1) Zonas da Alemanha sob controle dos EUA, Grã-Bretanha e França.

O processo de recuperação da economia alemã foi dentre todos o mais criticado. Já no final de 1946, apesar da forte resistência francesa, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha iniciaram a reconstrução das áreas da Alemanha Ocidental que estavam sob seus respectivos controles. Em meados de 1947, o processo de recuperação da indústria alemã já estava tão adiantado que o ministro das relações exteriores da França, Georges Bidault, alertou a Marshall que caso a recuperação alemã não fosse retardada, a França não teria fôlego para promover seu próprio programa de recuperação.

Mesmo diante das reivindicações francesas e da desconfiança de outros Estados ainda assombrados pelas conseqüências relacionadas a uma Alemanha forte, os norte-americanos não interromperam a reconstrução de determinados setores da indústria alemã, de modo que no final de 1947 o Departamento de Estado já percebia os primeiros resultados de seu bem sucedido programa na Europa: aumento da produção, redução do desemprego, redução das tarifas de comércio exterior e retorno da conversibilidade das principais moedas européias em dólares.

O Plano Marshall foi amplamente bem sucedido. Ao final do Plano, o PIB da Europa Ocidental havia crescido 32% em relação ao PIB de 1948. Em relação ao período que antecedeu imediatamente a Segunda Guerra Mundial, a produção agrícola da Europa Ocidental cresceu 11% e a produção industrial, 40%.

É importante ressaltar que a implementação do Plano Marshall só foi possível, em grande medida, por conta da habilidade de Washington e dos governos europeus em tecer acordos para a estreita cooperação entre Estado, capital e trabalho. Portanto, nesse contexto, a classe trabalhadora também foi beneficiada pelo crescimento econômico, experimentando uma elevação da renda *per capita* e a redução das taxas de desemprego, fatores importantes para tornar as propostas comunistas menos atraentes. Ao abordar a questão, Lafeber aponta que

O Plano Marshall provou-se tão bem sucedido que muito tempo depois, experts preconizavam a necessidade de “um outro Plano Marshall” para resolver os problemas no Oriente Médio ou Vietnã ou América Central. A abordagem de Marshall, entretanto, só poderia funcionar na Europa Ocidental. Somente lá existiam uma força de trabalho qualificada, uma economia industrial de grande potencial, e sociedades políticas amplamente estáveis. (LAFEBER, 1989, p. 458)¹⁶

¹⁶ No original: “The Marshall Plan proved so successful that long afterward, experts preached the need for “another Marshall Plan” to solve problems in the Middle East or Vietnam or Central America. Marshall’s approach, however, could only work in western Europe. Only there did a skilled labor force, a great potential industrial economy, and largely stable political societies exist.”

Em 1947 e 1948, a consolidação dos benefícios advindos do Plano Marshall foi auxiliada pela criação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), firmado inicialmente entre os Estados Unidos e outros 22 Estados. Pelo Acordo, os Estados signatários concordaram em estender todos os benefícios da cláusula da nação mais favorecida a todos os outros signatários. Na prática, todos os benefícios comerciais (como reduções tarifárias, por exemplo) concedidos por um país a outro eram automaticamente válidos para todos os membros do GATT. Quinze anos depois, 63 nações, controlando 80% do comércio mundial, participavam do Acordo.

O rápido processo de intervenção norte-americana na reconstrução da Europa, em especial da Alemanha Ocidental, tornou-se motivo de preocupação também para os soviéticos. A resposta foi a articulação do Plano Molotov, também conhecido como Conselho para a Assistência Econômica Mútua (COMECON), formulado em 1949, que propunha a organização da produção industrial e a coordenação do comércio exterior dos países na zona de influência soviética. Apesar do relativo sucesso no estabelecimento de pactos comerciais bilaterais controlados pela União Soviética, o Plano não alcançaria sucesso comparável ao obtido pelo Plano Marshall.

Como destaca Munhoz (2004[b], p. 547), alguns autores advogam que, na realidade, a recuperação da Europa e a contenção de uma possível expansão comunista não foram os objetivos principais do Plano Marshall, mas a quebra “do velho modelo econômico” europeu.

De fato, o sucesso do Plano Marshall foi de tamanha importância para os Estados Unidos porque significou, em última análise, o rompimento definitivo da configuração internacional centrada na Europa e a consolidação de uma nova ordem internacional centrada na hegemonia norte-americana. Uma configuração sustentada pela ideologia da liberdade de ação das forças de mercado e pela defesa dos valores do “american way of life”, que permitisse, portanto, a universalização do modelo capitalista norte-americano.

É crucial enfatizar que o Plano Marshall não foi a primeira, nem a única ação norte-americana direcionada à formação de uma nova configuração internacional. Antes dele vieram o Acordo de Bretton Woods (1944), o Banco Mundial (1944), o Fundo Monetário Internacional (1944), todos direcionados à fundação de uma nova configuração monetária e financeira internacional. Paralelamente, a Doutrina Truman, o Plano Marshall, o TIAR (o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, assinado em 1947 na Conferência do Rio, que dispunha sobre a defesa coletiva do continente americano) e a OTAN objetivavam delinear os rumos da nova arquitetura de poder mundial implementada pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra.

Além disso, o processo de constituição de uma nova configuração internacional impulsionou uma série de conseqüências negativas: o Plano Marshall e o Plano Molotov, por exemplo, selaram a divisão da Europa e a divisão do globo em dois mundos: um mundo “livre” e um mundo “totalitário”, nos termos de Truman.

1.8 O APARATO ANTICOMUNISTA NORTE-AMERICANO E O ACIRRAMENTO DA GUERRA FRIA

A Doutrina Truman foi notadamente vitoriosa no interior da sociedade norte-americana. Conforme as tensões relacionadas à Guerra Fria cresciam, o poder e o prestígio do presidente Truman aumentavam por sua reconhecida destreza em opor-se à ameaça vermelha. Como observou o senador republicano Robert Taft no final de 1947: “Aparentemente confrontamos os desafios de Moscou em todas as frentes e em todos os assuntos. É no final das contas uma total ‘guerra de nervos’.” (LAFEBER, 1989, p. 458).

A extensão do poder de Truman era tamanha em fins de 1947, às vésperas das eleições do ano seguinte, que mesmo diante de um Senado e de um Congresso com maiorias republicanas, os projetos “em nome do interesse nacional” eram aprovados. Desse modo, em 1947, foi aprovado pelo Congresso um decreto de segurança nacional (“national-security act”) que ampliou e consolidou o poder presidencial.

Pelo decreto de 1947, o Departamento de Guerra e o Departamento da Marinha foram fundidos e passaram a integrar o Departamento de Estado, à época dirigido pelo Secretário de Estado James Forestal.

O decreto de 1947 criou também a Agência Central de Inteligência (CIA), com o objetivo oficial de coordenar as operações governamentais de inteligência e de prover o presidente com informações claras e precisas. Em 1948, com a tomada da Tchecoslováquia pelo comunismo, Truman ampliou o escopo de funções da CIA, conferindo-lhe poder para conduzir operações políticas em sigilo, comumente conhecidas pelos oficiais da CIA como “guerra paralela”¹⁷ contra o comunismo (LAFEBER, 1989, p. 459).

Na prática, Washington autorizou a CIA a empreender atos de sabotagem e de subversão, além de autorizá-la a mentir, “se necessário”. As operações da CIA deveriam, contudo, “ser planejadas e executadas de modo que caso fossem descobertas, o governo dos Estados Unidos poderia plausivelmente abster-se de qualquer responsabilidade sobre elas.” (TREVERTON, 1987, p. 997). A primeira operação internacional de grande repercussão da

¹⁷ No original: “back alley war”, nos termos do oficial do Departamento de Estado Dean Rusk.

CIA, rapidamente descoberta e criticada, ocorreria em 1948, quando o governo norte-americano manipulou as eleições italianas para assegurar a vitória do Partido Democrático Cristão sobre o Partido Comunista.

O decreto de 1947 criou ainda o Conselho de Segurança Nacional (“National Security Council”, NSC), sediado na própria Casa Branca, cujo propósito era a coordenação das informações e das decisões relativas à política externa.

O prestígio de Truman não significava, todavia, unidade de posicionamentos e opiniões nos Estados Unidos. O líder republicano da época, senador Robert Taft, e Henry Wallace eram críticos conhecidos. Taft argumentava que a interferência direta dos Estados Unidos na Turquia e na Grécia impedia que os norte-americanos questionassem as intervenções soviéticas no leste europeu.

O mais célebre entre os críticos norte-americanos foi o respeitado jornalista Walter Lippmann, um ex-assessor de Woodrow Wilson. Num conjunto de textos jornalísticos, reunidos posteriormente no livro “The Cold War”, Lippmann opôs-se às idéias de Kennan, principalmente à forma como foram alteradas e empregadas pela Doutrina Truman. Achenson, defensor da importância das “posições de força” no relacionamento de Washington com Moscou, havia aproveitado, sobretudo, a análise de Kennan referente à atração ideológica exercida pela União Soviética para justificar o endurecimento das ações anti-comunistas, posicionamento criticado por Kennan, que acreditava na eficácia da “dissuasão” diplomática dos objetivos soviéticos.

Lippmann condenava o caráter bélico do intervencionismo da Doutrina Truman. O fundamento de suas críticas era o questionamento de um ponto central das idéias de Kennan: a explicação sobre a motivação soviética. De acordo com o jornalista, as políticas expansionistas soviéticas eram influenciadas muito mais por tradições russas históricas do que pela ideologia comunista. Uma de suas mais famosas provocações a Kennan era a afirmação de que “Stalin não é meramente herdeiro de Marx e de Lênin, mas também de Pedro o Grande, o Czar de todas as Rússias”. Na realidade, o próprio Kennan baseava suas interpretações na história do expansionismo russo e não justificava os objetivos soviéticos meramente a partir das idéias comunistas.

Por essa abordagem, a vitória do Exército Vermelho na Europa Central em 1945 teria sido percebida por Stalin como a possibilidade de concretizar o que diversos Czares haviam desejado por séculos. Lippmann entendia a expansão soviética como um movimento histórico baseado na tradição, o que não descartava sua centralidade nos interesses nacionais soviéticos. E defendia que a abordagem de Washington em relação ao problema deveria ser

fundamentada por negociações pacíficas, já que, segundo ele, os soviéticos concordariam em se retirar da Europa se os norte-americanos fizessem o mesmo – idéia baseada, portanto, na convicção de que não se poderia falar em autonomia e liberdade na Europa enquanto tropas estrangeiras estivessem estacionadas no continente.

Os textos de LIPPMANN (1947, p. 15-29, 52-59) apontam ainda diversas conseqüências da implementação das idéias de Kennan pela Doutrina Truman, como a “perpetuação da necessidade de intervenção em todos os países que supostamente ‘contêm’ a União Soviética”, os vultosos custos das intervenções direcionadas à contenção e as intenções secretas de Washington em transformar o presidente num *commander in chief* com poderes ilimitados. Tão grave quanto as conseqüências anteriores era o esvaziamento de funções das Nações Unidas ou sua transformação numa “coalizão anticomunista”.

Lippmann preocupava-se especialmente com o belicismo da política externa norte-americana, crescentemente amparada por sua capacidade militar e cada vez menos preocupada em buscar a resolução pacífica de conflitos.

Em contraposição, Lippmann defendia amplamente o Plano Marshall, que à sua visão explorava adequadamente os potenciais econômicos dos Estados Unidos para firmar alianças com os Estados europeus.

1.9 A VITÓRIA MAOÍSTA E A “DESTRUIÇÃO MÚTUA ASSEGURADA”

O final da década de 1940 e o início dos anos 1950 marcaram uma nova fase nas relações entre os Estados Unidos e a União Soviética.

No começo de 1949, era patente a crença norte-americana na superioridade de Washington frente a Moscou. Como ironiza LAFEBER (1989, p. 477), os norte-americanos “gostavam de suas guerras, quentes ou frias, do mesmo modo que gostavam de seu baseball: facilmente compreensíveis, rápidas, e com um placar definido no final de modo que era claro quem havia vencido.”

Poucos meses depois, ao final de 1949, o quadro de franca superioridade e confiança sofreria uma reviravolta. A vitória das forças comunistas na China, sob a liderança de Mao Tse-Tung, e o primeiro teste nuclear da União Soviética punham por terra dois pilares da política externa norte-americana: a até então bem sucedida contenção do comunismo no Sudeste Asiático – região crucial para o Japão¹⁸ – e o monopólio sobre a tecnologia nuclear.

¹⁸ Sobre a centralidade do Sudeste Asiático para o Japão e para os Estados Unidos, ver o item (1.2) desta dissertação.

A incapacidade de atar a China com os laços do capitalismo norte-americano era conhecida por Truman e por Acheson havia muito tempo. O apoio de Washington ao governo de Chiang Kai-Shek mostrara-se, nas palavras do presidente, inócuo diante de “um dos mais corruptos e ineficientes governos que já tentaram governar um país” (LAFEBER, 1989, p. 477).

As críticas à política externa de Truman na China exploravam exatamente o *gap* entre o discurso presidencial, que salientava a importância da constante vigilância anti-comunista, dependente da aprovação de vultosos orçamentos pelo Congresso, e a incapacidade de utilizar a aclamada superioridade militar e econômica dos Estados Unidos para evitar que a China fosse “perdida”.

Em 1949, incapaz de sustentar as disputas pelo poder no vasto território chinês e sem o apoio norte-americano, Chiang foi conduzido, junto com suas tropas remanescentes, à ilha de Taiwan. Em junho do mesmo ano, Mao anunciava publicamente o “alinhamento” da China com os soviéticos.

As tentativas de reaproximar os Estados Unidos dos chineses não estavam completamente esgotadas. O reconhecimento do novo governo chinês por Washington permanecia como uma possibilidade em aberto. Mesmo o comércio com a China mantinha-se em patamares análogos aos anteriores à ascensão dos maoístas ao poder.

Muito embora existentes, tais tentativas de reaproximação esbarravam ora na crescente insatisfação de Truman com as declarações de Mao, que sinalizavam o alinhamento com a União Soviética, ora no receio norte-americano das possíveis repercussões internas do reconhecimento de um governo comunista. Do lado chinês, a desconfiança em relação ao governo que havia apoiado as forças de Chiang obstaculizava, igualmente, as possibilidades de reconhecimento diplomático mútuo entre a China e os Estados Unidos.

As tensões, já crescentes em novembro de 1948 com a prisão e o julgamento do cônsul norte-americano na China, Angus Ward, sob acusação de espionagem, foram acirradas em janeiro de 1950, com o fechamento das embaixadas norte-americanas em Beijing. Em fevereiro de 1950, viria a grande notícia: Mao, que viajara para Moscou semanas antes, havia formalizado uma aliança com Stalin.

Contudo, nem mesmo a união de dois poderosos países sob o regime comunista chocaria o Ocidente com tamanho impacto quanto a declaração de Truman em setembro de 1949 de que os soviéticos haviam detonado uma bomba atômica.

A percepção da radiação nuclear pelo governo norte-americano havia sido realizada um mês antes do anúncio presidencial. Durante quatro semanas, planejou-se a forma menos

traumática de divulgar a notícia, sob o peso da incredulidade de alguns especialistas que ainda acreditavam na incapacidade soviética de desenvolver tecnologia nuclear.

O verdadeiro significado da notícia não podia, entretanto, ser minimizado: os norte-americanos e seus aliados estavam, a partir daquele momento, tão expostos à destruição em massa quanto os soviéticos e os povos na zona de influência do comunismo. Nas palavras de Achenson, o controle soviético sobre a bomba nuclear “mudava tudo”.

1.10 DA DIPLOMACIA ATÔMICA À DIPLOMACIA TERMONUCLEAR: NSC-68 E A CORRIDA ARMAMENTISTA

A resposta norte-americana ao alinhamento dos chineses com a União Soviética e à demonstração de força soviética em seu teste nuclear foi o NSC-68 (National Security Council paper 68).

O documento, classificado como “top secret” até 1975, proveu aos Estados Unidos importantes diretrizes da política de contenção e de combate ao comunismo durante toda Guerra Fria.

Em 1949, constatada uma nova fase da Guerra Fria, Achenson expôs a Truman a necessidade de novas estratégias para combater a ameaça vermelha e de novas idéias para convencer os norte-americanos a financiarem a nova etapa da “cruzada” anti-comunista.

O cenário político interno no início da década de 1950 não favorecia, porém, a resposta de Truman aos novos desafios. A reeleição em 1948, a aversão dos congressistas em relação a Achenson, a “perda” da China para os comunistas e as demonstrações soviéticas de poder colocavam em risco as alianças entre o presidente e os republicanos.

Mesmo entre o alto escalão governamental, a oposição ao iminente endurecimento das relações entre Washington e Moscou estava presente. Em correspondência particular com Achenson, George Kennan – então diretor da seção de planejamento de políticas do Departamento de Estado – clamava ao Secretário de Estado que não permitisse que os Estados Unidos respondessem às ações soviéticas com uma corrida armamentista, que poderia incluir a criação de uma bomba de hidrogênio altamente destrutiva.

Em contraposição, Kennan apontava a necessidade de rever a política externa norte-americana na busca de alternativas não belicistas, posicionamento que o afastava não apenas das idéias de Achenson em relação aos desafios que se apresentavam aos Estados Unidos em 1950, mas de toda a tradição de política externa inaugurada pela Doutrina Truman.

A oposição entre a abordagem diplomática e conciliatória de Kennan e a convicção de Acheson acerca da necessidade de implementar uma política baseada em “posições de força” conduziria à substituição de George Kennan por Paul Nitze, que supervisionaria a formulação do NSC-68.

A versão final do NSC-68 continha uma série de suposições necessárias para conferir consistência interna ao documento.

Primeiramente, o NSC-68 reconhecia que, com a derrota do Japão e da Alemanha, e com o declínio de poder da França e da Grã-Bretanha, a hegemonia mundial era disputada pelos Estados Unidos e pela União Soviética (PATERSON, 1989, p. 301).

Em segundo, supunha-se que, num primeiro estágio, o principal objetivo soviético era o controle absoluto sobre seu próprio território e sobre o Leste da Europa. Todavia, a União Soviética era guiada pelo comunismo, “uma fé fanática (...) que procura impor sua autoridade absoluta sobre o resto do mundo” (PATERSON, 1989, p. 301).

Em terceiro, o NSC-68 considerava que o conflito entre os Estados Unidos e a União Soviética, que até o final da década de 1940 era “endêmico”, poderia ser disseminado, já que o número crescente de armas de destruição em massa colocava diante de cada indivíduo a possibilidade real de aniquilação.

Em quarto lugar, o documento postulava que a principal fraqueza de Moscou era a sua base interna. Como no interior da União Soviética imperava, à visão de Washington, a fragilidade das relações entre o Kremlin e o povo soviético, que supostamente apoiava as ações de Stalin por medo, defendia-se que o sucesso das pressões militares norte-americanas era o meio mais seguro de combater as ambições soviéticas. Altamente dependentes de seu poderio militar para concretizar seus objetivos, os soviéticos deveriam ser combatidos precisamente pelas armas, aquilo que os fortalecia. O NSC-68 propunha, então, não apenas a contenção do modelo soviético de organização social e política, na linha da Doutrina Truman, mas a sua destruição.

A necessidade de formar uma coalizão internacional para colocar em marcha objetivos de tamanha proporção figura, igualmente, entre as preocupações do NSC-68.

Para a política de “contenção”, [uma comunidade internacional forte] é aquela que busca através de todos os meios com exceção da guerra (1) bloquear outras expansões do poder soviético, (2) expor as mentiras das pretensões soviéticas, (3) induzir ao recuo do controle e da influência exercidos pelo Kremlin e (4) de forma geral, plantar as sementes da destruição no sistema soviético de modo que o Kremlin seja finalmente conduzido ao ponto de modificar seu comportamento para

conformar-se aos padrões internacionais geralmente aceitos. (PATERSON, 1989, p. 302)¹⁹

O documento analisava também as estratégias a serem implementadas. Descartados os dois possíveis extremos em termos de política externa (o completo recuo dos Estados Unidos para o Ocidente ou uma ofensiva bélica direta contra a União Soviética), o Departamento de Estado recomendava o fortalecimento rápido e profundo do complexo militar norte-americano, com o amplo incremento das tropas e das armas dos Estados Unidos. Somente desta forma seria possível coibir possíveis invasões soviéticas através de guerras rápidas e localizadas, ao invés de grandes ofensivas nucleares que sinalizavam com a aniquilação humana.

Um dos mais importantes ingredientes do poder é a força militar. De acordo com o conceito de “contenção”, a manutenção de uma postura militar forte é enfatizada como essencial por duas razões: (1) como uma garantia em última instância de nossa segurança nacional e (2) como uma base de sustentação indispensável para a condução da política de “contenção”. Sem uma força militar agregada superior, pronta e rapidamente mobilizável, uma política de “contenção” – que é de fato uma política de coerção calculada e gradual – não é nada mais do que uma política de blefe. (PATERSON, 1989, p. 302)²⁰

Especialmente importante era a ênfase na necessidade de desenvolver novas armas nucleares. E não apenas a reprodução das bombas já conhecidas, mas a criação de bombas “termonucleares”, com capacidade explosiva incomparavelmente maior. Residia aí, provavelmente, a esperança de que os soviéticos seriam mais sensíveis à ameaça de destruição do mundo do que à possibilidade de destruir apenas a União Soviética.

Objetivos de tamanha envergadura dependiam naturalmente de quantias de recursos sem precedentes na história dos orçamentos militares norte-americanos. Achenso e Nitze acreditavam que a implementação desses objetivos requeria que Washington aumentasse seus gastos militares em 400%, saltando de US\$ 13 bilhões a.a. em 1949 para cerca de US\$ 50 bilhões a.a. em 1950. Mas o Secretário de Estado preferia encarar o salto dos gastos como um investimento, que poderia impulsionar a economia norte-americana e evitar uma nova

¹⁹ No original: “As for the policy of “containment”, it is one which seeks by all means short of war to (1) block further expansion of Soviet power, (2) expose the falsities of Soviet pretensions, (3) induce a retraction of the Kremlin’s control and influence and (4) in general, so foster the seeds of destruction within the Soviet system that the Kremlin is brought at least to the point of modifying its behavior to conform to generally accepted international standards.”

²⁰ No original: “One of the most important ingredients of power is military strength. In the concept of “containment”, the maintenance of a strong military posture is deemed to be essential for two reasons: (1) as an ultimate guarantee of our national security and (2) as an indispensable backdrop to the conduct of the policy of “containment”. Without superior aggregate military strength, in being and readily mobilizable, a policy of “containment” – which is in effect a policy of calculated and gradual coercion – is no more than a policy of bluff.”

depressão – argumento recorrentemente utilizado para a aprovação dos orçamentos perdulários do Departamento de Estado.

A centralidade do apoio internacional era, nesse contexto, claramente apresentada como condição para a viabilização financeira dos projetos e para a concretização das idéias propostas no NSC-68. Muito embora o “fardo” de guiar o mundo nessa expedição anti-comunista recaísse, mais uma vez, sobre os norte-americanos.

Nossa posição como o centro de poder do mundo livre provê aos Estados Unidos uma grande responsabilidade de liderança. Devemos organizar e angariar energias e recursos do mundo livre num programa positivo voltado para a paz que frustrará os planos do Kremlin para a dominação do mundo através da criação de uma situação no mundo livre em relação a qual o Kremlin será compelido a adequar-se. (...) A análise demonstra que esse processo será caro e envolverá significantes ajustes econômicos e financeiros domésticos. (PATERSON, 1989, p. 304-305)²¹

Os receios de Walter Lippmann de que o aprofundamento do processo de militarização poderia colocar o sistema constitucional norte-americano em perigo, criando um “super-presidente” com poderes ilimitados, permeavam a imaginação dos Republicanos. Louis Johnson, Secretário de Defesa, questionava simultaneamente a capacidade e a desejabilidade dos Estados Unidos colocarem tal processo em curso. Achenso rebatia as críticas e a oposição interna ao NSC-68 com o argumento de que Stalin só entendia a linguagem da força, de modo que negociações diplomáticas eram inócuas e dispensáveis.

No próprio Departamento de Estado, George Kennan e Charles Bohlen, experts na política externa entre Estados Unidos e União Soviética, questionavam a plausibilidade dos argumentos do NSC-68. À visão dos especialistas, Stalin não tinha intenção, tampouco condições, de dominar o mundo. Kennan temia particularmente que a corrida armamentista atasse o campo de manobra da diplomacia, restando ao mundo a alternativa de uma Guerra Fria de longa duração, baseada no “equilíbrio de terror”.

Em abril de 1950, Achenso venceu e Truman sancionou o NSC-68. Antes de sua aprovação final, no entanto, já era questão fechada para o presidente a necessidade de criar bombas termonucleares²² (também denominadas bombas de hidrogênio ou “H-bombs”).

²¹ No original: “Our position as the center of power in the free world places a heavy responsibility upon the United States for leadership. We must organize and enlist the energies and resources of the free world in a positive program for peace which will frustrate the Kremlin design for world domination by creating a situation in the free world to which the Kremlin will be compelled to adjust.”

²² Existem, basicamente, dois tipos de bombas nucleares: as bombas atômicas (também denominadas bombas de átomos, A-bombs ou, simplesmente, The Bombs) e as bombas de hidrogênio (muito conhecidas também como H-bombs, bombas termonucleares ou bombas de fusão). O primeiro tipo inclui armas cuja energia é produzida através de reações de fissão nuclear e são capazes de liberar uma quantidade de energia que pode oscilar entre a quantidade liberada pela explosão de menos de uma tonelada de TNT (dinamite) até 500.000 toneladas de TNT. Já as armas termonucleares, produzem energia através de reações de fusão nuclear, podendo liberar quantidades

Como os soviéticos tinham condições construí-las, os Estados Unidos deveriam desenvolvê-las primeiro.

De Fato, desde 1945 os Estados Unidos consideravam a possibilidade de utilizar armas nucleares para confrontar as agressões de Moscou. Muito embora a história tenha revelado o grande hiato entre o discurso e a real capacidade nuclear em poder de Washington.

Documentos confidenciais do governo norte-americano revelaram planos de 1946-1947 em que se cogitava a possibilidade de, na eventualidade de uma guerra direta contra a União Soviética, destruir 17 cidades soviéticas consideradas estratégicas com o auxílio de bombas atômicas. O problema era que os Estados Unidos possuíam, no máximo, 12 bombas, nenhuma delas imediatamente operacional²³. Até meados de 1947, nem mesmo Truman conhecia exatamente o número de bombas atômicas que controlava.

A ameaça soviética na Alemanha, “porta de entrada para toda a Europa Ocidental”, agravada pela primeira Crise de Berlim de 1948-1949²⁴, colocou na pauta do dia a necessidade de revigorar e reorganizar a “diplomacia nuclear” dos Estados Unidos, deslocando-a da era das armas atômicas para a era das armas termonucleares.

Poucos meses antes da primeira Crise de Berlim, Truman havia endurecido o discurso sobre a necessidade de impor maior controle aos orçamentos militares, estratégia obviamente fomentada para conquistar a parcela do eleitorado preocupada com o equilíbrio das contas públicas.

de energia semelhantes às liberadas pela explosão de 50 milhões de toneladas (megatons) de TNT. Na realidade, o princípio de funcionamento das H-bombs não estabelece limites de capacidade explosiva. 50 megatons referem-se à capacidade da maior bomba termonuclear já detonada: a bomba soviética “Czar”. Para maiores detalhes, ver o site, acessado em 04/03/2006: <http://www.britannica.com/ebc/article-9373730>

²³ De acordo com ALPEROVITZ (1965, p. 47) e LAFEBER (1989, p. 482), as bombas atômicas norte-americanas estavam, em sua maioria, localizadas no Novo México e encontravam-se desmontadas (inclusive por questões de segurança). A preparação de uma única bomba atômica, com o objetivo de torná-la operacional, dependeria do trabalho contínuo de uma equipe de 40 profissionais qualificados por um prazo médio de 2 semanas.

²⁴ Em julho de 1945, na Conferência de Potsdam, os “três grandes”, Churchill (e depois seu sucessor do Partido Trabalhista, Attlee), Stalin e Truman acordaram que a Alemanha seria dividida em 4 zonas: uma norte-americana, uma britânica, uma francesa e uma soviética. Berlim, antiga capital do Reich, seria igualmente dividida em 4 zonas, cada qual sob o controle dos países que dominavam o país. A parte soviética de Berlim concentrava, todavia, pontos nodais de uma série de vias de acesso (ferroviárias, aéreas, fluviais e estradas) que interligavam as 4 partes de Berlim. Após a tomada da Tchecoslováquia pelos comunistas em fevereiro de 1948, a aliança ocidental decidiu reunificar as três zonas da Alemanha sob seu poder, criando, por exemplo, o Deutsche Mark, que em 20 de junho de 1948 tornou-se a moeda comum das três zonas ocidentais unificadas. A unificação desagradou a Stalin, que em 23 de junho do mesmo ano isolou geograficamente toda Berlim, através do bloqueio das vias de acesso. A saída ocidental foi o abastecimento das zonas ocidentais de Berlim por vias aéreas. O bloqueio durou 11 meses e acirrou as já tensas relações entre Washington e Moscou. Em 1949, após um “ultimato atômico” e o posicionamento de três esquadras de bombardeiros B-29 na costa alemã, a divisão da Alemanha foi oficializada, criando dois Estados independentes: a República Federal da Alemanha (*Bundesrepublik Deutschland*, a RFA), sob influência ocidental, criada em 23 de maio de 1949; e, em 7 de outubro de 1949, a República Democrática da Alemanha (*Deutsche Demokratische Republik*, ou RDA), na zona de influência soviética. Para maiores detalhes, ver: WINKLER (2000) e FONTAINE (2006).

Uma vez reeleito, o posicionamento de Truman em relação aos gastos militares foi afrouxado e a expectativa de que a “aniquilação sem representação” se materializasse tornou-se mais concreta à medida que o Congresso e a opinião pública norte-americana, bombardeados pela ideologia belicista de Truman e Acheson, acostumavam-se com a idéia de um *commander in chief* com poderes nucleares ilimitados.

A produção acelerada de novas bombas atômicas não saciaria, entretanto, a sede de segurança de Casa Branca. Já em 1949, Edward Teller, líder de um grupo de cientistas especializados em tecnologia nuclear, apresentou a Truman a possibilidade de construir armas nucleares ainda mais potentes: as bombas termonucleares.

As idéias de Teller foram amplamente contestadas por J. Robert Oppenheimer, cientista chefe do projeto nuclear norte-americano entre 1942 e 1945. Oppenheimer não acreditava na possibilidade de se construir tal bomba e, ao lado de personalidades do cenário político norte-americano, alertava que, mesmo se viabilizado, esse projeto iniciaria uma corrida armamentista sem fim.

A centralidade do complexo militar-industrial na lógica da política interna e externa arquitetadas por Acheson e Truman era tamanha que, em janeiro de 1950, o presidente já estava convencido da primordialidade de aprovar o NSC-68 e iniciou, no mesmo ano, o financiamento do projeto de construção da “H-bomb”.

Em 1952, os Estados Unidos testaram sua primeira bomba termonuclear. Um ano depois, foi a vez dos soviéticos. E, 25 anos após a explosão da primeira bomba de hidrogênio, cinco outros países testaram suas próprias armas termonucleares.

1.11 CAÇA ÀS BRUXAS: MACARTISMO E TENSÃO SOCIAL NOS ESTADOS UNIDOS, 1950-1955

A intensificação da corrida armamentista e o agravamento das relações entre norte-americanos e soviéticos alcançava patamares preocupantes já na primeira metade da década de 1950 e os reflexos da nova fase da política de contenção do comunismo, inaugurada pelo NSC-68, não tardaram.

Os rumos da política externa dos Estados Unidos dependiam fundamentalmente do cenário político interno. Uma questão central a ser resolvida em 1950 era o convencimento da própria sociedade norte-americana sobre a necessidade emergencial de colocar em prática o receituário anti-comunista idealizado por Acheson e Truman.

Numa série de discursos no começo de 1950, Achenso conclamava a população norte-americana a apoiar a política externa anti-comunista de Washington, enfatizando os perigos que aguardavam os Estados Unidos caso os cidadãos não proovessem todo “suporte financeiro e moral” necessário ao seu governo.

Achenso compreendia que a capacidade de convencimento exercida por Washington sobre os norte-americanos dependia, no curto prazo, da credibilidade das políticas propostas pelo NSC-68. E, em janeiro de 1950, quando as manchetes dos principais jornais anunciaram o envolvimento de Alger Hiss, um importante oficial do Departamento de Estado que havia assessorado diretamente o presidente Roosevelt na Conferência de Yalta em 1945, com o partido comunista, a retórica de Achenso foi exposta a sérios ataques.

Com base no testemunho do jornalista e membro do partido comunista Jay Vivian David Whittaker Chambers, a imprensa norte-americana promoveu ataques frontais a Alger Hiss, acusando-o de repassar aos comunistas documentos governamentais secretos.

Apesar da recusa veemente de Hiss durante seu julgamento, denúncias de Chambers e o empenho do deputado republicano pelo estado da Califórnia, Richard Nixon, foram suficientes para comprovar o envolvimento do oficial do Departamento de Estado com o Partido Comunista. Hiss foi acusado de perjúrio à época da descoberta de documentos governamentais secretos, escondidos no interior de uma abóbora, numa fazenda de Chambers: quatro rolos de microfilme, celebrizados pela imprensa como os “Pumpkin Papers”.

As fotos de Nixon posando com documentos microfilmados foram estampadas nas primeiras capas de vários jornais. O inexpressivo deputado republicano, membro do “House Committee on Un-American Activities” (1938-1975), tornou-se célebre da noite para o dia.

Nixon denunciou então a existência de uma “conspiração” que evitava que os fatos da alta política norte-americana chegassem ao conhecimento público. Enfatizava particularmente que o fortalecimento comunista no início dos anos 1950 estava diretamente associado à atuação de traidores e espiões infiltrados no governo norte-americano.

Achenso, desorientado perante a enxurrada de denúncias postuladas pelos republicanos, cometeu o erro de apoiar publicamente Hiss – com quem sabidamente não mantinha contatos –, declarando que não viraria “as costas a Alger Hiss” naquele momento.

Em janeiro de 1950, mesmo mês da comprovação do envolvimento de Hiss, foi descoberto o envolvimento do cientista britânico Klaus Fuchs, que havia contribuído com o desenvolvimento de armas nucleares, com agentes soviéticos.

Estava aberta a temporada de “caça às bruxas vermelhas”.

As investigações oficiais das atividades comunistas no interior da sociedade norte-americana remontavam, na realidade, à maio de 1938, quando o Congresso dos Estados Unidos formou um comitê, que vigoraria até 1975, com o declarado propósito de identificar e denunciar comunistas infiltrados no governo²⁵.

O “House Committee on Un-American Activities” (HCUA) – que em 1969 passou a ser denominado “Committee on Internal Security” e, em 1975, com sua extinção, passou suas funções para o “House Judiciary Committee” – foi primordialmente criado, sob a presidência do deputado democrata texano Martin Dies, para investigar o envolvimento de norte-americanos com movimentos nazistas e com o Ku Klux Klan (um grupo de organizações, com origem nos Estados Unidos, que defendiam a “supremacia da raça branca, o anti-semitismo, o racismo, o anti-Catolicismo e a xenofobia”).

Com a constatação de que “faltavam provas substanciais” que embasassem as investigações iniciais e com o reconhecimento do KKK como “uma antiga instituição norte-americana” pelo deputado democrata John E. Rankin, o HCUA direcionou seus esforços para investigar a suposta infiltração de membros do Partido Comunista na “Works Progress Administration” (WPA), a maior agência de empregos e de assistência social dos Estados Unidos, criada em 1935 no governo Roosevelt como parte do New Deal. As suspeitas estendiam-se até aos membros do “Federal Theatre Project”, um projeto, associado ao WPA, para financiar o teatro norte-americano durante a Grande Depressão.

O trabalho do HCUA durante a década de 1940 e o início da década de 1950 confunde-se, geralmente, com a atuação do senador republicano Joseph McCarthy. Seduzido pela repercussão nacional da “caça aos comunistas”, McCarthy identificou na ameaça vermelha a oportunidade para sua reeleição em 1952.

Em janeiro de 1950, McCarthy propagandeou que 205 comunistas infestavam o Departamento de Estado. Quando provas foram solicitadas pelos outros membros do HCUA, o senador mudou o número de comunistas para 81, 57 e, finalmente, para “muitos”.

Investigações do HCUA provaram que as acusações de McCarthy eram infundadas. Mas, naquele momento, um fenômeno político e social de grandes repercussões já havia sido engrenado: o Macartismo, que marcou profundamente o período entre 1950 e 1955.

O termo “macartismo” foi, na realidade, criado em 29 de março de 1950 pelo cartunista Herbert Block. Num cartum publicado naquele dia no Washington Post, Block

²⁵ Os Comitês investigativos especiais são uma tradição na história política norte-americana do século XX. Antes do HCUA, outro comitê já havia sido criado para investigar atividades conspiratórias e subversivas nos Estados Unidos: o Comitê McCormack-Dickstein (1934), que tinha como objetivo investigar atividades e propaganda nazistas.

ilustrava quatro famosos líderes Republicanos tentando empurrar um elefante (o tradicional símbolo do Partido Republicano) em direção a uma pilha de dez latas instavelmente sobrepostas. No alto da pilha, um barril, com a inscrição “McCarthyism”²⁶.

Macartismo transformou-se, portanto, no nome pelo qual ficou conhecida a política norte-americana de combate às “atividades anti-americanas” (isto é, comunistas), comumente empreendida sem evidências e sem provas substanciais, mas de forma pública e ao custo de inúmeras violações dos direitos individuais, suficientes para destruir a reputação de seus alvos.

Movimento ideologicamente arquitetado pela elite dos Estados Unidos, o Macartismo encontrou na sociedade norte-americana do início da década de 1950 um terreno muito fértil. Historicamente fascinados por “caças às bruxas” – no mais tradicional estilo dos últimos julgamentos por bruxaria promovidos em outubro de 1692 na cidade de Salém, Massachusetts – os norte-americanos estavam notadamente suscetíveis ao espetáculo que McCarthy oferecia no contexto do terror eficientemente disseminado por Achensohn e Truman.

As acusações de “anti-americanismo” rapidamente se disseminaram por todo território norte-americano. De membros do governo a professores universitários, de atores de Hollywood a escritores e intelectuais. Todos estavam na mira de McCarthy. Nem mesmo Samuel Dickstein, vice-presidente do HCUA, escapou das acusações de envolvimento com atividades comunistas.

Entre os investigados, figuravam o ator Charlie Chaplin, o escritor e dramaturgo Arthur Miller, o físico “pai” da bomba atômica J. Robert Oppenheimer, o reverendo David P. Smith e o economista Paul Sweezy. O mais célebre suspeito seria, entretanto, Albert Einstein, que ironicamente imigrara para os Estados Unidos fugindo dos nazistas.

Profundamente motivado por interesses eleitoreiros particulares, McCarthy acusava qualquer um que se colocasse entre ele e sua reeleição. Rebatizados pelo senador republicano de “Commicrat Party” (uma corruptela das palavras “communist” e “democrat”), os democratas acusavam McCarthy de estar mais interessado nas manchetes de primeira página do que na extirpação dos comunistas da sociedade norte-americana.

²⁶ Após a divulgação pública, em fevereiro de 1950, de que possuía uma lista com o nome de 205 suspeitos de envolvimento com o comunismo infiltrados no Departamento de Estado, Joseph McCarthy recebeu o apoio imediato de políticos republicanos interessados em tomar carona no sucesso repentino da “caça às bruxas”. Dentre os mais importantes, estavam os senadores republicanos Kenneth S. Wherry, Robert A. Taft, e Styles Bridges, além do presidente nacional do Partido Republicano, Guy Gabrielson, os quatro personagens presentes no cartum de Block. A ironia encerrada pelo cartum é, portanto, o apoio incondicional da elite do Partido Republicano às idéias de McCarthy, que se provaram indefensáveis e frágeis. O cartum, acessado em 14/01/2006, está disponível em: <http://www.loc.gov/rr/print/swann/herblock/images/hblock4.jpg>

Como observou o jornalista Richard Rovere, McCarthy “era essencialmente uma força destrutiva, um ‘revolucionista’ sem qualquer visão revolucionária”. McCarthy utilizava, segundo Rovere, uma estratégia consagrada na política norte-americana: a “múltipla mentira”, isto é, uma mentira composta por um número tão grande de partes e construída tão rapidamente que ninguém poderia monitorar e identificar os fundamentos das acusações.

À época das primeiras acusações apresentadas por McCarthy, o próprio Acheson estava em excursão pelo país, atemorizando os norte-americanos face ao fortalecimento dos comunistas, na tentativa de convencer a população dos Estados Unidos a apoiar o NSC-68.

Num significativo discurso proclamado no Clube Nacional da Imprensa, em janeiro de 1950, Acheson alertava para os novos desafios e para os limites do poder norte-americanos.

Nesse discurso, o Secretário de Estado enfatizava a disposição de Washington em continuar a defender o Japão contra o comunismo, traçando um perímetro de segurança na Ásia atrás do qual os Estados Unidos não poderiam fornecer garantias. Aquém desse perímetro estava, por exemplo, a Coreia.

Em seus discursos do início de 1950, Acheson destacava igualmente o poder das forças nacionalistas asiáticas, sobretudo na China, supostamente capazes de gerar atritos com os soviéticos²⁷.

O Secretário de Estado insistia, todavia, que a ascensão do poder soviético exigia uma resposta rápida e compreensível em termos da lógica de Moscou – a lógica da força. Uma resposta baseada na demonstração de força, de capacidade bélica e de disposição para empregá-la se necessário. Porém, suas tentativas de “educar os norte-americanos”, de convencê-los de que o país estava envolvido numa “guerra fria” que “era de fato uma guerra real e de [provar] que a União Soviética tinha um propósito central que era a dominação do mundo” mostravam-se pouco eficazes.

Pesquisas públicas indicavam que os norte-americanos não estavam dispostos a fornecer ao governo norte-americano os bilhões de dólares de que necessitava para colocar o NSC-68 em prática. Tampouco Truman encontrava-se num cenário político favorável para pleitear tais quantias ao Congresso de maioria republicana.

Em meados de 1950, a situação da política externa norte-americana era percebida por Acheson com grandes preocupações.

²⁷ Acheson ressaltava, por exemplo, as históricas disputas territoriais entre a União Soviética e a China. À sua visão, tais disputas haviam deixado uma herança para os chineses, que, embora fragmentada pelo governo de Mao, persistia como um germe de rivalidade entre os dois países. De fato, as discussões entre Mao e Stalin antes do alinhamento formal dos chineses com os soviéticos foram obstaculizadas pela insistência do Kremlin em anexar partes do território chinês.

As preocupações do Secretário de Estado começariam a mudar radicalmente em 24 de julho de 1950, quando Acheson recebeu a notícia de que tropas da Coreia do Norte haviam ultrapassado a força o paralelo 38, que separava a Coreia do Norte, comunista e na esfera de influência soviética, da Coreia do Sul, capitalista e apoiada pelos Estados Unidos.

Em 1905, o poderoso Império Japonês havia dividido a Coreia em dois países porque, conforme sintetizado por um adágio em menção ao posicionamento geoestratégico coreano e em referência às rivalidades históricas entre japoneses e coreanos, a Coreia formava “uma adaga apontada para o coração do Japão”.

Na Conferência de Teerã de 1943, soviéticos, britânicos e norte-americanos haviam prometido criar uma Coreia unificada e livre após a Segunda Guerra. Mas já em 1944-1945, oficiais norte-americanos concluíram que, para evitar conflitos com a União Soviética, o paralelo 38 deveria continuar servindo como uma linha divisória temporária entre as duas Coreias, o que foi respeitado nos cinco anos seguintes.

Em junho de 1950, diante da ofensiva norte-coreana, Truman anunciou que os Estados Unidos interviriam na região para proteger a Coreia do Sul da invasão comunista. Estava declarada a Guerra da Coreia, que durou, na prática, três anos²⁸ e matou 33.000 soldados norte-americanos, o dobro de sul-coreanos e entre um e dois milhões de norte-coreanos e chineses (LAFEBER, 1989, p. 486).

O sangrento episódio inaugurou uma nova fase da Guerra Fria: a promoção de confrontos bélicos localizados patrocinados pelos Estados Unidos e pela União Soviética, que ao se enfrentarem indiretamente conferiram uma outra esfera de significação ao conceito de “guerra fria”.

Nos termos de Acheson, pronunciados em 1953, “a Coreia moveu diversas questões do domínio da teoria e as trouxe direto (...) para o domínio da urgência”. A guerra “confirmou em nossas cabeças a assertividade da análise do NSC-68” ao provar que “a União Soviética planejava utilizar suas forças em batalhas para alcançar seus propósitos” (ACHENSON, 1965, p. 167).

Uma era de incertezas rondava o mundo. Mas ao lado das incertezas e dos desafios, vislumbravam-se oportunidades.

²⁸A Guerra da Coreia foi desenvolvida entre de 25 de junho de 1950 e 27 de julho de 1953, com um cessar-fogo que não foi de imediato oficialmente reconhecido como o fim da guerra.

CAPÍTULO 2: A GUERRA DO VIETNÃ (1965-1975)

Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens foram criados iguais, foram dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade.

Que a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em tais princípios e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar-lhe a segurança e a felicidade.

Na realidade, a prudência recomenda que não se mudem os governos instituídos há muito tempo por motivos leves e passageiros; e, assim sendo, toda experiência tem mostrado que os homens estão mais dispostos a sofrer, enquanto os males são suportáveis, do que a se desagrar, abolindo as formas a que se acostumaram. Mas quando uma longa série de abusos e usurpações, perseguindo invariavelmente o mesmo objeto, indica o desígnio de reduzi-los ao despotismo absoluto, assistem-lhes o direito, bem como o dever, de abolir tais governos e instituir novos-Guardas para sua futura segurança. (Preâmbulo da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, 4 de julho de 1776)²⁹

A tradicional perspicácia de Eric Hobsbawm faz-se ainda mais notável quando consideramos sua caracterização da era da Guerra Fria como um período de “equilíbrio de terror” - termo, de fato, já empregado por outros autores antes de Hobsbawm.

Num contexto histórico de ampla polarização política, econômica e ideológica, a existência de armas capazes de destruir todo planeta não apenas uma, mas diversas vezes, impunha ao cotidiano de milhões de pessoas uma assombrosa realidade.

Se um único mundo não era suficiente para todos, como lidar com as crescentes tensões entre Estados Unidos e União Soviética sem conduzir a humanidade à aniquilação?

²⁹ No original: “We hold these Truths to be self-evident, that all Men are created equal, that they are endowed, by their Creator, with certain unalienable Rights, that among these are Life, Liberty, and the Pursuit of Happiness. // That to secure these Rights, Governments are instituted among Men, deriving their just Powers from the Consent of the Governed, that whenever any Form of Government becomes destructive of these Ends, it is the Right of the People to alter or abolish it, and to institute new Government, laying its Foundation on such Principles, and organizing its Powers in such Form, as to them shall seem most likely to effect their Safety and Happiness. // Prudence indeed, will dictate, that Governments long established, should not be changed for light and transient Causes; and accordingly all Experience hath shewn, that Mankind are more disposed to suffer, while Evils are sufferable, than to right themselves by abolishing the Forms to which they are accustomed. But when a long Train of Abuses and Usurpations, pursuing invariably the same Object, evinces a Design to reduce them under absolute Despotism, it is their Right, it is their Duty, to throw off such Government, and to provide new Guards for their future Security.”

Conforme analisado no primeiro capítulo, o sucesso dos objetivos dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial dependia fundamentalmente da sua capacidade de convencimento sobre a sociedade norte-americana e sobre os outros países da configuração internacional.

Apresentar os interesses privados de Washington como interesses comuns à sociedade internacional e defender a viabilidade de universalização do modelo norte-americano de organização social capitalista eram ambições distintivamente atreladas ao modo como os Estados Unidos exerceriam seu poder hegemônico.

Com o acirramento da Guerra Fria, o aparato institucional edificado por Washington passou a incorporar igualmente o objetivo de construir uma “esfera de influência” do poder norte-americano, polarizada em relação a uma outra “esfera de influência” soviética, definidas por VLOYANTES como:

(...) uma área na qual é projetado o poder e a influência de um país, primordialmente com propósitos políticos, militar-estratégicos, ou econômicos, mas as vezes também com objetivos culturais. Os Estados nessa área são geralmente nominalmente independentes, mas o grau de influência pode ser tão grande de modo que reste pouca independência; ou pode ser tão indireto e restrito que permita uma considerável independência. (VLOYANTES, 1970, p.2)³⁰

A arquitetura do poder norte-americano e soviético na configuração internacional que vigorou durante a Guerra Fria deve ser entendida precisamente em função dos interesses estratégicos de cada potência, orientados por modelos de organização social, política e econômica fundamentalmente diferenciados.

As diversas tensões em torno desse arranjo das relações internacionais foram analisadas no capítulo anterior à luz dos fundamentos da política externa – e, conseqüentemente, interna – dos Estados Unidos no período que sucedeu imediatamente a Segunda Guerra Mundial. Aquela análise objetivou, sobretudo, o fornecimento de uma base interpretativa do objeto de estudo do presente capítulo: a Guerra do Vietnã (1965-1975).

Todo observador que se debruce sobre a história do século XX não pode deixar de notar o volume de esforços direcionados por pesquisadores e cientistas das mais diversas áreas ao estudo de um conflito bélico entre um pequeno país da Ásia e a maior potência econômica e militar do mundo, que teve como saldo a vitória do mais fraco e a derrota e a desmoralização internacional do mais forte.

³⁰ No original: “A sphere of influence is an area into which is projected power and influence of a country primarily for political, military-strategic, or economic purposes, but sometimes cultural purposes may be added. States within the area are usually nominally independent, but the degree of influence may be so great as to leave little independence; or it may be so indirect and restrained as to permit considerable independence.”

A Guerra do Vietnã expôs incisivamente, na década de 1970, os limites do poder norte-americano. Incapazes de sustentar sua retórica salvacionista, há séculos inspirada na idéia do “destino manifesto”, perante os Estados da configuração internacional e dentro de sua própria sociedade, os Estados Unidos encontraram-se diante da ingrata tarefa de reconhecer que nem todo seu poderio militar, nem todas as suas bombas de hidrogênio, nem toda sua determinação em defender o “mundo livre” e tampouco seu aparato institucional internacional erguido ao longo das três décadas anteriores eram suficientes para vencer guerrilheiros camponeses, plantadores de arroz, obstinados em defender sua própria concepção de liberdade.

A relevância da Guerra do Vietnã para esse trabalho insere-se exatamente no contexto da ampla crise de relações sociais deflagrada em seu decurso e acirrada com a “derrota” norte-americana.

Desde o Acordo de Bretton Woods, um dos pilares da hegemonia norte-americana era a diplomacia do dólar forte. Corroborando uma recorrência histórica também pertinente à hegemonia britânica, os Estados Unidos sustentavam o dólar como a principal moeda da configuração internacional.

Através de um bem articulado conjunto de instituições e acordos, Washington assegurara que sua moeda exercesse a função social de dinheiro no meio internacional. A arquitetura monetária central do Ocidente capitalista, alicerçada na referenciação e na conversibilidade do dólar em ouro, conferia aos Estados Unidos o poder de ditar os rumos da economia mundial. Nesse sistema, a capital financeira do mundo deslocava-se da *city* londrina para Nova York, e a alta gerência do capital financeiro passava pelas decisões políticas tomadas em Washington.

A vitalidade e o fôlego da arquitetura de poder mundial dos Estados Unidos esbarraram, todavia, em camponeses asiáticos.

O padrão perdulário de consumo engendrado pelos Estados Unidos durante a Guerra do Vietnã, como conseqüência do desenvolvimento de um complexo militar-industrial de soberbas proporções, contribuiu para deflagrar os primeiros indícios de esgotamento do modelo de desenvolvimento norte-americano, amplamente dependente da produção e do consumo de massa destrutivos.

Nesse sentido, o propósito do trabalho ao longo do segundo capítulo é a interpretação da Guerra do Vietnã no contexto da Guerra Fria.

Orientado por esse propósito geral, analiso a origem e os principais desdobramentos da Guerra do Vietnã. A ênfase recai sobre os fenômenos e acontecimentos marcantes para o

processo de desestabilização do poder hegemônico norte-americano, relacionando-os ao contexto mais amplo da política externa implementada por Washington desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Particularmente importantes são as conseqüências da Guerra para a perda de credibilidade do dólar na configuração internacional, com efeitos degradantes para todo o *modus operandi* da configuração internacional centrada nos Estados Unidos.

Estruturalmente, o capítulo está dividido em dois blocos.

No primeiro, analiso brevemente o período do colonialismo francês no Vietnã, com o propósito de traçar a origem das principais correlações de força que legaram à sociedade vietnamita características singulares decisivas durante a Guerra do Vietnã.

Na segunda parte do capítulo, analiso propriamente a Guerra do Vietnã (1965-1975). Nessa fase, abordo os principais acontecimentos do confronto bélico, simultaneamente à apresentação de abordagens teóricas que os interpretam. Na medida dos propósitos do trabalho, indico os impasses existentes entre abordagens teóricas distintas e enfatizo a repercussão das diferentes etapas da Guerra na sociedade norte-americana e entre os Estados da configuração internacional.

Por fim, sintetizo os desdobramentos da Guerra Fria após a Guerra do Vietnã e aponto os principais problemas e possibilidades decorrentes da desestabilização da hegemonia norte-americana.

2.1 O COLONIALISMO FRANCÊS NA INDOCHINA

As principais relações de poder que influenciaram a primeira Guerra da Indochina e as conturbadas relações entre o Vietnã e o Ocidente remontam ao início do século XIX. O aprofundamento da intervenção francesa no Vietnã é, portanto, fator crucial para a compreensão de tensões políticas na Indochina no século XX.

Em 1820, com a morte do imperador Gia Long, foi inaugurado um período administrativo autoritário e xenofóbico no Vietnã, sob o controle dos herdeiros do imperador. Os missionários católicos (dentre os quais, franceses), vistos pelos herdeiros de Long como uma ameaça para as tradições confucianas, foram mortos ou expulsos do Vietnã. Os ataques contra os religiosos franceses representaram uma conveniente oportunidade para Napoleão III consolidar a posição francesa no Vietnã e, ao mesmo tempo, afirmar-se politicamente na França.

Aproveitando a esquadra francesa posicionada no Golfo de Tonkim, que apoiara o regime de Gia Long, Napoleão III iniciou o processo de ocupação do Vietnã, além do Camboja e do Laos. Por conta da amplitude das investidas imperiais francesas pelo mundo, a falta de recursos conduziu a França a ocupar, entre 1862 e 1867, apenas a porção sul do Vietnã, chamada pelos europeus de Cochinchina. As partes central e norte do país, conhecidas pelos franceses como Annam e Tonkim, só se tornaram partes da colônia francesa depois de mais de doze anos de ocupação da Cochinchina.

Annam – a antiga denominação chinesa para todo o Vietnã, considerada derogatória pelos vietnamitas – e Tonkim foram anexados através de tratados assinados em 1884 com o governo vietnamita, sediado em Hue, e com o governo chinês, em Beijing. Em 1863, os franceses anexaram o Camboja e, em 1893, o Laos.

A resultante fragmentação do território vietnamita foi perpetuada pela mentalidade colonial européia, que considerava o Vietnã não como um, mas três países: Annam, Tonkim e Cochinchina. Mesmo o nome “Viêt Nam”, com o qual o país havia sido batizado por Gia Long em 1802, foi abolido.

O Vietnã, o Camboja e o Laos passaram a constituir, a partir de 1897, um território sobre o controle francês, denominado Indochina – nome escolhido como uma espécie de compensação semântica pelas derrotas francesas na Índia e na China, países controlados pelo império britânico.

Para administrar a Indochina, os franceses criaram um Estado colonial que suplantou todas as fontes nativas de poder político. Obstinação em prevenir qualquer resistência vietnamita que ameaçasse seu poder, os franceses buscaram a neutralização das rebeliões através do controle militar e administrativo. Embora nunca tenha conseguido debelar todos os movimentos insurgentes, a França desarticulou as forças que por séculos alimentaram disputas entre os vietnamitas.

Entretanto, as políticas imperiais francesas alimentaram simultaneamente diversas tensões na sociedade vietnamita, totalmente usurpada de qualquer liberdade política por décadas e submetida a toda sorte de humilhação pela elite militar francesa. Na década de 1940, quando o domínio francês apresentou sinais de enfraquecimento, tensões sociais coibidas por muito tempo irromperam numa revolução, alimentada por sentimentos nacionalistas e por forças comunistas, que nenhum exército francês podia controlar.

A fomentação das tensões sociais vietnamitas durante a ocupação francesa remonta, na realidade, à própria forma como essa dominação imperial foi imposta.

Repartir o Vietnã em três áreas contribuiu para que os franceses coibissem sublevações e garantissem a segurança de seu sistema colonial. Porém, além de reforçar antigas tensões regionalistas do Vietnã, a ocupação imperial francesa criou novas contradições. O regionalismo fortalecido foi, em grande medida, resultado da insatisfação vietnamita com as políticas francesas direcionadas, sobretudo, para objetivos econômicos imediatistas, que usurpavam as riquezas do país através da criação de uma economia exportadora primária, principalmente de arroz, borracha e alguns minerais, aliada a um mercado protegido para as manufaturas francesas. Somava-se a isso a imposição de pesadas taxações em dinheiro para financiar o orçamento imperialista.

Todas as transformações sociais e econômicas introduzidas pela França conduziram o Vietnã a um meio caminho entre o mundo tradicional agrícola e o mundo moderno. A economia colonial vietnamita estava exposta às flutuações dos mercados financeiros e dos mercados de *commodities* internacionais, sem possuir, no entanto, uma estrutura institucional adequada para lidar com esses processos. Faltava-lhe, ainda, um setor industrial próprio, que absorvesse o fluxo de pessoas para as áreas urbanas em busca de empregos.

Sob o impacto do colonialismo francês, o Vietnã foi conduzido para um estado de enorme contradição entre a antiga e a nova sociedade vietnamitas. As mudanças introduzidas pela França transformaram o tradicional modo de vida e produziram uma sociedade fragilmente integrada, impregnada por sentimentos nacionalistas concentrados, sobretudo, numa elite urbana ocidentalizada, educada nos colégios franceses e em contato com as idéias políticas marxistas.

Uma vez que as aldeias eram o fundamento da organização social vietnamita, sua deterioração significou a fragmentação do próprio Vietnã. E como as aldeias pairavam à margem dos centros urbanos coloniais franceses, as tensões gestadas na maior parte da sociedade vietnamita não eram aparentes.

Em 1940, durante a II Guerra Mundial, a intervenção japonesa no norte da Indochina fomentou ainda mais o fortalecimento das tensões sociais vietnamitas. O subsequente avanço japonês para o Sul do Vietnã em julho de 1941 foi considerado pelos Estados Unidos uma ameaça para as Filipinas, conduzindo ao acirramento das tensões entre Tóquio e Washington que contribuiriam com o ataque japonês contra Pearl Harbor.

Mesmo antes da derrota japonesa, ao final da Segunda Guerra, os franceses já anunciavam planos para a formação de uma Federação da Indochina, sob controle da França. A proposta foi imposta sem grandes problemas no Camboja e no Laos. Porém, no Vietnã, os movimentos nacionalistas e comunistas não se alinharam aos objetivos franceses e

anunciaram, no final de 1945, uma contraproposta: a completa independência de Annam, de Tonkim e da Cochinchina, com o propósito declarado de reunificá-los e transformar o Vietnã num país livre.

2.2 O MOVIMENTO NACIONALISTA COMUNISTA E A PRIMEIRA GUERRA DA INDOCHINA (1946-1954)

Em dezembro de 1946, as tensões entre os movimentos nacionalistas vietnamitas e os franceses culminaram numa guerra que se estendeu até 1954, quando a Conferência de Genebra finalmente reconheceu o fim do controle da França sobre a Indochina.

As origens da guerra deflagrada em 1946 remontam à própria formação dos movimentos nacionalistas comunistas vietnamitas.

Com a formação da Liga Viet Minh em 1941, sob o comando do líder comunista Ho Chi Minh (que, em vietnamita, significa “aquele que ilumina, que esclarece”), o movimento comunista vietnamita completava dezesseis anos de existência. Durante sua breve história, o movimento já havia enfrentado diversas tentativas francesas de debelação, que contribuíram para seu fortalecimento. Desse modo, já no início da década de 1940, o movimento comunista já representava a principal organização da resistência vietnamita.

Duas questões relativas à aliança entre o movimento nacionalista e o comunista merecem destaque no debate historiográfico sobre o período. Quem eram os líderes do movimento nacionalista vietnamita e por quais motivos eles haviam se alinhado ao Comunismo? De acordo com DUIKER (1976, p. 63), a liderança do movimento nacionalista comunista vietnamita era formada primordialmente por intelectuais e, muito embora o movimento contasse com o apoio de trabalhadores assalariados e de camponeses, eles não compunham a liderança da resistência.

Ho Chi Minh (19 de maio de 1890-2 setembro 1969), principal líder da resistência vietnamita, nasceu na aldeia de Hoang Tru, onde morou até os cinco anos, mudando-se em seguida para a aldeia paterna de Kim Lien. Seguindo as tradições confucianas, aos 10 anos de idade foi batizado Nguyễn Tất Thành, um nome que significa “Nguyen o patriota”.

Seu pai, Nguyễn Sinh Sắc, era um professor de filosofia, história e política confucianas. Seu irmão ocupava posição de destaque na sociedade como especialista em ervas e sua irmã, como funcionária do exército francês.

Ho Chi Minh recebeu uma educação confuciana tradicional, combinada com uma formação secundária moderna no Liceu Francês em Hue. Após a conclusão do ensino secundário, tentou estudar em Marselha, França, mas seu pedido foi recusado.

De acordo com DUIKER (2000, cap. 1), existem indícios de que Ho trabalhou durante um período em Boston e depois em Nova York, onde lavava pratos. Nos Estados Unidos, o futuro líder da resistência comunista teria ficado fascinado com o grau de liberdade civil gozado pelos imigrantes, o tipo de liberdade inexistente no Vietnã colonial. Um de seus hábitos conservados até o final da vida seria fumar os cigarros norte-americanos, especialmente os da marca Camel ou Lucky Strike.

Em 1911, de volta ao Vietnã, Ho Chi Minh mudou-se para o Sul, para a cidade de Gia Dinh (que se transformaria na capital do Vietnã do Sul, Saigon) e embarcou num navio para Marselha, onde trabalhou como limpador, ajudante de cozinha e até como auxiliar de produção de filmes.

Entre 1913 e 1917, Ho morou na Inglaterra, onde trabalhou como cozinheiro no Hotel Carlton, em Westminster.

Ho Chi Minh travou contato com as idéias de Marx e dos marxistas pela primeira vez entre 1917 e 1923, na França. Ao final da I Guerra Mundial, já filiado ao Grupo dos Vietnamitas Patriotas, Ho pleiteou ao governo francês que reconsiderasse a condição colonial da Indochina, mas foi ignorado. Solicitou, igualmente, ao presidente norte-americano Woodrow Wilson ajuda para suplantiar a dominação francesa na Indochina, em favor de um governo nacionalista, mas foi novamente ignorado.

Ainda na França, Ho participou do Partido Comunista Francês, à época composto por diversos intelectuais e artistas. Tempos depois, passou uma longa temporada em Moscou e por fim, antes de retornar ao Vietnã, morou em Gangzhou, China, onde fundou o Partido Comunista da Indochina (ICP) em 1930.

Entre 1931 e 1938, Ho morou alternadamente na China (onde ficou preso por algum tempo pelas autoridades britânicas) e na União Soviética.

Em 1941, Ho Chi Minh finalmente retornou ao Vietnã e fundou o Viet Minh, que lutaria contra a ocupação das forças japonesas e francesas.

O Viet Minh (uma abreviação de “Việt Nam Độc Lập Đồng Minh Hội”, que em vietnamita significa “Liga para a Independência do Vietnã”) objetivava, na realidade, opor-se tanto à dominação colonial francesa quanto à japonesa. Tratava-se de uma organização associada ao Partido Comunista Indochinês, mas com autonomia tanto em relação a ele quanto em relação ao Viet Cach (abreviação de “Việt Nam Cách Mạng Đồng Minh Hội”, a

Liga para a Revolução Vietnamita), criado por Nguyen Hai Tahn e por Ho Ngoc Lam. Mais tarde, em 1946, o Viet Minh aliou-se ao Viet Cach na Coalizão Nacional Vietnamita, que em 1946 deu início a uma série de sublevações contra o poder constituído, iniciando o movimento de libertação do Vietnã.

Em sua guerra contra a dominação japonesa, o Viet Minh recebeu ajuda financeira dos Estados Unidos e da China, ambos interessados em opor-se às ambições japonesas no contexto da Segunda Guerra.

Com a derrota e a rendição japonesa em agosto de 1945, o Viet Minh, sob a liderança direta de Ho Chi Minh, estabeleceu seu controle sobre o Vietnã, depondo o último dos imperadores vietnamitas, Bao Dai. Em 2 de setembro de 1945, Ho criou na porção norte do país a República Democrática do Vietnã, com capital em Hanói, que não foi reconhecida internacionalmente, apesar da solicitação que Ho enviou diretamente ao Presidente Harry Truman.

Em 2 de setembro de 1945, em sua leitura da Declaração de Independência da República Democrática do Vietnã, cerimônia durante a qual foram tocados os hinos do Vietnã e dos Estados Unidos, Ho citou, de memória, a Declaração de Independência dos Estados Unidos, afirmando que “todos os povos foram criados iguais, foram dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade.” Note-se que Ho conhecia a diferença entre sua versão da Declaração de Independência, onde menciona os direitos dos “povos” (em vietnamita, “nguòi”), e a versão oficial, na qual se menciona os direitos dos “homens”.

Com o fim da ameaça japonesa no pós-Segunda Guerra, a ajuda norte-americana e chinesa³¹ fornecida ao Viet Minh foi encerrada. Apesar do acordo firmado em 6 de março de 1946 com a França, que reconhecia o Vietnã como um Estado autônomo na Federação Indochinesa, as tropas francesas retomaram, poucos meses depois, o controle sobre o Vietnã.

A oposição entre a resistência vietnamita, liderada pelo Viet Minh, e o exército francês deu início a uma guerra que se estendeu entre 1946 e 1954: a Guerra Francesa da Indochina, também conhecida como Primeira Guerra da Indochina. A maior parte dos confrontos bélicos ocorreu na porção norte do Vietnã, mas com o desenrolar dos acontecimentos, o conflito estendeu-se por todo o país, bem como para o Laos e o Camboja.

Na primeira fase dos conflitos, a oposição vietnamita à dominação francesa era composta principalmente por insurgências localizadas, organizadas nas aldeias vietnamitas a

³¹ A ajuda chinesa foi cessada principalmente por conta da recusa de Ho Chi Minh em aceitar a militarização que a China impunha a regiões do norte do Vietnã. Já em 1946, as tropas chinesas foram obrigadas a se retirarem do país.

partir da participação campesina. O primeiro conflito ocorreu em 1946 na cidade de Haiphong, quando o Viet Minh atacou e capturou um barco de patrulha francês. A marinha francesa respondeu com um ataque que matou um grande número de vietnamitas. Os vietnamitas recuaram e aceitaram um cessar-fogo.

Pouco tempo depois, sob o controle do general Vo Nguyen Giap, 30.000 soldados do Viet Minh retornaram à Haiphong. Mesmo em maior número, os vietnamitas foram vencidos. A superioridade militar, naval e em armamentos da França impedia que os vietnamitas empreendessem uma ofensiva de melhor resultado contra os colonizadores.

Em dezembro de 1946, um novo confronto ocorreu na cidade de Hanói e Ho Chi Minh e suas tropas foram obrigados a evacuar a capital, instalando-se em áreas montanhosas remotas. A França estendeu seu controle sobre quase todo Vietnã, à exceção das áreas inóspitas controladas pelo Viet Minh.

O ano de 1947 marcaria o acirramento da ofensiva francesa contra o Viet Minh. Sob a liderança do general Tan Trao, para quem Vo Nguyen Giap havia transferido o comando temporário dos soldados, a resistência transitava constantemente entre as áreas da região montanhosa do Vietnã, escapando das tropas francesas.

Entre 7 de outubro e 22 de dezembro de 1947, a França lançou uma campanha para capturar os líderes comunistas e para desarticular o principal centro de comunicações e de abastecimento do Viet Minh, localizado em Bac Kan. A Operação Lea, denominação francesa dada à campanha, foi iniciada com o lançamento de 1.100 pára-quedistas sobre Bac Kan. Os soldados assumiram o controle da cidade facilmente, mas não conseguiram capturar Ho Chi Minh ou qualquer outro líder vietnamita.

Simultaneamente, cerca de 15.000 soldados franceses deslocaram-se da cidade de Cao Bang, próxima à fronteira com a China, para a cidade de Yên Bái. O principal objetivo desta ação era interromper o suprimento das tropas de Ho, abastecidas com produtos vindos da China. O segundo objetivo era cercar completamente as tropas vietnamitas e aniquilá-las numa batalha final.

Apesar do sucesso na invasão de Yên Bái, os franceses não conseguiram destruir o exército da resistência, que escapou pelas montanhas da região norte do Vietnã, incluindo Ho Chi Minh e o general Vo Nguyen Giap.

Ao final da operação, o Viet Minh havia perdido 9.000 mil homens. Ao relativo fracasso dos franceses, incapazes de debelar completamente a resistência nacionalista comunista, somaram-se problemas financeiros, que impediram a França de enviar novas tropas para a Indochina. O contingente francês foi, então, deslocado para as principais rotas

coloniais vietnamitas, de modo a isolar o Viet Minh na porção nordeste do país, entre o Golfo de Tonkim e uma zona militarizada que impedia o contato direto com a China.

Entretanto, os membros da resistência furavam facilmente esse bloqueio, aproveitando as brechas topográficas do território, e abasteciam-se com suprimentos chineses. Esse contato com a China permitiu o fortalecimento gradativo das tropas de Ho Chi Minh, até suas primeiras vitórias em 1949-1950.

Em 1948, a França iniciou uma tentativa de opor-se ao Viet Minh politicamente, criando uma nova capital vietnamita ao sul do país, na cidade de Saigon. Iniciou-se um período de negociações com o antigo imperador vietnamita Bao Dai, através das quais se propôs a formação de um governo “autônomo” alinhado com a União Francesa de Nações (entidade política francesa estabelecida constitucionalmente em outubro de 1946 para substituir o antigo sistema colonial francês). Dois anos antes, o governo francês havia recusado uma proposta similar apresentada por Ho Chi Minh.

Em 1949, a França reconheceu oficialmente a independência do “Estado do Vietnã”, sob o governo de Bao Dai. Contudo, na prática, a França continuou controlando todos os assuntos vietnamitas relativos à defesa e às relações exteriores, além de manter a economia do país na condição colonial.

O Viet Minh opôs-se imediatamente ao novo governo, declarando que eles desejavam, de fato, “a real independência, não a independência de Bao Dai”. Em resposta e como forma de consolidar o governo de Dai, a França permitiu a formação do Exército Nacional Vietnamita, controlado por oficiais do exército francês. Essa força seria empregada, ao lado de milícias privadas (a exemplo dos grupos Cao Dai, Hoa Hao e Binh Xuyen) para ocupar regiões pouco estratégicas no país, enquanto os esforços franceses eram direcionados para os combates centrais.

Também em 1949, o Viet Minh passaria a receber apoio chinês direto, crucial para o fortalecimento militar da Liga e o sucesso das campanhas bélicas na década de 1950. Ao derrotar o Kuomintang, o conservador Partido Nacionalista Chinês, Mao Zedong fortaleceu seu poder sobre a China e aliou-se a Ho Chi Minh, fornecendo-lhe armas e suprimentos cruciais para igualá-lo belicamente aos franceses. No mesmo ano, a França reconheceu a “independência” dos outros dois países da Indochina, os reinos de Laos e Camboja, sob as mesmas condições impostas ao Vietnã.

No início da década de 1950, a comunidade internacional, seguindo os Estados Unidos, reconheceu politicamente o Estado do Vietnã, embora fosse fato comum a posição subserviente do governo de Bao Dai em relação à Paris. Já em 1950, seria intensificada a

ajuda militar dos Estados Unidos para a França. Os norte-americanos, interessados no apoio francês aos seus planos na Europa, sobretudo na Alemanha, iniciavam uma nova fase de seu envolvimento no Sudeste Asiático.

Com o apoio chinês, o general Giap reorganizou suas forças em cinco divisões de infantaria completas. A guerra intensificou-se quando Giap atacou bases francesas isoladas ao longo da fronteira vietnamita com a China. Em fevereiro de 1950, Giap atacou e capturou 150 poderosas guarnições francesas na cidade de Lai Khe, ao sul da fronteira chinesa. E, em maio, voltou-se contra uma tropa de 4.000 vietnamitas controlados pelos franceses, na cidade de Cao Bang, mas o exército de Giap não suportou a represália e recuou.

Em 15 de setembro de 1950, Giap lançou uma segunda ofensiva contra Cao Bang e Dong Khe. A segunda cidade foi dominada em 18 de setembro e, finalmente, em 3 de outubro, o Viet Minh conquistou Cao Bang, cidade estratégica para seus planos.

Imediatamente após a tomada de Cao Bang, a resistência vietnamita atacou Lang Son, que era protegida por um exército de 4.000 soldados franceses. Paralelamente, as forças de Giap avançaram contra a Rota Colonial Quatro³² e, com o apoio de tropas da resistência oriundas de That Khe, a conquistaram. Apesar da resistência francesa, apoiada principalmente por tropas de pára-quedistas, Lang Son caiu em controle do Viet Minh após uma semana de ataques.

O resultado dessa extensa ofensiva liderada por Giap pesou sobre os franceses: de uma força composta de 10.000 soldados franceses e vietnamitas, 4.800 foram mortos, capturados ou desapareceram em combate; 2.000 tornaram-se inaptos para combate por conta de sérios ferimentos; 13 peças de artilharia pesada, 125 morteiros, 450 caminhões, 940 metralhadoras, 1.200 armas de pequeno calibre e 8.000 rifles foram destruídos ou apossados pelos comunistas.

Após a bem-sucedida campanha militar ao norte do Vietnã, China e União Soviética reconheceram Ho Chi Minh como o verdadeiro e legítimo governante vietnamita, enviando-lhe mais e mais suprimentos e armas.

1950 seria ainda o ano em que, pela primeira vez, foi utilizada uma arma química contra os vietnamitas, que marcaria também, anos depois, a atuação dos Estados Unidos na Segunda Guerra da Indochina: o napalm, um tipo de gel inflamável, composto basicamente pela mistura dos ácidos nafetênico e palmítico, desenvolvido por cientistas de Harvard

³² A Rota Colonial 4 (também conhecida como RC4 ou Estrada 4) era uma estrada no Vietnã, contornando a fronteira da China de Hanói a Cao Bang.

durante a Segunda Guerra para o governo norte-americano. Esse tipo de arma química foi fornecido pelos Estados Unidos como contribuição à Força Aérea francesa no Vietnã.

Um ano depois, os problemas franceses foram amenizados através da atuação do General Jean Marie de Lattre de Tassigny, que comandou a construção de uma fortificação – conhecida como Fortificação De Lattre – que se estendia de Hanói ao Golfo de Tonkim, atravessando o delta do Rio Vermelho. Através da construção, os franceses garantiram acesso direto e protegido às principais regiões sob o comando de Ho Chi Minh, o que lhes assegurou um período de vitórias sobre as tropas da resistência comunista.

Em 13 de janeiro de 1951, Giap mobilizou duas divisões vietnamitas, compostas por mais de 20.000 soldados, para atacar a cidade de Vinh Yen, desencadeando a Batalha de Vinh Yen. O Viet Minh não contava, entretanto, com o poderio da 9ª Brigada da Legião Estrangeira, um exército francês de 6.000 homens, fortemente armados. O exército de Giap foi neutralizado e o resultado foi a expulsão dos vietnamitas, com perdas que totalizavam 6.000 mortos, 8.000 feridos e 500 prisioneiros de guerra. A Batalha de Vinh Yen foi uma catástrofe para o Viet Minh.

Dois meses mais tarde, em março de 1951, Giap lançou uma nova ofensiva contra a cidade de Mao Khe. Mais uma vez, as forças de resistência foram derrotadas pelos franceses, dessa vez graças à atuação da Força Aérea, que despejou napalm sobre os guerrilheiros. O saldo foi a morte de 3.000 vietnamitas sob o controle do General Giap.

Mesmo diante das duas expressivas derrotas, o Viet Minh avançou contra outras três cidades: Phu Ly, Ninh Binh e Phat Diem. Todos os três ataques fracassaram.

Aproveitando a fragilização do Viet Minh, o General De Lattre organizou uma contra-ofensiva, forçando o recuo da resistência vietnamita para as florestas e montanhas do norte do Vietnã. Mais uma vez, em 18 de junho de 1951, a França reassumia o controle sobre a estratégia região do delta do Rio Vermelho. Ao Viet Minh, restou o saldo de outras 10.000 baixas.

Todos os esforços empreendidos pelo General Vo Nguyen Giap para romper a resistência imposta pela fortificação francesa falhavam e eram sucedidos por contra-ataques que minavam as forças de resistência. A fragilização do Viet Minh cresceu alarmantemente durante o período, levando ao questionamento da liderança de Ho Chi Minh, mesmo no interior do Partido Comunista Indochinês.

Ao relativo sucesso das campanhas militares da França no Vietnã opunha-se, todavia, a insatisfação da opinião pública francesa. Embora todas as forças do exército francês no Vietnã fossem recrutadas “voluntariamente”, os soldados franceses estavam sendo mortos

num ritmo muito superior ao da renovação das tropas. E a única resposta oficial do governo francês a esse processo era a requisição de ajuda ao governo norte-americano.

Em novembro de 1951, confiantes no sucesso de suas campanhas militares, os franceses ocuparam Hoa Binh, uma cidade a 40 km a oeste da fortificação do General De Lattre. A resistência vietnamita reagiu, forçando os franceses a recuarem em fevereiro de 1952. Cada um dos lados perdeu cerca de 5.000 homens e entendeu que a guerra estava longe de seu fim.

Também em 1952, o General De Lattre foi obrigado a retornar para a França para tratar um câncer. Pouco depois, com seu falecimento, foi substituído pelo General Raoul Salan como comandante geral das forças armadas francesas na Indochina.

Daquele em momento em diante, seguiram-se uma série de pequenos ataques de guerrilhas de resistência do Viet Minh contra postos operacionais e centros de abastecimento franceses. Na maior parte do ano, entretanto, ambos os lados conformaram-se em evitar grandes enfrentamentos, preparando-se para futuras campanhas bélicas.

Em outubro de 1952, Giap lançou um ataque contra Nghia Lo, ao noroeste de Hanói, e assumiu o controle sobre a maior parte do território limitado entre a China e a Fortificação De Lattre. O General Salan, ao perceber a gravidade da situação, contra-atacou com a Operação Lorraine, forçando o recuo do Viet Minh.

A maior operação bélica da Guerra iniciaria-se, porém, em 29 de outubro de 1952: 30.000 tropas francesas deslocaram-se da Fortificação De Lattre rumo Phu Yen, onde estavam localizadas os principais depósitos de munição e suprimentos do Viet Minh. Através da bem articulada força pára-quedista, Salan conquistou, num primeiro momento, as cidades de Phu Tho e Phu Doan. Em 13 de novembro, Phu Yen caiu sob controle francês. Inicialmente, Giap não ofereceu grande resistência, aguardando a dispersão das tropas francesas, como objetivo de surpreendê-las no delta do Rio Vermelho.

Salan, antecipando as astutas intenções de Giap, reposicionou suas tropas em Hanói a partir de 14 de novembro de 1952. Em 17 de novembro, o Viet Minh optou por atacar Chan Muong, pegando os franceses em pleno deslocamento para Hanói. Cerca de 1.200 tropas francesas foram aniquiladas ou aprisionadas, antes que o restante dos soldados alcançassem a segurança da Fortificação De Lattre em 24 de novembro.

Embora os planos de Giap tenham sido parcialmente frustrados pelo General Salan, essa campanha demonstrou que apesar dos franceses serem capazes de lançar ofensivas além da Fortificação De Lattre, estavam enfrentando um inimigo com capacidade bélica semelhante,

capaz de limitar o poder francês, principalmente em áreas mais remotas e montanhosas, redutos tradicionais das guerrilhas.

Em 9 de abril de 1953, após sistemáticas derrotas para os franceses, Giap mudou de estratégia e começou a pressionar os franceses invadindo o Laos.

Ao assumir o comando das forças francesas naquele ano, o General Henri Navarre percebeu a complexidade dos desafios impostos pela nova estratégia de combate do Viet Minh e reportou-se ao governo francês sentenciando que “não havia nenhuma possibilidade de vencer a Guerra na Indochina”. Segundo Navarre, a melhor resposta ao ataque contra o Laos seria a formação de centros de defesa preventivos. O local escolhido foi a pequena cidade de Dien Bien Phu, localizada a cerca de 16 km ao norte da fronteira do Laos e a 282 km a oeste de Hanói.

Dien Bien Phu apresentava uma série de vantagens: estava localizada numa estratégica rota de abastecimento do Viet Minh, que passava pelo rio Nam Yum; possuía uma antiga pista de pouso construída pelos japoneses e estava localizada nas colina T'ai, onde residia uma minoria tribal fiel aos franceses. A Operação Castor foi deflagrada em 20 de novembro de 1953, com a chegada de 1.800 homens da Força Aérea francesa, que debelaram a pequena resistência Viet Minh local.

Em poucos dias, os franceses, com a ajuda dos T'ai, dominaram o vale de Dien Bien Phu, circundado por uma cadeia de altas montanhas. A operação parecia um sucesso.

Porém, ao perceber a fragilidade das tropas francesas, Giap, conhecedor das áreas montanhosas ao norte do Vietnã, deslocou suas tropas da Fortificação De Lattre para o vale de Dien Bien Phu. Em meados de dezembro de 1953, as patrulhas francesas e T'ai nas montanhas foram expulsas pelo Viet Minh.

A disputa pelo controle de Dien Bien Phu foi a mais difícil na história das campanhas bélicas francesas e seria lembrada pelos veteranos de guerra como os “57 dias de inferno”.

A batalha de Dien Bien Phu ocorreu em 1954 entre as forças do Viet Minh, controladas por Vo Nguyen Giap, e a Força Aérea e as Tropas Legionárias francesas, lideradas por Henri Navarre.

A batalha foi iniciada no dia 13 de março com um ataque do Viet Minh, que surpreendeu os franceses pelo emprego de artilharia pesada. Com suas rotas de abastecimento bloqueadas e cerceados por uma cadeia de montanhas, os franceses tornaram-se vulneráveis. A situação piorou com a chegada da estação das monções, que dificultou a ação dos pára-quedistas e levou à escassez de suprimentos.

Com a iminência da derrota, os franceses resistiram até o encontro de paz em Genebra em 26 de abril de 1954.

A última ofensiva francesa, em 4 de maio, fracassou. O Viet Minh começou a atacar as bases francesas em Dien Bien Phu com os recém obtidos mísseis soviéticos. A queda definitiva dos franceses demorou dois dias, 6 e 7 de maio, quando finalmente as tropas francesas foram destruídas por um ataque frontal.

Dos 20.000 soldados franceses em Dien Bien Phu, cerca de 2.200 morreram durante a batalha. Dos cerca de 100.000 guerrilheiros do Viet Minh envolvidos, aproximadamente 8.000 morreram e 15.000 ficaram feridos. O número de prisioneiros de guerra feitos pelos vietnamitas durante a batalha de Dien Bien Phu foi o maior na história do Viet Minh: um terço do total de homens capturados durante toda a guerra.

2.3 O ACORDO DE GENEBRA (1954) E O PERÍODO ENTRE GUERRAS (1954-1965)

A incontestável vitória do Viet Minh inviabilizou a sustentação da ocupação colonial francesa e abriu caminho para o Acordo de Genebra, firmado numa Conferência realizada em 21 de julho de 1954 na Suíça. No Acordo, o paralelo 17 foi reconhecido como uma “linha de demarcação militar provisória”, que dividiria o Vietnã temporariamente em duas zonas: o Vietnã do Norte, comunista e alinhado com a China e com a União Soviética, e o Vietnã do Sul, capitalista e alinhado com os Estados Unidos e com os países por ele influenciados.

O Acordo de Genebra previa a realização de eleições em 1956, nas quais o povo vietnamita escolheria um único governo para controlar todo o território do Vietnã, que seria unificado. Estados Unidos e Vietnã do Sul recusaram-se a assinar os termos do Acordo que previam unificação.

De seu exílio na França, o Imperador Bao Dai indicou Ngo Dinh Diem para o cargo de Primeiro Ministro do Vietnã do Sul. Em 1955, com o apoio de Washington, Diem utilizou um referendun para depor o antigo Imperador e assumir a presidência da República do Vietnã, com capital em Saigon. Esse período marcou também um processo de intensa migração entre as duas porções do Vietnã: do norte migraram católicos e soldados vietnamitas do exército francês; do sul saíram cerca de 100 mil soldados vietnamitas (VIZENTINI, 1988, p. 46), debilitando a resistência no Vietnã do Sul.

Em 8 de setembro de 1954, um ano antes da chegada de Diem ao poder, sob a liderança dos Estados Unidos, foi criada a Organização do Tratado do Sudeste Asiático

(OTASE), uma organização internacional oficialmente comprometida com a defesa coletiva do Sudeste Asiático, que já antecipava a intenção norte-americana de impedir que as resoluções do Acordo de Genebra fossem implementadas. Os norte-americanos temiam sobretudo que a realização de eleições selasse o enfraquecimento dos aliados de Washington.

A criação da OTASE e a recusa norte-americana em assinar as resoluções do Acordo de Genebra que versavam sobre a realização de eleições no Vietnã eram comumente justificadas, dentro da lógica de "contenção do comunismo", pela "teoria dos dominós", segundo a qual a queda de um único país no regime comunista poderia desencadear uma reação em cadeia, conduzindo outros países ao comunismo, tal como uma fileira de dominós que tombam um após o outro.

Embora a noção fundamental da "teoria dos dominós" já estivesse presente em outras políticas desenvolvidas desde 1945, o termo só foi cunhado durante o governo Eisenhower. Defendia-se então que caso os Estados Unidos e seus aliados não intervissem diretamente nos países ameaçados pelos movimentos comunistas de "libertação nacional" (como o Vietnã do Sul, o Laos e o Camboja), todo Sudeste Asiático cairia no controle do comunismo e áreas estratégicas para o bloco capitalista seriam diretamente ameaçadas. Numa entrevista coletiva em abril de 1954, o próprio Eisenhower explicou a "teoria dos dominós" e apontou que após a queda da Indochina, da Tailândia e da Indonésia, o comunismo conquistaria toda "aquela região que o Japão possui como uma área comercial", de modo que ao Japão e possivelmente à Austrália e à Nova Zelândia, restaria uma só opção: "mover-se em direção às áreas comunistas com o objetivo de sobreviver." (McMAHON, 1990, p. 121)³³

Num documento dirigido à imprensa em setembro de 1954, John Foster Dulles, Secretário de Estado do presidente Eisenhower, defendeu a importância estratégica do Sudeste Asiático para a contenção do comunismo:

Estamos unidos por um perigo comum, o perigo que provém do comunismo internacional e de sua ambição insaciável. Sabemos que onde quer que o comunismo obtenha conquistas, como na Indochina, essas conquistas são vistas, não como soluções finais, mas como meios para futuras conquistas. (GARDNER, 1989, p. 172)³⁴

Numa primeira fase do governo Eisenhower, a política externa baseada na "teoria dos dominós" foi bem-sucedida. Com a saída de guerrilheiros do Vietnã do Sul e o fortalecimento

³³ No original: "It takes away, in its economic aspects, that region that Japan must have as a trading area or Japan, in turn, will have only one place in the world to go - that is, toward the Communist areas in order to live."

³⁴ No original: "We are united by a common danger, the danger that stems from international communism and its insatiable ambition. We know that wherever it makes gains, as in Indochina, these gains are looked on, not as final solutions, but as bridgeheads for fututres gains."

da aliança entre Diem e os Estados Unidos, diversas aldeias camponesas, base da resistência vietnamita, foram destruídas e iniciou-se uma série de massacres de camponeses.

Em 1955, com o apoio da CIA (Central de Inteligência Norte-Americana), Diem iniciou também a perseguição de conservadores que apoiavam o regime francês e o antigo imperador Bao Dai. Após a desarticulação das forças oposicionistas, o apoio norte-americano ao governo de Diem é formalizado, com uma contribuição anual de 250 mil dólares para ajudar o "pequeno povo corajoso que resiste à agressão comunista" (VIZENTINI, 1988, p. 47).

Em 1957, ao declarar que "as fronteiras do Estados Unidos se estendem até o paralelo 17", Diem admite que os interesses de Washington não se limitavam à consolidação de um regime capitalista no Sul. A debelação da resistência sulista possivelmente antecipava uma ofensiva contra a República Democrática do Vietnã (Vietnã do Norte).

Apesar da existência de um Congresso e de uma Assembléia Nacional, usados para conferir legitimidade internacional ao Vietnã do Sul, o governo de Diem estava fundado sobre duas instituições centrais: o Movimento Revolucionário Nacional, responsável pela publicidade do regime e preocupado em apresentar o presidente Diem como o "Churchill da Ásia", o "homem miraculoso do Vietnã do Sul" (VIZENTINI, 1988, p. 48); e o Can Lao (Partido Personalista dos Trabalhadores), um partido secreto dirigido pelo irmão de Diem, Ngo Dinh Nhu, cujos membros infiltravam-se em todas as instituições do país,. O Can Lao desempenhou papel crucial para o funcionamento do governo Diem ao permitir a centralização de todas as esferas de poder, em sua maioria administradas por membros da família Diem.

Como ressalta VIZENTINI, ao analisar a estrutura de poder do regime de Diem,

O verdadeiro núcleo de poder do regime era a própria família Diem. Praticamente todos os cargos importantes eram ocupados pela família (...). Ao centrar a base do governo na minoria católica, quase toda emigrada do norte, o regime excluía até parte da direita (ou seja, o regime de Diem não era democrático nem ao nível da classe dominante). (VIZENTINI, 1988, p. 48-49)

A repressão e a violência do regime de Diem geravam novas pressões sociais e inflamavam outras já existentes. Nos chamados "anos de paz" (1954-1959), o número de mortos no Vietnã do Sul superou o número de vítimas da Primeira Guerra da Indochina. A combinação de um bem-estruturado exército e a ausência de uma resistência significativa contra as forças armadas do Vietnã do Sul até o início da década de 1960 colocavam o governo de Diem em posição confortável.

A primeira forma organizada de resistência contra o governo de Diem nasceu como resposta à reforma agrária implementada a partir de 1955. Por sugestão de Washington e com o apoio dos latifundiários do delta do Mekong, Diem iniciou um projeto que objetivava devolver as terras aos grandes proprietários expropriados durante a Primeira Guerra da Indochina e destruir o apoio camponês ao Viet Minh nas proximidades de Saigon. O resultado foi um movimento armado organizado pelo Viet Minh e implementado pelos camponeses.

A repressão e a censura do governo de Diem afetavam também as minorias do Vietnã do Sul. A expropriação das terras dessas minorias e a sistemática violação de direitos fundamentais contribuíam para aproximá-las do Viet Minh. A burguesia chinesa e as minorias religiosas também foram perseguidas e se voltaram contra o governo de Diem.

Em 1956, com a escalada das tensões entre o Vietnã do Norte e o Vietnã do Sul, e em função dos objetivos estratégicos norte-americanos no Sudeste Asiático, as eleições previstas no Acordo de Genebra foram embargadas. O Viet Minh acionou, então, milícias alinhadas com Ho Chi Minh dispersas pelo Vietnã do Sul, convocando-as a combater o governo de Diem.

Paralelamente, o Vietnã do Norte iniciou uma campanha de ocupação de partes do Laos, com o objetivo de formar rotas (a Trilha Ho Chi Minh) de abastecimento da resistência Viet Minh no Sul do Vietnã.

Apesar da reação de Ho Chi Minh à política de Diem, a postura diplomática da República Democrática do Vietnã em relação ao Vietnã do Sul foi um traço marcante do período entre-guerras. As transformações pelas quais passava a Guerra Fria esclarecem em grande medida a postura relativamente pacífica de Ho.

Em 1953, após a morte de Stalin, a Guerra do Coréia é oficialmente encerrada pelo Armistício de Panmunjom. O XX Congresso do Partido Comunista da URSS (1956) inicia um processo de "desestalinização", com repercussões no leste europeu (revoltas na Polônia e na Hungria) que requeriam um ambiente diplomático menos tenso. A China também buscava uma inserção internacional após a Guerra da Coréia, passando a se preocupar mais com sua industrialização (através do I Plano Quinquenal, 1953-1957, apoiado pelos soviéticos). Nesse contexto, uma coexistência pacífica com os Estados Unidos era interessante para a União Soviética e para China, assim como para o Vietnã do Norte.

Mesmo o boicote norte-americano e sul-vietnamita às eleições previstas no Acordo de Genebra foi tratado, num primeiro momento, por vias diplomáticas. À China, por exemplo, era mais interessante um Estado-tampão, comprometido com as negociações diplomáticas,

que impedisse o contato direto de seu território com um governo diretamente apoiado por Washington, do que um Vietnã do Norte belicista, potencialmente desestabilizador.

As vantagens da via diplomática eram claras também entre os soviéticos. Moscou chegou a propor que o Vietnã do Norte e o Vietnã do Sul ingressassem na ONU, muito embora condenasse as políticas de Diem. Para a União Soviética, era fundamental impedir a intervenção direta dos Estados Unidos no Vietnã e, ao mesmo tempo, evitar que outras guerras localizadas, como a da Coreia, justificassem a intervenção norte-americana em países em vias de descolonização.

O relativo sucesso da política econômica implementada no Vietnã do Norte também justificava a não-intervenção de Ho Chi Minh no Vietnã do Sul.

Após um período de erros e insatisfação popular, a política agrária do Vietnã do Norte foi bem-sucedida: o Estado investiu na infra-estrutura agrícola (canais, represas, sistemas de irrigação) e incentivou a formação de cooperativas. A partir do I Plano Quinquenal, o setor industrial também foi desenvolvido e as primeiras indústrias pesadas foram criadas, muito embora o país conservasse seu perfil agrário. Uma revolução na educação, na medicina e o investimento estatal em saneamento completaram o cenário de sucesso das políticas sociais norte-vietnamitas.

No início da década de 1960, as tensões sociais alimentadas durante os primeiros anos do governo de Diem explodem numa tentativa de golpe de Estado, em que o Exército tenta, sem sucesso, derrubar o presidente Diem.

O clima generalizado de insatisfação fomenta a criação, em 1960, da Frente Nacional de Libertação (FNL), batizada por Washington e por Saigon de "Vietcong" (em vietnamita, "comunistas vietnamitas"). Apesar da alcunha conferida pelos norte-americanos, a FNL possuía uma base política mais ampla do que o Viet Minh, sendo integrada pelo Partido Democrático, pelo Partido Socialista Radical, pelo Partido Popular Revolucionário, pelo Movimento da Paz do Vietnã do Sul (que lutava pela aplicação do Acordo de Genebra), por movimentos que representavam minorias do Vietnã do Sul (Khmers, Binh Xuyên, Cao Dai e Hoa Hao) e por movimentos budistas. Reunidos na FNL, esses grupos defendiam a deposição da ditadura de Diem e a formação de um governo democrático de coalizão.

Os militantes da FNL infiltraram-se gradativamente pela sociedade sul-vietnamita e aproveitaram a estrutura administrativa deixada pelo Viet Minh. Mesmo em Saigon, onde se concentrava a elite fiel ao regime de Diem, as Forças Armadas da Libertação (braço armado da FNL) possuíam um poder bem estruturado, organizado em níveis: as milícias locais, pouco armadas, que guardavam as aldeias fora do controle de Diem; as tropas regionais, com

maiores recursos bélicos e responsáveis pelas ações da FNL nas províncias; e, no topo da hierarquia militar, as tropas regulares, treinadas, politizadas e responsáveis pela atuação nacional.

Ao comparar a Frente Nacional de Libertação ao Viet Minh, VIZENTINI chama atenção para diferenças importantes entre os dois:

Comparando-se o Viet Minh com a FNL, observa-se que a antiga frente era mais rudimentar e combatia o colonialismo com um Estado rival, contra a estrutura existente. Já a nova frente, procurava infiltrar o Estado e utilizá-lo, para substituí-lo. Segundo um velho militante do Viet Minh, Pham Ngoc Thuam, "nos velhos tempos estávamos barrando as estradas para interceptar veículos. Eles (da FNL) preferem embarcar nos automóveis existentes". (VIZENTINI, 1988, p. 56)

O sucesso da FNL, de fato, alcançou níveis surpreendentes até mesmo para os líderes do movimento. Entre 1960 e 1964, a área controlada pela FNL quase quintuplicou (de 3 províncias em 1960 para 14 em 1964). Paralelamente, a ideologia e a retórica política da Frente também foram consolidadas, conquistando o apoio popular para um nacionalismo revolucionário, defensor da reforma agrária e da luta pela libertação nacional.

O comprometimento norte-americano com o regime sul-vietnamita experimentou, nesse período, um significativo aprofundamento. O fracasso da CIA contra a Revolução Cubana (1959), a repercussão internacional da invasão da Baía dos Porcos³⁵ (1961) e, por fim, a Crise dos Mísseis de Cuba³⁶ (1962) colocaram o Vietnã na linha de frente da política anti-comunista de Washington. A "perda" de Cuba marca uma transformação na política externa norte-americana: Washington se convence que apoiar forças de direita em países sob "ameaça comunista" não é suficiente para barrar o avanço da esfera de influência da União Soviética. Num discurso público em abril de 1961, o presidente John F. Kennedy ressaltava as

³⁵ A Baía dos Porcos (em espanhol, Bahía de los Cochinos) é uma baía localizada na costa meridional de Cuba. Tornou-se conhecida em função de uma tentativa mal-sucedida de um grupo de mais de mil cubanos (refugiados da ditadura de Fulgêncio Batista), treinados e financiados pelos Estados Unidos, de derrubar Fidel Castro em 1961. Em três dias de combates, a revolta foi debelada e Castro declarou-se vitorioso.

³⁶ A Crise dos Mísseis de Cuba (também denominada Crise Caribenha ou Crise de Outubro) ocorreu entre 15 e 28 de outubro de 1962. O episódio, um dos mais tensos da Guerra Fria, foi iniciado como uma resposta soviética à instalação de mísseis nucleares norte-americanos numa base na Turquia (1961) e à invasão de Cuba (a invasão da Baía dos Porcos). A União Soviética reagiu instalando seus próprios mísseis nucleares em Cuba. Um vôo secreto sobre a ilha revelou a existência de silos nucleares. Apesar das ofensivas norte-americanas de 1961, o governo Kennedy considerou a ação soviética como um ato de guerra contra os Estados Unidos, confrontando o mundo, pela primeira vez, com a possibilidade concreta de uma guerra nuclear. Mesmo após as declarações do Primeiro-Ministro soviético, Nikita Khrushchev, de que os mísseis nucleares eram apenas defensivos, o presidente Kennedy alertou que os Estados Unidos não hesitariam em utilizar armas nucleares em resposta à iniciativa soviética. Treze dias de tensão transcorreram até que Khrushchev, em 28 de outubro de 1962, ordenou que os mísseis soviéticos em Cuba fossem removidos e enviados novamente à União Soviética, decisão seguida pela retirada dos mísseis norte-americanos da Turquia. (LAFEBER, 1993, p. 224-232)

novidades encerradas pelo comunismo, alertando para seu poder ideológico. O risco para a própria segurança interna dos Estados Unidos figurava nas preocupações do presidente.

Não devemos falhar em reconhecer a natureza traiçoeira deva nova e mais profunda luta. Não devemos falhar em compreender os novos conceitos, as novas ferramentas, a nova noção de urgência da qual precisaremos para combatê-la - seja em Cuba ou no Vietnã do Sul. E não devemos falhar em reconhecer que essa luta ocorre todos os dias, sem descanso, em milhares de aldeias e mercados - dia e noite - e em salas de aula ao redor de todo o globo. (...) Nenhuma tarefa maior confronta esse país e esse governo. (...) Por muito tempo nos preocupamos com as necessidades militares tradicionais, com exércitos preparados para cruzar fronteiras, com mísseis prontos para decolar. Agora deveria estar claro que isso não é mais suficiente - que nossa segurança pode ser perdida pouco a pouco, país por país, sem que um único míssil seja disparado ou sem que uma única fronteira seja cruzada. (GARDNER, 1989, p. 190)³⁷

No início da década de 1960, Kennedy, com o apoio de seu Secretário de Defesa, Robert McNamara e do comandante das forças armadas norte-americanas no Vietnã do Sul, General Maxwell Davenport Taylor, coloca em curso a estratégia de "contra-insurgência".

A estratégia norte-americana de contra-insurgência (COIN, no jargão do Departamento de Estado) objetivava reprimir a expansão comunista e utilizava propaganda, tortura, assassinatos e um conjunto variado de instrumentos políticos e econômicos para pressionar os movimentos dissidentes no Vietnã do Sul. A "chantagem nuclear" era igualmente empregada para dissuadir soviéticos e chineses em relação à ajuda que forneciam aos insurgentes vietnamitas.

A política externa baseada na contra-insurgência deveria ser implementada em três fases: na primeira, daria-se continuidade à política de ajuda aos regimes "amigos", iniciada pelo presidente Dwight Eisenhower durante a guerra franco-vietnamita; na segunda fase, a estratégia de contra-insurgência seria colocada em prática e o envio de tropas norte-americanas ao país auxiliado era uma possibilidade; na terceira, desenvolveria-se uma "guerra limitada" (ao exemplo da Guerra da Coreia), uma extensão da contra-insurgência na qual os Estados Unidos participariam mais ativamente do combate anti-comunista.

A segunda fase dessa nova vertente da política externa norte-americana foi implementada no Vietnã do Sul em 1961, com o firme propósito de "evitar novas Cubas".

³⁷ No original: "We dare not fail to see the insidious nature of this new and deeper struggle. We dare not fail to grasp the new concepts, the new tools, the new sense of urgency we will need to combat it- whether in Cuba or South Viet-Nam. And we dare not fail to realize that this struggle is taking place every day, without fanfare, in thousands of villages and markets - day and night - and in classrooms all over the globe. (...) No greater task faces this country or this administration. (...) Too long we have fixed our eyes on traditional military needs, on armies prepared to cross borders, on missiles poised for flight. Now it should be clear that this is no longer enough - that our security may be lost piece by piece, country by country, without the firing of a single missile or the crossing of a single border."

Num memorando enviado ao presidente Kennedy em 11 de novembro 1961, o Secretário de Estado Dean Rusk e o Secretário de Defesa Robert McNamara enfatizavam o perigo representado pelo Vietnã do Norte e apresentavam a possibilidade de enviar tropas ao Vietnã, de modo a evitar a disseminação do comunismo pelo Sudeste Asiático:

A perda do Vietnã do Sul tornaria irrelevante qualquer outra discussão sobre a importância do Sudeste Asiático para o mundo livre; teríamos que encarar a certeza quase absoluta de que o restante do Sudeste Asiático e a Indonésia deslocariam-se para uma completa acomodação com o comunismo, sem falar numa incorporação formal ao bloco comunista. (...) Os Estados Unidos deveriam se comprometer com o objetivo claro de prevenir a queda do Vietnã do Sul para o Comunismo. (...) Devemos insistir que o próprio governo [sul-vietnamita] tome as medidas necessárias para alcançar esse propósito em troca de assistência em larga escala dos Estados Unidos nos campos militar, econômico e político. Ao mesmo tempo devemos reconhecer que provavelmente não será possível para o Vietnã do Sul ganhar essa guerra enquanto o fluxo de homens e de suprimentos vindos do Vietnã do Norte continuar inalterado e as guerrilhas usufruírem de um santuário seguro no território vizinho. Deveríamos estar preparados para introduzir forças de combate dos Estados Unidos se isso se tornar necessário para o sucesso. (McMAHON, 1990, p. 181)³⁸

A intensificação do apoio militar e econômico norte-americano foi acompanhada pelo emprego de novas armas desenvolvidas pelo então crescente complexo militar-industrial dos Estados Unidos: novos helicópteros armados com mísseis, blindados anfíbios e todo tipo de artilharia pesada foi utilizada para combater milícias compostas, em sua maioria, por camponeses. O fator humano e as especificidades sociais e naturais vietnamitas não encontraram, todavia, lugar em meio à parafernália bélica e aos planos de combate traçados em Washington. Como lembra VIZENTINI (1988, p. 59), "as armas sofisticadas eram operadas por sul-vietnamitas desmotivados", que não se identificavam com os propósitos maquinados em instâncias superiores.

Baseados na experiência acumulada em guerras "tradicionais" e no exemplo britânico na Guerra da Malásia (1948-1960), os *policemakers* norte-americanos determinaram que a melhor estratégia seria pressionar o reagrupamento dos camponeses em "aldeias estratégicas", para cortar o apoio à guerrilha. Movidos, entretanto, por uma perspectiva tipicamente funcionalista, os Estados Unidos desconsideraram um fator essencial da atuação britânica na

³⁸ No original: "The loss of South Viet-Nam would make pointless any further discussion about the importance of Southeast Asia to the free world; we would have to face the near certainty that the remainder of Southeast Asia and Indonesia would move to a complete accommodation with Communism, if not formal incorporation with the Communist bloc. (...) The United States should commit itself to the clear objective of preventing the fall of South Viet-Nam to Communist. (...) We must insist that Government itself take the measures for that purpose in exchange for large-scale United States assistance in the military, economic and political fields. At the same time we must recognize that it will not be possible for the GNV to win this war as long as the flow of men and supplies from North Viet-Nam continues unchecked and the guerrillas enjoy a safe sanctuary in neighboring territory. We should be prepared to introduce United States combat forces if that should become necessary for succes."

Malásia: os 12 anos que 300 mil soldados britânicos e malaios demoraram para conter 10 mil guerrilheiros, num combate travado na maior parte do tempo em áreas rurais da Malásia.

As áreas controladas pela FNL mereceram atenção especial de Washington e de Saigon: tudo o que se movia era um alvo em potencial. Soldados norte-americanos e saigoneses estavam autorizados a saquear aldeias que apoiavam a Frente Nacional de Libertação. As regiões nas quais os exércitos norte-americanos não podiam chegar eram regadas, pela força aérea, com napalm e com substâncias químicas que inviabilizavam o cultivo agrícola. A população das aldeias era exterminada e os guerrilheiros, presos e torturados.

A política norte-americana de contra-insurgência não tardou a colher seus primeiros resultados: a guerrilha foi intensificada, a relativa neutralidade do Viet Minh foi progressivamente abandonada e o apoio popular à FNL foi fortalecido. Ao contrário do regime de Diem, o relacionamento entre a FNL e os camponeses era pautado por princípios confucianos de honra e lealdade. Nas aldeias coligadas à Frente, autoridades eram eleitas pelos membros da sociedade local, respeitando-se os costumes e as hierarquias historicamente estabelecidos.

Após o assassinato do presidente Kennedy em novembro de 1963, o democrata Lyndon Johnson assume a presidência dos Estados Unidos e estreita ainda mais as relações entre Washington e Saigon.

Em 1963, as tensões entre os aliados de Diem e a FNL são agravadas. Em janeiro, no delta do rio Mekong, 200 guerrilheiros derrotam um exército de 2 mil soldados sul-vietnamitas. Em maio, budistas (que são maioria nos exércitos pró-Diem) são massacrados em Hué, durante um protesto. Manifestações em Saigon, apoiadas por estudantes, também são reprimidas. Os erros da política de Diem aumentam o descontentamento de Washington, que se encontra na delicada posição de financiador de um regime que viola sistematicamente as liberdades individuais e que transforma a religião em critério de perseguição.

Em outubro de 1963, Diem ordena o deslocamento de suas tropas de elite para Saigon, para debelar focos de resistência budista no exército local. Os norte-americanos entram em choque com as decisões sul-vietnamitas e ameaçam interromper o apoio ao regime se as forças concentradas em Saigon não fossem redirecionadas para as frentes de batalha no restante do país. Diem recua diante das pressões de Washington; porém, sem sua "guarda pretoriana", é deposto e assassinado, junto com seu irmão, através de um golpe militar arquitetado pela CIA. Enquanto a população de Saigon comemora a queda de Diem, uma junta militar assume o poder no Vietnã do Sul.

A deposição de Diem não torna, entretanto, a situação menos complicada. Os Estados Unidos deparam-se com um país amplamente descontente, com cerca de 3/4 de seu território dominado pela FNL. Entre 1963 e 1965, treze golpes de Estado são promovidos, o que revela o caos político em que os norte-americanos estavam mergulhando. A rápida destruição do regime de Diem, assentado em grande medida em laços familiares e marcado pela corrupção, solapa os alicerces do Estado.

O poder da FNL em 1964 é tamanho que Washington é confrontado com outro problema: o custo político de norte-americanos mortos nas longínquas terras sul-vietnamitas, até então pouco relevantes para a opinião pública dos Estados Unidos. Por sugestão do ultra-conservador Senador republicano Barry Morris Goldwater, conhecido por sua simpatia pelas armas atômicas, os Estados Unidos empregam desfolhantes químicos para criar um "vazio vegetal" nas florestas sul-vietnamitas, tradicionais refúgios da guerrilha.

Em 1964, face à ineficiência dos governos militares em conter a FNL no Vietnã do Sul, Walter Whitman Rostow³⁹, Conselheiro de Segurança Nacional do presidente Lyndon Johnson, sugere o início da terceira fase da estratégia de contra-insurgência: uma "guerra limitada", que se estenderia ao norte do paralelo 17.

Num documento elaborado pelo Departamento de Estado, intitulado *White Paper: aggression from the north*, Washington expõe os motivos pelos quais uma ofensiva contra o Vietnã do Norte seria inevitável. O documento relata que a maioria das armas apreendidas com os vietcongs (a denominação norte-americana para os militantes da FNL) haviam sido fabricadas na União Soviética, na China e na Tchecoslováquia. Washington explicava, assim, a fragilidade do governo de Saigon em relação à FNL em função da ajuda que os guerrilheiros sul-vietnamitas recebiam dos países comunistas por intermédio do Vietnã do Norte.

Nos dias 2 e 4 de agosto de 1964, os Estados Unidos sinalizam que as intenções de Rostow seriam levadas a cabo: dois *destroyers* norte-americanos, o USS Maddox e o USS Turner Joy, posicionados no litoral norte-vietnamita, são supostamente atacados por embarcações do Vietnã do Norte. O Incidente do Golfo de Tonkin, como ficou conhecido o episódio, abriu caminho para que o presidente Johnson conseguisse aprovar no Congresso norte-americano a Resolução do Sudeste Asiático (mais conhecida como Resolução do Golfo de Tonkin), que lhe assegurou a autoridade e os recursos necessários para ajudar os países do

³⁹ W. W. Rostow foi um economista norte-americano que exerceu grande influência sobre a política externa dos Estados Unidos na década de 1960. Como Assessor de Segurança Nacional dos presidentes Kennedy e Johnson, Rostow defendeu a intervenção direta dos Estados Unidos no Sudeste Asiático e é reconhecido como um dos mentores da política externa norte-americana durante a Guerra do Vietnã. Suas idéias foram popularizadas pelo mundo a partir de seu modelo de desenvolvimento econômico em estágios.

Sudeste Asiático que fossem "ameaçados pelo comunismo" e para dar início à Segunda Guerra da Indochina⁴⁰.

Somente décadas mais tarde, em 2005, a Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos admitiria que, de fato, o segundo ataque aos *destroyers* norte-americanos nunca ocorreu. A veracidade de qualquer atitude bélica por iniciativa dos norte-vietnamitas no Incidente do Golfo de Tonkin ainda é questionada (HERRING, 2001, 227).

A tensão política e a relativa instabilidade social nos outros países da Indochina também figuravam entre os argumentos norte-americanos para intervir na região.

No Laos, os conflitos entre o governo e o Pathet Lao (o movimento nacionalista comunista do Laos, vinculado ao Viet Minh) orbitavam em torno do descumprimento do Acordo de Genebra. A realização de eleições em 1958 fortaleceria o movimento comunista e conduziria uma coalizão de centro-esquerda ao poder. Washington reagiu e fomentou a deposição do governo, a favor de um regime conservador. A reação do Pathet Lao levou a uma guerra civil, estabilizada em 1962 por um novo governo de coalizão, que é preservado até o início da Segunda Guerra da Indochina.

Em contrapartida ao Laos e ao Vietnã, o Camboja experimentava uma situação muito mais equilibrada e estável do ponto de vista norte-americano. A neutralidade do governo de Norodom Sihanuk, sua habilidade em manter-se à margem das tensões do Sudeste Asiático e sua capacidade de conter os movimentos dissidentes asseguravam ao Camboja uma posição confortável no cenário internacional.

A tensão entre as forças norte-americanas e a FNL (já apoiada abertamente pelo Vietnã do Norte) sofreu um aumento progressivo de intensidade, até que, em 1965, iniciou-se formalmente a Segunda Guerra da Indochina, mais conhecida como Guerra do Vietnã (1965-1975), com a intervenção direta e massiva dos Estados Unidos na Indochina.

⁴⁰ A Segunda Guerra da Indochina é frequentemente denominada Guerra do Vietnã. Embora o segundo termo tenha se popularizado, o primeiro é mais preciso, pois além do Vietnã, o Laos e o Camboja também participaram da Guerra e sofreram intervenção direta dos Estados Unidos. Entre os vietnamitas, a designação mais comum para o episódio é "Guerra de resistência contra os Americanos para salvar a nação".

2.4 A SEGUNDA GUERRA DA INDOCHINA (1965-1975)

*Tudo começou com a melhor das intenções*⁴¹.
(Henry Kissinger, *Diplomacy*, 1994, p. 620)

Dizem que de boas intenções, o inferno está cheio. A crença do povo norte-americano e da comunidade internacional nas intenções dos Estados Unidos sofreu um abalo de grandes proporções no decurso da Segunda Guerra da Indochina. A moralidade e a auto-imagem norte-americanas, assentadas por séculos na defesa da liberdade e nos valores da democracia, ruiam face à constatação da crueldade dos meios e da indefensabilidade dos propósitos dos Estados Unidos na Guerra.

Os interesses norte-americanos no Sudeste Asiático superavam, todavia, qualquer compromisso com a moralidade. A contenção do comunismo e a defesa da esfera de influência política, econômica e ideológica norte-americana pressupunham esforços de grande magnitude. Mas nem toda perspicácia de Washington foi suficiente para antecipar minimamente as conseqüências para a sociedade norte-americana de um conflito travado nas longínquas terras do Vietnã.

2.4.1 A ESCALADA DA INTERVENÇÃO NORTE-AMERICANA E A "GUERRA POPULAR PROLONGADA" (1965-1968)

O aumento da intervenção norte-americana na Indochina alteraria significativamente os rumos dos conflitos sociais e políticos em curso no Sudeste Asiático a partir de meados da década de 1960.

Após a falência e a deposição de regimes financiados por Washington, a escalada da guerra soava inevitável para os norte-americanos. O fortalecimento da Frente Nacional de Libertação, no Vietnã do Sul, e o estreitamento de suas relações com o Vietnã do Norte, eram percebidos como sinais da expansão da esfera de influência comunista. A reivindicação do direito de "estabelecer relações diplomáticas com todos os países que respeitam a independência e a soberania do Vietnã"⁴² (McMAHON, 1990, p. 310), apresentada em 1960 por um Manifesto da FNL, soava mais do que nunca para os altos círculos da política norte-americana como um chamado para o estreitamento dos laços entre o Sudeste Asiático e o comunismo.

⁴¹ No original: "It all began with the best of intentions."

⁴² No original: "To carry out a foreign policy of peace and neutrality, to stablish diplomatic relations with all countries which respect the independence and sovereignty of Viet Nam."

Em março de 1965, os Estados Unidos iniciam a primeira campanha bélica massiva contra o Vietnã do Norte. A operação, denominada *Rolling Thunder*, se estenderia até novembro de 1968.

Inicialmente, 50 caças-bombardeiros atacam rotas estratégicas do país. Ao mesmo tempo, *marines* (os fuzileiros navais norte-americanos) desembarcam em Da Nang "escortados por tanques e sobrevoados por helicópteros, com o 'cenário' iluminado por poderosos holofotes, numa encenação que lembrava a vulgaridade de Hollywood e destinava-se a impressionar os camponeses de um pequeno país e a imprensa mundial." (VIZENTINI, 1988, p. 61)

Desde o início da ofensiva militar contra o Vietnã do Norte e contra a resistência sul-vietnamita, os Estados Unidos não hesitaram em empregar uma assombrosa variedade de equipamentos de artilharia pesada, de aeronaves especialmente desenvolvidas para o conflito e de inovações químicas que fariam inveja às duas Guerras Mundiais do século XX. Ao longo da costa vietnamita, são posicionados os *destroyers* e os porta-aviões norte-americanos; o céu vietnamita é invadido por bombardeiros e aviões de abastecimento; a terra é ocupada por soldados (saltando de 25 mil em 1965 para 600 mil soldados em 1968).

Além dos Estados Unidos, do Vietnã do Norte e Vietnã do Sul, outros 9 países envolveram-se, direta ou indiretamente, na Segunda Guerra da Indochina: Laos, Camboja, União Soviética, Coreia, China, Tailândia, Austrália, Nova Zelândia e Filipinas.

A estratégia de combate norte-americana baseava-se claramente nos princípios de uma "guerra clássica": geograficamente limitada, rápida e intensa, de modo a evitar o desequilíbrio internacional e pressões no próprio Estados Unidos. No interior da sociedade norte-americana, por sinal, é notável o esforço para apresentar a Guerra como meio de defesa da segurança nacional, ao passo que interesses econômicos e políticos são, de início, habilmente escamoteados.

Em 1967, Walter Lippmann denuncia a forma como os Estados Unidos estavam conduzindo a Guerra no Vietnã e aponta as adversidades associadas a cada uma das duas posições sobre a condução da guerra que dividiam a sociedade norte-americana.

Há em curso um difícil debate sobre se devemos dar continuidade ou interromper rapidamente a doutrina oficial de uma guerra limitada. Isso significa uma guerra na qual a população civil e a economia civil do Vietnã do Norte estão em princípio imunes a ataques, uma guerra na qual as tropas americanas não estão comprometidas com a ocupação de todo Vietnã do Sul e com a supressão da rebelião. (...) Interromper o presente curso quase certamente significará (...) [que] a guerra [limitada] ainda será longa, sem esperança, inconclusiva, cruel. E cada vez mais será uma ofensa para a consciência moral do povo americano. (...) Se, por

outro lado, o Presidente der continuidade à guerra limitada, (...) tendo adotado o genocídio como uma política nacional, o país se encontrará isolado num mundo crescentemente raivoso e hostil. (McMAHON, 1990, p. 520)⁴³

No mesmo artigo, intitulado "*Limited war*" with "*unlimmited aims*", publicado na *Newsweek* de 16 de julho de 1967, Lippmann aponta uma importante mudança entre a política externa de Johnson e aquela praticada por Kennedy e Eisenhower.

Seria confortável ser capaz de acreditar que o Presidente ainda está no controle da guerra e que ainda é capaz e deseja rever e alterar suas idéias. Ele quer tanto combater somente numa guerra limitada. Por que ele se encontra agora confrontado com o agonizante fato de que uma guerra limitada não funcionou? Porque uma guerra limitada pode ser efetiva somente para objetivos limitados. A razão pela qual o Presidente é confrontado com a demanda por uma guerra ilimitada é que ele expandiu seus objetivos no Vietnã num grau ilimitado. O presidente parece não entender o que ele fez e que ao fazê-lo rompeu com a política estabelecida pelo presidente Eisenhower e pelo presidente Kennedy. Os objetivos de Johnson no Vietnã são radicalmente diferentes dos objetivos de seus antecessores. Ambos insistiam, como apontado pelo presidente Kennedy, "que em última análise, é a guerra deles. São eles que têm que vence-la ou perde-la. Podemos ajudá-los, podemos dar equipamentos a eles, podemos enviar nossos homens para lá como conselheiros, mas eles têm que ganhá-la, o povo do Vietnã." O presidente Johnson a transformou numa guerra americana. (McMAHON, 1990, p. 520-521)⁴⁴

A contestação, na sociedade norte-americana, dos meios e dos objetivos envolvidos na Guerra do Vietnã é acompanhada por uma carência de legitimidade internacional. A intervenção direta dos norte-americanos no Sudeste Asiático é contrastada com a "intervenção mediada" de soviéticos e chineses, que se fazem presentes através da ajuda indireta fornecida a Hanói. A legitimidade do Vietnã do Norte como nação agredida repercute internacionalmente e fortalece a causa da libertação no plano interno.

⁴³ No original: "There is now under way a hard debate on whether to go beyond or to hold fast to the official doctrine of a limited war. That means a war in which the civilian population and the civilian economy of North Vietnam are in principle immune from attack, a war in which American troops are not committed to the occupation of the hole South Vietnam and the suppression of the rebellion. (...) To hold to the present course will almost certainly mean (...) the war will still be long, hopeless, inconclusive, cruel. And increasingly it will be an offense to the moral conscience of the American people. (...) If, on the other hand, the President goes beyond limited war, (...) having adopted genocide as a national policy, the country will find itself isolated in an increasingly angry and hostile world."

⁴⁴ No original: "It would be a comfort to be able to believe that the President is still in control of the war and that he is still able and willing to review and revise his thinking. He wants so much to fight only a limited war. Why does he now find himself confronted with the agonizing fact that limited war has not worked? Because limited war can be effective only for limited objectives. The reason why the President is confronted with the demand for unlimited war is that he has escalated his objectives in Vietnam to an unlimited degree. The President does not seem to understand that he has done this and that in doing it he has broken with the policy set by President Eisenhower and President Kennedy. The Johnson objectives in Vietnam are radically different from what they were under his two predecessors. Both of them insisted, as President Kennedy put it, "in the final analysis, it is their war. They are the ones who have to win it or lose it. We can help them, we can give them equipment, we can send our men out there as advisers, but they have to win it, the people of Vietnam." President Johnson has made it an American war."

A assimetria de poder entre os norte-americanos e os vietnamitas adicionava ao conflito uma outra novidade: a necessidade da FNL e do Vietnã do Norte desenvolverem novas estratégias de combate. Os meios utilizados durante a Primeira Guerra da Indochina não eram, em sua totalidade, úteis para os novos desafios, pois além de militarmente superior (o que não era uma novidade), o adversário combatia, inicialmente, numa área mais exígua e pouco habitada. Durante o governo de Diem, o Vietnã do Sul experimentara um acelerado processo de urbanização, associado ao êxodo rural, desestruturando a base camponesa de apoio à FNL. Saigon, que saltou de 500 mil habitantes no início da intervenção norte-americana, para 4 milhões em meados da década de 1970, tornara-se conhecida como "a cidade das cem mil prostitutas", alcunha que demonstrava a dimensão dos problemas sociais em vigor.

A principal resposta militar-estratégica da FNL e do Vietnã do Norte aos novos desafios apresentados pela intervenção norte-americana foi a "guerra total do povo inteiro". Por iniciativa de Vo Nguyen Giap, comandante das forças armadas do Vietnã do Norte, toda população foi convocada para colaborar com a resistência vietnamita.

Giap, consciente dos esforços necessários para combater um inimigo como os Estados Unidos, não se limitou, todavia, à mobilização do apoio civil. Tropas de elite, tecnicamente superiores às que haviam combatido na guerra franco-vietnamita, fortemente armadas, foram criadas. Os exércitos permanentes foram treinados e aprenderam a explorar as fraquezas da estratégia inimiga de "guerra limitada". Armas soviéticas, chinesas e tchecoslovacas foram empregadas pela resistência para dar início à uma guerra popular prolongada.

Os dois fundamentos da guerra popular prolongada eram a onipresença da resistência (que deveria atacar a retaguarda inimiga nas montanhas, nas cidades e nos deltas) e a paciência para estender a guerra a um limite insuportável, que esgotasse o inimigo psicologicamente através de uma "guerra suja". Era necessário, ainda, tirar proveito das três vantagens da resistência vietnamita: as montanhas do sul, o Vietnã do Norte e o apoio dos países socialistas. Só dessa forma, segundo Giap, era possível enfrentar "muitos com poucos".

As principais ações da resistência vietnamita contra os norte-americanos concentravam-se, assim, em ataques limitados a pontos estratégicos, que minavam a combatividade do inimigo.

No Vietnã do Norte, uma eficiente artilharia anti-aérea, importada sobretudo da China e da União Soviética, protegeu as indústrias pesadas que não puderam ser transferidas para o eixo Hanói-Haiphong (a área mais protegida sob controle da resistência). Embora a importância dos mísseis e dos caças MIG soviéticos não possa ser desprezada, o êxito da

artilharia anti-aérea foi alcançado, sobretudo, por milícias populares instruídas a atirar nos aviões norte-americanos com qualquer arma que estivesse disponível. Aos *policymakers* de Washington restava a perplexidade: como impor-se diante de civis que, ao invés de fugirem amedrontados, derrubavam aviões com armas leves?

A geografia vietnamita impunha, ainda, uma outra barreira à ação das tropas norte-americanas: florestas, monções, pântanos, insetos e guerrilheiros camuflados transformavam as incursões das tropas dos Estados Unidos em cruzadas pelo inferno. *Booby traps* (armadilhas para bobos, produzidas com instrumentos rudimentares) eram armadas nos locais mais improváveis e transformavam cada passo dos soldados norte-americanos num pesadelo. Os vietnamitas respondiam com criatividade à superioridade bélica de Washington e de seus aliados.

As aldeias controladas pela resistência vietnamita eram, no contexto de inovações de combate, notadamente interessantes. Uma bem articulada rede de túneis permitia o constante deslocamento dos exércitos da FNL e do Vietnã do Norte. Próxima a Saigon, uma zona controlada pela Frente Nacional de Libertação (a Zona C), repleta de hospitais, depósitos e campos de instrução da guerrilha, tornou-se conhecida como o "metrô de Nova York do Vietcong", tamanho o número de túneis que cortavam a região. Aos olhos norte-americanos, os "vietcongs" simplesmente desapareciam e reapareciam em ataques pela retaguarda.

Em contraste com a engenhosidade vietnamita, a inteligência norte-americana, em óbvio despreparo para lidar com a estratégia militar e com a logística inimigas, insistia em incursões orientadas por mapas desatualizados. No paralelo 17, fronteira entre o Vietnã do Norte e o Vietnã do Sul, a Linha McNamara⁴⁵ era inútil e não impedia a colaboração entre o Vietnã do Norte e a FNL. Era o fracasso da guerra convencional.

Em 1967, a base aérea norte-americana em Bien Hoa é atacada pela FNL, demonstrando a eficiência da estratégia vietnamita. Semanas antes do ataque, membros da resistência infiltraram-se nas aldeias locais, próximas à base, e construíram diversos buracos, cada qual equipado com um soldado e morteiros. No dia 11 de maio, num ataque simultâneo e coordenado, a FNL destruiu 27 aviões, sem nenhuma baixa nas tropas da resistência. A

⁴⁵ Em setembro de 1967, o Secretário de Defesa Robert McNamara anunciou a criação de uma linha defensiva ao longo do paralelo 17, com o propósito de impedir a infiltração dos exércitos norte-vietnamitas no Vietnã do Sul. O anúncio deixou claro que a Operação *Rolling Thunder* não havia alcançado seus objetivos, de modo que a ameaça representada pelo Vietnã do Norte se fortalecia. A linha seria composta por minas e por equipamentos de detecção de atividades, além de tropas de guarda, e consumiria um orçamento anual de US\$ 1 bilhão, sem contar investimentos em pesquisa e inteligência e os recursos necessários para manter um centro de operações na Tailândia. (SHAPLEY, 1993, p. 67-70)

mensagem soou clara para Washington: no rumo dos acontecimentos, os custos da guerra seriam intoleráveis.

Já em 1967, os Estados Unidos abandonam a principal estratégia da Operação *Rolling Thunder*, batizada de "Search and Destroy" (procurar e destruir), e iniciam a estratégia "Clear and Hold" (limpar e ocupar).

Com o apoio do exército sul-vietnamita, os norte-americanos lançam um ataque contra a Zona C, que abrigava comandos e centros de treinamento da FNL. A resistência responde com ataques próximos ao paralelo 17 e cerca tropas de Saigon e norte-americanas na cidade de Khe Shan, forçando o deslocamento das tropas inimigas. O fortalecimento da resistência preocupa o general William Childs Westmoreland, comandante das operações militares norte-americanas no Vietnã entre 1964 e 1968, que lança uma série de operações, sem êxito, contra os "vietcongs".

A perspicácia do general Westmoreland ao observar o fortalecimento das tropas da resistência vietnamita justificaria-se pouco tempo depois, ao final de janeiro de 1968, quando a FNL, com o apoio do Vietnã do Norte, desencadeia um conjunto de ataques contra os norte-americanos e seus aliados.

2.4.2 DA OFENSIVA TET À VIETNAMIZAÇÃO DA GUERRA (1968-1973)

Na virada do dia 30 para o dia 31 de janeiro de 1968 (o ano novo lunar⁴⁶), os norte-americanos foram surpreendidos por uma série de ataques contra cidades e bases militares do Vietnã do Sul. A campanha, organizada pela FNL e pelo Vietnã do Norte, tornou-se conhecida como Ofensiva Tet.

A Ofensiva Tet marcou, de fato, uma transformação na linha de ação da FNL e do Vietnã do Norte na Segunda Guerra da Indochina. Até 1968, a estratégia da resistência havia sido baseada numa guerra popular prolongada, que objetivava minar a resistência do inimigo paulatinamente, evitando, assim, um confronto final, um ataque frontal do qual os Estados Unidos, possivelmente, sairiam vitoriosos. Com a Ofensiva, a resistência adota uma linha de combate mais próxima às estratégias clássicas de guerra: ataques massivos, intensos e frontais.

⁴⁶ De acordo com o calendário lunar (que deriva do calendário chinês), o ano novo é celebrado na noite da primeira lua nova do primeiro mês lunar do ano (geralmente coincidente com o final de janeiro e o começo de fevereiro). No Vietnã, a *Tet Nguyên Dán* (em vietnamita, Festa do Primeiro Alvorecer), mais conhecida como Tet, é a mais importante celebração nacional e coincide com a celebração do ano novo chinês, da qual os vietnamitas herdaram diversas tradições.

Da perspectiva norte-americana, a solução para os desafios impostos pela FNL e pelo Vietnã do Norte era aumentar o volume de recursos usados na guerra: mais armas, mais homens e muito, muito mais dinheiro eram essenciais para estabilizar a situação no Vietnã. Superar a resistência vietnamita em termos numéricos era, aparentemente, o centro da estratégia traçada por Washington e a "contagem de corpos" era o parâmetro que indicava o progresso dessa estratégia.

Essa perspectiva sofreria alterações à medida que os conflitos se aprofundavam e que os Estados Unidos percebiam-se, cada vez mais, atolados em problemas e tensões que antecederiam, em muito, a intervenção norte-americana no Sudeste Asiático.

A Ofensiva Tet insere-se exatamente num contexto de transformações da Segunda Guerra da Indochina, em que as estratégias e as ações norte-americanas e vietnamitas adaptavam-se às condições concretas do conflito.

Os planos que originaram a Ofensiva Tet foram arquitetados em 1967, sob a influência dos generais vietnamitas Nguyen Chi Thanh e Vo Nguyen Giap⁴⁷. Motivados pelo sucesso alcançado entre 1965 e 1968, e influenciados pela crença de que a presença norte-americana e o governo sul-vietnamita eram extremamente impopulares, os norte-vietnamitas e a FNL decidiram que era hora de lançar uma ampla ofensiva contra o inimigo, embarcando exatamente no tipo de combate que os norte-americanos mais dominavam: a guerra tradicional. Na base das crenças vietnamitas, residia a esperança de que um ataque frontal impulsionaria a população a sublevar-se e a apoiar a resistência.

Desenvolveu-se, assim, um plano que seria colocado em prática por etapas: na primeira, regiões fronteiriças do Vietnã do Sul seriam atacadas; em seguida, a FNL atacaria as principais cidades sul-vietnamitas para conduzir o governo ao colapso e para incitar a população a se rebelar; numa terceira fase, a resistência aproveitaria o colapso do governo e a revolta da população para expulsar os norte-americanos e as outras forças estrangeiras que ocupavam o Vietnã do Sul. As cidades mais intensamente atacadas seriam Saigon e Hué.

O modo como os norte-americanos seriam surpreendidos pela Ofensiva era mais um elemento dos planos norte-vietnamitas. Em outubro de 1967, o Vietnã do Norte havia anunciado que entre 27 de janeiro e 3 de fevereiro de 1968, faria uma trégua para a celebração do ano novo. A batalha em Khe Shan contribuiria, portanto, para confundir a inteligência dos

⁴⁷ Embora tenha contribuído com o planejamento e a execução da Ofensiva Tet, Giap não aprovava a idéia de uma ofensiva frontal contra os Estados Unidos. Para o general, táticas de guerrilha, aplicadas numa guerra popular prolongada, seriam muito mais eficientes para combater um inimigo tão poderoso. Ainda assim, as opiniões de Giap foram desconsideradas e, por decisão da liderança norte-vietnamita, a Ofensiva Tet foi implementada.

Estados Unidos, pois a escalada das atividades logísticas da FNL entre dezembro de 1967 e janeiro de 1968 seriam interpretadas como normais face aos conflitos em curso.

Em informe secreto enviado à Casa Branca, o general Westmoreland alertava o presidente Johnson sobre a possibilidade dos comunistas realizarem uma ofensiva em Khe Shan e traçava comparações com a batalha de Diem Bien Phu, da qual os vietnamitas saíram vitoriosos. O que escapava à inteligência militar, no entanto, era a possibilidade da ofensiva ocorrer em escala nacional e ser centrada nas cidades.

As operações da Ofensiva Tet foram iniciadas, de fato, prematuramente no dia 29 de janeiro de 1968, com o ataque de quatro províncias sul-vietnamitas localizadas nas rotas que conduziam as tropas da FNL a Saigon. Os outros ataques foram iniciados na madrugada entre o dia 30 e o dia 31 de janeiro de 1968: com exceção de 8 capitais, todas as outras foram atacadas; cinco das seis cidades sul-vietnamitas autônomas foram igualmente invadidas. No total, 63 importantes cidades foram alvos de ataques durante a Ofensiva Tet.

Saigon, capital do Vietnã do Sul, foi invadida e a resistência vietnamita assumiu o controle de seis pontos estratégicos: a embaixada dos Estados Unidos, o palácio presidencial, o quartel-general do exército sul vietnamita, a base aérea de Tan Son Nhut, o alto comando da marinha em Long Binh e a Estação da Rádio Nacional, capturando membros do alto-comando norte-americano e sul-vietnamita.

A Estação de Rádio era considerada um alvo prioritário na invasão de Saigon porque através dela seria veiculada uma gravação em que Ho Chi Minh anunciaria a libertação da cidade e conclamaría a população a lutar ao lado da resistência. Embora a tomada do prédio tenha sido alcançada, nenhuma mensagem foi veiculada, pois o fornecimento de energia seria interrompido minutos após a invasão de Saigon.

O ataque contra a Embaixada norte-americana em Saigon era especialmente representativo porque, na concepção da resistência, influenciaria a percepção pública sobre a inabilidade das forças armadas dos Estados Unidos para lidar com a situação. Às 2h45min da madrugada do dia 31 de janeiro de 1968, tropas da FNL atacaram a Embaixada. Embora os ataques contra Saigon já tivessem sido iniciados horas antes, a segurança do prédio não havia sido reforçada. Por um buraco na parede, os guerrilheiros invadiram a Embaixada, mataram os soldados e tomaram o controle dos acessos externos. Conscientes das baixas e da resposta que os norte-americanos dariam ao ataque, os guerrilheiros não invadiram o prédio. Seis horas mais tardes, soldados norte-americanos retomaram a Embaixada.

O General Westmoreland, numa entrevista coletiva dada na manhã do dia 31 de janeiro de 1968, em meio aos corpos dos guerrilheiros comunistas, tentaria amenizar os

acontecimentos. O repórter norte-americano Don North, da rede NBC, participou da coletiva e narrou a atuação do general.

Às 9h20min, o General Westmoreland caminhou até o portão [da embaixada] em sua farda limpa e cuidadosamente engomada, escoltado por policiais militares e por fuzileiros sujos e ensangüentados que haviam lutado desde as 3h da madrugada. Sobre os escombros, Westmoreland declarou: "Nenhum inimigo entrou no prédio da embaixada. É um incidente relativamente pequeno. Um grupo de soldados cavou um buraco na parede e rastejou através dele, e todos foram mortos. Dezenove corpos foram encontrados no local - corpos dos inimigos. Não se deixem enganar por esse incidente." (NORTH, 2001, s.p.)⁴⁸

Mesmo diante da invasão de diversas cidades e do caos provocado pelos ataques inesperados, Westmoreland ainda defendia que tudo estava sob controle. O general insistia que os ataques da noite anterior eram apenas uma estratégia para desviar a atenção norte-americana do conflito em curso em Khe Shan.

A resposta dos Estados Unidos à Ofensiva Tet foi severa. Cidades importantes do Vietnã do Sul, como Hué, foram intensamente bombardeadas por caças norte-americanos. O "agente laranja", utilizado para criar "vazios vegetais", e o napalm foram pulverizados em larga escala sobre os focos da resistência, atingindo a população civil. Alvos até então resguardados de ataques aéreos, como escolas e hospitais, não foram poupados. Cerca de um mês após o início da Ofensiva Tet, as principais cidades sul-vietnamitas já haviam sido reconquistadas pelos Estados Unidos e pelas forças aliadas. Alguns conflitos estenderiam-se, entretanto, por até dois meses. O saldo, em número de mortos e feridos, foi estarrecedor: cerca de 45.000 soldados norte-vietnamitas e da FNL foram mortos, feridos ou desapareceram (OBERDORFER, 1971, p. 261), e aproximadamente 5.000 norte-americanos e aliados, em estatísticas oficiais de Washington, foram mortos (CACCF, 1993, s.p.).

De uma perspectiva estritamente militar, a Ofensiva Tet foi considerada uma derrota para o Vietnã do Norte e para a FNL. Em conformidade com as expectativas do general Giap, ataques frontais, baseados em estratégias militares clássicas, eram a pior forma de lutar contra os norte-americanos. Os custos econômicos e políticos da campanha contribuíram, de fato, para a fragilização da resistência vietnamita. Ao final da Ofensiva, os Estados Unidos proclamavam-se vitoriosos e era inegável que a balança pendia para o lado norte-americano quando se contabilizavam as conseqüências imediatas do episódio.

⁴⁸ No original: "At 9h20, General Westmoreland strode through the gate in his clean and carefully starched fatigues, flanked by grimy and bloody MPs and Marines who had been fighting since 3 am. Standing in the rubble, Westmoreland declared: "No enemy got in the embassy building. It's a relatively small incident. A group of sappers blew a hole in the wall and crawled in, and they were all killed. Nineteen bodies have been found on the premises - enemy bodies. Don't be deceived by this incident."

Em termos práticos, a Ofensiva Tet influenciou também a formação, em 8 de junho de 1969, do Governo Revolucionário Provisório da República do Vietnã do Sul⁴⁹, que agregou a FNL, a Aliança das Forças Nacionais Democráticas de Paz e o Partido Revolucionário do Povo. O Governo Revolucionário, oposição ao governo "oficial" sul-vietnamita presidido por Nguyen Van Thieu⁵⁰, representava, na visão norte-americana, uma tentativa do Vietnã do Norte de passar a impressão de que a FNL, fortemente fragilizada pela Ofensiva Tet, continuava operante.

A principal consequência da Ofensiva Tet não havia, porém, sido antecipada sequer por seus idealizadores. A repercussão internacional dos conflitos expôs uma realidade que Washington esforçara-se arduamente para encobrir: uma guerra suja, marcada por torturas e violações sistemáticas dos direitos das populações civis, que infringia todas as convenções de guerra que os Estados Unidos haviam ajudado a criar, que envenenava plantações para matar camponeses de fome e que regava escolas com napalm. A cortina havia subido e uma platéia que não conhecia os bastidores do espetáculo ficou atônita perante a brutalidade da guerra. As piores reações viriam da própria sociedade norte-americana, demasiadamente acomodada com a retórica política de Washington.

A vitória dos Estados Unidos no campo militar não minimizava sua derrota estratégica. Desde o início da intervenção direta em larga escala em 1965, os norte-americanos propagandeavam a fragilidade da FNL e do exército norte-vietnamita, frequentemente mencionados como "uma minoria radical, sem base popular e capacidade militar" (VIZENTINI, 1988, p. 69). Então, inesperadamente, a FNL e o exército norte-vietnamita mostraram que nenhum local do Vietnã do Sul era seguro e que todo país poderia ser atacado simultaneamente, com grande precisão. Quais argumentos os Estados Unidos empregariam para justificar a guerra, num contexto em que aumentavam os protestos na sociedade norte-americana e no mundo?

Já em 1968, estava claro que as repercussões políticas da Ofensiva Tet representavam uma grande vitória para a resistência vietnamita. As forças conservadoras mundiais

⁴⁹ A formação de um Governo Provisório no Vietnã do Sul após a Ofensiva Tet é geralmente considerada uma importante estratégia do governo norte-vietnamita para minimizar as perdas decorrentes da Ofensiva Tet e coibir a política norte-americana de "vietnamização" da guerra (o fortalecimento do exército sul-vietnamita de modo que a participação direta dos soldados norte-americanos na guerra pudesse ser gradualmente reduzida). O Governo Provisório manteve-se ativo até 1976, quando o Vietnã do Sul e o Vietnã do Norte foram reunificados.

⁵⁰ Nguyen Van Thieu (5 de abril de 1923 - 29 de setembro de 2001) nasceu na província de Ninh Thuen, na porção central do Vietnã. Filho de um pequeno proprietário de terras, foi educado na Academia Militar Nacional. Uniu-se ao Viet Minh para lutar contra o colonialismo francês e, com o estreitamento dos laços entre Ho Chi Minh, os soviéticos e os chineses, abandonou o Viet Minh e retornou à carreira militar. Em 3 de setembro de 1967, com 38% dos votos, assumiu a presidência do Vietnã do Sul, na qual manteve-se até 30 de abril de 1975, quando Saigon foi tomada pelas forças norte-vietnamitas e pelo Governo Revolucionário Provisório.

acompanhavam com temerosidade as manifestações estudantis e operárias ao redor do mundo. Na França, o Maio de 1968 indicava uma inflexão da opinião pública em relação à guerra. A perplexidade conformativa em relação ao que se passava no Sudeste Asiático transformava-se em questionamentos, em revoltas e em sublevação social.

Aos problemas políticos e sociais em curso, somavam-se os econômicos. A máquina de guerra norte-americana conseguiu fazer o que se julgava impossível: conduzir a economia dos Estados Unidos a um acentuado desgaste. As excessivas despesas com a Guerra geraram enormes déficits no orçamento e a inflação, sob controle até então, experimentou variações crescentes.

Num discurso à nação em 31 de março de 1968, Lyndon Johnson anunciou que não seria candidato à reeleição nas eleições daquele ano e que dedicaria seus últimos meses na presidência à pacificação dos conflitos no Vietnã. O presidente anunciou que limitaria os bombardeios ao Vietnã do Norte e que os Estados Unidos estavam abertos a negociações para "discutir os meios para por um fim naquela terrível guerra" (BRIGHAM, 1999, p. 76-77). Poucos dias depois, para surpresa de Johnson, Hanói anunciou que concordava em conversar. As negociações foram iniciadas em Paris em 13 de maio de 1968.

Enquanto buscava, em Paris, uma saída honrosa para a Guerra, Washington reforçou o Exército de Van Thieu e substituiu Westmoreland pelo general Creighton Williams Abrams Jr., que comandaria as Forças Armadas norte-americanas no Vietnã do Sul de abril de 1968 até 1972.

Em 1969, com a promessa de que colocaria um fim na guerra e que conquistaria a "paz com honra", o republicano Richard Nixon vence as eleições e assume a presidência dos Estados Unidos. Pouco depois, é iniciada uma política de "vietnamização" do conflito. A política externa norte-americana passou, então, a ser pautada pela "Doutrina Nixon", apresentada à opinião pública pelo próprio presidente:

Permitam-me explicar sinteticamente o que tem sido descrito como a doutrina Nixon – uma política que não apenas ajudará a finalizar a guerra no Vietnã mas que também é um elemento essencial do nosso programa para prevenir futuros Vietnãs. Nós Americanos somos um povo que colocamos a mão na massa. Somos um povo impaciente. Ao invés de ensinar alguém a fazer um trabalho, gostamos de fazê-lo por conta própria. E essa característica foi incorporada em nossa política externa. Na Coreia e novamente no Vietnã, os Estados Unidos proveram a maior parte do dinheiro, a maior parte das armas e a maioria dos homens para ajudar os povos daqueles países a defender a liberdade deles contra a agressão Comunista. (...) Mas procuraremos que a nação diretamente ameaçada assuma a responsabilidade principal de prover os recursos humanos para a sua defesa. (...) A defesa da liberdade é tarefa de todos - não apenas tarefa da América. E é particularmente responsabilidade daqueles povos cuja liberdade está ameaçada. No governo anterior

nós Americanizamos a guerra no Vietnã. Nesse governo nós estamos Vietnamizando a busca pela paz. (McMAHON, 1990, p. 450)⁵¹

Face à fragilidade do Exército norte-americano, abalado pela persistência do inimigo e enfraquecido por inúmeras deserções e motins, Washington não vê outra saída senão fortalecer as Forças Armadas sul-vietnamitas, equipando-as com todo tipo de equipamento bélico, de modo a habilitá-las a defender o seu próprio país. Como argumenta VIZENTINI,

O número de deserções [nas Forças Armadas norte-americanas] cresce de forma alarmante. Cerca de 30% dos soldados encontravam-se viciados em drogas em 1969, atingindo 60% em 1971. (...) "As unidades evitam ou recusam combater, assassinam oficiais e sub-oficiais; quando não se entregam aos motins, elas são abatidas pela droga e pelo desencorajamento." Acrescenta ainda em seu artigo que as Forças Armadas possuem 140 jornais clandestinos e 14 organizações pacifistas, sendo duas exclusivamente de oficiais. Isto para não falar da sífilis e outras doenças venéreas que atingem a maioria dos soldados. (VIZENTINI, 1988, p. 70)

As palavras do presidente Kennedy, afirmando que a Guerra do Vietnã era uma guerra que deveria ser travada pelos vietnamitas, marcavam novamente a política externa dos Estados Unidos. A "americanização" da Guerra não era "rentável" nem política nem economicamente. Sem contar que "um soldado amarelo é cinquenta vezes mais barato e seu cadáver não causa problemas" (VIZENTINI, 1988, p.70).

A política externa do governo Nixon seria igualmente marcada por uma pacificação das relações entre os Estados Unidos e o bloco comunista. As convicções anti-comunistas que caracterizaram a carreira política de Nixon não o impediram de promover relações diplomáticas menos tensas com os soviéticos e os chineses. O período de "relaxamento" das relações e das tensões entre o bloco capitalista e o comunista (1969-1979)⁵² tornou-se conhecido como *détente*, palavra francesa empregada na linguagem diplomática para designar o relaxamento das tensões políticas entre Estados.

⁵¹ No original: "Let me briefly explain what has been described as the Nixon doctrine - a policy which not only will help end the war in Viet -Nam but which is an essential element of our program to prevent future Viet-Nams. We Americans are a do-it-yourself people. We are an impatient people. Instead of teaching someone else to do a job, we like to do it ourselves. And this trait has been carried over into our foreign policy. In Korea and again in Viet-Nam, the United States furnished most of the money, most of the arms, and most of the men to help the people of those countries defend their freedom against Communist aggression. (...) But we shall look to the nation directly threatened to assume the primary responsibility of providing the manpower for its defense. (...) The defense of freedom is everybody's business - not just America's business. And it is particularly the responsibility of the people whose freedom is threatened. In the previous administration we Americanized the war in Viet-Nam. In this administration, we are Vietnamizing the search for peace."

⁵² Não há consenso sobre a periodização da *détente*. Alguns autores identificam seu início no final de 1962, quando negociações sobre a proibição de testes nucleares foram iniciadas. MUNHOZ e ROLLO (2004[b]) argumentam que o período mais aceito, no entanto, estende-se de 1969 a 1979, em que relações de cooperação e de competição viabilizaram padrões aceitáveis de relacionamento e de resolução de conflitos entre capitalistas e comunistas. Como, no entanto, conflitos e tensões não foram completamente superados, a demarcação do período é controversa.

Segundo MUNHOZ e ROLLO (2004[b], p. 217-218), a *détente* deve ser analisada no contexto das transformações em curso no mundo ao final da década de 1960. Mobilizações contra a Guerra do Vietnã, protestos anti-nucleares, a descolonização de países asiáticos e africanos, e o avanço das ditaduras na América Latina apresentavam novos desafios aos interesses de Washington e de Moscou. Nesse sentido, MUNHOZ e ROLLO afirmam que:

É bastante verossímil a hipótese de que a *détente* foi uma estratégia das superpotências para buscarem o relaxamento das tensões e manterem a ordem constituída no pós-guerra diante de movimentos que continham elevado potencial de instabilidade. (MUNHOZ; ROLLO, 2004[b], p. 217)

Convencidos de que o apaziguamento das tensões que polarizavam o mundo era conveniente aos interesses dos Estados Unidos, Nixon e seu então Assessor de Segurança Nacional, Henry Kissinger⁵³, colocaram em curso negociações diplomáticas com a União Soviética e com a China. A reaproximação não seria, contudo, suficiente para impedir o apoio fornecido ao Vietnã do Norte, cujas Forças Armadas experimentaram um significativo fortalecimento a partir do final da década de 1960.

Em 1969, Ho Chi Minh morre e deixa um Testamento Político, no qual defendia a continuidade da luta até a vitória e conclamava a reunificação do movimento comunista internacional. A morte de Ho não enfraquece a resistência, que reunida no Governo Revolucionário Provisório da República do Vietnã do Sul, tem sua legitimidade reconhecida em 1972 pelo Movimento dos Países não-Alinhados.

A diminuição da intervenção direta das forças norte-americanas na Indochina, no decurso da política de "vietnamização", é acompanhada por uma intensificação do emprego de tecnologias bélicas. O complexo industrial-militar dos Estados Unidos, prioritariamente comprometido com a necessidade de valorização de vultosas somas de capital, não experimenta, em descompasso com a *détente*, uma desaceleração de suas atividades. Novas armas são produzidas e engenhosas máquinas de matar, que detectam odores, ruídos, calor e vibrações do inimigo, são empregadas para criar uma barreira na Trilha Ho Chi Minh (uma importante rota de abastecimento, que ligava o Vietnã do Norte ao Vietnã do Sul através do Laos). Os sinais da presença inimiga eram captados e transmitidos às bases na Tailândia, de

⁵³ Henry Alfred Kissinger (batizado Heinz Alfred Kissinger) nasceu na Alemanha em 27 de maio de 1923 e naturalizou-se norte-americano em 19 de junho de 1943, após emigrar com a sua família para Nova York, por conta da perseguição nazista aos judeus. Após formar-se e trabalhar em Harvard, serviu como consultor para diversos órgãos governamentais, incluindo o Departamento de Estado. Entre 1969 e 1975, exerceu a função de Assessor de Segurança Nacional no governo Nixon. Entre setembro de 1973 e agosto de 1974, já no segundo mandato de Nixon, acumulou as funções de Assessor e de Secretário de Estado. Com a renúncia de Nixon em agosto de 1974, após o escândalo de Watergate, Kissinger continuou a ocupar o cargo de Secretário de Estado até janeiro de 1977, sob a presidência de Gerald Ford.

onde partiam caças carregados com bombas, incumbidos de dar continuidade à estratégia de combate que os militares norte-americanos denominavam "craterização"⁵⁴.

O relativo enfraquecimento da resistência sul-vietnamita após a Ofensiva Tet é compensado pela intensificação da ajuda fornecida pelo Vietnã do Norte e pelos outros países que subsidiavam os comunistas vietnamitas (União Soviética e China, sobretudo). Bases de operação no Laos e no Camboja, além dos tradicionais refúgios nas montanhas, tornaram-se mais valiosos considerando-se os custos associados ao enfrentamento direto.

A disseminação da guerra pela Indochina não era, de fato, algo recente. Desde 1965, a intervenção norte-americana havia forçado, no Laos, o afastamento do Pathet Lao do poder, despertando a guerrilha. O movimento nacionalista comunista do Laos passa, desde então, a ser combatido com a ajuda indireta dos Estados Unidos. Em 1969, em função da ineficiência dos generais apoiados por Washington para combater a resistência e perante a corrupção do exército (que vendia ao Pathet Lao armas e suprimentos fornecidos pelos Estados Unidos), o Pentágono opta pela intervenção direta no Laos, baseada em ataques aéreos e apoiada por um exército clandestino organizado pela CIA.

O Camboja, apesar de sua neutralidade no período entre a Primeira e a Segunda Guerra da Indochina, passa a ser bombardeado pelos Estados Unidos em 1965 por abrigar bases da FNL. A ofensiva norte-americana favorece, então, a aproximação entre o príncipe Norodom Sihanuk, governante do Camboja, e o Vietnã do Norte. No Partido Comunista do Kampuchea (também conhecido como Khmer Vermelho), Pol Pot⁵⁵ e Ieng Sary consolidam-se no poder, estreitando relações com os chineses. A aproximação entre cambojanos, norte-vietnamitas e chineses é aprofundada até que, em 1970, a CIA articula um golpe de Estado, que conduz o general Lon Nol ao poder. Sob o comando de Nol, a República Khmer é formada e passa a ser protegida por tropas norte-americanas.

A extensão do conflito para os outros países da Indochina gerou, no entanto, um efeito contrário ao esperado pelos norte-americanos. No Camboja, Sihanuk passa a apoiar a guerrilha do Khmer Vermelho⁵⁶. A resistência cambojana, com o apoio dos camponeses, é

⁵⁴ Entre 1969 e 1975, cerca de 7,5 milhões de toneladas de bombas foram lançadas sobre a Indochina, o dobro do total empregado pelos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial e onze vezes mais do que foi utilizado na Guerra da Coreia. (VIZENTINI, 1988, p. 71)

⁵⁵ Saloth Sar (19 de maio de 1925 - 16 de abril de 1998), mais conhecido como Pol Pot, nasceu numa família de classe média, na cidade de Prek Sbauv, no Camboja. Estudou na França entre 1949 e 1953, onde ingressou numa organização comunista secreta, conhecida como *Cercle Marxiste*. Pol Pot dirigiu o Partido Comunista do Kampuchea (também conhecido como Khmer Vermelho) e foi Primeiro Ministro do Camboja entre 1976 e 1979. Seu governo tornou-se conhecido pela violência empregada contra a população. Estima-se que cerca de 1,5 milhão de pessoas foram mortas durante o período em que Pol Pot esteve no poder.

⁵⁶ O Khmer Vermelho foi um partido comunista do Camboja, que esteve no poder entre 1975 e 1979. De fato, o termo "Khmer Vermelho", criado pelo príncipe Norodom Sihanuk, foi usado em referência a dois partidos comunistas cambojanos: o Partido Comunista do Kampuchea e seu sucessor, o Partido Democrático do

reunida na Frente de Unidade do Kampuchea, que conquista grande parte do território e isola Lon Nol.

No Laos, a intervenção norte-americana também fortalece o movimento comunista. O Pathet Lao domina metade do país. Os esforços para desativar a trilha Ho Chi Minh fracassam e expõem fragilidades do regime sul-vietnamita de Van Thieu, francamente incapaz de interromper o abastecimento do Governo Provisório.

O Vietnã do Sul não vivencia situação melhor. A ilegitimidade do governo de Thieu gera tensões na sociedade sul-vietnamita. As fraudes que marcam a reeleição de Van Thieu em 1971 desencadeiam revoltas estudantis em Saigon. As eleições, cuidadosamente manipuladas para apresentar ao mundo a constituição de uma "democracia" sul-vietnamita, geram exatamente um efeito contrário ao pretendido: uma crise interna de representatividade e o questionamento internacional da política externa norte-americana para o Sudeste Asiático.

Numa viagem diplomática em julho de 1971, Kissinger encontra-se com Mao Zedong em Beijing. Os Estados Unidos oferecem ajuda para resolver os problemas com Taiwan em troca da pressão chinesa sobre o Vietnã do Norte, com o propósito de convencer Hanói a aceitar os termos norte-americanos nas negociações que ocorriam em Paris. Em 1972, o próprio Nixon viaja para China e para União Soviética, e relembra a Mao Zedong e a Léonid Ilyich Brejnev o custo da détente.

Face à pressão diplomática da Casa Branca, o Vietnã do Norte e o Governo Revolucionário Provisório reagem, em 30 de março de 1972, com uma forte ofensiva militar. As tropas saigonesas, derrotadas, recorrem ao auxílio norte-americano. Nixon ordena o bombardeio de todo território vietnamita e o bloqueio dos portos do Vietnã do Norte. Milhares de minas foram distribuídas ao longo da costa norte-vietnamita, legando aos vietnamitas uma pesada herança: uma geração de amputados.

O cenário político norte-americano em 1972 força, porém, o recuo da Casa Branca. Antecipando a corrida presidencial daquele ano, Nixon revive a retórica de que a paz no Sudeste Asiático era possível. O discurso pacifista era, claramente, uma estratégia para a reeleição, que buscava contrapor a suposta viabilidade das propostas de Nixon à "radicalidade da cruzada contra a guerra" levada a curso pelo adversário democrata George Stanley McGovern.

Em 1972, Nixon foi reeleito e, já em 18 dezembro, os Estados Unidos põem em curso a Operação *Linebacker II*: severos ataques aéreos contra Hanói e Haiphong, que se estenderiam até 29 de dezembro de 1972. Durante onze dias, 100 mil toneladas de bombas

Kampuchea. A palavra "Khmer", isoladamente, designa o idioma oficial do Camboja.

(com poder de destruição correspondente a cinco bombas de Hiroshima) são lançadas sobre o Vietnã do Norte (VIZENTINI, 1988, p. 73). Os soviéticos não assistiram passivamente à escalada das operações aéreas norte-americanas e fornecem mais mísseis SAM aos norte-vietnamitas. Durante a ofensiva, a artilharia anti-aérea do Vietnã do Norte alcança um recorde: 23 bombardeiros B-52 dos Estados Unidos, ao custo unitário de 15 milhões de dólares, são abatidos e 90 pilotos são mortos ou capturados. Numa expressiva demonstração de fraqueza política, econômica e militar, Washington interrompe os ataques.

A pressão da opinião pública mundial e, em particular, dos norte-americanos, é intensificada. Olof Palme, Primeiro-Ministro sueco, compara os bombardeios aéreos que os Estados Unidos promovem no Vietnã ao extermínio dos judeus pelos nazistas.

Em 1972, Washington encontra-se na incômoda posição de solicitar ao Vietnã do Norte que as negociações sejam retomadas em Paris. Temerosos de que a diplomacia da *détente* diminuísse o apoio soviético e chinês, os norte-vietnamitas concordam em retomar as conversas com Washington e recuam numa importante questão que barrava o avanço dos esforços pacifistas: Hanói admite que o governo sul-vietnamita continue existindo sob a presidência de Nguyen Van Thieu⁵⁷. Em contrapartida, Nixon anuncia, em 15 de janeiro de 1973, a interrupção de todos os ataques contra o Vietnã do Norte e a retirada das tropas norte-americanas do território vietnamita. Após encontros em Paris, Kissinger anunciaria que a "paz estava ao alcance das mãos".

Embora as conjunturas internacional e interna fossem favoráveis ao Vietnã do Norte, Moscou recomendou cautela. Considerar os Estados Unidos como vencidos seria um erro.

Nesse contexto, em 27 de janeiro de 1973, os Acordos de Paz de Paris são assinados pelos Estados Unidos, pelo Vietnã do Sul e por uma coalizão formada pelo Vietnã do Norte e pelo Governo Revolucionário Provisório. Além dos norte-americanos e dos vietnamitas, outros oito países assinam os Acordos: União Soviética, China, França, Grã-Bretanha, Hungria, Indonésia, Polônia e Canadá (os últimos quatro como membros da Comissão de Controle e Supervisão, responsável pela fiscalização do cumprimento das cláusulas acordadas).

⁵⁷ Mesmo após Hanói recuar diante do principal impasse que impedia a evolução das negociações de paz (a permanência de Van Thieu no poder), Thieu não concordou com as negociações. Para o presidente sul-vietnamita, era inaceitável que as tropas norte-vietnamitas permanecessem no Vietnã do Sul após o cessar-fogo (uma das condições de Hanói aceitas por Washington). Além disso, Thieu recusava-se a reconhecer a legitimidade do Governo Revolucionário Provisório. No final 1972, as manifestações contra a Guerra e a tensão política nos Estados Unidos atingem níveis intoleráveis e Nixon pressiona Thieu a aceitar os Acordos de Paz, prometendo em troca o apoio financeiro dos Estados Unidos ao governo sul-vietnamita.

Os signatários dos Acordos concordam com o cessar-fogo imediato. Representados, respectivamente, por Henry Kissinger e por Le Duc Tho, Washington e Hanói comprometem-se com o reconhecimento de dois governos no território sul-vietnamita (o governo sediado em Saigon e o Governo Revolucionário Provisório) e com a retirada dos exércitos norte-americanos do território vietnamita num prazo de 60 dias. Eleições gerais no Vietnã foram igualmente acordadas, com o propósito de formar um governo de coalizão.

A saída norte-americana do Vietnã enfraquece os movimentos de direita no Laos. Forças neutralistas unem-se ao Pathet Lao, assinam um armistício e formam um novo governo. Soldados tailandeses e funcionários norte-americanos são expulsos do país, e com exceção de conflitos pontuais, as lutas são interrompidas.

No Camboja, a Frente de Unidade do Kampuchea domina quase todo país. As áreas controladas pelo general Lon Nol são cercadas, enquanto se aguarda a definição da Guerra no Vietnã.

2.4.3 A VITÓRIA NORTE-VIETNAMITA E A REUNIFICAÇÃO DO VIETNÃ (1973-1976)

A assinatura dos Acordos de Paz de Paris em 1973 foi seguida pela retirada das tropas norte-americanas do Vietnã. No Vietnã do Sul, entretanto, o governo de Thieu foi reforçado: cerca de um milhão de soldados, 2 mil tanques e 2 mil aviões compunham as Forças Armadas sul-vietnamitas. Assessores norte-americanos permaneciam no país "voluntariamente", ocupando posições nos comandos militares. Porta-aviões continuavam no Mar da China Meridional e as bases norte-americanas na Tailândia permaneciam ativas. A possibilidade de novos ataques vindos dos Estados Unidos era concreta. Mútuas acusações de desrespeito aos Acordos de Paris se sucederam e o exército sul-vietnamita, de fato, fez jus a algumas delas ao reconquistar a força alguns territórios controlados pelo Governo Revolucionário Provisório.

As demonstrações de poder bélico dos sul-vietnamitas, apoiados por Washington, encobriam, todavia, a realidade da situação. A economia do Vietnã do Sul estava completamente arruinada: a piastra (moeda local) estava fortemente desvalorizada; a inflação oscilava em taxas elevadíssimas; a agricultura e o artesanato, bases da economia até o início da intervenção norte-americana, haviam sofrido grandes retrações.

O Vietnã do Sul passou da condição de exportador de alimentos, em 1964, para importador, em 1973. Uma nova elite, alimentada pela especulação de guerra e pelo tráfico, substituiu a antiga burguesia neocolonial. A urbanização descontrolada elevou a prostituição e

a criminalidade. A massa de camponeses que havia migrado dos campos para Saigon vivenciava o paradoxo entre os ideais da sociedade de consumo de massa e a realidade insalubre das favelas. A saída dos soldados norte-americanos deixara a mostra uma enorme crise social.

A inatividade dos norte-vietnamitas e do Governo Revolucionário Provisório frente o governo de Van Thieu é rapidamente percebida como caminho certo para a violação dos Acordos de Paris, num curso semelhante àquele que conduziu à violação do Acordo de Genebra. Thieu recusa-se a libertar presos políticos, impede a realização de eleições no Vietnã do Sul e continua com a reconquista de áreas controladas pelo Governo Revolucionário Provisório.

No final de 1973, o Governo Revolucionário Provisório, com a ajuda dos norte-vietnamitas, inicia a preparação da ofensiva final contra o Vietnã do Sul. A Trilha Ho Chi Minh, que conecta o Vietnã do Norte ao Vietnã do Sul através do Laos, é reconstruída e passa a contar com 5.000 km de oleodutos e 20.000 km de estradas.

No plano diplomático, o regime de Thieu sofre um golpe: o escândalo de Watergate⁵⁸ conduz o presidente Nixon à renúncia em agosto de 1974. O enfraquecimento dos "falcões" norte-americanos tem como consequência imediata a redução da ajuda dos Estados Unidos ao governo do Vietnã do Sul, forçando Thieu a recuar e a adotar uma estratégia defensiva.

Como ressalta VIZENTINI (1988, p. 78), a denúncia da espionagem contra os democratas, principal causa do escândalo de Watergate, não era um evento isolado, orquestrado por "jornalistas corajosos numa sociedade livre". Ao contrário, inseria-se num movimento político muito mais amplo, em curso nos Estados Unidos, em que estavam em jogo a disputa pelo poder interno e a contestação da Guerra do Vietnã, face as suas consequências.

O acirramento da disputa política norte-americana antecedia, na realidade, o escândalo de Watergate. A divulgação de documentos secretos do Pentágono (*Pentagons Papers*), a partir de 1971, pelo *The New York Times*, pelo *The Washington Post* e por outros jornais

⁵⁸ Em 18 de junho de 1972, o jornal *Washington Post* noticiou, na primeira página, a invasão da sede Comitê Nacional Democrata, no edifício de Watergate, na capital dos Estados Unidos. E meio à corrida presidencial, cinco pessoas foram presas ao tentar fotografar documentos e instalar equipamentos de escuta nos escritórios do Partido Democrata. Os repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein estabeleceram ligações entre o episódio (já denominado "caso Watergate") e a Casa Branca, por intermédio de um desconhecido (identificado pelo pseudônimo *Deep Throat*), que afirmava que o presidente Richard Nixon havia consentido com a espionagem. Investigações oficiais comprovaram que o presidente estava envolvido com as operações ilegais. Em 9 de agosto de 1974, quando a ligação entre os atos de espionagem e o Partido Republicano eram incontestáveis, Nixon renuncia à presidência. Gerald Ford assume a presidência e anistia Nixon, desonerando-o de todas as responsabilidades legais pelas infrações cometidas. Somente em 2005 a identidade de *Deep Throat* (W. Mark Felt, o ex-vice presidente do FBI) tornou-se conhecida. O escândalo de Watergate tornou-se um caso paradigmático de corrupção.

abalaram seriamente a credibilidade do governo. A série de documentos, que narravam as relações entre os Estados Unidos e o Vietnã, do governo Roosevelt até o governo Nixon, expunha à sociedade norte-americana uma sucessão de crimes e mentiras. A forma como o governo Johnson havia manipulado as informações relacionadas ao Incidente do Golfo de Tonkin, conduzindo os Estados Unidos à guerra; o bombardeio secreto do Laos desde 1964; a cumplicidade do governo norte-americano com diversos assassinatos de políticos vietnamitas, e a censura e a manipulação da imprensa impulsionaram uma onda de críticas que atingiu frontalmente os alicerces de Washington, gerando uma crise de governabilidade.

As revelações dos soldados que voltavam da guerra destruíram a crença norte-americana na auto-imagem de defensores da liberdade e da democracia. Os Estados Unidos foram abatidos por uma crise moral que, segundo VIZENTINI (1998, p. 78), o presidente Jimmy Carter "procurará curar através de uma política exterior demagógica de direitos humanos."

Pela primeira vez durante a Segunda Guerra da Indochina, o Governo Revolucionário Provisório era superior ao inimigo política e militarmente. Iniciam-se, então, ações para derrubar o governo de Thieu e para testar os limites da tolerância norte-americana.

Em dezembro de 1974, a província de Phuoc Long é ocupada e Saigon não reage. As bases norte-americanas na Tailândia alertam a Casa Branca, que também se mantém passiva. Estava dado o sinal verde para implementar a Campanha Ho Chi Minh.

Sob o comando de Vo Nguyen Giap, de Van Tien Zung e de Dinh Due Thieu, as tropas da resistência são organizadas para surpreender o inimigo. Em março de 1975, pequenos ataques nos planaltos atraem as tropas sul-vietnamitas, deixando Saigon desprotegida. Giap ordena, então, ataques coordenados às principais cidades sul-vietnamitas. Em 17 de março, desorientado pela ofensiva, Van Thieu ordena o deslocamento de suas tropas em direção ao litoral. A resistência percebe a fraqueza do inimigo e destrói as tropas sul-vietnamitas em deslocamento. Na mesma região onde, 90 anos antes, as tropas francesas haviam desembarcado para dominar a porção central do Vietnã, os sobreviventes das tropas sul-vietnamitas se rendem.

Hué, Quang Nai, Da Nang, Nha Trang e as outras importantes cidades sul-vietnamitas são conquistadas pela resistência. Em 29 de abril de 1975, a Embaixada norte-americana em Saigon começa a queimar seus documentos e a evacuar seus 2 mil funcionários, além de outros 5 mil norte-americanos, que estavam no Vietnã do Sul. Cenas de histeria coletiva são

protagonizadas no terraço da Embaixada⁵⁹, onde funcionários norte-americanos e vietnamitas fiéis ao regime de Van Thieu disputam assentos nos helicópteros que deixam o Vietnã do Sul às pressas.

Van Thieu reagrupou suas últimas tropas em Phan Rang, montando uma linha defensiva para Saigon. O objetivo era adiar os planos da resistência até as monções, de modo a ganhar tempo. Giap conclui que já havia chegado o momento de por um fim à ofensiva e convocou soldados norte-vietnamitas, que trabalhavam em obras de reconstrução, para contribuir com a resistência no Vietnã do Sul. Com a linha de combate fortalecida, Giap lançou a ofensiva final.

Cinco objetivos em relação à tomada de Saigon foram estabelecidos: o controle do Estado Maior Geral, a invasão do Palácio Presidencial, a destruição do quartel-general de Saigon e da polícia, e o controle do aeroporto de Tan Son Nhut. Giap não desejava que a invasão de Saigon implicasse mais sacrifícios para a população civil. Com o apoio de Nguyen Van Linh, líder da resistência comunista em Saigon, é preparada uma frente de combate interna, que exploraria a fragilidade da defesa no centro de Saigon para atacar as periferias da cidade, onde estavam localizadas as fortificações.

A última linha de defesa de Saigon, em Phan Rang, é rapidamente deposta. Quando as últimas fortificações de Saigon são derrotadas, a resistência avança contra a capital sul-vietnamita. Van Thieu entrega a presidência a Tran Van Huong e foge, com ajuda norte-americana, para Londres. Em 28 de abril de 1975, oito dias após sua "posse", Huong renuncia e transfere o cargo de presidente do Vietnã do Sul ao general Zuong Van Minh.

Os tanques do general Giap derrubaram os portões do Palácio Presidencial em 30 de abril de 1975 e puseram um fim a 10 anos de lutas ininterruptas.

Nos Estados Unidos, a sensação de impotência perante a primeira derrota militar da história norte-americana era agravada pela descrença generalizada no governo, ainda assombrado pelo escândalo de Watergate. A política externa do sucessor de Gerald Ford, o presidente Jimmy Carter, seria marcada pelo fortalecimento do isolacionismo e pela tentativa de recuperar a imagem da "América" como defensora da liberdade.

O peso da guerra na sociedade norte-americana excedeu todas as expectativas. Afinal, como imaginar que uma guerra nas longínquas terras do Sudeste Asiático pudesse afetar diretamente a "grande sociedade afluenta" dos Estados Unidos? Embora exista discordância

⁵⁹ Suspeita-se, de fato, que a foto de norte-americanos e saioneses, embarcando em helicópteros às pressas uma vez constatada a inevitabilidade da derrota norte-americana, não foi protagonizada na Embaixada dos Estados Unidos em Saigon, mas num prédio público do próprio governo sul-vietnamita. O fotógrafo teria, nesse caso, manipulado informações para conferir um tom mais dramático à imagem captada.

quanto aos números, estima-se que cerca de 60 mil norte-americanos foram mortos e que aproximadamente 300 mil foram feridos durante a Segunda Guerra da Indochina.

A incapacidade da sociedade norte-americana em lidar com as conseqüências da guerra era clara. Episódios de veteranos da Guerra do Vietnã que entravam em locais públicos atirando e assassinavam pessoas desconhecidas não eram raros. Hospitais foram construídos por todo país para o tratamento psiquiátrico dos ex-combatentes e para a recuperação dos milhares de viciados.

As conseqüências da guerra pesaram, do mesmo modo, sobre o Vietnã. As divergências de estatísticas sobre o conflito indicam o quão controverso permanece o assunto. Cerca de 1,1 milhão de soldados norte-vietnamitas e da FNL foram mortos e 600 mil, feridos. Aproximadamente 30% da superfície do território vietnamita tornou-se improdutivo, como conseqüência das armas químicas empregadas pelos Estados Unidos. Ao final da guerra, 3 milhões de desempregados, 4 milhões de analfabetos, mais de um milhão de ex-soldados desmobilizados (do regime de Van Thieu), 800 mil crianças órfãs, um milhão de viúvas, 200 mil prostitutas e milhares de viciados esboçavam o panorama de uma sociedade em ruínas. Grandes focos de cólera e tuberculose, além das vítimas dos bombardeios químicos, transformaram Saigon numa cidade de miséria e decadência. Além do mais, os valores norte-vietnamitas não eram atrativos para a classe média do Vietnã do Sul, moldada pelos princípios do capitalismo norte-americano. À burguesia saigonesa, por exemplo, era mais atrativo especular com gêneros de primeira necessidade, agravando o caos econômico, do que contribuir com as propostas para alimentar toda população.

A recuperação econômica, social e política do Vietnã era um desafio de grandes proporções, que não poderia ser enfrentado, na perspectiva norte-vietnamita, se o país permanecesse fragmentado. Em abril de 1976, conforme previsto pelos Acordos de Paz de Paris, foram realizadas eleições gerais no Norte e no Sul. A nova Assembléia eleita vota pela reunificação do país, que em 2 julho de 1976 é batizado República Socialista do Vietnã. Hanói, antiga capital norte-vietnamita, é transformada na capital do Vietnã unificado. Saigon é rebatizada e passa a ser chamada de Cidade Ho Chi Minh.

Em dezembro de 1976, o Partido dos Trabalhadores e o Partido Popular Revolucionário se fundem e formam o Partido Comunista do Vietnã. Os outros dois partidos vietnamitas (o Partido Socialista e o Partido Democrático) continuam existindo como forças aliadas. Com exceção da cúpula católica e dos comerciantes chineses, o processo de estabilização política não enfrentou resistência das minorias étnicas e religiosas.

A unificação política do Vietnã não significou, entretanto, resolução dos problemas econômicos. O norte dava continuidade às políticas de industrialização iniciadas antes de 1965, ao passo que todos os esforços do sul eram concentrados na reconstrução da infraestrutura das cidades. Mais de um milhão de sul-vietnamitas foram realocados no campo, com o propósito de aliviar as tensões geradas pela urbanização descontrolada. Essas transformações enfrentavam, entretanto, a resistência de muitos que preferiam continuar vivendo nas cidades a voltar a cultivar arroz.

As repercussões da guerra não se limitariam aos países diretamente envolvidos. A contestação dos propósitos norte-americanos ecoou pelo mundo. A Guerra do Vietnã transformou-se em objeto de longos debates acadêmicos e de disputas políticas e ideológicas, todos marcados por duas questões: por que os Estados Unidos iniciaram uma guerra contra o Vietnã e por que perderam?

A tradição histórica de resistência do povo vietnamita pesou, sem dúvida, nas interpretações das causas da derrota norte-americana na Segunda Guerra da Indochina. Entretanto, a resistência vietnamita e a sua vitória às custas de sacrifícios sobre-humanos não podem ser entendidas como resultado de mero legado histórico.

Como ressalta VIZENTINI (1988, p. 82-83), "sem um processo de transformação social que liberasse as potencialidades contidas na esmagadora maioria da população, e uma organização política à altura de tão complexa tarefa histórica", a luta dos vietnamitas contra os Estados Unidos poderia não ter passado de uma demonstração de heroísmo. Tão importante quanto as transformações sociais e políticas ocorridas no Vietnã foi o apoio da União Soviética e da China, sem o qual os vietnamitas não conseguiriam desenvolver uma estrutura militar adequada para fazer frente aos norte-americanos. Além do mais, a existência de uma potência nuclear ao lado dos norte-vietnamitas foi essencial para coibir as intenções de Washington de empregar armas atômicas para pulverizar o Vietnã.

Há, ainda, autores que questionam a derrota norte-americana. Se, no final das contas, a Guerra do Vietnã contribuiu para a contenção do comunismo, como identificar vencedores e perdedores? O debate sobre essa questão é extenso, mas há um ponto que perpassa as variadas interpretações sobre a Guerra: a dificuldade em identificar os Estados Unidos como "vitoriosos" face à crueldade dos meios empregados e os custos políticos e econômicos do conflito.

As abordagens que questionam os limites da derrota norte-americana no Vietnã desconsideram, ainda, uma diferença central entre o contexto social e político em que a Guerra do Vietnã foi iniciada e aquele em curso em 1975. Na década de 1960, intervir

militarmente no Vietnã era, da perspectiva norte-americana, um meio adequado para impedir que a disseminação de movimentos de libertação nacional fortalecesse a esfera de influência soviética. Nas décadas de 1970 e 1980, todavia, a resistência oferecida na maior parte dos países do “Terceiro Mundo” não provinha de movimentos de libertação nacional, mas de movimentos contra ditaduras apoiadas por Washington. Portanto, cabe salientar um aspecto marcante das transformações ocorridas no decurso da Guerra do Vietnã: se a estratégia norte-americana no Vietnã – causar a maior destruição possível para transformar o Vietnã num “exemplo a não ser seguido” – se adequava aos interesses dos Estados Unidos naquele contexto, as transformações sofridas pelos movimentos de resistência mundo afora e a própria contestação do modelo socialista soviético pelas esquerdas, já a partir de meados da década de 1960, tornaram a estratégia colocada em curso no Vietnã desnecessária face aos novos desafios enfrentados por Washington.

Certo é que a Segunda Guerra da Indochina marcou uma inflexão nas relações internacionais: o início do declínio da hegemonia norte-americana. Nem toda retórica política era suficiente para continuar convencendo a sociedade internacional que os Estados Unidos eram defensores de interesses compartilhados. Em meados da década de 1970, os propósitos da maior potência econômica e militar do mundo – que empregava armas químicas para matar camponeses e envenenar plantações, e ainda assim perdia a guerra – eram amplamente questionados. A capacidade dos Estados Unidos continuarem convencendo outros países, sem grandes contestações, sobre a suposta universalidade de seus interesses experimentava um declínio.

CAPÍTULO 3: A GUERRA DO IRAQUE (2003-EM CURSO)

Analisar a história da sociedade iraquiana significa estudar um emaranhado de complexas relações políticas, sociais, econômicas e religiosas, que por séculos foi moldado à sombra de grandes impérios e de fascinantes formas de organização social.

Tão complexa formação social não pode, portanto, ser interpretada sob perspectivas reducionistas. O Iraque é plural e pluralismo é condição essencial para uma análise da história iraquiana que a contemple em sua totalidade e riqueza.

Face ao desafio de analisar um período específico da história do Iraque do tempo presente – a guerra em curso desde 2003 – depara-se, ainda, com as incertezas típicas de uma análise que, em certos momentos, é necessariamente prospectiva. Nesse sentido, tão importante quanto entender as forças sociais e os interesses em jogo desde o início da Guerra do Iraque (2003-em curso) é a compreensão sobre a sociedade iraquiana no período em que Saddam Hussein, o principal governante do Iraque no século XX, esteve no poder.

A análise desenvolvida neste capítulo segue, portanto, caminho análogo àquele trilhado no capítulo dois. Um recuo histórico em relação ao objeto de pesquisa faz-se necessário para vislumbrar, ainda que em aspectos específicos, as determinações que influenciaram os rumos dos acontecimentos em curso.

Na primeira seção, identifiquei alguns aspectos importantes da relação entre o poder secular e o poder religioso no Iraque. O objetivo dessa seção, de forma alguma, é analisar a religião islâmica em detalhes, nem sequer apresentar o longuíssimo debate sobre a influência do Islamismo sobre a sociedade iraquiana. Proponho-me tão somente a indicar de que modo o poder secular e o poder religioso mantiveram-se indissociáveis na história do Iraque há séculos, de modo a enfatizar a dimensão da transformação encerrada pela ascensão do Partido Baath ao poder em meados do século XX.

A segunda seção é dedicada à análise da ascensão do Partido Baath e à trajetória de Saddam Hussein até a consolidação de seu poder. O objetivo central é entender o modo como as principais forças políticas iraquianas evoluíram ao longo desse período, notadamente caracterizado pela transformação da relação entre o poder secular e o poder religioso no Iraque. Igualmente importante é a compreensão sobre a ascensão de Saddam Hussein ao poder e sobre as principais idéias que marcaram a sua formação política.

Na terceira seção, analiso a política externa do governo de Saddam, centrando em dois períodos-chave para a compreensão das relações entre os Estados Unidos e o Iraque: a Guerra Irã-Iraque (1980-1988) e a Guerra do Golfo (1990-1991). Procuo demonstrar como, entre

1980 e 1990, o governo de Saddam Hussein deixou de ser considerado uma “força moderadora” no Oriente Médio e passou a ser visto como uma ameaça aos interesses norte-americanos.

A quarta seção é dedicada ao período entre 1991 e 2001. Analiso a evolução das relações entre o Iraque e a comunidade internacional, liderada pelos Estados Unidos, nesse período e identifico quais caminhos conduziram o Iraque de Saddam Hussein ao “eixo do mal” na década de 2000. Contemplo as principais idéias da direita norte-americana que fundamentaram a chamada “Doutrina Bush” e procuro esboçar as principais características do que se tornou conhecido como “fundamentalismo islâmico”.

A quinta seção é dedicada à Guerra do Iraque. Enfatizo os problemas enfrentados pelos Estados Unidos antes da guerra e analiso a forma como a intervenção militar vem sendo conduzida.

Na última seção, analiso tendências e contra-tendências históricas da Guerra do Iraque, na perspectiva de uma análise prospectiva dedicada ao estudo de uma guerra em curso e, portanto, em aberto.

3.1 ISLÃ: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PODER SECULAR E O PODER RELIGIOSO

Nos países em que o Islamismo é a religião predominante, religião e política são esferas de uma mesma totalidade (BLACHÈRE, 1947, p. 17). Analisar a formação de um movimento político e suas idéias implica necessariamente entender como as questões religiosas e seculares estão entremeadas e como o poder é compreendido.

A liderança política nos países islâmicos, até a consolidação do Partido Baath no poder, era tradicionalmente atrelada ao status religioso ou aos laços familiares, quando não à combinação dos dois. A conquista do poder por Saddam Hussein, um jovem provinciano, pobre e com baixa escolaridade, marcou uma transformação nas linhas históricas de sucessão do poder no Iraque, corroborando uma tendência de secularização dos países do Oriente Médio que se manifestou desde o começo do século XX.

Nas sociedades islâmicas tradicionais, as costumeiras oportunidades de ascensão social, típicas do mundo ocidental, não existiam. Ambições pelo poder, na realidade, chocavam-se contra os princípios morais da *Umma*, a comunidade de muçulmanos que vivia sob as regras do Corão e sob a autoridade do Imã (ou califa), considerado o legítimo sucessor do Profeta Maomé (GIBB, 1953, p. 48-50).

Desde os primórdios, todavia, disputas em torno das sucessões marcaram a história do Islã: os sunitas acreditavam que o califa, embora preferencialmente descendente da tribo de Maomé (a tribo *Quraysh*), deveria ser eleito pelos fiéis. Os xiitas, por outro lado, argumentavam que desde a morte do Profeta Maomé, a sucessão havia sido equivocada, pois o poder deveria ter sido assumido pelo primo e genro do Profeta, Ali (GIBB, 1953, p. 107-112). Essa disputa, aparentemente simples, gerou enormes tensões e guerras e, até o presente, divide o Islã.

O ponto comum entre as concepções de sunitas, xiitas, curdos⁶⁰ é a crença de que os muçulmanos devem viver segundo as leis de Deus, reveladas no Corão, e devem ser governados por descendentes do Profeta Maomé. Questões de ordem prática, no entanto, obstaculizaram historicamente a efetivação desse ideal.

Por séculos, dissensões e conflitos imprimiram à história do Islã um legado de guerras e disputas pelo poder entre califas. A unificação do califado só foi estabelecida em épocas relativamente recentes, quando os turcos otomanos (povo não-árabe da Ásia Central) impuseram sua autoridade pela força e assumiram o califado. Desde o século XVI, a história do Islã se confunde com a do Império Otomano, sediado em Constantinopla (atual Istambul). O poder turco-otomano perpetuou-se até o início do século XX e os sultões-califas otomanos conquistaram a legitimidade de líderes do Islã (MARR, 2003, p. 3-20).

No Império Otomano, o poder secular e o poder religioso eram dinásticos. A transmissão do poder do califa para o seu primogênito era, portanto, a regra definidora da sucessão. No califado otomano apenas dois casos raros quebravam a linha de sucessão: o assassinato dos herdeiros diretos do califa, geralmente por um dos irmãos que desejava o poder; ou o surgimento de um *mahdi*, que na cultura islâmica era considerado um homem diretamente guiado por Deus e por ele investido do poder necessário para guiar os muçulmanos (GIBB, 1953, p. 90). O mais célebre *mahdi* foi Mohamed Ahmed - governante do Sudão na década de 1880 - que não mantinha laços de parentesco com o califado otomano.

Do século XVI ao início do século XX, a sucessão dinástica, a outorgação do poder ao *mahdi*, a fragmentação do califado ou o assassinato dos sucessores legítimos do califa eram os únicos meios de transferência do poder nos países islâmicos. Os ideais da *Umma*, a autoridade dos imãs e o respeito à *Sharia* (o corpo de leis derivadas do Corão) impediam, portanto, o surgimento de qualquer poder secular, desvinculado das questões religiosas.

⁶⁰ "Etnia" é aqui apresentada, em seu sentido mais amplo, como uma comunidade humana definida por afinidades lingüísticas e culturais, além de semelhanças genéticas. Historicamente, essas comunidades freqüentemente reivindicam para si uma estrutura social, política e um território. Nesse sentido, três grupos sociais/religiosos principais compõem o Iraque moderno: sunitas, xiitas e curdos.

A relação entre religião e política nos países islâmicos sofreria grandes transformações a partir do contato entre o Islã e os europeus nos séculos XIX e XX, no decurso das expansões imperialistas. A conquista da Argélia pela França em 1830 e a subordinação do Egito à Grã-Bretanha a partir de 1882 expuseram ao Islã e, sobretudo, aos países árabes, novas concepções de poder secular e de poder religioso, completamente estranhas às tradições históricas islâmicas (MARR, 2003, p. 21-27; 56-80).

O imperialismo europeu, no longo prazo, não fragilizou, todavia, a unidade entre política e religião que marcava a história islâmica. Um processo de reação à intervenção externa culminaria, ao contrário, na revitalização do Islã e de seus princípios.

As idéias européias, no entanto, provaram-se suficientemente fortes para transformar o pensamento de jovens muçulmanos, que, insatisfeitos com a incapacidade do sultão-califa de impedir a expansão do poder europeu sobre o Império Otomano, organizaram-se e formaram um grupo dissidente conhecido como "Jovens Turcos", liderado por nacionalistas turcos não-religiosos, na maioria oficiais do Exército.

A dissidência nacionalista turca seria fortalecida pela derrota da Turquia na Primeira Guerra Mundial, que levou à deposição do sultanato turco-otomano e à anexação das províncias árabes otomanas ao Império Francês e ao Britânico. Na ausência de uma autoridade muçulmana suprema, os povos que habitavam os territórios sob domínio britânico iniciaram um movimento conhecido como "Despertar Árabe", que, ironicamente, se espelhava nas idéias políticas da Europa para resistir ao imperialismo europeu.

No Egito, em 1928, foi criada uma das mais conhecidas organizações de resistência ao imperialismo britânico, a "Confraria Muçulmana", que embora defendesse os princípios islâmicos, organizava-se com base nas práticas políticas européias.

Após a Segunda Guerra Mundial, o movimento "Despertar Árabe" seguiu novos rumos. Na Síria, em 1944, Michel Aflaq, um cristão sírio, fundou o Partido Baath, dedicado, como o próprio nome indicava, à "ressurreição". O Baath defendia a união de todos os povos de língua árabe e o seu direito de viver num Estado unificado; condenava a limitação e a fragmentação dos territórios árabes imposta pelas potências imperialistas européias e pelo próprio Império Otomano. Embora fosse cristão, Aflaq evocava os ideais islâmicos ao defender a transformação árabe em duas esferas: primeiro, a renovação espiritual, baseada na submissão às leis corânicas; em seguida, a renovação política e social, a partir do restabelecimento da unidade entre política e religião.

Paradoxalmente, o Baath tornou-se o primeiro partido político secular árabe que não foi liderado por figuras religiosas e que defendeu mais fervorosamente valores considerados

"ocidentais" (como a importância da educação técnica e científica, e a igualdade entre os sexos) do que propriamente valores islâmicos tradicionais. O Baath, em sua origem, também foi marcado por uma incisiva postura anti-comunista (por perceber o comunismo como uma forma de imperialismo) (MARR, 2003, p. 147-148).

Entre sua fundação no imediato pós-Segunda Guerra Mundial e sua consolidação, o Partido Baath limitou-se a poucos países islâmicos. No Egito, por exemplo, o Baath foi mal-sucedido e sucumbiu perante o fortalecimento do "movimento socialista árabe", liderado por oficiais do Exército e, na década de 1950, influenciado diretamente por Abdul Nasser (LEWIS, 1993, p. 220). O movimento egípcio baseava-se, na verdade, em muitas das idéias defendidas pelo Baath: a igualdade de direitos entre homens e mulheres, a preponderância do secularismo sobre o poder religioso, a convicção anti-imperialista e a defesa da união dos países árabes (bem sucedida na década de 1950, com a criação da República Árabe Unida, que reuniu, brevemente, o Egito e a Síria).

O mais expressivo sucesso do Baath ocorreria, contudo, no Iraque, onde o Partido conquistou adeptos ao longo da década de 1950, muitos deles alçados aos cargos ministeriais após a queda da monarquia iraquiana em 1958. Um dos mais jovens membros do Baath no Iraque, na década de 1950, era Saddam Hussein Abd al-Majid al-Tikrit (28 de abril de 1937-30 de dezembro de 2006)⁶¹.

3.2 O PARTIDO BAATH E A ASCENÇÃO DE SADDAM HUSSEIN AO PODER (1944-1979)

Saddam Hussein nasceu em Al-Awja, uma pequena aldeia pertencente à cidade sunita de Tikrit, localizada a 150km de Bagdá. Descendente de uma família de camponeses, Saddam foi criado em meio à miséria e à violência. Antes de seu nascimento, seu pai abandonou a família. Sua mãe, Subha Tulfah, trabalhava como vidente e casou-se após o nascimento de Saddam com um homem do vilarejo, que Saddam odiaria por conta da violência que lhe era dispensada (COUGHLIN, 2005, p. 49).

As possibilidades de ascensão social e política de Saddam eram remotas: ele possuía baixa escolaridade, cultivava hábitos rudes e violentos, não mantinha bons contatos e, acima de tudo, não pertencia às Forças Armadas, um grande problema se considerarmos que o

⁶¹ Há, nas biografias sobre Saddam Hussein, um debate sobre a data exata de seu nascimento, que varia de 1935 a 1939. A discordância foi gerada por dois fatores: sua data de nascimento não foi registrada oficialmente logo após seu nascimento, provavelmente pelo fato dos pais de Saddam não terem sido casados, o que teria motivado Subha Tulfah, mãe de Saddam, a aguardar o casamento com o padrasto de Saddam antes de registrá-lo; acredita-se, ainda, que Saddam tenha alterado o registros de seu nascimento, ao se casar, para parecer mais velho do que sua esposa.

Baath, tanto na Síria quanto no Iraque, era formado principalmente por oficiais do Exército⁶². Saddam tentaria se integrar ao Exército, mas fracassaria. Durante sua adolescência, não possuía nada além da fama por sua violência, aplicada para liderar grupos de rua que viviam à margem da sociedade (COUGHLIN, 2005, p. 62).

Durante as décadas de 1960 e 1970, entretanto, Saddam seria a peça central na definição de uma nova forma de liderança árabe, não atrelada à herança familiar ou à autoridade religiosa. Sua personalidade violenta e suas habilidades pessoais para o jogo político seriam essenciais para a sua ascensão na sociedade iraquiana.

A principal referência familiar de Saddam era seu tio materno, Khairallah Tulfah, um militar nacionalista que simpatizava com as idéias nazistas. Khairallah assumiu a responsabilidade pela educação e pelo sustento do sobrinho desde cedo. Alcançou posições importantes no Partido Baath, chegando a ser nomeado Secretário da Educação em Bagdá, após a queda da monarquia iraquiana em 1958 (MARR, 2003, p. 96). No início da década de 1960, mudou-se com o sobrinho para o distrito de Karkh, em Bagdá, onde a fama de Saddam, conquistada através da violência, floresceria.

A revolução de julho de 1958, que depôs a monarquia iraquiana (apoiada pelos britânicos), permitiu que Saddam direcionasse sua violência à esfera política. Saddam tornara-se membro do Partido Baath em 1957, por influência de seu tio e pelo interesse nos benefícios de que gozavam os membros do Partido. Pouco tempo após a nomeação de Khairallah para a secretaria da Educação, Saddoun al-Tikrit, um comunista iraquiano, o denunciou por práticas ilícitas cometidas no passado. Khairallah foi deposto, mas Saddam vingou-se de Saddoun, matando-o com um tiro na cabeça. O crime conduziu Saddam e Khairallah à prisão, onde permaneceram por seis meses.

A repercussão do assassinato de Saddoun, ao contrário do que poderia ser previsto, rendeu a Saddam a fama de impiedoso, algo muito valioso no Iraque no início da década de 1960, face à insatisfação com o governo de Abd al-Karem Kassem, líder do Partido Baath e da revolução de 1958.

Apesar das convicções antibritânicas e antimonarquistas do governo de Kassem, a maioria das idéias do Baath não pesava na administração do Iraque após o período monárquico. Kassem não se identificava nem com o estilo nasserista, marcado pela defesa da

⁶² O fracasso de Saddam ao tentar ingressar nas Forças Armadas iraquianas é um detalhe marcante de sua trajetória política. No Iraque, desde o Império Otomano, as Forças Armadas eram reduto da classe média e, mesmo após a queda da monarquia em 1958, a alta cúpula do Exército, por exemplo, era formada por oficiais de carreira, muitos dos quais simpatizavam com os britânicos. Após sua ascensão à presidência em 1979, o peso desse detalhe tornar-se-ia evidente à medida que Saddam identificava nos membros das Forças Armadas seus principais inimigos internos.

união entre os países árabes, nem com os interesses gerais do movimento "Despertar Árabe". Como nacionalista, ele defendia a autonomia do Iraque, ameaçada, à sua visão, pelas propostas do Baath de unificação com os outros países do Oriente Médio.

Em função das pressões vindas tanto dos adeptos do regime egípcio de Nasser quanto dos membros do Baath iraquiano, que o haviam conduzido ao poder, Kassem aproximou-se do movimento comunista, que, desejoso de uma aliança com os soviéticos, combatia as idéias de unificação entre o Iraque e os outros países árabes.

Em março de 1959, membros do Partido Baath organizaram um golpe, que fracassou por falta de apoio popular e má condução. Kassem, com o apoio do Partido Comunista do Iraque, reagiu violentamente, perseguindo e assassinando todos os membros do Baath que haviam participado do golpe. Em Mosul, cidade ao norte do Iraque, nacionalistas partidários do Baath também foram mortos durante uma represália que levou a execuções em massa.

Face à resposta de Kassem, o Baath percebeu que o ideal de criação de um Estado pan-árabe estava seriamente ameaçado. Era claro que a deposição de Kassem, cujo poder havia sido conquistado com a ajuda do Baath, era fundamental para dar continuidade aos projetos do "Despertar Árabe".

O grande desafio enfrentado pelo Baath, ao final da década de 1950, era a pequena dimensão do Partido, formado em sua maioria por estudantes, jovens oficiais do Exército e membros da sociedade iraquiana, desfamiliarizados com as práticas necessárias para derrubar um regime. A resposta a esse desafio seria apresentada por Ahmad al-Bakr, um general que havia sobrevivido às retaliações de Kassem. Natural de Tikrit, Ahmad conhecia Khairallah e, por intermédio dele, foi apresentado ao jovem e impiedoso Saddam Hussein. Ahmad, ao reconhecer o potencial de Saddam no curso dos acontecimentos no Iraque, o convidou a participar do assassinato de Kassem, planejado para o outono de 1959.

A tentativa de assassinato foi, mais uma vez, mal sucedida. Saddam, que havia participado do atentado, se refugiou na Síria, onde conheceu o fundador do Baath, Michel Aflaq, que teria se impressionado com a determinação de Saddam. Aflaq admitiu Saddam no Baath e providenciou seu exílio no Egito.

Durante os quatro anos que permaneceu no exílio, Saddam concluiu seus estudos secundários e chegou a iniciar o curso de Direito na Universidade do Cairo, com o apoio do governo egípcio, interessado em manter contato com membros do Baath de outros países depois que a Síria se retirou da união política com o Egito em 1961. Também no Cairo, Saddam estreitou relações com outros membros do Baath e com nasseristas, dentro os quais

Abdul al-Shaikly, exilado do regime de Kassem e estudante de medicina, que mais tarde se tornaria Ministro de Relações Exteriores do Iraque.

Em 1963, a chance para Saddam retornar ao Iraque finalmente surgiu. Kassem foi deposto por um golpe supostamente planejado pela CIA, liderado por Ahmad al-Bakr, que assumiu provisoriamente o cargo de primeiro-ministro do Iraque.

Logo após a queda de Kassem, Saddam e Abdul al-Shaikly retornaram a Bagdá. Apesar da amizade entre Bakr e Khairallah, Saddam não alcançou posição de destaque dentro do Baath. O Partido, em acelerada expansão, continuava dominado por membros da classe média iraquiana e por oficiais do Exército, para os quais Saddam ainda parecia excessivamente rude para ocupar posições políticas.

O sucessor de Kassem na presidência, Abdul Salam Arif, alocou as lideranças do Baath nos principais postos do governo, mas não conseguiu abrandar as tensões entre as duas facções do Partido: um grupo de civis pan-arabistas e outro grupo de militares nacionalistas. Posteriormente, Arif destituiu os membros do Baath do poder, mas permitiu que o Partido continuasse existindo.

A situação social do Iraque após a deposição de Kassem oferecia muitas oportunidades para quem fosse hábil no exercício da violência, uma das "virtudes" de Saddam. Bakr, ao identificar as fragilidades do governo de Arif, aproveitou a situação para fortalecer seu próprio poder, com a ajuda de Saddam, alçado então à posição de chefe da segurança interna do Partido Baath.

Várias tentativas de remover Arif do poder, algumas das quais implementadas por Saddam, acirraram ainda mais as tensões políticas iraquianas. Em outubro de 1964, Saddam foi preso por conspiração contra o governo. Dois anos mais tarde, escapou da prisão e viveu na clandestinidade até julho de 1968, quando o irmão de Arif, Abd al-Rahman, foi deposto da presidência e Ahmad al-Bakr assumiu o poder.

O novo governo reuniu as principais personalidades da ala civil do Partido Baath, relegando o Exército a um segundo escalão. Saddam foi nomeado chefe da segurança do Estado, uma posição central numa sociedade politicamente instável; acumulou, também, a função de Vice-Presidente do Conselho de Comando Revolucionário do Baath iraquiano, órgão máximo do Partido no país.

No período que sucedeu o golpe de 1968, Bakr consolidou o Baath no poder, enquanto Saddam ocupou-se de proteger o núcleo do novo governo, aplicando a força para coibir ou assassinar os inimigos do regime. Durante a década de 1970, Saddam tornou-se conhecido no

Iraque pelo eficiente e brutal sistema de segurança que desenvolveu, com base na tortura e na repressão.

Saddam foi igualmente bem sucedido na extensão do poder do Baath a todas as instituições e órgãos públicos iraquianos, assegurando, ao mesmo tempo, a ampliação de seu poder pessoal. Já no início de suas funções como chefe da segurança do Estado, Saddam empregou o aparato repressor do estado iraquiano para fortalecer sua popularidade: em janeiro de 1969, condenou 14 judeus iraquianos à morte por enforcamento na Praça da Libertação, no centro de Bagdá. Saddam notara que a morte de judeus, no contexto do que ele denominava "anti-sionismo", era popular com o povo iraquiano, que compartilhava o ódio de Saddam por Israel.

Saddam também alcançou prestígio por sua eficiência na repressão dos inimigos internos do regime de Bakr, sobretudo os curdos não-árabes das províncias do norte do Iraque e os xiitas do sul. Historicamente, os sunitas eram maioria na população árabe muçulmana do Iraque, embora, em relação ao número de habitantes do país, fossem minoria (apenas 1/5 da população total). Com maiores níveis educacionais e mais bem sucedidos economicamente, os sunitas formavam as classes média e alta iraquianas, e eram maioria no Partido Baath. Curdos e xiitas, ao contrário, compunham as classes menos abastadas e possuíam, ainda, relações com o Irã, detestado por Saddam por conta de seu expansionismo sobre territórios vizinhos.

Embora, oficialmente, durante quase toda década de 1970 Saddam ocupasse posições de menor destaque no governo iraquiano, ele consolidava, progressivamente, seu poder sobre as Forças Armadas e influenciava cada vez mais o poder executivo e o Partido Baath. A ampliação do poder de Saddam e sua ascensão à supremacia total esbarravam, principalmente, em três subordinados diretos do presidente Bakr: o General Hasdam al-Tikrit, chefe do Estado-Maior; Salih Mehdi Ammesh, vice Primeiro-Ministro; e Abdul Karim al-Shaikly, Ministro das Relações Exteriores e antigo amigo de Saddam, desde o exílio no Egito.

Os três alvos de Saddam seriam, ao longo da década de 1970, deslocados para postos diplomáticos no exterior e, com exceção de Ammesh, que morreu de causas naturais, foram assassinatos.

A violência de Saddam na repressão de inimigos internos do regime, que freqüentemente também eram inimigos pessoais, tornou-o temido e odiado dentro do próprio Baath, principalmente pelos membros mais antigos do Partido. Consciente dessa impopularidade, Saddam buscou, desde os primeiros anos no poder, conquistar o apoio do povo iraquiano. A oportunidade para essa conquista seria oferecida pelo potencial petrolífero do Iraque, segundo maior do mundo em reservas.

O Iraque, assim como outros países árabes ricos em petróleo, custaram a traduzir o potencial de sua riqueza natural em crescimento econômico e expansão da influência no cenário internacional. Segundo KEEGAN (2005, p. 62), muitos governos islâmicos temiam que a exploração dos potenciais petrolíferos trouxesse modernização a seus países e, com ela, a quebra de valores tradicionais (como a unidade entre política e religião) que contribuíam para a perpetuação de seus poderes. O resultado era que, na maioria dos países islâmicos árabes, os governantes se contentavam com pequenas parcelas da receita auferida com a exploração petrolífera, quase sempre realizada por grandes companhias estrangeiras.

O primeiro país do Oriente Médio produtor de petróleo a se rebelar contra as petrolíferas estrangeiras foi o Irã, que, em 1951, nacionalizou a britânica *Anglo-Iranian Oil Company*. Em 1961, no Iraque, o governo de Kassem seguiu o exemplo iraniano e assumiu o controle da região produtora na qual operava a *Iraq Petroleum Company*, formada por um consórcio internacional. Em 1964, já no governo de Arif, foi fundada a Companhia Nacional de Petróleo do Iraque, que inicialmente explorava os campos de petróleo que não interessavam às petrolíferas estrangeiras.

As iniciativas iraquianas de exploração dos campos de petróleo geraram o descontentamento das petrolíferas internacionais, que retaliaram com políticas de preços e redução da oferta. Durante o governo de Bakr, o Iraque utilizou as retaliações das petrolíferas a seu favor, desenvolvendo seus campos de petróleo e estabelecendo acordos comerciais com a União Soviética e com a França.

O acordo comercial com Moscou foi assinado em abril de 1972 e, dois meses depois, sob a influência de Saddam, o governo iraquiano nacionalizou a *Iraq Petroleum Company*, aproveitando o contexto internacional. Estava claro ao governo de Bakr que nenhuma retaliação séria seria empreendida em decorrência da nacionalização, tendo em vista o apoio soviético e francês, e os problemas enfrentados pelos Estados Unidos no Sudeste Asiático.

A nacionalização transformou significativamente o quadro econômico do Iraque. As receitas do petróleo auferidas pelo governo saltaram de US\$ 476 milhões (22% do PIB) em 1968 para US\$ 26 bilhões (50% do PIB) em 1980, quando os benefícios da nacionalização eram notadamente percebidos em função da elevação dos preços do petróleo na década de 1970 (MARR, 2003, p. 159-166). Um grande percentual dessas receitas era revertido em benefício do povo iraquiano e da economia nacional: as indústrias locais foram fortalecidas; investimentos em infra-estrutura foram realizados; a rede de eletricidade foi expandida por todo o país; hospitais e escolas foram construídos; o sistema ferroviário foi ampliado; as Forças Armadas dobraram de tamanho e foram equipadas. O programa de investimentos foi

diretamente supervisionado por Saddam, que passou a ocupar a função de presidente dos Comitês de Planejamento Central e de Orçamento.

Sob a liderança de Saddam, na década de 1970, o Baath se tornou um movimento popular, reconhecido pelo povo iraquiano como uma força a favor do país. Quando a filiação ao Partido foi aberta ao povo - por influência direta de Saddam, que defendia que o Baath não deveria ser composto apenas pela elite - milhares de pessoas se uniram a ele. Embora fosse abertamente contra o comunismo, Saddam também promovia o Baath como um movimento socialista. De fato, na década de 1970, terras de propriedade do Estado e máquinas agrícolas foram distribuídas entre camponeses, num esforço para realizar uma reforma agrária no país.

Inegavelmente, da perspectiva social dos países do Oriente Médio da década de 1970, Saddam Hussein era um progressista. Defendia a elevação dos padrões educacionais iraquianos, a abolição do analfabetismo e a redução das desigualdades entre homens e mulheres, em franco contraste com a maioria dos Estados vizinhos. Além disso, a intervenção europeia no Iraque, na primeira metade do século XX, contribuíra para a formação de uma elite iraquiana educada no exterior, em contato com as idéias "ocidentais".

A revolução social, política e econômica colocada em curso pelo Baath na década de 1970 deu origem a uma classe média iraquiana bem organizada, educada e politicamente mobilizada. Ao final dos anos 1970, o Iraque, ao lado do Egito e da Síria, pertencia ao grupo de países árabes mais desenvolvidos.

No decurso das transformações no Iraque na década de 1970, não era difícil admitir que, caso Saddam tivesse se contentado em ser somente um governante modernizador, poderia ter se consolidado como uma força moderadora importante e respeitada no Oriente Médio. Como aponta KEEGAN (2005, p. 66), o isolamento de Saddam é percebido por alguns como um fracasso da diplomacia ocidental, que não teria sabido lidar com momentos decisivos da relação entre o Iraque e seus vizinhos nas duas últimas décadas do século XX.

Antes do acirramento das tensões com os curdos, com o Irã e com os Estados "ocidentais" nas décadas de 1980 e 1990, Saddam conquistaria mais uma vitória no campo político e pessoal: a presidência do Iraque.

Durante a fase de modernização do Iraque, a lealdade de Saddam ao presidente Hasan al-Bakr era inquestionável. Tamanha lealdade permitiu que Saddam conquistasse não apenas a confiança do presidente, mas sobretudo sua passividade perante as decisões executivas do Estado iraquiano. Progressivamente, embora as opiniões presidenciais continuassem relevantes, Saddam assumiu o governo, *de facto*, desde meados da década de 1970.

Ao final da década de 1970, entretanto, Saddam percebeu a existência das condições necessárias para sua ascensão à presidência. A decisão de assumir o controle efetivo do Estado iraquiano foi notadamente influenciada pelos desafios externos ao poder e à soberania do Iraque. Saddam temia, particularmente, o poder de Israel, Síria e Irã. 48/73

Desde sua criação, em 1948, o Estado de Israel havia acirrado a desestabilização do Oriente Médio - provocando dois conflitos (1956 e 1967) e sendo provocado em outros dois (1948 e 1973), três dos quais com participação do Iraque. O principal desafio ao poder iraquiano, na percepção de Saddam, ocorreria, porém, em setembro de 1978, quando o Acordo de Paz de Camp David, firmado entre Israel e Egito com a intermediação norte-americana, selou o fortalecimento de Anwar Sadat, sucessor de Nasser, e abriu caminho para a consolidação do Egito como líder do "mundo árabe", algo desejado por Saddam há muito tempo. Saddam percebia o Acordo de Camp David, profundamente impopular entre os países árabes, com exceção do Egito, como a oportunidade ideal assumir a dianteira dos Estados árabes. A consecução desse objetivo dependia, todavia, do total controle sobre a política externa do Iraque, uma área ainda controlada diretamente por Bakr.

O controle da política externa iraquiana era também primordial para que Saddam barrasse o alinhamento entre Síria e Iraque, que poderia contrapor-se às suas ambições pessoais. O presidente Bakr era um entusiasta das relações entre Síria e Iraque, fortalecidas pela ascensão do Baath nos dois países. Em outubro de 1978, Bakr concordou em unificar os ministérios da Defesa, da Informação e das Relações Exteriores dos dois países. Saddam foi enviado a Damasco para formalizar a unificação, embora discordasse dessa decisão.

Saddam preocupava-se, ainda, com a escalada do fundamentalismo muçulmano no Irã. O exílio do Aiatolá Seyyed Ruhollah Mosavi Khomeini⁶³ no Iraque (1965-1978) era considerado uma ameaça. Khomeini execrava o secularismo iraquiano e opunha-se ao governo do Baath em função da discriminação contra a população xiita do sul do Iraque. Saddam temia com razão os desafios e a instabilidade iranianos: caso o mais carismático dos líderes islâmicos se estabelecesse como um teocrata do outro lado da fronteira, o Baath poderia sofrer retaliações e ter sua supremacia no Iraque comprometida.

⁶³ Seyyed Ruhollah Mosavi Khomeini (17 de março de 1900 - 3 de junho de 1989), mais conhecido como Aiatolá Khomeini, foi um clérigo xiita muçulmano e o principal *Marja* (autoridade religiosa) do Irã. Liderou a Revolução Iraniana de 1979, que depôs o último Xá iraniano, Mohammad Reza Pahlavi. Após a Revolução, Khomeini tornou-se líder supremo do Irã. O poder alcançado por Khomeini contrariou, em parte, a tradição islâmica em sua vertente xiita. Para os xiitas islâmicos iranianos, os sucessores de Maomé e legítimos imanes haviam desaparecido, embora continuassem existindo sob a forma de "imanes ocultos". Na ausência deles, outros líderes religiosos estavam proibidos de exercer cargos políticos. Khomeini, na contramão da crença islâmica xiita iraniana, defendia que um verdadeiro líder, investido de poderes por Alá e versado nas leis religiosas - implicitamente, ele mesmo - poderia governar e guiar os muçulmanos. Sua retórica político-religiosa conquistou milhões de iranianos, contribuindo para sua chegada ao poder. (LEWIS, 1991, p. 109-110)

Em julho de 1979, Saddam deu sua última cartada antes de assumir o poder. Face ao enfraquecimento de Bakr, considerado por muitos incapaz para lidar com os desafios que emergiam no Oriente Médio, Saddam concluiu que um golpe de Estado era desnecessário para remover o presidente do poder. Com apoio do Ministro da Defesa e de seu tio Khairallah, Saddam comunicou a Bakr que a sua renúncia era inevitável. Em 17 de julho de 1979, Bakr renunciou por "motivos de saúde". A deposição de Bakr, de fato, já era aguardada pelo Baath. Numa reunião no início de julho de 1979, Saddam comunicou sua decisão destituir Bakr do poder ao Partido e buscou apoio. Com exceção de um opositor, o Secretário-Geral do Baath iraquiano, Abdul Hussein Mashhidi, Saddam não enfrentou resistência.

A primeira deliberação de Saddam Hussein ao assumir a presidência do Iraque indicaria o traço marcante de seu governo. Em 22 de julho de 1979, cerca de mil membros do Baath foram convidados para uma reunião extraordinária em Bagdá. O novo vice-presidente iraquiano, Taha Yassin Ramadan, abriu a reunião anunciando a descoberta de um complô, conduzido por membros do Partido que estavam presentes, em parceria com o governo sírio. Saddam assumiu a palavra e nomeou, um a um, os conspiradores. O então demitido Abdul Mashhidi foi chamado para narrar os detalhes da trama e revelou que, desde 1975, existia a intenção de derrubar Saddam e Bakr do poder a fim de unificar a Síria e o Iraque.

A acusação dos membros do Baath deu início a um julgamento teatralizado e sangrento. A descrição da trama foi seguida pela condução de 66 pessoas a um "tribunal" formado por entusiastas do regime de Saddam. 22 acusados foram condenados à morte por fuzilamento, acontecimento cuidadosamente filmado e exibido em rede nacional (MARR, 2003, p. 178).

Após as "execuções democráticas", como denominadas por Saddam, o novo presidente proferiu um discurso à nação, onde ele deixava clara a intenção de submeter todas as esferas da sociedade iraquiana ao poder do Baath e, mais especificamente, ao seu próprio poder. No período que sucedeu a ascensão de Saddam à presidência, membros do Baath assumiram o controle de todos os órgãos públicos do Iraque, bem como das instituições privadas significativas. Todos os professores e, a partir de 1980, jornalistas, escritores e artistas foram obrigados a aderir ao Partido Baath. O sistema judiciário, embora preservado na aparência, foi dissolvido, passando a julgar apenas casos rotineiros; os casos importantes eram submetidos à Corte Revolucionária em Bagdá ou a tribunais especiais, ambos controlados por Saddam. As Forças Armadas, *locus* de antigas resistências, foram mantidas sob rigoroso controle e, além disso, o Baath possuía sua própria organização militar paralela, o Exército Popular, que

dobrou de tamanho no primeiro ano do governo de Hussein (atingindo 250 mil homens) (MARR, 2003, p. 179).

Embora, desde o início, o governo de Saddam tenha fomentado tensões na sociedade iraquiana, sobretudo na cúpula do Partido Baath, do ponto de vista do cidadão comum o novo governo não era um fardo. Pelo contrário, o regime de Saddam gozava de popularidade, sobretudo em decorrência do estado de relativa prosperidade social mantido às custas da economia petrolífera (MARR, 2003, p. 159-160): o ensino gratuito até o nível universitário era garantido pelo Estado; a assistência à saúde fora consideravelmente ampliada; a alimentação era subsidiada; as mulheres eram livres para estudar e escolher uma profissão, além de não serem obrigadas a se adequarem às práticas islâmicas. Em muitos aspectos, o Iraque era, da perspectiva "ocidental", um modelo de organização social e política para o Oriente Médio.

O preço pago pelos cidadãos comuns pelo bem-estar econômico durante o regime de Saddam Hussein era, portanto, a limitação das liberdades intelectuais e políticas, além das punições contra aqueles que desobedecessem as regras impostas. Um custo pesado para uma minoria, mas que se adequava, sem sobressaltos, ao estilo de vida do povo iraquiano. Num manifesto enviado à ONU, um grupo de intelectuais iraquianos exilados chamava atenção para características do novo governo que, anos mais tarde, figurariam também na lista de preocupações da comunidade internacional.

A ditadura de Saddam Hussein é um dos mais cruéis, desumanos e inescrupulosos regimes do mundo. É um sistema unipartidário, totalitário, baseado no culto à personalidade de Saddam Hussein. Ele, seus parentes e amigos detêm o controle do Exército regular, do Exército do Povo, da Polícia e dos serviços de segurança. Todos os veículos de comunicação estão sob estrito controle do Governo e não há oportunidade para a liberdade de expressão. A organização política limita-se ao Partido Baath e a algumas organizações insignificantes e submissas. Não existem sindicatos. A adesão a qualquer partido de oposição é passível de punição com a morte. Qualquer crítica ao presidente também pode ser punida com a morte. A tortura é a regra. O sistema de segurança é todo poderoso, onipresente e tem poderes ilimitados. (KEEGAN, 2005, p. 71)

O compromisso do Baath com o secularismo e com a modernização do Iraque era, portanto, apenas uma das faces do regime. O cerceamento das liberdades individuais e da diversidade política impedia, assim, o florescimento de uma democracia ao estilo norte-americano. De fato, mesmo em outros Estados árabes seculares, como o Egito e a Síria, a tradição política favorecia os partidos únicos e as lideranças pessoais. O equilíbrio entre o poder secular e as crenças islâmicas – no califado como legítimo governante da *Umma* (a

comunidade muçulmana), no poder do Corão como guia do comportamento humano e nas leis religiosas (a *Sharia*) – era um desafio tanto para os novos governantes dos países árabes quanto para os outros Estados da comunidade internacional.

O traço secularista do governo de Saddam, ao contrário do que se pode imaginar, foi beneficiado, em grande medida, pelas tradições islâmicas e pela herança otomana, que reforçavam o papel de domínio do governante e a centralidade do Exército e da burocracia estatal. Apenas sessenta anos separavam a queda do último califado otomano da ascensão de Saddam ao poder supremo no Iraque, de modo que retomar o exercício inquestionável da autoridade e da subserviência não era um problema.

Contudo, nem a tradição islâmica, nem a herança otomana explicam completamente o tipo de poder que emergiu no Iraque durante o governo de Saddam Hussein. As características de seu regime devem ser analisadas também à luz de sua personalidade, de suas ambições, de sua história pessoal e das circunstâncias políticas e sociais nas quais seu poder foi alicerçado. É plausível afirmar, nesse sentido, que a história do Iraque, a partir da década de 1970, confunde-se, em grande medida, com a história de Saddam Hussein. Entender, portanto, como suas ambições e seus planos para se alçar ao status de líder do mundo árabe evoluíram ao longo de seu governo é um caminho para compreender os acontecimentos que, mais recentemente, deram origem à atual Guerra do Iraque.

Com esse propósito, analisarei, na próxima seção, a política externa do governo de Saddam Hussein, centrando em dois importantes períodos: a Guerra Irã-Iraque (1980-1988) e a Guerra do Golfo (1990-1991).

3.3 A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO DE SADDAM HUSSEIN: A GUERRA IRÃ-IRAQUE (1980-1988) E A GUERRA DO GOLFO (1990-1991)

A política externa iraquiana do governo de Saddam Hussein foi marcada pela intensificação das tensões entre os países do Oriente Médio e pelo envolvimento de países europeus e dos Estados Unidos nas questões que desestabilizavam as relações entre os países árabes (MARR, 2003, p. 168). O belicismo de Saddam Hussein na condução da política externa do Iraque entre 1980 e 1991 é explicado, em grande parte, por seu desejo de estabelecer sua liderança no Oriente Médio.

No período que antecedeu a tomada do poder, ainda como vice-presidente do Iraque, Saddam Hussein já percebia que o Irã era um inimigo muito poderoso para ser derrotado. As Forças Armadas iranianas eram superiores em número e em qualidade. Além disso, o Xá iraniano Mohammad Reza Pahlavi possuía grandes aliados, inclusive os Estados Unidos, cuja

antipatia não era desejada por Saddam (MARR, 2003, p. 181-182). Por essas razões, em 1975, num encontro realizado em Argel (capital da Argélia), Saddam Hussein, em nome do presidente Bakr, cedeu à exigência iraniana e permitiu o realinhamento da fronteira entre o Irã e o Iraque ao longo do Canal Shatt el-Arab, dando ao Irã o controle sobre a única faixa de terra que ligava o Iraque ao Golfo Pérsico. Em troca, o Irã comprometeu-se a retirar seu apoio aos curdos no norte do Iraque.

A conciliação do Iraque com o Irã em 1975 era baseada na percepção de que era preferível perder uma pequena parte do território sul-iraquiano do que sofrer retaliações iranianas ao norte do país, região central para a conservação do Baath no poder. O Norte do Iraque era uma região particularmente conturbada e importante, pois concentrava importantes campos petrolíferos e era habitada por curdos iraquianos.

Desde a década de 1960, as relações entre sunitas (que dominavam o Partido Baath) e curdos haviam degenerado rapidamente, pois a nacionalização da *Iraq Petroleum Company* pelo Baath foi percebida pelos curdos como uma usurpação de suas riquezas naturais ao redor de Mosul (MARR, 2003, p. 171-172). De toda forma, por não serem árabes, os curdos sentiam-se excluídos da política iraquiana, dominada pela minoria sunita. O resultado dessa insatisfação foi uma guerra civil, em que as tropas de Saddam Hussein estavam em desvantagem: a máquina de guerra sob controle sunita era inadequada para conflitos travados nas montanhas do Curdistão⁶⁴. Os conflitos entre sunitas e curdos iraquianos seriam apaziguados somente em janeiro de 1970, após a intervenção da União Soviética (que se comprometeu a interromper o fluxo de armamentos para o Curdistão em troca do cessar-fogo e do compromisso de Saddam de não mais perseguir o Partido Comunista Iraquiano).

O acordo com os soviéticos não foi suficiente, todavia, para convencer Saddam a retirar seu Exército do Curdistão. Em 1974, após a tentativa de assassinato do líder curdo Mustafá Barzani, o Xá iraniano Mohammad Reza Pahlavi, que possuía súditos curdos e que não simpatizava com o regime de Saddam, decidiu intervir diretamente na situação. Como principal líder da maior comunidade xiita do Oriente Médio, Pahlavi considerava ultrajante o tratamento dispensado pelos sunitas iraquianos à maioria xiita do país. De fato, a política iraniana foi decisiva para dar início à Guerra Irã-Iraque (MARR, 2003, p. 184).

⁶⁴ O Curdistão é uma região com aproximadamente meio milhão de km² localizada, em sua maior parte, na Turquia, e o restante no Iraque, Irã, Síria, Armênia e Arzebaijão. Essa região é habitada pelos curdos, a mais numerosa etnia sem Estado do mundo (cerca de 26 milhões de pessoas atualmente). Os curdos são, em sua maioria, muçulmanos da vertente islâmica sunita e se organizam geralmente em clãs. As principais cidades habitadas pelos curdos são Mossul, Irbil, Kirkuk, Saqqez, Hamadã, Erzurum e Diyarbakir. Somente em 1996, os curdos iraquianos conquistaram autonomia administrativa em relação ao Iraque. (ESPOSITO, 2003, verbete "Kurdistan").

Na década de 1970, a insatisfação com o governo do Xá Pahlavi aumentou significativamente. As lideranças religiosas do Irã e os líderes tradicionalistas de diversos países muçulmanos repugnavam a "modernização secularista" promovida por Pahlavi; a educação secular e a emancipação das mulheres eram medidas particularmente impopulares em sociedades islâmicas ortodoxas. O mais influente dos líderes iranianos tradicionalistas, o Aiatolá Khomeini, representava uma das principais oposições a Pahlavi. Por influência do Xá iraniano, Khomeini foi obrigado a sair do exílio no Iraque e a refugiar-se em Paris. Somente em 1979, após a Revolução Iraniana, Khomeini retornaria ao Irã e colocaria em curso políticas que pesariam na decisão de Saddam Hussein de embarcar numa guerra.

Da perspectiva norte-americana, a Revolução Iraniana de 1979 transformara o Irã no mais perigoso inimigo dos Estados Unidos no Oriente Médio, uma sensação propagada sobretudo em decorrência do agressivo anti-americanismo do Aiatolá Khomeini e do seqüestro dos funcionários da embaixada norte-americana em Teerã em 1979⁶⁵. O apoio de Washington ao Iraque era considerado, portanto, uma medida estratégica para impedir o avanço da influência de Khomeini sobre todo o Oriente Médio e sobre suas cobiçadas reservas de petróleo. Esse apoio, sobretudo financeiro, acabou por incluir o hasteamento de bandeiras norte-americanas nos navios petroleiros do Kuwait e o reforço da presença naval norte-americana no Golfo Pérsico, tentativas de dissuadir os ataques iranianos contra aqueles que apoiavam Saddam Hussein.

Desde o exílio no Iraque, Khomeini nutria profundo repúdio ao governo de Saddam Hussein. Além disso, o Aiatolá considerava-se portador de uma missão especial: a difusão da revolução islâmica iniciada no Irã, ortodoxa e tradicionalista, por todo Oriente Médio. O governo secularista mais próximo, perseguidor de xiitas e alvo de pesadas críticas de Khomeini era o Iraque de Saddam Hussein. Numa declaração em Paris, durante o exílio, Khomeini havia nomeado seus inimigos: "Em primeiro lugar, o Xá [Mohammad Reza Pahlavi]; em segundo, o Satã norte-americano; em finalmente, Saddam Hussein e o ímpio Partido Baath." (KEEGAN, 2005, p. 80)

Após a ascensão de Khomeini, Saddam Hussein tentou pacificar as relações entre o Iraque e o Irã, com base numa política de "respeito mútuo e não-interferências nas questões

⁶⁵ A Crise Iraniana de 1979 foi uma crise diplomática que se estendeu de 4 de novembro de 1979 a 20 de janeiro de 1981, período durante o qual membros do movimento "Estudantes Muçulmanos Seguidores da Linha do Imã", inspirado nas idéias do Aiatolá Khomeini, mantiveram 63 diplomatas e três civis norte-americanos como reféns no interior da Embaixada norte-americana no Teerã. Embora alguns reféns seqüestrados tenham sido libertados ao longo das negociações, a maioria (52 pessoas) foi mantida na Embaixada até a conclusão da crise, 444 dias após seu início. Somente em 19 de janeiro de 1981, Estados Unidos e Irã chegaram a uma solução e assinaram o Acordo da Argélia.

internas". Saddam esforçou-se igualmente para criar uma auto-imagem de "líder religioso": passou a rezar em público, em locais considerados sagrados pelos xiitas. A tentativa de minimizar o secularismo de seu governo, no entanto, não produziu os resultados esperados: Khomeini não se enganou com as manifestações de devoção de Saddam e reagiu conclamando o povo iraquiano a depor Saddam. O Irã passou a apoiar abertamente a resistência xiita, a ponto de assumir sua participação na tentativa de assassinato do vice-Primeiro-Ministro de Saddam Hussein, Tariq Aziz.

Em 1980, Saddam concluiu que as tentativas de conciliação do Iraque com o Irã eram infrutíferas. O regime do Aiatolá Khomeini era não apenas hostil, mas concretamente perigosos para Saddam: enquanto Khomeini estivesse no poder, não haveria esperança de solucionar o conflito em torno da definição da fronteira sul-iraquiana ao longo do Canal Shatt el-Arab, único acesso do Iraque ao Golfo Pérsico; além disso, o apoio iraniano declarado aos curdos, ao norte do Iraque, e aos xiitas, ao sul, ameaçava a unidade do território iraquiano. O uso da força apresentava-se, para Saddam Hussein, como o caminho a ser trilhado.

Uma ofensiva bélica contra o Irã soava, ainda, como opção lógica. Na Revolução Iraniana de 1979, as Forças Armadas do Irã haviam sido arrasadas. O Estado-Maior iraniano, em sua maioria, não havia resistido às forças lideradas por Khomeini; os sobreviventes foram mortos ou expulsos do país após a ascensão do Aiatolá. A eficiência das tropas restantes estava seriamente comprometida. Saddam possuía, portanto, bons motivos para acreditar que as Forças Armadas do Iraque, embora quantitativamente inferiores às iranianas, poderiam triunfar. Igualmente importantes para decisão iraquiana de iniciar uma guerra contra o Irã foram os estímulos dos Estados Unidos, que consideravam o Irã o principal inimigo norte-americano no Oriente Médio.

Em 22 de setembro de 1980, Saddam iniciou a Guerra Irã-Iraque (1980-1988), atacando dez bases aéreas iranianas com o emprego de caças *Mirage*, de fabricação francesa. Mais tarde, o relativo sucesso dos ataques iniciais mostraria-se insignificante: o Irã é um país de grande extensão territorial, com bases militares distribuídas por todo território. Desse modo, a maior parte da força aérea iraniana sobreviveu ileso aos ataques iniciais do Iraque, sendo capaz de retaliar as agressões do inimigo no mesmo dia. Horas após a destruição das bases iranianas, as primeiras bases aéreas iraquianas foram bombardeadas. Sucederam-se ataques contra unidades navais e campos de petróleo iraquianos (MARR, 2003, p. 184-186). A intenção de Saddam Hussein de promover uma guerra rápida e de obter a vitória facilmente foi frustrada logo após o início dos conflitos.

A avaliação de Saddam no período que antecederia a Guerra, no entanto, estava correta: a repressão da Revolução Iraniana contra as lideranças militares do país – secularistas, mas eficientes e bem treinadas – havia fragmentado as Forças Armadas do Irã, dificultando a formação de uma linha defensiva. Um mês após o início da Guerra, não obstante as retaliações iranianas, as tropas de Saddam já haviam avançado pelo território do Irã, ocupando uma faixa com 600km de extensão, 10km de comprimento ao norte e 20km ao sul. Diversas cidades de médio porte já estavam sob controle iraquiano e a ofensiva aproximava-se rapidamente de Dezful, cidade-chave da rede iraniana de transporte de petróleo.

Concluída a ofensiva inicial, Saddam Hussein ordenou que suas tropas formassem uma linha defensiva, na expectativa de que os territórios invadidos pudessem ser utilizados para barganhar um acordo. As expectativas de Saddam seriam, porém, novamente frustradas. A posição de Saddam como comandante-em-chefe das Forças Armadas iraquianas contrastava com sua inexperiência militar. Estratégias de combate e inteligência militar não eram, portanto, habilidades marcantes de Saddam.

O governo iraniano sinalizou que não negociaria com o regime de Saddam e que estava disposto a arcar com pesadas baixas (MARR, 2003, p. 187). Além disso, o recuo de Saddam ao formar uma linha defensiva demonstrou que cidades muito mais importantes para o Irã do que aquelas sob controle iraquiano, como Abadan (onde estava localizada a *Anglo-Iranian Oil Company*, produtora da maior parte do petróleo exportado pelo país), não corriam risco imediato.

Khomeini, ao perceber a ressalva do inimigo em dar continuidade à incursão pelo território iraniano, recrutou milhares de novos soldados, os reorganizou e reagrupou as tropas. Em maio de 1981, o Irã forçou o recuo das tropas iraquianas no sul do país; em outubro, toda região sul-iraniana já havia sido reconquistada pelo Exército do Aiatolá Khomeini. Ao final de 1981, os rumos do conflito tornaram-se claramente favoráveis ao Irã: milhares de jovens iranianos, mal-treinados e recém incorporados às Forças Armadas, marchavam sobre os campos minados iraquianos, em ataques massivos contra as forças de Saddam Hussein. O recuo iraquiano foi inevitável e, em junho de 1982, Saddam declarou um cessar-fogo, com o pretexto de que os objetivos do Iraque já haviam sido alcançados.

O recuo iraquiano frente a retaliação iraniana era justificado, de fato, pelas dificuldades financeiras experimentadas pelo Iraque. A intensificação dos combates ao sul do país dificultava sensivelmente a exportação do petróleo iraquiano pelo Golfo Pérsico, ao passo que o Irã, com uma maior faixa costeira com o Golfo e com acesso ao Oceano Índico,

não era tão prejudicado. A extensão da Guerra para além dos planos iniciais de Saddam tornava o Iraque cada vez mais dependente da ajuda externa, principalmente de seus vizinhos, Kuwait e Arábia Saudita, ambos convencidos de que a Guerra de Saddam era, na realidade, uma luta contra o fundamentalismo muçulmano, que ameaçava todo Oriente Médio.

A partir de 1981, o Kuwait e a Arábia Saudita forneceram suprimentos básicos ao Iraque e concederam créditos em petróleo aos países que vendiam armas a Saddam Hussein. A permanência do Iraque na Guerra, após dois anos de conflitos, era amplamente custeada por empréstimos externos, sem garantias e crescentes, que fragilizavam a economia iraquiana. O colapso econômico iraquiano só seria protelado, portanto, em função do crescente apoio internacional, fortalecido pela ajuda dos Estados Unidos ao regime de Saddam.

Apesar da ajuda externa, o peso econômico da Guerra tornar-se-ia insuportável já em 1982. Internamente, o custo da Guerra para o Iraque já ultrapassava US\$ 1 bilhão ao mês; o esforço inicial de Saddam para disfarçar a recessão e incentivar o apoio popular à guerra tornava-se insustentável (MARR, 2003, p. 187). Entre 1980 e 1983, as reservas externas iraquianas despencaram de US\$ 35 bilhões para US\$ 3 bilhões, reduzindo as importações drasticamente. A situação era agravada pela decisão da Síria de bloquear o oleoduto pelo qual o petróleo iraquiano era transportado até o Mar Mediterrâneo, em resposta ao rompimento de Saddam com o Baath sírio. As perdas humanas eram igualmente elevadas e as estimativas oscilam entre 400 mil e um milhão de iraquianos mortos (MARR, 2003, p. 206-207).

Entre 1982 e 1984, o conflito transformou-se numa guerra de desgaste, em que os iranianos sustentavam uma posição ofensiva, às custas de enormes baixas. A força aérea do Irã era progressivamente desestruturada, tendo em vista a recusa dos Estados Unidos em fornecer peças de reposição. A situação iraniana, portanto, não era muito melhor que a iraquiana: enquanto, em 1984, o total de vítimas iraquianas era de aproximadamente 65 mil mortos e 60 mil prisioneiros, as vítimas iranianas somavam 180 mil mortos e cerca de meio milhão de feridos.

Os custos da Guerra Irã-Iraque seriam aprofundados no início de 1984 em função de um novo fator introduzido pelo Iraque. Em represália à invasão iraniana de Majnun, próxima a Basra, Saddam Hussein recorreu a métodos não-convencionais: gás mostarda e tabun⁶⁶, duas armas químicas fabricadas em território iraquiano, foram lançadas sobre as tropas iranianas.

⁶⁶ O gás mostarda é um agente químico causador de bolhas, queimaduras e que provoca cegueira, e foi desenvolvido e empregado durante a Primeira Guerra Mundial; o tabun é uma substância, desenvolvida pelos nazistas, que ataca o sistema nervoso. Durante a Guerra Irã-Iraque, as duas armas químicas eram produzidas em duas fábricas iraquianas construídas por decisão de Saddam Hussein: Salman Pak e Samarra.

As armas químicas empregadas pelo Iraque, entretanto, contribuíram mais para o aumento do descontentamento iraniano com regime de Saddam do que para combater a resistência inimiga. O emprego de armas químicas era particularmente hostilizado por toda comunidade internacional em função da memória recente em relação aos crimes cometidos na Segunda Guerra Mundial com o auxílio desse tipo de arma. A ineficiência das armas químicas é explicada por KEEGAN:

Os agentes químicos são sabidamente inadequados como armas de guerra. É difícil aplicá-los com precisão e, uma vez aplicados, dependem totalmente, para surtir efeito, das variações imprevisíveis do clima local; a baixa umidade reduz rapidamente os efeitos desses agentes, enquanto a umidade elevada provoca sua persistência no ar; um vento favorável pode levá-los até as linhas inimigas, mas um evento desfavorável pode causar um efeito "bumerangue" ou resultar em dispersão para longe do campo de batalha. (KEEGAN, 2005, p. 85)

Todas as adversidades mencionadas por KEEGAN estavam presentes em Majnun e, para dificultar ainda mais os planos de Saddam, os iranianos rapidamente se municiaram com roupas protetoras e antídotos.

No longo prazo, o emprego de armas químicas só trouxe problemas a Saddam. A "guerra química" não apenas mostrou-se ineficaz, mas também chamou a atenção das Nações Unidas. A utilização de armas químicas era considerada ilegal desde a década de 1920 e durante toda Segunda Guerra Mundial e no período que a sucedeu. Em março de 1984, um grupo de inspetores da ONU foi enviado ao Irã para investigar as denúncias contra o regime de Saddam e concluiu que o Iraque havia descumprido a proibição e lançado mão de armas químicas. O resultado imediato foi o repúdio de muitos países antes favoráveis ao Iraque.

Após a condenação internacional, Saddam renunciou ao emprego de armas químicas por algum tempo. Em 1987 e 1988, contudo, o Iraque empregou novamente agentes químicos, desta vez contra o seu próprio povo: no Curdistão, milhares de pessoas foram mortas pelo uso de armas químicas, empregadas em operações comandadas pelo primo de Saddam, Ali Assan al-Majid (conhecido como "Chemical Ali"). O objetivo das operações era aterrorizar a população curda e pressioná-la a não apoiar as incursões do Irã na região norte do Iraque.

A má reputação de "senhor da guerra química" conquistada por Saddam Hussein seria, no entanto, ofuscada, entre 1984 e 1988, pela postura, aparentemente mais ameaçadora, do Irã e de outros países do Oriente Médio envolvidos com as idéias do Aiatolá Khomeini. O Irã continuava proclamando seu repúdio ao Ocidente e, em especial, aos Estados Unidos. As relações iranianas com os soviéticos também eram inflamadas pela perseguição dos membros do Tudeh, o Partido Comunista Iraniano, pelo regime de Khomeini. Além do Irã, a Síria e a

Líbia não escondiam suas ligações com movimentos islâmicos radicais "anti-Occidente" (ou, nos termos norte-americanos, "movimentos terroristas"). No início de 1986, as tensões entre os Estados Unidos e os países islâmicos árabes eram de tamanha proporção que os norte-americanos terminaram por lançar ataques aéreos contra a Líbia, em resposta ao apoio fornecido pelo presidente Mouammar Kadhafi a movimentos radicais islâmicos.

Portanto, em meados da década de 1980, o contexto político dos países islâmicos árabes, sobretudo os do Oriente Médio, favorecia a percepção do regime de Saddam Hussein como um elemento estabilizador numa região tão conturbada. Os países ao redor do Golfo Pérsico, atormentados pela possibilidade do Irã estender seu poder e contaminar suas sociedades com idéias fundamentalistas e antimonarquistas, aumentaram suas contribuições ao esforço de guerra iraquiano, totalizando US\$ 25 bilhões. A União Soviética passou a fornecer equipamentos de avançada tecnologia bélica, incluindo mísseis de elevado alcance, capazes de atingir as principais cidades iranianas a partir de bases no Iraque. O Egito intensificou o fornecimento de peças de reposição para as Forças Armadas iraquianas. A França forneceu diversos aviões bombardeiros ao regime de Saddam, embora justificasse esse apoio como mera operação comercial.

O apoio mais significativo viria, entretanto, dos Estados Unidos. Washington concluíra que o Iraque, considerado um país suspeito de "apoiar o terrorismo internacional", mantinha uma política vantajosa para os interesses norte-americanos no Oriente Médio. Àquela altura, os inimigos de Saddam eram também inimigos da "América"⁶⁷. Em dezembro de 1983, Donald Rumsfeld, assessor especial do presidente Ronald Reagan para assuntos do Oriente Médio, retribuiu uma visita do Ministro de relações Exteriores de Saddam Hussein a Washington. Segundo David Mack, ex-funcionário do Departamento de Estado que acompanhou Rumsfeld em sua visita ao Iraque, Washington desejava "construir um eixo Cairo-Amã-Bagdá" (KEEGAN, 2005, p. 87).

Apesar do estreitamento das relações entre Washington e Bagdá, Reagan nunca assumiu que os Estados Unidos haviam fornecido armas a Saddam Hussein⁶⁸. Oficialmente, além da ajuda financeira, os norte-americanos admitiriam que haviam fornecido "apenas" 60

⁶⁷ A percepção norte-americana de que os movimentos islâmicos árabes radicais do Oriente Médio, alvos prioritários de Saddam Hussein, representavam também riscos aos interesses dos Estados Unidos foi acentuada pelos ataques a alvos norte-americanos de grande simbologia. Exemplos clássicos do fortalecimento do anti-americanismo no Oriente Médio foram o ataque contra a embaixada norte-americana em Teerã (1979), o ataque contra a embaixada dos Estados Unidos em Beirute (1983) e a explosão de um caminhão-bomba contra um quartel de fuzileiros navais, também localizado no Líbano (1983).

⁶⁸ De acordo com o *Stockholm International Peace Research Institute*, entre 1983 e 1990, o governo dos Estados Unidos vendeu aproximadamente US\$ 200 milhões em armas para o Iraque. A importação legalizada de armas pelo Iraque entre 1970 e 2004, bem como os exportadores, pode ser verificada no seguinte site, acessado em 04/06/2006: <http://www.sipri.org/contents/armstrad/access.html#irq>

helicópteros militares ao Iraque, para serem empregados na pulverização de lavouras. O emprego desses helicópteros por Saddam para disparar mísseis e para pulverizar gás mostarda sobre as tropas iranianas e sobre os curdos iraquianos foi considerado, por Washington, tão somente um desvio dos propósitos originais dos Estados Unidos⁶⁹.

A ajuda norte-americana também foi crucial para viabilizar a construção de oleodutos que ligavam os campos petrolíferos iraquianos aos portos da Arábia Saudita e da Jordânia, aliviando, dessa forma, a pressão política e econômica imposta pela Síria ao bloquear o oleoduto que conectava o Iraque ao Mediterrâneo. Washington contribuiu ainda com o fornecimento de informações secretas a Bagdá, obtidas pela inteligência norte-americana através de satélites e aeronaves espãs que operavam a partir de bases sediadas na Arábia Saudita.

De fato, a política externa norte-americana com o Oriente Médio, sobretudo durante o governo do republicano Ronald Reagan (1981-1989), foi marcada por episódios conturbados e tensos. Os interesses norte-americanos no Oriente Médio alcançavam tamanha complexidade que, em novembro de 1986, um escândalo, conhecido como Escândalo Irã-Contras ou Escândalo Irã-gate, veio à tona: diversos membros do governo Reagan foram acusados de compactuar com a venda de armas norte-americanas ao Irã, supostamente em troca da libertação de reféns norte-americanos presos por xiitas no Líbano. Ainda de acordo com a imprensa dos Estados Unidos, a receita obtida com a venda das armas teria sido utilizada para financiar o movimento "Contras"⁷⁰ da Nicarágua. A Casa Branca teria, igualmente, se comprometido a liberar bilhões de dólares pertencentes ao Irã, bloqueados nos bancos norte-americanos desde a Revolução Iraniana de 1979. Um dos principais nomes associados ao Escândalo seria o de Robert Michael Gates, que ocupava a função de Diretor Substituto da CIA durante o governo Reagan. Desde 18 de dezembro de 2006, Gates desempenha a função de Secretário de Defesa dos Estados Unidos, por indicação do presidente George W. Bush.

⁶⁹ Uma investigação realizada pelo *United States Senate Committee on Banking, Housing, and Urban Affairs*, em 1994, concluiu que o Departamento de Comércio dos Estados Unidos havia aprovado, entre 1983 e 1990, até mesmo a venda de agentes biológicos ao Iraque, para fins de pesquisa, dentre os quais o *Bacillus anthracis* (o anthrax), apontado, em 2003, como a principal substância do suposto programa iraquiano de desenvolvimento de armas biológicas. (D'AMATO, s.p., 1994)

⁷⁰ O movimento "Contras" (uma abreviação de "movimento dos contra-revolucionários") foi criado na Nicarágua, ao final da década de 1970, como oposição à Frente Sandinista de Libertação, um partido político nicaraguense, composto por membros de diferentes orientações políticas (socialistas de diversos matizes, reformistas etc.), fundado por Augusto César Sandino. A Frente Sandinista liderou uma revolução em 1979, depondo a dinastia de Anastasio Somoza Debayle, e governou a Nicarágua por 12 anos (1979-1990). Os sandinistas declaravam abertamente sua posição anti-imperialista, considerando os Estados Unidos um inimigo.

O fortalecimento do Iraque a partir de 1984 não produziu efeitos imediatos. Nem toda ajuda externa foi suficiente para coibir as respostas iranianas aos ataques do Iraque. O crescente sucesso dos ataques ordenados por Saddam era, entretanto, inquestionável. Com a ajuda dos bombardeiros de longo alcance *Super Étendards*, de fabricação francesa, equipados com mísseis de superfície *Exocet*, o Iraque destruiu petroleiros e terminais de abastecimento iranianos. As principais cidades do Irã foram igualmente alvejadas.

A economia iraquiana, apesar de cada vez mais dependente de empréstimos externos, manteve-se sob controle durante a segunda metade da década de 1980. Em 1987, embora os empréstimos diretos fornecidos por países do Oriente Médio oscilassem em torno de US\$ 45 a US\$ 55 bilhões, e a dívida externa iraquiana ultrapassasse US\$ 50 bilhões, três vezes o PIB iraquiano do mesmo ano, a colaboração norte-americana, soviética e saudita permitia que os iraquianos arcassem com os juros da dívida e mantivessem o poder de compra do país no exterior. Nesse estágio, o Iraque estava, de fato, falido. Porém, como Saddam Hussein havia assumido espontaneamente a dianteira dos conflitos contra o Irã e contra o “radicalismo ameaçador dos Aiatolás”, era mais interessante para os outros Estados continuarem apoiando o Iraque do que interromper a ajuda fornecida ao regime de Saddam, curiosamente percebido como uma força estabilizadora no Oriente Médio.

No início de 1988, era notável como a Guerra impunha terríveis conseqüências ao Irã: cerca de 375 mil soldados iranianos, de uma população de nove milhões de homens em idade militar, havia morrido durante os conflitos com o Iraque; os ininterruptos ataques às grandes cidades iranianas provocavam a fuga em massa da população civil; as defesas iranianas não mais resistiam às ofensivas dos exércitos iraquianos (POTTER, 2004, p. 156). Então, em abril de 1988, Saddam deu início a uma contra-ofensiva de grandes proporções: com o auxílio da inteligência norte-americana e saudita, os principais centros iranianos foram alvejados por mísseis iraquianos. No início de julho, todas as regiões iraquianas controladas pelo Irã já haviam sido reconquistadas. O Iraque conseguiu até mesmo expulsar as forças do Irã remanescentes no Curdistão, avançando sobre parte do território iraniano (MARR, 2003, p.189-191).

Embora, desde 1982, o Aiatolá Khomeini insistisse que somente a "mudança de regime" no Iraque e a conseqüente deposição de Saddam Hussein poderia levar o Irã a estabelecer um acordo para por um fim à Guerra, em meados de 1988 era óbvia a insustentabilidade do conflito. A destruição do complexo petrolífero solapou a base da economia iraniana e inviabilizou a continuidade dos pesados investimentos do Irã em sua máquina de guerra.

Perante a constatação de que as suas exigências não seriam atendidas, em 18 de julho de 1988 o Irã comunicou às Nações Unidas que aceitaria a Resolução 598 do Conselho de Segurança, que exigia o cessar-fogo. Um mês depois, a Guerra Irã-Iraque foi finalizada e, no ano seguinte, o Aiatolá Khomeini morreu aos 87 anos.

Do ponto de vista político, Saddam havia alcançado uma vitória. O preço pago e as conseqüências futuras do conflito, entretanto, tornam questionáveis os limites desse sucesso.

Ao final da Guerra, cerca de cem mil mortos e uma grave recessão econômica impunham uma realidade sombria ao Iraque. As dívidas de guerra, contraídas, sobretudo, com os países do Golfo e com a Arábia Saudita, ultrapassava US\$ 80 bilhões; os custos de reconstrução do Iraque eram estimados em US\$ 230 bilhões; os gastos correntes do governo iraquiano superavam a receita corrente em US\$ 13 bilhões ao ano; com exceção do petróleo e das tâmaras, o Iraque não possuía outros produtos exportáveis. O país não conseguia sequer arcar com o serviço da dívida e, a partir de 1988, Saddam via-se na desconfortável posição de implorar maiores prazos aos seus credores. A implantação de um sistema de austeridade fiscal no Iraque, ao final da década de 1980, agravaria ainda mais a situação do país. A popularidade do regime de Saddam Hussein, construída durante a nacionalização dos campos petrolíferos iraquianos às custas de um dispendioso programa de investimentos estatais, despencou rapidamente. Soldados desmobilizados e centenas de funcionários públicos somaram-se ao já numeroso contingente de desempregados.

No pós-guerra, os problemas iraquianos não se limitavam às questões econômicas. Apesar da expulsão dos iranianos das regiões curdas iraquianas, a resistência curda persistia (MARR, 2003, p. 199-200). Em março de 1988, antes do encerramento da guerra com o Irã, Saddam já ordenara até mesmo o uso de cianeto de hidrogênio na cidade curda de Halabjah, matando cinco mil habitantes e ferindo outros 10 mil. Outros 65 vilarejos curdos foram submetidos a ataques químicos do decurso de 1988, causando uma fuga em massa para o Irã e a Turquia. No decurso da guerra, as denúncias de organizações internacionais de utilização de armas químicas, na maioria das vezes, conquistavam pouco espaço na mídia, quando não eram completamente silenciadas, uma vez que o regime de Saddam Hussein ainda era amplamente percebido como uma “força estabilizadora” no Oriente Médio, que não temia combater o principal inimigo norte-americano na região.

Paralelamente, desde sua ascensão ao poder, Saddam não escondia o desejo de desenvolver armas nucleares e, apesar da destruição do reator de Osirak em 1981 pela força aérea iraniana, o programa nuclear iraquiano continuava ativo. A permissividade ocidental com o programa nuclear iraquiano baseava-se, mais uma vez, na concepção de que, tendo em

vista a centralidade do Oriente Médio como fornecedor de petróleo, Saddam Hussein, não obstante suas ambições, ainda era um representante do poder preferível ao regime dos aiatolás. Essa concepção norte-americana persistiria até mesmo após a Guerra do Golfo (1990-1991).

O programa nuclear iraquiano tornou-se alvo da opinião pública internacional e da Casa Branca após a execução do jornalista do *Observer*, Farzal Bazoft, com base numa suposta farsa judicial armada para impedi-lo de publicar uma reportagem sobre o programa nuclear do Iraque. O assassinato foi veementemente condenado pela Primeira-Ministra britânica, Margaret Thatcher, principal influência fora dos Estados Unidos sobre a política externa do Presidente Ronald Reagan.

A eliminação de inimigos era tão corriqueira no Iraque que, aos olhos de Saddam, assassinar mais um criador de problemas não era motivo para tamanha repercussão internacional. É razoável afirmar que, caso Saddam esperasse a poeira baixar, provavelmente o assassinato do jornalista não passaria de mais uma estatística dos conflitos no Oriente Médio. A persistência do belicismo da política externa iraquiana, contudo, alçou o Iraque de Saddam Hussein, até então uma força considerada estabilizadora, à condição de inimigo externo comum a diversos países, inclusive dos Estados Unidos.

Ao final da Guerra Irã-Iraque, Saddam estava disposto a recuperar a economia do país e a reaver o que perdera com o conflito. Durante a guerra, o governo iraquiano contraíra enormes e onerosos empréstimos com outros países do Golfo, sobretudo com o Kuwait, na expectativa de que os credores não pressionariam o Iraque a pagar a dívida, ou de que até mesmo perdoariam parte dela, tendo em vista a obstinação de Saddam em defender que sua guerra defendia, de fato, todo Oriente Médio. À medida que os credores exigiam o pagamento dos empréstimos, Saddam experimentava o "gosto amargo da ingratidão".

Em resposta à pressão dos países credores, Saddam exigiu o cancelamento de cerca de US\$ 40 bilhões em dívidas e solicitou ainda mais dinheiro: US\$ 30 bilhões para dar início à reconstrução do Iraque. Cada vez mais céticos em relação ao pagamento da dívida, os países credores, também fragilizados economicamente durante a década de 1980, vislumbraram uma outra solução para a crise que se instalara no Oriente Médio: a elevação da produção petrolífera, violando, assim, as cotas fixadas pela OPEP. A queda do preço do petróleo, já em curso no mercado internacional na década de 1980, foi agravada ainda mais pela decisão dos países do Oriente Médio, prejudicando especialmente o Iraque. O Emir do Kuwait, Jaber III al-Ahmad al-Jaber al-Sabah (no poder entre 1977 e 2006), apesar das manifestações de

descontentamento de Saddam, declarou que não reduziria a produção de petróleo, não concederia novos empréstimos e que continuaria cobrando o que lhe era devido pelo Iraque.

A política de al-Sabah era alarmante por diversos motivos. Apesar do descontentamento da opinião pública internacional e da desconfiança de Washington em relação ao regime de Saddam Hussein, o Iraque controlava o maior e mais bem capacitado exército do Golfo Pérsico e a sexta maior força aérea do mundo.

A discórdia entre Saddam e o Emir al-Sabah antecedia, na realidade, os conflitos do final da década de 1980, remontando ao período da independência do Iraque. Durante o califado otomano, a região do Kuwait era parte da província de Basra; somente após a extensão do império britânico pelo Oriente Médio, o Kuwait adquiriu relativa autonomia em relação aos turcos-otomanos. A independência do Kuwait não era, entretanto, admitida pelo Iraque, que logo após o final do mandato britânico, em 1932, começou a se articular para reanexar o Kuwait. Embora a reincorporação do Kuwait fosse um objetivo associado ao movimento nacionalista iraquiano, as riquezas petrolíferas e o acesso privilegiado do país ao Golfo Pérsico certamente despertavam a cobiça do Iraque. Além disso, no cenário político iraquiano, a reincorporação do Kuwait era uma causa extremamente popular.

Em julho de 1990, a posição de Saddam Hussein em relação ao tratamento dispensado por seus credores seria exacerbada. Tariq Aziz, Ministro das Relações Exteriores do Iraque entre 1983 e 1991, reportou-se ao Secretário da Liga Árabe⁷¹ para expor o problema iraquiano. Segundo Aziz, tanto o Kuwait quanto os Emirados Árabes Unidos estavam privando o Iraque de uma parcela significativa de suas legítimas receitas do petróleo, pois a superprodução daqueles países, para além das cotas fixadas pela OPEP, implicava uma redução de US\$ 1 bilhão nas receitas anuais do Iraque para cada US\$ 1 a menos no preço do barril de petróleo. O Ministro das Relações Exteriores defendia, igualmente, que na Guerra contra o Irã, o Iraque havia gastado US\$ 102 bilhões e perdido outros US\$ 106 bilhões em receitas em função do impacto dos conflitos sobre a economia iraquiana. Todo esse esforço, levado a curso para assegurar a defesa da "pátria árabe" contra o "radicalismo islâmico iraniano", não entrava, segundo Aziz, nos cálculos do Kuwait e dos Emirados Árabes Unidos, que exigiam o pagamento dos empréstimos. Nos termos de Aziz,

⁷¹ A Liga de Estados Árabes, comumente denominada Liga Árabe, é uma organização de Estados árabes fundada em 1945 no Cairo por sete países, com o propósito de reforçar e coordenar os vínculos políticos, econômicos e sociais entre os países membros, além de mediar disputas entre eles. Originalmente, os fundadores eram Egito, Líbano, Iraque, Síria, Emirado da Transjordânia (atual Jordânia), Arábia Saudita e Iêmen, além de representantes dos árabes palestinos. Posteriormente, Sudão, Líbia, Tunísia, Marrocos, Kuwait, Argélia, Iêmen do Sul, Bahrein, Qatar, Omã, Emirados Árabes Unidos, Mauritânia, Somália, Djibuti e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) integraram-se à Liga Árabe. Atualmente, a Liga compreende 22 Estados, com uma população total de 200 milhões de pessoas.

Como esse dinheiro pode ser considerado uma dívida do Iraque com seus irmãos árabes, se o Iraque fez sacrifícios muitas vezes maiores que essas dívidas, em termos dos próprios recursos do país, durante essa guerra excruciante, e verteu rios de sangue de sua juventude em defesa do solo, da dignidade, da honra e da riqueza da nação [árabe]? (KEEGAN, 2005, p. 94)

O grau do descontentamento iraquiano com o Kuwait seria definitivamente selado por um discurso televisionado de Saddam Hussein em 17 de julho de 1990, em que o governante do Iraque afirmava que "erguer nossa voz contra o mal da superprodução não é o último recurso, se o mal persistir. Deve haver algum ato efetivo que possa devolver as coisas ao seu devido lugar." (KEEGAN, 2005, p. 94). April Glaspie, embaixatriz norte-americana em Bagdá desde 1989, foi encarregada de reportar à Casa Branca o significado das declarações de Saddam⁷² (GLASPIE, 1990).

Num encontro com Saddam Hussein e Tariq Aziz em 25 de julho de 1990, Glaspie apresentou a preocupação norte-americana face ao acirramento das relações entre o Iraque o Kuwait:

Podemos notar que vocês dispuseram um número massivo de tropas no sul. Normalmente isso não seria da nossa conta, mas quando isso ocorre no contexto das suas ameaças contra o Kuwait, então seria razoável nos preocuparmos. Por essa razão, fui instruída a questioná-lo, em tom amistoso - e não confrontativo - sobre suas intenções: Por que suas tropas estão reunidas tão perto das fronteiras do Kuwait? (GLASPIE, 1990, s.p.)⁷³

Ao questionamento de Glaspie, Saddam respondeu em tom aparentemente diplomático:

Saddam, desejava enviar uma importante mensagem ao Presidente Bush: O Iraque quer amizade, mas o que quer o governo dos Estados Unidos? O Iraque sofreu 100 mil baixas e agora está tão pobre que as pensões dos órfãos de guerra serão brevemente cortadas; no entanto o rico Kuwait não aceitará sequer a disciplina da OPEP. O Iraque está cansado da guerra, mas o Kuwait ignorou a diplomacia. (...) Se

⁷² Há, ainda hoje, diversas questões não esclarecidas sobre a atuação de April Glaspie durante os acontecimentos que antecederam a Guerra do Golfo. Um dos motivos do debate persistente sobre o tema decorre da existência de duas versões distintas do telegrama enviado pela diplomata à Casa Branca em 1990, relatando seu encontro com Saddam Hussein e Tariq Aziz. Nesse trabalho, analisei as duas versões (a oficial, divulgada pela Casa Branca, e a não-oficial, publicada pelo jornal *The New York Times* em 23 de setembro de 1990). A versão publicada pelo jornal difere da oficial principalmente nos trechos em que fica mais evidente a convivência norte-americana com uma possível - e, naquele momento, muito provável - invasão do Kuwait pelo Iraque. Nas citações, indico se a fonte é a Casa Branca ou o *The New York Times*.

⁷³ No original: "We can see that you have deployed massive numbers of troops in the south. Normally that would be none of our business, but when this happens in the context of your threats against Kuwait, then it would be reasonable for us to be concerned. For this reason, I have received an instruction to ask you, in the spirit of friendship - not confrontation - regarding your intentions: Why are your troops massed so very close to Kuwait's borders?" FONTE: Casa Branca.

o Iraque for publicamente humilhado pelo governo norte-americano⁷⁴, não terá outra alternativa a não ser "responder", por mais ilógico e auto-destrutivo que isso possa se provar. (GLASPIE, 1990, s.p.)⁷⁵

Por mais incisivas e alarmantes que fossem as palavras de Saddam, Glaspie parecia não acreditar num confronto bélico imediato, antes que todas as vias diplomáticas fossem trilhadas. As ásperas palavras de Saddam, que envolviam os Estados Unidos na disputa entre o Iraque e o Kuwait, foram rebatidas por Glaspie com uma mensagem de aparente neutralidade norte-americana em relação às tensões entre os dois países do Oriente Médio:

Mas não temos nenhuma opinião sobre os conflitos entre países árabes, como, por exemplo, a sua disputa de fronteiras com o Kuwait. Eu estava na Embaixada Americana no Kuwait durante o final da década de 1960. A instrução que tínhamos durante esse período era que não deveríamos expressar nenhuma opinião sobre essa questão e que esse assunto não está associado com a América. James Backer orientou nosso porta-voz oficial a enfatizar essa instrução. Esperamos que vocês possam solucionar esse problema usando quaisquer métodos apropriados através de Klibi⁷⁶ ou por meio do Presidente Mubarak⁷⁷. Tudo o que esperamos é que essas questões sejam resolvidas rapidamente. (GLASPIE, 1990, s.p.)⁷⁸

Quando as transcrições do telegrama de Glaspie à Casa Branca tornaram-se públicas, a diplomata foi acusada de sancionar a decisão iraquiana de invadir o Kuwait. O debate em torno dessa questão é longo e perdura até hoje. Por um lado, os defensores de April Glaspie advogam que ela deixou claro para Saddam que Washington desaprovava o emprego da força na tentativa de solucionar o conflito com o Kuwait. Os críticos, por outro lado, defendem que sua explicação sobre o posicionamento norte-americano em relação ao conflito foi, no mínimo, ambígua. Para os que desaprovavam a atuação diplomática de Glaspie, classificar o deslocamento de 30 mil soldados iraquianos para a fronteira com o Kuwait meramente como "uma boa razão para preocupação" era um erro inquestionável, pois menosprezava a já

⁷⁴ Nesse trecho, Saddam refere-se ao suposto incentivo fornecido pelos Estados Unidos à política de superprodução petrolífera do Kuwait, considerada uma humilhação ao Iraque. Há, de fato, que se questionar os benefícios para os Estados Unidos da decisão do Kuwait em desobedecer as cotas de produção fixadas pela OPEP.

⁷⁵ No original: "Saddam wished to convey an important message to President Bush: Iraq wants fiendship, but does the USG? Iraq suffered 100,000's of casualties and is now so poor that war orphan pensions will soon be cut; yet rich Kuwait will not even accept OPEC discipline. Iraq is sick of war, but Kuwait has ignored diplomacy. (...) If Iraq is publicly humiliated by the USG, it will have no choice but to "respond", however illogical and self-destructive that would prove." FONTE: Casa Branca.

⁷⁶ Chadli Klibi, Secretário Geral da Liga Árabe.

⁷⁷ Muhammad Hosni Said Mubarak, Presidente do Egito.

⁷⁸ No original: "But we have no opinion on the Arab-Arab conflicts, like your border disagreement with Kuwait. I was in the American Embassy in Kuwait during the late '60s. The instruction we had during this period was that we should express no opinion on this issue and that the issue is not associated with America. James Baker has directed our official spokesmen to emphasize this instruction. We hope you can solve this problem using any suitable methods via Klibi or via President Mubarak. All that we hope is that these issues are solved quickly." FONTE: The New York Times.

conhecida disposição de Saddam Hussein a iniciar guerras. Além do mais, afirmar que o problema do Iraque com o Kuwait "não está associado com a América" abria para Saddam variadas possibilidades de interpretação.

Mais tarde, April Glaspie declararia ao *The New York Times* que "obviamente, eu não imaginava, e ninguém mais imaginava, que os iraquianos fossem tomar todo o Kuwait." (com destaque meu para a palavra "todo"). Uma declaração atípica para uma experiente diplomata, suficientemente habituada com a prática do Departamento de Estado norte-americano de assumir a responsabilidade pelos erros cometidos pela Casa Branca. Ao tentar justificar sua falha na interpretação da política iraquiana, Glaspie revelaria que, na realidade, Washington reconhecia a disposição de Saddam de invadir, ao menos, o campo de petróleo de Rumeila e as ilhas petrolíferas de Warba e Bubiyan, centros das disputas entre Iraque e Kuwait.

De fato, desde 17 de julho de 1990, as intenções iraquianas em relação ao Kuwait já eram oficialmente conhecidas pelos norte-americanos. No 22º aniversário da "revolução baathista" (que derrubou o Presidente Arif), Saddam já exigia a estabilização dos preços do petróleo, recusava-se a pagar os empréstimos de guerra e defendia a necessidade de um "Plano Marshall" árabe, para bancar a reconstrução do Iraque. Um assessor direto de Fahd bin Abdul Aziz Al Saud, Rei da Arábia Saudita e um dos credores de Saddam Hussein, após constatar que o Kuwait estava irredutível perante as ameaças iraquianas, alertou aos Estados Unidos que "naquele momento, o rei percebeu que o Kuwait estava condenado".

Em 2 de agosto de 1990, possivelmente convicto de que não enfrentaria significativa oposição, Saddam Hussein ordenou a invasão do Kuwait, iniciando a Guerra do Golfo (2 de agosto de 1990 - 28 de fevereiro de 1991)⁷⁹. Um amplo complexo militar, herdado da guerra contra o Irã, sustentava as ambições iraquianas: aproximadamente um milhão de soldados, organizados em 43 divisões; mais de 4.000 carros de combate; cerca de 4.000 veículos de infantaria motorizada; mais de 1.000 canhões de autopropulsão, armados com mísseis de longo alcance; e aproximadamente 700 aviões de combate. O Kuwait, por outro lado, contava apenas com 16.000 soldados, facilmente derrotados já na primeira ofensiva das Forças Armadas iraquianas.

Embora, em termos da retórica política internacional, a violação ilegal da integridade territorial do Kuwait fosse suficiente para justificar a formação de uma coalizão internacional que reagisse à ofensiva iraquiana, a preocupação em relação aos limites da ambição de

⁷⁹ Como as forças da coalizão internacional só intervieram diretamente no conflito entre o Iraque e o Kuwait a partir 16 de janeiro de 1991, alguns autores consideram esta data como o início da Guerra do Golfo. Para outros, o início da Guerra ocorreu em 2 de agosto de 1990, quando as forças iraquianas invadiram o território do Kuwait.

Saddam pesaram muito mais na decisão dos Estados Unidos e do conjunto de países que apoiaram os norte-americanos. O que os inimigos de Saddam mais temiam não era, naquele contexto, que ele consolidasse suas novas conquistas no Kuwait, mas que ele as estendesse. A concentração de tropas iraquianas na fronteira do Kuwait com a Arábia Saudita viabilizava, em termos práticos, investidas contra o Qatar, os Emirados Árabes Unidos e o Barein. Metade das reservas mundiais de petróleo estava à sombra do poder de Saddam Hussein.

Em 2 de agosto de 1990, mesmo dia da invasão do Kuwait, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução 660, que além de condenar a invasão, exigia a completa retirada das tropas iraquianas do Kuwait e o início de negociações. Quatro dias depois, a Resolução 661 impôs um embargo geral ao comércio com o Iraque. A Resolução 665, de 25 de agosto, determinou o bloqueio naval. A resolução 670, de 25 de setembro, limitou os vôos ao Iraque e exigiu que os navios iraquianos que desrespeitassem as determinações da ONU fossem detidos. Por fim, a Resolução 678, de 29 de novembro de 1990, última de um total de 12, aprovou o uso de "todos os meios necessários" para forçar a retirada das forças iraquianas do Kuwait, caso elas não o fizessem espontaneamente até 15 de janeiro de 1991.

Nos bastidores da diplomacia das Nações Unidas, o Presidente norte-americano George Bush, com o apoio da Primeira-Ministra britânica, Margaret Thatcher, arquitetava uma coalizão de países, que contribuiriam com uma força internacional de libertação, apta a lutar se necessário. Sob a influência de Thatcher, o Presidente Bush foi convencido de que Saddam Hussein planejava, de fato, estender suas conquistas sobre outros países do Oriente Médio, e que as negociações só aumentariam os riscos e não trariam nenhuma solução. Apesar do esforço de Bush para conquistar apoio do maior número possível de Estados à coalizão, não houve consenso: União Soviética, China e França opuseram-se inicialmente à idéia de intervir militarmente no conflito, embora não fossem contrárias à Resolução 678 da ONU. Por fim, os Estados europeus ocidentais que participaram da coalizão limitaram-se a enviar especialistas para detectar e desativar minas.

Entre os países participantes⁸⁰ da coalizão, 16 enviaram forças navais ao Golfo Pérsico, 11 contribuíram com aviões e 18 mandaram tropas terrestres, incluindo o Egito, a Síria e o Paquistão. A adesão de países islâmicos árabes à coalizão foi crucial para minar a

⁸⁰ No total, 34 países compuseram a coalizão que lutou contra o Iraque durante a Guerra do Golfo: Afeganistão, Argentina, Austrália, Barein, Bangladesh, Canadá, Tchecoslováquia, Dinamarca, Egito, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Honduras, Itália, Kuwait, Marrocos, Holanda, Nova Zelândia, Nigéria, Noruega, Oman, Paquistão, Polónia, Portugal, Qatar, Arábia Saudita, Senegal, Coreia do Sul, Espanha, Síria, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Grã-Bretanha e Estados Unidos. As tropas norte-americanas representavam 74% do total de 660 mil soldados enviados ao Golfo.

suposta legitimidade de Saddam Hussein como guardião dos interesses árabes ou como defensor dos princípios religiosos do Islã, algo muito cobiçado e postulado pelo líder iraquiano⁸¹.

Durante a Guerra do Golfo, Saddam tentou vigorosamente estabelecer supostos vínculos entre seu conflito com o Kuwait e sua discórdia com Israel, bombardeando o território israelense com mísseis *Scud*, de longo alcance. O objetivo era claro: explorar a hostilidade dos países árabes em relação a Israel para retirar o apoio árabe à coalizão. A diplomacia de Saddam, entretanto, foi infértil: mesmo os seus esforços de reatar relações com o Irã, explorando a ira dos aiatolás contra os Estados Unidos, falharam. Em 13 de setembro de 1990, 400 líderes islâmicos se reuniram em Meca e declararam apoio ao Kuwait, isolando completamente o regime de Saddam Hussein.

Apesar da crise e da falta de apoio, Saddam Hussein insistia em permanecer no Kuwait. Dessa forma, em 16 de janeiro de 1991, às 23h 30min GMT, esgotado o prazo fixado pela ONU para a retirada das forças iraquianas do Kuwait, iniciou-se a primeira fase da intervenção direta das forças da coalizão internacional no Golfo Pérsico.

A primeira fase da intervenção da coalizão, entre 16 de janeiro e 24 de fevereiro de 1991, denominada *Operação Tempestade no Deserto*, foi baseada exclusivamente em ataques aéreos. Uma vez constatada a profunda disparidade entre a Força Aérea iraquiana, que contava com 700 aviões, e a Força Aérea à serviço da coalizão, com 2.790 aviões, os pilotos iraquianos fugiram para o Irã e a capacidade de resistência do Iraque foi seriamente debilitada.

A campanha aérea da coalizão foi subdividida em 3 etapas. Na primeira, foram destruídos os sistemas de comunicação e transporte civis e militares iraquianos, além da indústria bélica e dos centros de pesquisas biológicas, químicas e nucleares; Ministérios e prédios governamentais também foram alvos dos ataques iniciais. Na segunda e na terceira etapas, os aviões da coalizão atacaram posições militares iraquianas no Kuwait, interrompendo o abastecimento de suprimentos.

Durante os 34 dias da campanha aérea, o saldo da guerra era extremamente favorável à coalizão: o sistema de energia elétrica do Iraque foi seriamente danificado e o abastecimento das tropas iraquianas foi drasticamente reduzido. Num período de pouco mais de um mês,

⁸¹ Mesmo antes da invasão do Kuwait, Saddam iniciou uma cruzada para lançar-se à condição de líder do mundo árabe islâmico: passou a se deixar filmar durante suas orações e inventou supostos vínculos genealógicos entre ele e os imanes xiitas Hussein e Ali (condição central no Islamismo para a legitimação de um líder religioso). O secularismo do Baath e a violência de Saddam contra o "radicalismo islâmico" de Khomeini durante a Guerra Irã-Iraque ainda eram, todavia, lembranças muito recentes entre os povos árabes muçulmanos.

somente a Força Aérea dos Estados Unidos realizou mais de 1.000 ataques diários, além de 18.000 ataques conduzidos pela marinha norte-americana durante todo o período.

O grau de precisão alcançado pelos ataques da coalizão foi elevado. Mísseis de cruzeiro *Tomahawk*, lançados de navios e submarinos estacionados no Golfo Pérsico, atingiam alvos a centenas de quilômetros de distância com uma margem de erro de poucos metros. Quase tudo o que as forças de coalizão queriam destruir foi atingido, desde grandes alvos estáticos, como fábricas e prédios do governo, até pequenos alvos móveis, como carros de combate. O único fracasso da campanha aérea foi não ter conseguido atingir os cerca de 100 lançadores de mísseis *Scud* que o Iraque possuía: com capacidade de alcance de até 250km, os lançadores eram facilmente transportados e escondidos, o que os transformava em alvos esquivos.

O Iraque explorou ao máximo a vantagem oferecida pelos mísseis *Scud*, lançando-os contra alvos militares norte-americanos e alvos civis de Israel. Os esforços diplomáticos das Nações Unidas, todavia, frustraram os objetivos de Saddam Hussein de provocar uma retaliação israelense, na esperança de que o envolvimento de Israel no conflito desencorajasse o apoio árabe à coalizão.

A *Operação Tempestade no Deserto* foi sucedida por uma ofensiva terrestre convencional, realizada entre 24 e 28 de fevereiro de 1991. O sucesso das operações terrestres das forças de coalizão foi incontestável. A resistência oferecida pelas tropas iraquianas remanescentes, sobretudo nas áreas de fronteira, provou-se ineficaz e onerosa. As fortificações iraquianas construídas antes do início da guerra foram facilmente invadidas pelas tropas da coalizão. A crença de Saddam Hussein de que posições fixas eram o elemento-chave para uma bem-sucedida defesa, como verificado na Guerra Irã-Iraque, não era válida para a realidade do novo conflito. A coalizão contava com recursos bélicos que excediam em muito os recursos empregados pelo Irã contra o Iraque entre 1980 e 1988. Saddam simplesmente recusava-se a reconhecer a gigantesca disparidade entre suas tropas e as do inimigo.

No início da campanha aérea, trinta divisões do Exército iraquiano, concentradas em Wadi al-Batin, uma estreita faixa entre o fundo do Golfo e o deserto, estavam preparadas para reforçar a resistência e, se necessário, para o contra-ataque. Ao final da *Operação Tempestade no Deserto*, as forças iraquianas não dizimadas pelos ataques aéreos foram surpreendidas pela estratégia terrestre da coalizão: ocupando uma frente muito mais ampla, as forças da coalizão foram distribuídas entre Wadi al-Batin (onde fuzileiros navais e carros de combate norte-americanos enfrentaram os iraquianos) e o deserto (onde pára-quedistas e divisões blindadas flanquearam as defesas iraquianas e avançaram pelo interior do Iraque). O

objetivo da coalizão era cercar as tropas inimigas nas posições em que elas já se encontravam e, em seguida, atacá-las pela retaguarda com tropas vindas do deserto.

A estratégia da coalizão foi um grande sucesso. Após a derrota dos últimos focos da resistência iraquiana em Wadi al-Batin, fuzileiros navais norte-americanos e tropas enviadas pelos países árabes ultrapassaram a fronteira entre o Iraque e o Kuwait, enquanto as forças no deserto alcançavam o Rio Eufrates e completavam o cerco ao exército de ocupação iraquiano.

Nesta etapa, o principal problema da coalizão eram os prisioneiros de guerra. Atingidos pela interrupção do abastecimento de produtos de primeira necessidade, os soldados iraquianos rendiam-se espontaneamente. Em 28 de fevereiro de 1991, segundo ofício enviado pelo Departamento de Estado à Casa Branca, uma avalanche de rendições, com mais de 80 mil prisioneiros de guerra, impunha inusitados desafios logísticos à coalizão. A disparidade nas baixas revela o abismo entre as forças da coalizão e as iraquianas: enquanto 148 soldados norte-americanos, 47 britânicos, 14 egípcios e 2 franceses foram mortos em combate, cerca de 60 mil soldados iraquianos haviam perdido a vida.

Durante toda Guerra do Golfo, o governo iraquiano persistiu nos esforços diplomáticos para alcançar uma solução que lhe fosse favorável. Por vezes, Saddam Hussein insistiu na intervenção da União Soviética nas negociações e apelou para a revogação das resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Os soviéticos chegaram a apresentar um plano de paz, recusado pela coalizão porque também exigia o fim das resoluções do Conselho de Segurança. Os Estados Unidos mantiveram-se firmes em não aceitar qualquer plano de paz que não impusesse a imediata retirada das tropas iraquianas do Kuwait e o pagamento de indenizações de guerra aos países afetados pelos conflitos.

Em 27 de fevereiro de 1991, face à completa desintegração das forças iraquianas, Tariq Aziz, Ministro iraquiano de Relações Exteriores, comunicou à ONU que o Iraque estava disposto a aceitar as resoluções do Conselho de Segurança que declaravam a ocupação do Kuwait nula e sem efeito, e que responsabilizavam o Iraque pelo pagamento de indenizações de guerra. Como, no entanto, Aziz não mencionava a aceitação iraquiana de todas as 12 resoluções, os membros permanentes do Conselho de Segurança recusaram a oferta do Iraque. No dia seguinte, o Presidente George Bush anunciou um cessar-fogo temporário, que seria mantido somente se o Iraque encerrasse as hostilidades. O Iraque aceitou as condições norte-americanas e o cessar-fogo temporário foi iniciado às 5h GMT do dia 28 de fevereiro de 1991.

Ao fim dos conflitos, 209 dias haviam transcorrido desde a invasão do Kuwait, embora em apenas 42 deles houvessem ocorrido combates entre as forças iraquianas e as da coalizão. Nesse curto intervalo de tempo, a coalizão realizara 106 mil ataques aéreos,

suficientes para arrasar estradas, pontes, usinas e redes de comunicação e transporte iraquianas. O Iraque, todavia, não ficava atrás em termos dos danos causados: durante a ocupação do Kuwait, Saddam Hussein ordenou que 640 poços de petróleo fossem incendiados, e outros 90 foram danificados.

A situação iraquiana após a Guerra do Golfo era caótica. No sul, uma revolta da maioria xiita, iniciada em Nasiriyah, disseminou-se por Basra, Kut, Hillah, Karbala e Najaf. Prédios do Baath e representantes do governo foram atacados. Saddam reagiu com represálias esmagadoras, combinadas com políticas conciliatórias de distribuição de dinheiro e alimentos para os sunitas. Ao norte do Iraque, os curdos, uma antiga dissidência do país, aproveitaram a situação para controlar as capitais das províncias, estabelecendo um governo paralelo. Porém, sem o apoio do Irã e da Turquia, que temiam a ambição dos curdos iraquianos de criar um grande Curdistão às custas de territórios iranianos e turcos, a dissidência curda foi contida.

A política curda em relação ao governo de Saddam Hussein sofreu, de fato, alterações significativas após a Guerra do Golfo. Os líderes curdos perceberam acertadamente que, após a guerra, Saddam estava suficientemente enfraquecido para aceitar negociações favoráveis aos curdos. Em 19 de abril de 1991, uma declaração de cessar-fogo entre curdos e sunitas iraquianos, permitiu que mais de um milhão de curdos refugiados nas montanhas ou exilados no Irã e na Síria retornassem ao Iraque. Pouco tempo depois, com autorização da ONU, os estados Unidos e alguns países europeus impuseram supervisão militar sobre as forças iraquianas ao norte do paralelo 36. Mais tarde, limitações semelhantes da autoridade militar iraquiana seriam impostas nas regiões ao sul do Iraque onde se concentravam os xiitas.

A inegável vitória da coalizão internacional sobre o Iraque não ofuscava, porém, a soberba de Saddam Hussein. Num discurso à nação em 29 de julho de 1991, o líder iraquiano declarava vitória e, para corroborar essa fantástica idéia, citava a sobrevivência de seu regime e o fato de que o Iraque continuava sendo um país independente. Afirmava Saddam: "Vocês [o povo iraquiano] são vitoriosos porque recusaram a humilhação e a repressão e se mantiveram firmemente ligados a um Estado que irá fortalecer para sempre o povo e a nação [árabe]." (KEEGAN, 2005, p. 108).

A afronta de Saddam Hussein aos líderes ocidentais não era, entretanto, injustificada. Num cenário de caos político, social e econômico, convencer a população iraquiana de que o Iraque saíra vitorioso da Guerra e de que Saddam controlava o país com pulso forte era essencial para evitar que o caos social culminasse numa guerra civil generalizada. Além disso, a capacidade de Saddam para lidar com adversidades era notória. Sua própria história pessoal era marcada por inúmeros episódios em que havia transposto grandes obstáculos. Para um

homem que havia saído da extrema pobreza e ignorância e alcançado o poder supremo num país onde, até então, somente líderes religiosos e monarcas detinham o poder, driblar as conseqüências de uma guerra, por mais devastadoras que fossem, era até mesmo um desafio, ao invés de um fardo.

Cabe salientar que a capacidade de Saddam de se adaptar às circunstâncias iraquianas após a Guerra do Golfo decorreu, em grande medida, da permissividade de seus inimigos. Como dizia um antigo provérbio iraquiano, "se o vencedor abre mão de exercer ao máximo sua vantagem, o vencido consegue algum espaço de manobra". Os inimigos de Saddam não impuseram sua saída do poder como condição para o fim da Guerra, ao contrário do regime dos aiatolás durante a Guerra Irã-Iraque, em que Khomeini recusava-se a por um fim nos conflitos caso Saddam permanecesse no poder. Logo após o fim da Guerra do Golfo, as forças de coalizão não prolongaram a ocupação do Iraque, não exigiram o desarmamento amplo e irrestrito e até mesmo permitiram que Saddam continuasse usando seus helicópteros dentro do Iraque.

Saddam astutamente percebera que, apesar de todas as discórdias que distanciavam seu regime da comunidade internacional, nenhum outro Estado estava disposto a governar o Iraque e a mediar as tensões entre sunitas, curdos e xiitas, situação agravada pela inexistência interna de uma força política suficientemente organizada para substituir o regime de Saddam. Saddam Hussein ainda era a última linha que separava os aiatolás do "mundo ocidental" e, por mais incrível que possa parecer, aos olhos de Washington o líder iraquiano era uma força estabilizadora no Oriente Médio.

Pode-se até mesmo afirmar que, talvez, os Estados Unidos pretendessem que a própria sociedade iraquiana contivesse a ambição de Saddam e que, por assassinato ou exílio, destino que historicamente aguardava os perdedores no Iraque, o líder iraquiano fosse substituído. Uma expectativa razoável na perspectiva de quem se considerava - e, de fato, era - vitorioso numa guerra como a do Golfo Pérsico. Saddam, contudo, versado em técnicas de opressão política sequer imaginadas pela CIA, tomou todas as medidas necessárias para evitar um golpe de Estado: generais suspeitos foram enforcados - um tipo de execução muito apreciado por Saddam até os seus últimos dias; os seus seguidores mais fiéis, não coincidentemente os mais radicais, foram promovidos (Ali Hassan al-Majid, o "Chemical Ali", por exemplo, foi nomeado Ministro do Interior); os parentes de Saddam ocuparam as posições-chave do governo; a segurança particular de Saddam foi reforçada, suas aparições públicas tornaram-se raras e o seu paradeiro tornou-se desconhecido (com inúmeras mudanças de residência).

Durante a Guerra do Golfo, na realidade, o principal receio da coalizão eram os mísseis *Scud* em poder de Saddam, que poderiam causar a extensão do conflito e a intervenção de Israel. Após a guerra, esse risco foi potencializado pelas suspeitas que indicavam a existência de um suposto arsenal iraquiano de armas químicas e pela suspeita de que o Iraque estivesse inclinado a desenvolver ogivas nucleares.

Em maio de 1991, a Comissão Especial das Nações Unidas para o Desarmamento (UNSCOM) desembarcou no Iraque para "identificar a extensão do programa de armas não-convencionais" de Saddam Hussein. O Iraque concordou com as atividades dos inspetores. Tariq Aziz foi diretamente encarregado por Saddam do acompanhamento das inspeções das Nações Unidas e suspeita-se, ainda hoje, que tenha sido o responsável pelo suposto esquema de disfarce que, segundo a Casa Branca, escondeu instalações, dispersou substâncias proibidas, ocultou documentos e instruiu os principais membros da indústria de guerra iraquiana a burlar as investigações da UNSCOM (MARR, 2003, p. 268-270). O debate sobre o suposto programa iraquiano de armas não-convencionais é extenso e, apesar do emprego de substâncias químicas proibidas contra o Irã na década de 1980, poucas evidências concretas que condenassem a indústria bélica do Iraque foram obtidas na década de 1990.

Muito embora os iraquianos fossem acostumados a lidar com inspeções externas desde a década de 1980, quando a Agência Internacional de Energia Atômica fiscalizou o país por diversas vezes, a UNSCOM era muito mais rigorosa e invasiva. Perante a destruição de uma grande quantidade de material valioso, para evitar que caísse nas mãos dos inspetores, Saddam Hussein criou uma saída engenhosa para o problema: transferiu documentos (e, segundo os inspetores da ONU, "substâncias proibidas") para os seus "palácios", residências oficiais que o próprio Saddam definira como locais privados, imunes às inspeções.

A Comissão das Nações Unidas viu-se impedida de concluir suas investigações e de assegurar que todas as iniciativas iraquianas de desenvolvimento de armas químicas, biológicas e nucleares haviam sido interrompidas (MARR, 2003, p. 288-289), precipitando, assim, um longo e tortuoso debate internacional que, em 2003, seria utilizado pelos Estados Unidos como pretexto para dar início à Guerra do Iraque (2003-em curso).

3.4 A DIREITA NORTE-AMERICANA E O FUNDAMENTALISMO MUÇULMANO: DO GOLFO À CRISE DE 2001

No início da década de 1990, a crença declarada do Presidente George Bush (pai) de que uma "nova ordem mundial" estava começando marcou uma década de transformações na

política externa norte-americana. A queda do muro de Berlim em novembro de 1989 não apenas marcava a desintegração do Pacto de Varsóvia⁸², mas anunciava, sobretudo, a irreversibilidade da crise que conduziria à desintegração da União Soviética e do bloco comunista, colocando um ponto final na ordem mundial bipolar que vigorava desde o pós-Segunda Guerra Mundial.

A percepção norte-americana das transformações em curso na última década do século XX ressaltava a substituição do antagonismo político, econômico, ideológico e militar entre a "América capitalista" e a "União Soviética comunista" por uma ordem mundial em que interesses compartilhados contribuiriam para a consolidação e a disseminação da democracia e da prosperidade, condições consideradas fundamentais para a paz. A crença de George Bush na nova ordem mundial seria fortalecida em 1990-1991 pelo sucesso da coalizão internacional, liderada pelos Estados Unidos, na Guerra do Golfo.

A confiança na nova ordem mundial e nos seus princípios orientadores enfrentou momentos de abalo e de fortalecimento ao longo dos tortuosos anos 1990. Violações sistemáticas contra a vida humana na Iugoslávia, por exemplo, foram reprimidas pela ação internacional, sinalizando o compromisso com princípios éticos fundamentais, não mais impunemente violados sob a proteção da soberania nacional. A demora na organização da intervenção humanitária na Bósnia-Herzegovina e a forma como foi conduzida permitiram, entretanto, que atrocidades colocassem a nova ordem à prova.

O acontecimento central que abalaria a crença nos princípios que regem a nova ordem mundial ocorreria, entretanto, em 11 de setembro de 2001, dois meses antes do 12º aniversário da Queda do Muro de Berlim. Três aviões seqüestrados por fundamentalistas muçulmanos pertencentes à organização Al-Qaeda chocaram-se contra o prédio do Pentágono, em Washington, e contra as torras gêmeas do *New York World Trade Center*, danificando o primeiro alvo e levando as torres à completa destruição. Um quarto avião seqüestrado, provavelmente direcionado à Casa Branca ou a algum outro prédio governamental da capital norte-americana, caiu após a reação de alguns passageiros contra os seqüestradores. Aproximadamente 3 mil pessoas foram mortas em decorrência dos ataques,

⁸² O Pacto de Varsóvia foi uma aliança militar firmada - sob a forma de um tratado assinado em Varsóvia (capital da Polônia) - entre países do Leste Europeu e a União Soviética, em 14 de maio de 1955. Fundamentalmente, o Pacto formalizou o compromisso, entre os países do bloco socialista, de ajuda mútua no caso de agressão militar a um dos signatários. Esse compromisso foi institucionalizado, em grande medida, como resposta à formação da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que reuniu os Estados Unidos e a Europa Ocidental numa aliança militar com objetivos semelhantes aos perseguidos no Pacto de Varsóvia. O acordo firmado na Polônia foi dissolvido em 31 de março de 1991. Seis anos depois, a OTAN convidaria a República Tcheca, a Hungria e a Polônia (ex-socialistas) a se integrem à Organização.

marcado por cenas televisadas de histeria coletiva e por pessoas lançando-se das janelas das torres nova-iorquinas para evitar a morte por incineração.

Os acontecimentos de 11 de setembro – como a data tornou-se conhecida – abalaram o mundo. Mas, especialmente nos Estados Unidos, eles marcaram a mais significativa inflexão da política externa norte-americana do pós-Guerra Fria. A simbologia dos ataques e, obviamente, suas conseqüências em termos de vidas perdidas, infringiram um profundo golpe contra a sociedade norte-americana. As guerras, antes consideradas um "assunto de fora", acontecimentos travados em longínquas terras, longe das fronteiras das terras dos "Pais Fundadores", ocorriam agora em solo norte-americano e, ainda pior, nas cidades arquetípicas do poder dos Estados Unidos: Nova York, o principal centro financeiro norte-americano e mundial; e Washington, a capital do poder. É importante considerar ainda a influência da mídia sobre a opinião pública à época dos atentados em Nova York. Em certa medida, o exagero propositado na cobertura do evento era conveniente às correntes belicistas à frente da Casa Branca, receosas que um ataque daquela magnitude, ao invés de estimular o irrestrito apoio da sociedade norte-americana a uma política externa intervencionista, gerasse um recuo.

As políticas externa e interna norte-americanas da maior parte da década de 1990, caracterizadas pela diplomacia e pela prudência do Presidente Bill Clinton, foram assombradas pelos acontecimentos de 11 de setembro. Os inimigos estavam em toda parte, mas não estavam em lugar nenhum. O paradoxo era simples de ser percebido, mas de difícil solução: como contra-atacar um inimigo sem rosto, sem identidade, não identificado com um só país ou com um grupo de países, que se provara capaz de organizar ataques coordenados e extremamente bem organizados contra alvos em território norte-americano? A Casa Branca, auto-investida, desde a Segunda Guerra Mundial, da defesa de valores considerados universais e dos meios para resguardá-los (a combinação entre "democracia" e "liberalismo" no estilo do "american way of life") viu-se impelida a defender os Estados Unidos em primeiro lugar.

Em 2001, as características da nova ordem mundial pareciam se definir. A forma tomada por elas, entretanto, distanciava-se perceptivelmente da que havia sido prevista por George Bush no início da década de 1990. Os contornos da nova ordem pouco se assemelhavam às expectativas norte-americanas. A previsão de que o mundo seria dominado por blocos tradicionais bem definidos (um "Primeiro Mundo" rico, liderado pelos Estados Unidos; um "Segundo Mundo" formado pelas ex-nações comunistas; e um "Terceiro Mundo", dos mais pobres), a partir de então segmentados fundamentalmente por diferenças econômicas, não correspondia integralmente à realidade. Os ataques que partiam do "Terceiro

Mundo" desafiavam os meios de defesa tradicionais; a ameaça nuclear e as forças convencionais não mais podiam defender os Estados Unidos como antes.

Washington deparava-se, em 2001, com um grande desafio: compreender o Islã e sua vertente fundamentalista, em meio a um exército de especialistas em assuntos soviéticos. No momento em que a nação sangrava, os Estados Unidos eram incapazes de articular seus exíguos conhecimentos sobre o "mundo árabe" e explicar as origens do conflito em curso, condições básicas para uma resposta política consistente.

A compreensão sobre o Islã e sobre o "mundo árabe" era comparativamente mais desenvolvida na Europa. França e Inglaterra, que haviam governado países árabes islâmicos num passado relativamente recente e que receberam significativo contingente de imigrantes de suas ex-colônias, assumiram a dianteira da interpretação das relações entre o fundamentalismo muçulmano e o "mundo ocidental". Contudo, mesmo para os especialistas europeus, era difícil "atravessar a barreira do véu" (KEEGAN, 2005, p. 116) e entender a moderna mente muçulmana.

O que era perceptível após o 11 de setembro de 2001, para a maior parte da opinião pública mundial, era o ódio "infundado" dos fundamentalistas muçulmanos contra as sociedades ocidentais. Essa percepção incorria, entretanto, num duplo erro, de grandes repercussões: primeiro, o senso comum não distinguia imediatamente o fundamentalismo muçulmano do Islã, esferas fundamentalmente diferentes em termos religiosos e políticos; em segundo, o "mundo ocidental" desconhecia as raízes históricas do "ódio", supostamente infundado, dos fundamentalistas.

A explicação das origens históricas das motivações dos fundamentalistas muçulmanos carece, entretanto, de uma breve digressão sobre o próprio termo empregado para designar esse movimento.

Há, na literatura recente, imensa discordância sobre a designação do movimento aqui denominado "fundamentalismo muçulmano". O termo "fundamentalismo" existe na língua árabe e na religião islâmica há séculos, sendo originalmente empregado apenas para designar aqueles que se dedicam ao *Ilm al-Usul*, o estudo do direito islâmico que retoma os fundamentos da *Sharia* (o corpo de leis corânicas). Bernard Lewis, proeminente estudioso britânico do Islã e do Oriente Médio, em seu *Islam in History: ideas, people and events in the Middle East* (1993), condena a utilização do termo, que, segundo ele, confunde mais do explica o fenômeno que pretende designar. Segundo Lewis, o termo "fundamentalismo" foi inicialmente empregado no Cristianismo para nomear correntes protestantes (sobretudo o Luteranismo) que valorizavam o texto bíblico acima das hierarquias estabelecidas pela Igreja

Católica e que, além disso, não admitiam questionamentos à origem divina das palavras escritas na Bíblia Cristã. Assim, de acordo com Lewis, se tomarmos o sentido cristão do termo "fundamentalismo", todo muçulmano é um fundamentalista, já que, com uma única exceção⁸³, não há no Islã questionamentos sobre a origem divina das escrituras corânicas. O debate sobre o emprego do termo é ainda mais incendiado pela confusão entre "fundamentalismo muçulmano", Islã, terrorismo, Salafismo e Wahhabismo⁸⁴.

A opção pelo termo "fundamentalismo muçulmano" nesse trabalho, em detrimento dos outros termos empregados, baseou-se num fato simples: o modo como os membros desse movimento se auto-intitulam. Embora, inicialmente, o termo tenha sido rejeitado, hoje os próprios participantes do movimento dizem-se "fundamentalistas muçulmanos" (PILLAR, 2006, s.p.).

A conquista de Constantinopla, em 1453, transformou os ancestrais dos atuais muçulmanos nos mais poderosos líderes mundiais. O sistema de governo estabelecido após a conquista de Constantinopla, denominado Califado Universal, era esclarecido e apoiava iniciativas na ciência, nas artes, na política e em termos religiosos, assegurando a liberdade de crença aos que se submetessem ao califa (MARR, 2003, p. 7-10).

Até o século XIV, o Islã era a força intelectual e política mais progressista do mundo. Uma transformação profunda dos princípios orientadores do Califado Universal, precedida

⁸³ A única exceção amplamente conhecida à crença de que o Corão é um livro sagrado foi apresentada pelo escritor indiano Salman Rushdie, um ex-muçulmano. Em sua obra "Versos Satânicos", Rushdie defende que o Corão foi inventado pelo Profeta Maomé e que as suas "revelações", supostamente oriundas de Deus, eram expressões das idéias do Profeta. Rushdie argumenta ainda que Gabriel, uma figura corânica que revelaria as mensagens de Deus, nunca teria aparecido realmente a Maomé. Assim, todo o Corão seria fruto das alucinações de Maomé, que ocorriam em meio a ataques epiléticos. A notoriedade alcançada por Rushdie se deve à sua condenação à morte (fatwa) impetrada pelo Aiatolá Khomeini, dirigente espiritual do Irã. Seu livro "Versos Satânicos" foi considerado uma blasfêmia contra o Islã e uma recompensa de US\$ 2,5 milhões foi oferecida, pela fundação beneficente iraniana Khordad, a quem matasse Rushdie. O grande problema é que a condenação à morte por um líder religioso islâmico (denominada "fatwa") só pode ser desfeita pelo próprio. Com a morte de Khomeini em 1989, a condenação de Rushdie foi perpetuada. A situação só seria amenizada em setembro de 1998, quando o presidente iraniano Mohammad Khatami anunciou, na sede da ONU em Nova York, que o caso de Salman Rushdie deveria ser considerado completamente encerrado. O anúncio fez o Reino Unido reatar relações diplomáticas com o Irã, mas àquela altura dois tradutores do livro de Rushdie (o japonês Hitoshi Igarashi e o tradutor italiano Ettore Capriolo) já haviam sofrido atentados, que resultaram na morte do tradutor japonês. Para maiores detalhes: RUSHDIE, Salman. *The Satanic Verses*. New York: Viking Books, 1989.

⁸⁴ Wahhabismo é o nome de uma corrente islâmica composta pelos seguidores de Muhammad bin Abdul Wahhab, que no século XVIII pregou, na Península Arábica, uma interpretação extremista das escrituras corânicas. Mais tarde, com a colaboração da família real Saud, da Arábia Saudita, e das potências colonizadoras européias, o Wahhabismo consolidou-se como uma importante vertente do Islamismo no Oriente Médio. Grupos fundamentalistas islâmicos, como o Taliban e o Sipah-i-Sahaba, são declaradamente vinculados às idéias do Wahhabismo. Os adeptos do Wahhabismo advogam, geralmente, que as idéias de Muhammad bin Abdul Wahhab foram influenciadas pelo Salafismo, uma "escola de pensamento" abrangente que defende que o Islamismo contemporâneo deveria se inspirar nas três primeiras gerações de muçulmanos: aquela contemporânea ao profeta Mohammad; a geração que sucedeu imediatamente a de Mohammad, denominada *Tabi'in*; e a segunda geração que sucedeu Mohammad, denominada *Taba' at-Tabi'in* (ESPOSITO, 2003, verbetes "Wahhabism" e "Salafism"). LEWIS (1991, p. 113) considera, no entanto, que o Wahhabismo é apenas uma derivação particular das idéias salafistas, que influenciaram, igualmente, interpretações muito distintas sobre o Islamismo.

por uma sucessão de imanes, interromperia o “progressismo” dos séculos anteriores. Uma sucessão de califas turco-otomanos islâmicos, sunitas e ortodoxos ao poder, a partir do século XVI, culminou na condenação das novas interpretações conferidas ao Islamismo, baseadas significativamente em descobertas científicas (ESPOSITO, 2003, p. 350-367). Iniciava-se o "fechamento dos portões" do Califado Universal às idéias temporais. As principais vertentes do Islã moderno foram cerceadas pelos limites intelectuais fixados por califas que consideravam que não só a vida religiosa, mas também a política, as práticas legais e a vida pública em geral deveriam ser pautadas pelas escrituras sagradas do Corão e pela lei delas derivadas, a *Sharia*. De fato, até a extinção do Califado Universal, em 1925, por influência do secularista turco Mustafá Kemal Pasha "Atatürk" ("o pai dos turcos"), o Islã ortodoxo não diferenciava a autoridade religiosa da temporal.

A inseparabilidade do poder religioso e temporal nas sociedades islâmicas dificultou, em termos práticos, o desenvolvimento científico e condenou, em diversos aspectos, a profícua vida intelectual fomentada nos primeiros séculos do Califado Universal. Ao final do século XIX, a decadência das instituições políticas da Turquia, centro do Califado desde o século XIV, em nada lembrava o período áureo do Islã, que disseminara seu poder por todo o Oriente.

O colapso do último sultanato Turco-Otomano, após a Primeira Guerra Mundial, foi marcado pela fragmentação do Império e por sua ocupação pelas potências européias, por intermédio do Tratado de Sèvres (1920). Apesar da extensão do poder britânico e francês sobre os antigos territórios turco-otomanos, a resistência árabe foi emblemática: Síria, Líbano, Iraque e, sobretudo, a Palestina exigiam independência imediata, não se contentando com a promessa de liberdade da Liga das Nações.

A independência das antigas regiões do Império Turco-Otomano foi conquistada ao longo da primeira metade do século XX, às custas de conflitos que legaram ao mundo árabe uma herança de repúdio à intervenção poder ocidental. Tunísia, Argélia, Marrocos, Síria e Líbano, colônias francesas, conquistaram a liberdade através de conturbados e sangrentos movimentos de secessão. Egito e Líbia, seguindo o exemplo do Iraque e da Jordânia, outras duas colônias britânicas, trilharam um caminho igualmente violento para se tornarem independentes. A Palestina, cujo futuro foi mais profundamente abalado pela decisão britânica de oferecer parte de seu território aos judeus, enfrentaria ainda mais dificuldades para conquistar sua liberdade.

Os países árabes da primeira metade do século XX eram, portanto, sociedades instáveis, em que revoltas contra o poder europeu ditavam o tom dos movimentos de

descolonização. Em alguns locais, como a Síria e o Iraque, essa insatisfação tomou a forma de um renascimento político em que o poder temporal e o religioso foram diferenciados. Embora a transformação política e a secularização desses países fossem inspiradas nas sociedades européias, era enfatizada a separação entre as potências coloniais da Europa e os novos centros de poder político emergentes.

Uma segunda vertente dos movimentos de resistência nos países árabes, que sucedeu aquela inaugurada pelo Partido Baath sírio, foi uma interpretação fundamentalista da religião islâmica, que pregava a universalidade dos princípios islâmicos e o triunfo inevitável do Islã, além de condenar todos aqueles que se opusessem a esse destino. Essas concepções, consideradas deturpações das escrituras corânicas por muitos líderes islâmicos, foram introduzidas nos países árabes por Sayyid Qutb, um egípcio condenado à prisão durante o governo Nasser por participar de uma organização conhecida como Irmãos Muçulmanos⁸⁵.

As políticas secularistas de Nasser chocavam-se, em diversos aspectos, contra a interpretação extremista da teologia islâmica defendida por Qutb. Por essa razão, o presidente egípcio passou a ser conhecido, entre os fundamentalistas que compartilhavam as idéias de Qutb, como um *jahili*, um "ignorante espiritual".

Qutb permaneceu preso até 1966, quando foi condenado à morte e executado. Antes de sua morte, todavia, ele desenvolveu uma nova interpretação do Islã, baseada na idéia de que, embora o Profeta tivesse pregado a tolerância para com os ímpios, ele também enfatizava a importância da submissão aos seus ensinamentos, que provinham diretamente de Deus. Segundo QUTB (2006, p. 30), até que a submissão às escrituras corânicas fosse amplamente alcançada, os muçulmanos estariam liberados da tolerância com aqueles que rejeitavam os ensinamentos do Profeta. Em síntese, a violência contra os "ímpios" não era um pecado.

A vertente interpretativa islâmica desenvolvida por Qutb, com base nas idéias do paquistanês Sayed Abdul Ala Mawdudi⁸⁶, defendia a existência de um sexto pilar do Islã: a

⁸⁵ A organização Irmãos Muçulmanos (também denominada Irmandade Muçulmana ou sociedade dos Irmãos Muçulmanos) foi um movimento islâmico sunita, que fundamentou a criação de diversas organizações político-religiosas no Oriente Médio. Seu lema era: "Deus é nosso objetivo, o Corão é nossa Constituição, o Profeta é nosso líder, a luta é nosso meio, e a morte pela glória de Deus é a nossa maior aspiração". O objetivo central da Irmandade era a criação de um Califado unificado no mundo islâmico. Desde a criação do movimento em 1928, por influência de Sayyid Qutb, a maior parte de seus membros se opunha à utilização da violência e defendia que os objetivos do movimento poderiam ser alcançados por meios políticos. Esse posicionamento gerou dissensões dentro da liderança da Irmandade, culminado na formação de grupos extremistas, tais como *Al-Gama'a al-Islamiyya* (Grupo Islâmico) e *Al Takfir Wal Hijra* (Excomunhão e Migração). (DREYFUSS, 2006, p. 220-231)

⁸⁶ Sayed Abdul Ala Mawdudi (25/09/1903-22/09/1979) foi um dos mais influentes intelectuais islâmicos do século XX. Fundador do *Jamaat-e-Islami*, o Partido Islâmico, as idéias de Mawdudi contribuíram para diversos movimentos islâmicos ao redor do mundo, inclusive o inaugurado por Sayyid Qutb no Egito. Mawdudi defendia uma "luta universal" (chamada por ele de *jihad*) para combater a *jahiliyyah* ("ignorância", no sentido de desconhecimento do Islã e conseqüente repulsa ao islamismo) ocidental, tal como o Profeta teria lutado contra a *jahiliyyah* na Arábia pré-islâmica.

jihad. Um longo debate contemporâneo, dentro e fora das sociedades islâmicas, questiona a legitimidade da *jihad* como um dos pilares do Islamismo. As controvérsias estendem-se ainda para o significado do termo.

Segundo LEWIS (1991, p. 55-60), a língua árabe, uma das mais poéticas e complexas do mundo, admite interpretações diferenciadas, por muitas vezes antagônicas, para uma mesma palavra, de modo que o significado de um termo depende, freqüentemente, do contexto em que é empregado. Essa parece ser uma das explicações para a discordância em torno do significado de *jihad*. Há, todavia, significados consagrados para o termo que permitem captar as suas noções mais comuns: no árabe clássico, *jihad* significa literalmente "exercer esforço máximo", podendo também ser entendida como "luta". Na jurisprudência islâmica, *jihad* refere-se ao emprego da força militar contra combatentes não-muçulmanos. Já no Corão, as referências à *jihad* são comumente interpretadas como "luta nos termos divinos", motivada pela vontade pessoal de se buscar e conquistar a "fé perfeita" (isso é, a fé pautada na obediência aos cinco pilares do Islã⁸⁷).

Dois interpretações do termo *jihad* são geralmente condenadas pelas sociedades islâmicas. A primeira delas entende *jihad* como "guerra santa", uma confusão entre a concepção de "luta" descrita no Corão e a denominação conferida pelos europeus às batalhas travadas nas Cruzadas. A segunda interpretação, nascida nas sociedades islâmicas, defende que há, no Corão, duas formas de *jihad*: uma "*jihad maior*", entendida como a luta de cada indivíduo consigo mesmo para alcançar a "fé perfeita"; e uma "*jihad menor*", entendida como a luta dos *mujahideen* ("guerreiros" muçulmanos) para levar os ensinamentos do Islã àqueles que não os conhecem. A segunda interpretação (*jihad menor*) não é aceita pela maioria dos líderes islâmicos.

Sayyid Qutb conferia, entretanto, um significado bem claro ao que denominava *jihad*. Para ele, os muçulmanos deveriam, primeiramente, pautar suas vidas pelo exemplo pessoal de Maomé. Em seguida, os seguidores do Islã deveriam, segundo Qutb, travar uma *jihad* contra a ignorância ocidental, uma luta violenta contra aqueles que desconheciam o Islã e que impediam a realização de seu destino final: o triunfo inevitável do Islamismo no mundo.

⁸⁷ Os cinco pilares do Islã são considerados os princípios fundamentais da religião islâmica e os cinco deveres básicos de cada muçulmano: (1) a profissão da fé ("shahada"), baseia-se na máxima "não há outra divindade além de Allah; Muhammad é o seu profeta"; (2) o pilar da oração ("salah") refere-se às cinco orações/rituais que cada muçulmano deve realizar diariamente voltado para Meca; (3) o tributo ("zakah") refere-se à doação de uma contribuição anual para os membros menos favorecidos da comunidade muçulmana; (4) o jejum ("saum"), que é praticado durante o Ramadã (o nono mês do calendário islâmico), do alvorecer ao pôr-do-sol; (5) e a peregrinação ("hadj") à cidade sagrada de Meca, que deve ser feita por todo muçulmano ao menos uma vez ao longo da vida, desde que ele goze de condições econômicas e saúde para realizá-la. Grupos específicos de muçulmanos reivindicam a existência de um sexto pilar: a *jihad*. Entretanto, essa reivindicação é amplamente condenada por muitos líderes do Islamismo.

A corrente política e religiosa fundamentalista inaugurada por Sayyid Qutb exerceu enorme influência sobre as sociedades árabes islâmicas. No Paquistão e no Afeganistão, grupos identificados com as idéias de Qutb, retomaram práticas islâmicas já consideradas antiquadas em muitas sociedades, como a utilização do apedrejamento e da mutilação como castigos. Os ensinamentos de Qutb influenciaram igualmente o surgimento dos "talibãs"⁸⁸ (do árabe, "estudantes"), um movimento formado, em sua maioria, por jovens oriundos de escolas onde as idéias de Qutb eram transmitidas. Essas idéias foram decisivas também para motivar o assassinato de líderes muçulmanos secularistas, como o presidente Mohammed Anwar Al Sadat, do Egito. Por fim, as idéias de Qutb são consideradas justificativas, ainda que não sejam a motivação direta, para as doutrinas dos membros da Al-Qaeda, o grupo fundamentalista muçulmano responsável pelos atentados de 11 de setembro de 2001.

A formação de uma nova ordem mundial influenciada pela idéias de Sayyid Qutb era o resultado menos esperado após a queda do Muro de Berlim. Provou-se, também, um dos piores resultados. Uma certa instabilidade mundial era esperada após a desintegração do sistema bipolar que, entre 1945 e 1991, dividiu o mundo. Embora o mundo bipolar impusesse grandes desafios à própria existência da humanidade, com armas nucleares suficientes para destruir o planeta algumas vezes, suas características garantiam que a maioria dos países deveria pertencer a um ou a outro bloco, e que os líderes de cada bloco eram capazes de manter suas esferas de influência sob controle.

A desintegração da União Soviética significava que os países do ex-bloco comunista não seriam mais governados pelo Kremlin. No pior cenário traçado pela Casa Branca, os Estados do Leste Europeu retomariam os velhos conflitos entre eles. E, no imediato pós-Guerra Fria, essa hipótese foi confirmada: os distúrbios nos Bálcãs remontavam a disputas que antecederam a Guerra Fria. Mesmo fora da Europa, antigas rivalidades ratificavam a percepção de Washington sobre a nova ordem mundial: a anexação do Kuwait pelo Iraque foi motivada por uma disputa de fronteiras que remontava a um desentendimento entre o Império Turco-Otomano e o Império Britânico.

Da perspectiva norte-americana, a desintegração da configuração internacional bipolar era potencialmente desestabilizadora. O "Consenso de Washington" (1989) revelava que, de fato, a reorganização das economias dos diversos países que poderiam se integrar ao

⁸⁸ O termo "talibãs" designa um movimento islâmico sunita fundamentalista e nacionalista, originado entre 1993 e 1994 entre os *pashtuns* (um grupo étnico-lingüístico que povoa o leste e o sul do Afeganistão, e algumas regiões do Paquistão). Os talibãs recebem essa denominação (do árabe, "estudantes") porque seus membros provinham, originalmente, de escolas religiosas paquistanesas e afegãs, denominadas *mandrasahs*. Entre 1996 e 2001, os talibãs governaram a maior parte do Afeganistão e, ainda hoje, estão engajados na luta pelo poder contra as forças da OTAN que invadiram o país na Guerra do Afeganistão (2001-em curso).

capitalismo na eventual – e, àquela altura, praticamente certa – desintegração da União Soviética seria um desafio de grandes proporções. Realinhar os interesses dos países do antigo bloco soviético ao sistema capitalista internacional liderado pelos Estados Unidos exigiria um esforço tanto das economias industrializadas quanto das lideranças políticas mundias. Para a Casa Branca, era crucial convencer os outros países sobre a desejabilidade da implementação de um conjunto de regras e princípios econômicos, sintetizados nas cláusulas do Consenso de Washington, que, na década de 1990, caracterizaram o Estado Neoliberal: a austeridade fiscal, a redução dos gastos públicos, a reforma tributária e previdenciária, a abertura comercial e a liberalização cambial, a privatização de empresas públicas, a desregulamentação de leis trabalhistas e todo o conjunto de iniciativas econômicas impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial.

O conjunto de iniciativas econômicas preconizadas pelos Estados Unidos desde o Consenso de Washington, por intermédio do FMI e do Banco Mundial, não tardou a demonstrar seus resultados. A crise asiática, em 1997, sucedida pela crise russa, argentina e de diversos outros países que se adequaram às prerrogativas neoliberais, deflagou um período de acentuado descrédito em relação às políticas defendidas por Washington.

Poucos anos mais tarde, o 11 de setembro de 2001 acentuou ainda mais a descrença na nova ordem mundial idealizada em 1990 ao demonstrar a existência de movimentos descontentes no mundo cujas ações não haviam sido previstas e cujos meios empregados não podiam ser combatidos através das estratégias convencionais. Apesar da incompreensão e do despreparo ocidental para lidar com o fundamentalismo muçulmano, o 11 de setembro de 2001 provocou uma resposta de conseqüências tão desestabilizadoras quanto os acontecimentos que o motivaram.

Desde a Guerra do Golfo, um grupo de especialistas em política externa de Washington passou a argumentar que a permanência de Saddam Hussein no poder expunha a segurança mundial a um perigo constante. A solução apontada pelos especialistas tornou-se conhecida como Doutrina da Preempção. De acordo com Paul Wolfowitz⁸⁹, Lewis Libby e Richard Perle, três dos principais representantes dessa doutrina, uma guerra preemptiva consistiria numa antecipação de um conflito em função de um risco já existente e imediato.

⁸⁹ Paul Dundes Wolfowitz é um influente político e acadêmico norte-americano. Tornou-se conhecido por suas contribuições na formulação da política externa do governo de George W. Bush, que deram origem à chamada "Doutrina Bush", diretriz das ações norte-americanas na Guerra do Iraque (2003 - em curso). Wolfowitz ocupou diversos cargos políticos em governos diferentes: no Departamento de Defesa, como Diretor de Planejamento de Políticas e como Secretário de Defesa substituto; no Departamento de Estado, como Assistente do Secretário de Estado para assuntos do Leste-Asiático e do Pacífico; e como Embaixador dos Estados Unidos na Indonésia. Atualmente, preside o Banco Mundial.

Na doutrina da preempção, a regra de ouro é, portanto, atacar primeiro para evitar um risco maior posteriormente, mesmo que inexistam provas suficientemente consistentes para justificar o ataque. Uma guerra preemptiva distingue-se de uma guerra preventiva porque, no segundo caso, o risco é potencial e não-imediato, de modo que existe espaço para a diplomacia antes que um confronto bélico seja colocado em curso.

Wolfowitz, Libby e Perle haviam ingressado na vida política na esquerda norte-americana. À medida que se deslocaram para a direita, estando o conceito de "direita" na política externa dos Estados Unidos associado ao Realismo, eles passaram a ser denominados "neoconservadores". Em 1992, ao final do governo de George Bush, Wolfowitz escreveu um artigo no qual analisava estratégias de defesa norte-americanas e apresentava sua concepção sobre a estratégia preemptiva. O artigo de Paul Wolfowitz, publicado como documento oficial pelo Secretário de Defesa Dick Cheney sob o título *Defense Strategy for the 1990's: The Regional Defense Strategy*, defendia que, após a Guerra Fria, os Estados Unidos deveriam manter seus domínios militares na Europa e na Ásia, preservando forças mobilizadas sempre aptas a lançar ataques unilaterais preventivos e preemptivos contra países que detivessem ou manifestassem intenção de produzir armas de destruição em massa nucleares, biológicas e químicas (WOLFOWITZ; CHENEY, 1993, p. 10-14). Seu artigo apontava ainda os países que impunham os maiores desafios ao poder dos Estados Unidos na década de 1990: Irã, Síria, Coréia do Norte, Líbia e, principalmente, Iraque.

No Oriente Médio e no Golfo Pérsico, deveríamos estimular a estabilidade regional, interromper as agressões contra nossos amigos e contra nossos interesses na região, proteger os cidadãos e as propriedades norte-americanos, e assegurar nosso acesso ao espaço aéreo internacional, às vias marítimas e às importantes fontes de petróleo da região. Deveríamos nos esforçar para encorajar um processo de paz que trouxesse a reconciliação entre Israel e os Estados árabes, assim como entre os Palestinos e Israel em consonância com nosso firme compromisso com a segurança de Israel. Alguns perigos imediatos estão aliviados com a derrota das forças iraquianas, mas devemos reconhecer que a dinâmica regional pode mudar e que um Iraque rejuvenescido ou um Irã rearmado poderia mobilizar-se nessa década para dominar todo Golfo e seus recursos. Devemos continuar preparados para atacar decisivamente na região do Oriente Médio/Golfo Pérsico tal como fizemos na Operação Escudo do Deserto e na Operação Tempestade no Deserto se os nossos interesses vitais lá forem novamente ameaçados. Devemos estar também preparados para contra-atacar o terrorismo, a insurgência e a subversão que os adversários podem utilizar para ameaçar governos que apóiam os interesses de segurança dos Estados Unidos. (WOLFOWITZ; CHENEY, 1993, p. 21)⁹⁰

⁹⁰ No original: "In the Middle East and Persian Gulf, we should seek to foster regional stability, deter aggressions against our friends and interests in the region, protect U.S. nationals and property, and safeguard our access to international air and seaways and to the region's important sources of oil. We should strive to encourage a peace process that brings about reconciliation between Israel and the Arab states as well as between Palestinians and Israel in a manner consonant with our enduring commitment to Israel's security. Some near-term dangers are alleviated with the defeat of Iraqi forces, but we must recognize that regional dynamics can change and a rejuvenated Iraq or a rearmed Iran could move in this decade to dominate the Gulf and its resources. We must

A ascensão do democrata Bill Clinton à presidência (1993-2001) relegaria as idéias neoconservadoras a um segundo plano. Embora a disposição do Presidente Clinton para intervir em outros países fosse concreta – como verificado, de fato, nos Balcãs e nas ocasiões em que apoiou movimentos de oposição a Saddam Hussein – ele preferiu fazê-lo com o apoio da comunidade internacional e através dos organismos internacionais, esgotando primeiro as alternativas diplomáticas (HYLAND, 1999, p. 187). Medidas preemptivas e preventivas contra governos declaradamente hostis aos Estados Unidos não pautavam a política externa de Clinton (DAVIS, 2003, p. 55).

A redução da influência dos neoconservadores sobre o governo durante a presidência de Clinton não significou o esmorecimento das suas propostas. Bem ao estilo conservador norte-americano tradicional, os neoconservadores acreditavam que a resolução dos problemas mundiais e a defesa dos interesses norte-americanos dependiam da transformação de regimes "não-representativos" (autoritários, autocráticos, monárquicos ou teocráticos) em democracias espelhadas no modelo norte-americano, que favorecessem o livre-mercado. A estratégia preemptiva traçada por Wolfowitz era, em última instância, subsidiada pela crença de que a democracia, ao estilo norte-americano, poderia ser transplantada para outras sociedades e que ela teria um efeito transformador positivo. Para os neoconservadores, exportar a democracia norte-americana, seus valores e suas instituições viabilizaria uma revolução política nos países hostis ao poder e aos interesses dos Estados Unidos, sobretudo ao tornar a população dessas regiões politicamente conscientes e economicamente prósperas.

Os neoconservadores acreditavam também no potencial "efeito dominó" da democratização: a transformação de uma sociedade "não-representativa" numa democracia levaria ao mesmo efeito em outras sociedades da região. Insistiam especialmente que uma mudança de regime no Iraque, alvo das principais antipatias neoconservadoras, estimularia a democratização dos países vizinhos, inclusive na Síria e no Irã.

Na Europa, o neoconservadorismo norte-americano é geralmente percebido como uma tentativa de exportar uma versão de democracia tipicamente norte-americana para os países árabes e de fomentar, ao mesmo tempo, um regime autoritário e expansionista em Israel. A percepção européia sobre o neoconservadorismo norte-americano é compartilhada pelos

remain prepared to act decisively in the Middle East/Persian Gulf region as we did in Operations Desert Shield and Desert Storm if our vital interests there are threatened anew. We must also be prepared to counter the terrorism, insurgency and subversion that adversaries may use to threaten governments supportive of U.S. security interests."

países árabes, o que dificulta sensivelmente os esforços norte-americanos para conquistar aliados no Oriente Médio.

Na década de 1990 e no início da década de 2000, os neoconservadores municiaram seus críticos ainda mais ao expressarem sua convicção no "particularismo" norte-americano, uma concepção que remete às origens dos Estados Unidos. De acordo com a crença do "particularismo", os Estados Unidos são guardiões de princípios superiores de comportamento social e de comportamento entre as nações, o que justificaria, segundo a perspectiva neoconservadora, o direito norte-americano de agir unilateralmente em questões de política externa, outro ponto de vista norte-americano muito arraigado.

Os ideólogos neoconservadores uniram à concepção de "particularismo" o conceito de "momento norte-americano". A erosão da ordem mundial bipolar, argumentavam os neoconservadores, legou aos Estados Unidos a oportunidade única, efêmera e singular de "mudar o mundo para melhor". Um contexto semelhante ao do pós-Guerra Fria só teria se manifestado, no século XX, em 1918, quando o Presidente Woodrow Wilson concretizou seu plano e criou a Liga das Nações, supostamente encarregada do propósito maior de livrar o mundo do flagelo da guerra.

Um novo "momento norte-americano" ao final da Guerra Fria oferecia aos Estados Unidos uma nova oportunidade de concretizar aquilo com que Wilson sonhara. Os neoconservadores advogavam, porém, que essa oportunidade não poderia ser aproveitada pelas Nações Unidas, percebidas por eles como um aperfeiçoamento das idéias de Woodrow Wilson, pois embora a ONU pudesse autorizar ações bélicas contra transgressores da ordem mundial (guerras preventivas), ela não possuía poder para autorizar ações preemptivas, já que a necessidade de conciliar muitos interesses divergentes atava sua capacidade de manobra.

Os neoconservadores argumentavam que os Estados Unidos deveriam reclamar para si o poder de emprego legítimo da força militar contra outros países, sem necessidade de consulta e sem prévio aviso. Exemplificavam seus argumentos unilateralistas remetendo ao regime de Saddam Hussein, que só poderia ser eliminado por uma ação unilateral ou, na pior das hipóteses, por uma ação apoiada por aliados com capacidade militar análoga à norte-americana.

A concretização das idéias e das propostas neoconservadoras esbarrava, todavia, num entrave: era crucial que um conservador ocupasse novamente a Casa Branca. A eleição do republicano George Walker Bush em 2001 apresentou-se, então, como a oportunidade tão aguardada pelos neoconservadores. Logo após a vitória de Bush, seu perfil não se enquadrava exatamente nas perspectivas neoconservadoras. A nomeação de políticos de extrema-direita

para posições centrais do governo, como Donald Rumsfeld como Secretário de Defesa, e a presença de Dick Cheney na vice-presidência dos Estados Unidos aplacavam, entretanto, o descontentamento inicial dos neoconservadores.

Os ataques de 11 de setembro de 2001 facilitariam substancialmente a ascensão e a aceitação das idéias neoconservadoras. Logo após o atentado, Bush foi convencido de que a "guerra ao terror" seria mais bem-sucedida se os Estados Unidos atacassem as bases terroristas do Al-Qaeda no Afeganistão, utilizando as bases militares norte-americanas nas ex-repúblicas comunistas da Ásia Central. O risco, concreto e imediato, de novos ataques terroristas contra os Estados Unidos não deixava espaço para a diplomacia. Só uma guerra preemptiva parecia capaz de deter as iniciativas dos terroristas.

Com o apoio de forças britânicas e australianas, os Estados Unidos coordenaram uma intensa e massiva campanha militar no Afeganistão, desarticulando grande parte da estrutura de treinamento e combate da Al-Qaeda sediada no país. No ápice da campanha, cogitava-se que Osama Bin Laden⁹¹, identificado como o mentor e um dos financiadores dos movimentos terroristas que executaram o ataque contra os Estados Unidos em setembro de 2001, estivesse morto. Imagens transmitidas pelas redes de televisão do Oriente Médio destruiriam, mais tarde, essa expectativa.

Apesar dos grandes custos da Guerra do Afeganistão (outubro de 2001-em curso) em termos de afegãos mortos e da destruição das bases econômicas e sociais daquele país, ao final da primeira fase da campanha militar Washington declarava vitória. O talibã, um regime fundamentalista muçulmano de grande influência nos países árabes, havia sido, na visão da Casa Branca, destruído. O que escapava aos *policemakers* de Washington, no entanto, era o

⁹¹ Osama bin Muhammad bin 'Awad Bin Laden, mais conhecido como Osama Bin Laden, nasceu em 10 de março de 1957 em Riyadh, Arábia Saudita. Filho de Muhammed Awad bin Laden, um rico homem de negócios, e de Hamida al-Attas, uma síria, Osama foi criado em conformidade com os preceitos da vertente sunita do Islamismo e recebeu uma educação de primeira qualidade nas mais renomadas escolas do Oriente Médio. A divergência em torno da formação educacional de Osama abre algumas possibilidades: na primeira, Osama teria se graduado em engenharia civil; a segunda possibilidade é de que ele tenha estudado finanças e se graduado em administração pública; por fim, suspeita-se que, talvez, Osama nunca tenha concluído seus estudos superiores na *Management and Economics School of King Abdulaziz University*, em Jeddah. O certo é que Osama não enfrentou dificuldades financeiras ao longo de sua vida, pois herdou a fortuna que o pai construiu trabalhando como empreiteiro para a família real saudita. Osama Bin Laden travou contato com as idéias que marcariam sua militância política ainda nos tempos dos estudos universitários, pois muitos dos professores em atividade na Arábia Saudita pertenciam à organização "Irmãos Muçulmanos". As principais influências sobre o jovem Osama foram Muhammad Qutb (irmão de Sayyid Qutb) e Abdullah Azzam, dois importantes membros da Irmandade Muçulmana. A fortuna de Osama permitiu que, a partir de 1979, ele financiasse os *mujahideen*, guerrilhas muçulmanas que resistiriam à invasão do Afeganistão pela União Soviética. Em 1988, Osama desligou-se da organização *Maktab al-Khidamat*, fundada na década de 1980 por ele e por Abdullah Azzam, e fundou a *Al-Qaeda* (do árabe, "a base"), uma aliança internacional de movimentos sunitas islâmicos fundamentalistas, baseada nas idéias salafistas e nas idéias de Sayyid Qutb. Contemporaneamente, o principal financiador da Al-Qaeda continua sendo Osama Bin Laden e seu principal ideólogo e estrategista é Ayman al-Zawahiri (BERGEN, 2006, p. 18-22; 55-59; 103-118).

fato do regime talibã, assim como outros movimentos fundamentalistas muçulmanos, não se identificar com um único Estado-nação, além de possuir uma organização descentralizada e ser formado por unidades esquivas, de difícil identificação.

A pretensa vitória norte-americana contra os talibãs na Guerra do Afeganistão foi amplamente incorporada na retórica política de Washington. Porém, enquanto o presidente George W. Bush esforçava-se para apresentar-se ao mundo como um *Commander-in-chief* austero e bem-sucedido, a iminência de uma guerra civil no Afeganistão ameaçava as frágeis conquistas norte-americanas. A Central de Inteligência dos Estados Unidos, embora incapaz de identificar o paradeiro de Osama Bin Laden, reconhecia que a Al-Qaeda possuía bases de apoio em aproximadamente 50 países e o principal risco, segundo a Agência, vinha do que George W. Bush denominaria "eixo do mal": Coreia do Norte, Irã e Iraque, com destaque para o último.

Apesar das discórdias cultivadas por Saddam Hussein ao longo das três décadas em que permaneceu no poder, associar o Iraque aos movimentos fundamentalistas muçulmanos, com destaque para a Al-Qaeda, não era tarefa fácil. O apoio de Saddam a Abu Nidal, fundador do partido político palestino *Fatah* ("Movimento de Liberação Nacional Palestino"), era notoriamente reconhecido, mas a associação entre o governo iraquiano e a Al-Qaeda não podia ser estabelecida. Osama Bin Laden é um salafista e acredita, portanto, na unidade entre política e religião; Saddam Hussein é um secularista, algo particularmente repugnante para os fundamentalistas muçulmanos. Até mesmo para o mais inocente observador, era natural que, caso Osama Bin Laden tivesse tentado expandir suas idéias e seu poder no Iraque, provavelmente teria o mesmo destino dos inimigos de Saddam.

Infelizmente para Saddam Hussein, no curso dos acontecimentos que sucederam o 11 de setembro de 2001, a Casa Branca estava pouco inclinada a estabelecer distinções entre um tipo de extremista árabe e outro. Saddam Hussein, assim como Osama Bin Laden, era declaradamente anti-americano. Isso bastava para justificar uma guerra preemptiva contra o Iraque.

É possível que a decisão de derrubar o governo de Saddam Hussein tenha sido traçada antes mesmo da Guerra do Afeganistão (2001-em curso)⁹². Mas as iniciativas para tal só foram concretizadas em 2002. Em discursos no Congresso e na Academia Militar dos Estados

⁹² Há referências de que imediatamente após o 11/09/2001, o Presidente Bush tenha reconhecido que uma intervenção militar norte-americana no Iraque foi considerada como uma possibilidade mesmo antes de se pensar numa guerra contra o Afeganistão. Essa possibilidade de intervenção imediata no Iraque foi descartada quando ficou evidente que não se poderia sustentar um vínculo entre os ataques à Nova York e o regime de Saddam Hussein. Naquela ocasião, optou-se pelo Afeganistão (PILLAR, 2006, s.p.).

Unidos em West Point, em janeiro e junho de 2002, respectivamente, George W. Bush denunciou veementemente o regime de Saddam Hussein e defendeu a necessidade de medidas preemptivas. O discurso proclamado em West Point daria origem ao que se tornou conhecido como "Doutrina Bush", uma reorientação da política externa norte-americana baseada nas idéias neoconservadoras.

O mais sério perigo contra a liberdade reside na associação entre radicalismo e tecnologia. Quando a disseminação de armas químicas e biológicas e nucleares, em combinação com tecnologia de mísseis balísticos - quando isso ocorre, mesmo Estados fracos e pequenos grupos poderiam alcançar um poder catastrófico suficiente para atingir importantes nações. Nossos inimigos declararam essa exata intenção, e foram descobertos tentando obter essas terríveis armas. Eles desejam a capacidade de nos chantagear, ou de nos ameaçar, ou de ameaçar nossos amigos - e nós nos opoemos a eles com todo nosso poder. (BUSH, 2002, p. 17)⁹³

A Doutrina Bush defende a necessidade de ações preemptivas para conter o avanço de ameaças concretas e imediatas ao poder e aos interesses norte-americanos no mundo, aproveitando a superioridade militar dos Estados Unidos para colocar em curso ataques unilaterais que contribuam com a "extensão da democracia, da liberdade e da segurança para todas as regiões". O conjunto de políticas externas da Doutrina Bush foi apresentado formalmente num documento, publicado pela Casa Branca em setembro de 2002, intitulado *The National Security Strategy of the United States of America*. Segundo o documento, ações "militares preemptivas unilaterais" são legítimas quando uma ameaça aos Estados Unidos é, ao menos, "emergente", mesmo que o local ameaçado e a data em que o perigo se manifestará sejam desconhecidos.

O documento central da Doutrina Bush traça ainda comparações entre a ameaça representada pela União Soviética durante a Guerra Fria e os novos desafios impostos pelos movimentos "terroristas". Segundo o documento, embora o poder da União Soviética fosse muito superior ao dos atuais "grupos terroristas", a natureza e as motivações dos novos adversários, bem como sua obstinação em obter "armas de destruição em massa", transformam a segurança contemporânea em algo muito mais complexo e perigoso. As principais ameaças à segurança norte-americana são identificadas no Iraque e na Coreia do Norte:

⁹³ No original: "The gravest danger to freedom lies at the crossroads of radicalism and technology. When the spread of chemical and biological and nuclear weapons, along with ballistic missile technology—when that occurs, even weak states and small groups could attain a catastrophic power to strike great nations. Our enemies have declared this very intention, and have been caught seeking these terrible weapons. They want the capability to blackmail us, or to harm us, or to harm our friends—and we will oppose them with all our power." (Discurso proferido por George W. Bush na Academia Militar de West Point, em 01/06/2002; citado em BUSH, 2002, p.17)

Na Guerra do Golfo, obtivemos provas irrefutáveis de que os projetos iraquianos não se limitavam às armas químicas que o Iraque utilizou contra o Irã e contra o seu próprio povo, mas se estendiam também à aquisição de armas nucleares e de agentes biológicos. Na última década, a Coreia do Norte transformou-se na principal fornecedora do mundo de mísseis balísticos, e testou mísseis cada vez mais potentes enquanto desenvolvia seu próprio arsenal de armas de destruição em massa (WMD). Outros regimes perigosos procuram, da mesma forma, obter armas nucleares, biológicas e químicas. As buscas desses Estados por tais armas, e o comércio internacional de armas, transformaram-se numa grande ameaça para todas as nações. (BUSH, 2002, p. 18)⁹⁴

Face à ameaça representada pelo "terrorismo", os Estados Unidos propunham-se a concentrar seus esforços em três questões-chave: (i) "esforços pró-ativos contra a proliferação" de armas de destruição em massa, incluindo-se aí o treinamento e a municição de forças norte-americanas e aliadas; (ii) o fortalecimento dos esforços necessários para evitar que os Estados que supostamente patrocinavam os grupos terroristas adquirissem conhecimento, matérias-primas e tecnologias necessários para o desenvolvimento de armas de destruição em massa; (iii) e respostas enérgicas contra grupos terroristas ou Estados que empregassem armas de destruição em massa (BUSH, 2002, p. 18).

A percepção da Casa Branca de que os Estados Unidos haviam demorado uma década para "compreender a natureza da ameaça" terrorista tornava as medidas preconizadas pela Doutrina Bush urgentes.

Levamos quase uma década para compreender a verdadeira natureza dessa ameaça. Dados os objetivos dos Estados ameaçadores e dos terroristas, os Estados Unidos não mais podem fiar-se solenemente numa postura reativa como fizemos no passado. A incapacidade de deter um potencial ataque, o imediatismo das ameaças atuais, e a magnitude dos potenciais danos que poderiam ser causados pelas armas escolhidas por nossos adversários, não nos abrem essa opção. Não podemos deixar nossos inimigos atacarem primeiro. (...) Os Estados Unidos mantiveram por muito tempo a opção por ações preemptivas para fazer frente a uma ameaça significativa a nossa segurança nacional. Quanto maior a ameaça, maior o risco na inatividade - e mais coativo é o caso para que se tome uma ação antecipativa para nos defendermos, mesmo que o local a ser atacado e data em que o inimigo agirá sejam desconhecidos. Para nos anteciparmos ou prevenirmos esses atos hostis de nossos adversários, os Estados Unidos agirão, se necessário, preemptivamente. (BUSH, 2002 p. 19)⁹⁵

⁹⁴ No original: "At the time of the Gulf War, we acquired irrefutable proof that Iraq's designs were not limited to the chemical weapons it had used against Iran and its own people, but also extended to the acquisition of nuclear weapons and biological agents. In the past decade North Korea has become the world's principal purveyor of ballistic missiles, and has tested increasingly capable missiles while developing its own WMD arsenal. Other rogue regimes seek nuclear, biological, and chemical weapons as well. These states' pursuit of, and global trade in, such weapons has become a looming threat to all nations."

⁹⁵ No original: "It has taken almost a decade for us to comprehend the true nature of this new threat. Given the goals of rogue states and terrorists, the United States can no longer solely rely on a reactive posture as we have in the past. The inability to deter a potential attacker, the immediacy of today's threats, and the magnitude of potential harm that could be caused by our adversaries' choice of weapons, do not permit that option. We cannot

As ações preemptivas de Bush foram colocadas em curso no início de 2003, após um longo debate travado nas Nações Unidas, em busca do apoio, não alcançado, da comunidade internacional. Em 11 de janeiro de 2003, o Secretário de Defesa Donald Rumsfeld ordenou o deslocamento de 60 mil soldados norte-americanos, além de aviões militares e de esquadras de guerra da Marinha norte-americana, para a região do Golfo. Em 20 de janeiro do mesmo ano, Geoffrey Hoon, Secretário de Defesa britânico, fortaleceu a presença norte-americana no Oriente Médio com 26 mil soldados e 100 aviões britânicos. Considerando as tropas já presentes na região, um quarto do Exército britânico e um terço da *Royal Air Force* estavam no Golfo Pérsico no início de 2003.

Apesar das soluções estratégicas obtidas por Washington, obstáculos políticos à guerra preemptiva desejada pelos norte-americanos persistiam. O apoio da Grã-Bretanha e da Austrália já era declarado desde a Guerra do Afeganistão, mas nenhum outro Estado dispunha-se a participar de uma nova coalizão contra o Iraque. Pior: desde o início da crise em 2001 até o desencadeamento da Guerra do Iraque (2003-em curso), os tradicionais aliados europeus fizeram objeções e opuseram-se abertamente a qualquer ação militar contra o regime de Saddam Hussein. A exceção ficou com a Espanha e a Itália, que apoiaram os Estados Unidos.

França e Alemanha lideraram um levante internacional contra as propostas belicistas norte-americanas. Jacques Chirac e Gerhard Schroeder manifestaram, nas Nações Unidas, suas desaprovações em relação às intenções de Washington de combater o regime de Saddam Hussein através de uma guerra. Questionaram, igualmente, a convicção norte-americana de que o Iraque possuía armas de destruição em massa e de que financiava "grupos terroristas". Franceses e alemães argumentavam que a persistência das sanções econômicas impostas ao Iraque pela ONU desde a Guerra do Golfo e a condenação legal coletiva das ações do governo de Saddam Hussein eram medidas suficientes para privar o Iraque das condições necessárias para desenvolver armas de guerra não-convencionais e para financiar fundamentalistas muçulmanos - os quais, sabidamente, não se identificavam com o secularismo de Saddam.

O antagonismo entre o belicismo unilateralista norte-americano e a moderação diplomática européia alcançou níveis críticos no começo de 2003, semanas antes do início da

let our enemies strike first. (...) The United States has long maintained the option of preemptive actions to counter a sufficient threat to our national security. The greater the threat, the greater is the risk of inaction— and the more compelling the case for taking anticipatory action to defend ourselves, even if uncertainty remains as to the time and place of the enemy's attack. To forestall or prevent such hostile acts by our adversaries, the United States will, if necessary, act preemptively."

guerra no Iraque. Os europeus insistiam na adequação das Resoluções votadas pelo Conselho de Segurança da ONU, desde 1990, para conter as ambições de Saddam Hussein.

De fato, desde a anexação do Kuwait pelas tropas de Saddam, as relações entre o Iraque e o mundo eram regidas por 15 Resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Antes da Resolução 1.441, de 9 de novembro de 2002, utilizada pelos Estados Unidos como justificativa legal para a ação preemptiva contra o Iraque, a mais importante das resoluções foi a 687, instaurada imediatamente após a Guerra do Golfo. Criada para legalizar iniciativas bélicas contra o Iraque caso o país adquirisse ou desenvolvesse armas de destruição em massa ou equipamentos necessários para utilizá-las, a Resolução 687 exigia

(...) a destruição, remoção, e desmonte de armas químicas e biológicas e de todos os estoques de agentes e subsistemas e componentes relacionados, e de todas as instalações de pesquisa, desenvolvimento, suporte e fabricação de tais itens; e de todos os mísseis balísticos com alcance maior do que 150km e peças relevantes relacionadas a eles, além de instalações de produção e reparo. (ONU, 1991, p. 11-15)

A Resolução 687 foi interpretada como uma ratificação da Resolução 678, que autorizou a Guerra do Golfo e "todas as resoluções subseqüentes necessárias para restaurar a paz internacional e a segurança" no Oriente Médio. Em 2003, os Estados Unidos evocariam novamente a Resolução 678, que continuava em vigor, para justificar uma ação militar contra o Iraque. A preocupação com as atividades iraquianas relacionadas ao desenvolvimento de armas não-convencionais, na realidade, havia sido intensificada em 1999, ao final do governo Clinton, com a aprovação da Resolução 1.284, que reforçava as atividades da UNSCOM. De fato, como os agentes da UNSCOM tinham o poder de solicitar às Nações Unidas que aumentassem as restrições às exportações iraquianas de petróleo, sua atuação durante a década de 1990 foi significativa.

Em 1999, perante a hostilidade de Saddam Hussein com os inspetores das Nações Unidas, foi criada a UNMOVIC (United Nations Monitoring, Verification and Inspection Commission), de modo geral um sistema de fiscalização menos rigoroso que a UNSCOM. Mesmo com o afrouxamento das inspeções no Iraque, as restrições comerciais impostas aos iraquianos eram alvos de críticas de membros do Conselho de Segurança da ONU, como França e Rússia (ambos comercialmente beneficiados pelo programa de ajuda humanitária "petróleo por comida").

A diminuição do rigor dos inspetores da ONU a partir de 1999 não foi suficiente para reduzir a hostilidade de Saddam Hussein, que desde então intensificou as barreiras à atuação

das Nações Unidas no Iraque. As demonstrações de Saddam Hussein serviriam de pretexto, em 2002, para os esforços norte-americanos e britânicos em elaborar a Resolução 1.441. Do ponto de vista de Washington e de Londres, o Iraque continuava "descumprindo objetivamente" a Resolução 678 de 1990 e todas as resoluções subseqüentes a ela. Portanto, exigia-se, a partir de novembro de 2002, que o governo iraquiano comprovasse que não mais possuía armas de destruição em massa e que cooperasse com os inspetores da UNMOVIC. Segundo a Casa Branca, essa seria a última oportunidade de Saddam colaborar e, caso não o fizesse, haveria "sérias conseqüências".

A aprovação da Resolução 1.441, que prenunciava uma intervenção militar no Iraque, inflamou as já tensas relações entre os Estados Unidos e a coalizão pró-Washington, e os países que se opunham à guerra. A dissensão diplomática entre as principais nações européias e os Estados Unidos foi acompanhada por protestos mundiais, inclusive nas sociedades norte-americana e britânica, e pelo repúdio da opinião pública internacional às intenções preemptivas de George W. Bush.

Os Estados Unidos rebatiam as críticas à sua estratégia preemptiva argumentando que os europeus se iludiam com a crença de que tratados, acordos e negociações diplomáticas seriam suficientes para resolver problemas internacionais. Para Washington, a União Européia estava tão convencida da eficácia da sua burocracia supranacional e tão comprometida com o seu idealismo conciliador que acreditava que aquilo que era válido na Europa também o seria no resto do mundo. E a ONU, não obstante suas deficiências em termos de poder, representaria, para os europeus, a única instituição capaz de punir legitimamente as iniciativas de Saddam Hussein. Ironicamente, Washington criticava o excessivo apego europeu ao direito internacional, cujas bases foram, em grande medida, arquitetadas pelos norte-americanos desde o pós-Segunda Guerra Mundial.

Para George W. Bush, entretanto, continuava válida a máxima de Thomas Hobbes: "pactos sem espadas são meras palavras". Os neoconservadores, que contavam, em 2002, com irrestrito apoio de Bush, acreditavam na importância insubstituível do Estado-nação e na supremacia das armas como meio de impor a vontade nacional.

A ruptura do alinhamento entre o governo norte-americano e os principais governos europeus parecia incontornável. França e Alemanha exigiam que, caso houvesse necessidade de uma ação militar contra o Iraque, seria necessária uma nova resolução da ONU, além da Resolução 1.441 de novembro de 2002. Essa outra resolução, que ficou conhecida como "segunda resolução", era, na verdade, uma manobra política européia para tentar evitar que os Estados Unidos iniciassem, de uma hora para outra, uma ofensiva unilateral, com base na

Resolução 1.441, suficientemente obscura para permitir algo do tipo. Jacques Chirac chegou mesmo, ao final de 2002, a considerar a utilização do veto francês no Conselho de Segurança, o que, do ponto de vista do Direito Internacional, tornaria ilegal uma campanha bélica contra o Iraque.

O temor francês e alemão era justificado. A Resolução 1.441 fixava prazos reconhecidamente inviáveis para que Saddam Hussein "colaborasse" com a ONU: 30 dias para que o Iraque encaminhasse às Nações Unidas documentos atestando quais armas de destruição em massa possuía, quais já havia destruído e como. Além dessas provas, exigia-se que os inspetores da UNMOVIC tivessem acesso irrestrito ao Iraque.

Em 25 de novembro de 2002, 100 inspetores da UNMOVIC desembarcaram no Iraque, acompanhados por técnicos da Agência Internacional de Energia Atômica. Sob o comando de Hans Blix⁹⁶, ex-ministro de Relações Exteriores da Suécia, os inspetores começaram imediatamente a visitar locais suspeitos do Iraque e a entrevistar cientistas iraquianos.

Poucos dias após o início das atividades da UNMOVIC era claro o descompasso entre os objetivos norte-americanos em relação à atuação dos inspetores e a sua viabilidade. Esperava-se que, em pouco mais de um mês, a UNMOVIC inspecionasse um território aproximadamente do mesmo tamanho da França, a fim de declará-lo livre de armas de destruição em massa. O Iraque dispôs-se, de fato, a contribuir com as inspeções, encaminhando às Nações Unidas, em 7 de dezembro de 2002, 43 volumes encadernados, escritos em inglês, 6 pastas e 12 CD's, na expectativa de demonstrar que estava cumprindo as resoluções da ONU. Somente a leitura dos documentos fornecidos pelo governo iraquiano levaria várias semanas, sem contabilizar os meses necessários para atestar a veracidade das informações. O país carecia, no entanto, de algo que nenhum documento poderia lhe prover: credibilidade.

Considerando-se o tamanho do território iraquiano, o contingente de inspetores da UNMOVIC e a pequena dimensão de qualquer local onde as armas proibidas poderiam estar escondidas, os inspetores da ONU poderiam vasculhar esconderijos por anos, sem encontrar algo relevante para a investigação. Além do mais, a UNMOVIC havia sido encarregada da missão praticamente impossível de obter provas "negativas" contra Saddam Hussein, algo

⁹⁶ A nomeação de Hans Blix para o comando da UNMOVIC em 2002 desagradava os Estados Unidos. Blix era visto como "moderado", uma característica indesejada para alguém que, supostamente, deveria desafiar o poder de Saddam Hussein. Washington tentou aprovar a renomeação do ex-chefe da UNSCOM, o também sueco Rolf Ekeus, aclamado por seus métodos rigorosos e por sua insatisfação com as evasivas do Iraque. França e Rússia, entretanto, opuseram-se à renomeação de Ekeus.

inusitado até mesmo para os fundamentos jurídicos surrealistas da política externa norte-americana desse período. Blix e seus inspetores deveriam provar que o Iraque não possuía mais armas proibidas.

Como declararia, em maio de 2002, um alto assessor do Senado norte-americano para política externa, "o maior medo da Casa Branca é que os inspetores de armas da ONU recebam autorização para entrar"⁹⁷. Sendo assim, a inviabilidade das exigências apresentadas por Washington era perfeitamente compreensível.

A possibilidade de extensão do ultimato fornecido ao Iraque desapontou o Presidente George W. Bush. Um batalhão de analistas norte-americanos concluiu, em poucas semanas, que os documentos apresentados pelo Iraque eram uma coletânea de material antigo, que em nada contribuía com as investigações da UNMOVIC. A inadequação dos documentos iraquianos foi rapidamente incorporada à retórica de Bush, que esbravejava o desrespeito de Saddam Hussein pela autoridade da ONU e o "flagrante descumprimento" da Resolução 1.441. O Secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, enfatizava do mesmo modo a insatisfação dos Estados Unidos e anunciava na ONU que se aproximava o dia em que Saddam teria que enfrentar as conseqüências de sua intrincada teia de maquinações.

Nos Estados Unidos, apesar das enormes manifestações populares contra iniciativas bélicas no Iraque, as principais lideranças políticas alinharam-se à Doutrina Bush. A associação entre o governo de Saddam Hussein e as atividades "terroristas" do 11 de setembro de 2001, apesar de não comprovada, era tão exaustivamente defendida que, em determinado ponto, opor-se a ela poderia significar uma postura "anti-americana". Na Europa ocidental, por outro lado, estava claro que apenas Grã-Bretanha, Itália e Espanha apoiariam Washington.

Na Grã-Bretanha, as repercussões das políticas preemptivas propostas pela Casa Branca foram severas. Sustentar uma identidade de propósitos com os Estados Unidos transformou-se num fardo pesado para o Primeiro-Ministro britânico Tony Blair.

Grandes manifestações populares e a hostilidade da imprensa dividiam a opinião pública britânica. O maior problema para Blair, no entanto, viria de seu próprio partido. No final de 2002, os membros do Partido Trabalhista no Parlamento começavam a mostrar sinais de dissidência. Após a declaração de Bush, em 19 de dezembro de 2002, de que o descumprimento da Resolução 1.441 pelo Iraque acarretaria sérias conseqüências, importantes representantes da Câmara dos Lordes e da Câmara dos Comuns reforçaram o coro dos

⁹⁷ Conforme publicado na revista *Time*, "Bad, possibly mad and no exactly well-liked. Time examines the myth of Saddam Hussein", 13 de maio de 2002, p. 38, ed. européia.

franceses e alemães que reivindicavam uma “segunda resolução” do Conselho de Segurança da ONU, que versaria sobre uma eventual ação militar contra o Iraque.

As manifestações populares contra a guerra correram o mundo. Em 15 de fevereiro de 2003, antes do início da intervenção militar, milhões de pessoas, em diversas cidades pelo mundo, foram às ruas manifestar oposição à guerra. Em Londres, estima-se que dois milhões de manifestantes colocaram à prova uma das mais significativas conquistas de Blair: o apoio da classe média.

Em 26 de fevereiro de 2003, os dissidentes do Parlamento britânico, dentre os quais 121 membros do Partido Trabalhista, se organizaram e aprovaram uma emenda contrária à moção que propunha o apoio da Grã-Bretanha à guerra contra o Iraque. Uma crise política instalava-se na sociedade britânica. Blair contra-atacava declarando sua crença na política norte-americana e relembrando seu compromisso histórico com “guerras progressistas” (termo criado pelo próprio Primeiro-Ministro para justificar seu apoio à intervenção nos Bálcãs).

Enquanto aguardava a definição do apoio político britânico, Washington finalizava os preparativos para a Guerra do Iraque. No início de março de 2003, a maior parte das forças mobilizadas para a “Operação Iraque Livre” já se encontrava no Kuwait. Um total de 170 mil soldados, dezenas de navios aportados no Golfo e centenas de aviões aguardavam ordens para iniciar os ataques. Nessa altura, os obstáculos ao início da campanha militar preemptiva eram todos de ordem política. Na ONU, Estados Unidos e Grã-Bretanha pressionavam a votação urgente da “segunda resolução”.

Em 7 de março de 2003, numa apresentação nas Nações Unidas, Hans Blix desanimou norte-americanos e britânicos ao declarar que o governo iraquiano nunca contribuíra tanto com as inspeções da ONU. Blix declarou que havia investigado as suspeitas norte-americanas de que o Iraque mantinha laboratórios móveis e instalações subterrâneas onde se concentravam os esforços para produzir armas de destruição em massa, mas que não conseguira comprovar nenhuma dessas suposições (BLIX, 2003, s.p.).

As declarações de Blix não causariam, todavia, tanto descontentamento quanto as do diplomata egípcio Mohamed El Baradei, chefe dos inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica que atuavam no Iraque ao lado da UNMOVIC. Segundo BARADEI (2003, s.p.), as alegações do Serviço de Inteligência britânico de que o Iraque havia comprado urânio enriquecido da Nigéria eram improcedentes e baseadas num documento forjado. Como a maioria dos argumentos de Tony Blair a favor da guerra no Iraque era baseada num dossiê da Inteligência britânica, divulgado publicamente desde setembro de 2002 (U.K.

GOVERNMENT, 2002), as afirmações de Baradei intensificaram a crise política em curso na Grã-Bretanha.

O discurso de Blix e de Baradei nas Nações Unidas em 7 de março de 2003 foi o último capítulo da disputa política e diplomática travada antes do início da guerra. Apesar da discordância e da hostilidade dos países europeus e da opinião pública internacional, norteamericanos e britânicos convenceram-se de que a intervenção armada não poderia ser mais adiada. As resoluções do Conselho de Segurança da ONU que remontavam à década de 1990 eram suficientes para justificar e legitimar uma guerra preemptiva contra o Iraque. Desde o início de 2003, o Presidente Bush só se preocupava com os trâmites políticos na ONU se eles facilitassem que seu principal aliado, Tony Blair, conquistasse uma maior base de apoio na Grã-Bretanha.

No começo de março de 2003, dias antes do início da campanha militar no Golfo, Estados Unidos e Grã-Bretanha esforçaram-se para garantir a aprovação da “segunda resolução” no Conselho de Segurança da ONU. Seriam 15 votos: 5 dos membros permanentes do Conselho (Estados Unidos, Inglaterra, França, Rússia e China) e 10 dos membros não-permanentes. Desse total, eram necessários 4 votos dos membros não-permanentes e todos os 5 votos dos membros permanentes para aprovar a nova resolução. Os votos dos Estados Unidos e da Inglaterra estavam garantidos. A China, que se alinhara ao Iraque durante a Guerra Fria, preocupava-se mais naquele momento em manter seus laços com o Ocidente e provavelmente apoiaria os Estados Unidos. França e Rússia, no entanto, davam sinais de que vetariam a nova resolução.

Os esforços para aprovar a “segunda resolução” foram abruptamente interrompidos em 10 de março de 2003, quando o Presidente Jacques Chirac anunciou, num pronunciamento televisionado, que a França votaria contra a nova resolução em trâmite no Conselho de Segurança “em qualquer circunstância”.

Em 16 de março de 2003, num encontro no Açores, Bush, Blair e os Primeiros-Ministros da Espanha e de Portugal concordaram em não admitir nenhum adiamento da intervenção militar. Um ultimato de 24 horas foi concedido ao governo iraquiano para que ele cumprisse todas as resoluções da ONU vigentes. Mesmo que a “segunda resolução” não fosse aprovada nas Nações Unidas, os Estados Unidos e os seus colaboradores declarariam guerra ao Iraque.

As deliberações nos Açores foram imediatamente seguidas por uma onda de renúncias de membros do governo britânico. Robin Cook, então Secretário de Relações Exteriores, foi o primeiro a comunicar seu afastamento do governo. O número 10 da Downing Street receberia,

entre 17 e 20 de março de 2003, outros oito pedidos de renúncia de membros do Partido Trabalhista que ocupavam cargos no governo. Após longos debates, finalmente, em 18 de março de 2003, Blair conseguiu reconquistar a maioria do Parlamento, apelando para o conservadorismo de alguns líderes políticos britânicos. A segunda votação da moção de guerra na Câmara dos Comuns foi aprovada por 396 votos a 217.

Bush, por outro lado, contava com o apoio das principais lideranças no Congresso norte-americano, além do amparo de seus assessores e de seu gabinete ministerial. Influenciada pela atmosfera de exagerado patriotismo – algo comum nos Estados Unidos – ainda relacionado ao 11 de setembro de 2001, grande parte da sociedade norte-americana era favorável a uma intervenção militar no Iraque.

Em 20 de março de 2003, a coalizão internacional⁹⁸ liderada pelos Estados Unidos deu início à intervenção militar contra o Iraque. A conquista política alcançada por Washington marcaria, no entanto, uma crise de representatividade das Nações Unidas e deflagraria um processo de instabilidade social no Golfo Pérsico, uma das regiões mais conturbadas e, ao mesmo tempo, mais importantes do mundo.

3.5 A GUERRA DO IRAQUE (2003-EM CURSO)

A impressão de que os conflitos entre o Iraque e os seus inimigos não haviam sido completamente solucionados com a vitória da coalizão internacional no Golfo em 1991 permeou a política externa norte-americana ao longo de toda década de 1990. Somente doze anos mais tarde, entretanto, tal impressão foi confirmada, quando tropas de uma nova coalizão ocidental iniciaram suas atividades contra o Iraque.

Os acontecimentos que conduziram à Guerra do Iraque foram, desde o início, comparados àqueles que, em 1990-1991, deflagraram a Guerra do Golfo. Tal como no início da década de 1990, uma coalizão internacional contrapunha-se, mais uma vez, às ambições do governo de Saddam Hussein. O motivo agora, entretanto, era a suposta ameaça iraquiana à segurança internacional, e não mais a violação da soberania de um Estado-nação em particular.

Todavia, à medida que a Guerra do Iraque (2003-em curso) se desenrolava, foram as diferenças em relação à Guerra do Golfo, e não as semelhanças, que começaram a chamar a atenção e a exigir explicações. Se, do ponto de vista ocidental, a Guerra do Golfo tinha como

⁹⁸ A coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos na Guerra do Iraque (2003-em curso) é formada por: Grã-Bretanha, Itália, Espanha (cujo apoio já foi encerrado), Coréia do Sul, Austrália, Polônia e Romênia.

propósito claro e legítimo defender o Kuwait das ambições expansionistas de Saddam Hussein, a Guerra do Iraque fora baseada em suposições infundadas e colocada em curso sem alcançar unanimidade nas Nações Unidas. Entender as verdadeiras motivações da guerra preemptiva defendida por Washington representou um desafio mesmo para os mais perspicazes especialistas em política externa norte-americana.

A retórica política norte-americana conduziu a um impasse na opinião pública de diversos países. Manifestantes protestavam contra a guerra e *slogans* como “no blood for oil” povoavam as primeiras páginas de jornais, chamando a atenção para um aspecto da guerra pouco mencionado pelos *policymakers* norte-americanos. Quais interesses políticos e, seguramente, econômicos, motivavam os Estados Unidos a iniciar outra intervenção bélica no Oriente Médio?

Os limites das comparações entre a Guerra do Golfo e a Guerra do Iraque foram rapidamente percebidos. Em 1991, um exército ocidental grande e qualificado enfrentou um exército iraquiano igualmente grande, porém pouco qualificado, e seis semanas após intensos bombardeios aéreos, sucedidos por uma ofensiva terrestre, as forças iraquianas foram derrotadas. Em março de 2003, um exército ocidental significativamente menor, embora qualificado, enfrentou um exército iraquiano degradado pela derrota na guerra anterior e insatisfeito com as conseqüências de doze anos de embargos. Quatro semanas de combates não apenas minaram as principais defesas iraquianas, mas demonstraram a fragilidade social de um país em franca decadência.

No início de abril de 2003, os sinais da guerra aparentemente prenunciavam a vitória da coalizão: corpos de iraquianos amontoados pelas ruas, prédios incendiados, veículos de combate abandonados. Algo inusitado, embora previsto, diferenciaria ainda mais a nova guerra daquela da década de 1990: um mês após o início da intervenção militar, a maior parte do exército iraquiano regular aparentemente sumira do campo de batalha. Assustados e desmotivados, muitos soldados abandonaram seus postos, despiram os uniformes militares e retornaram às suas casas. Sem rendições em massa, como havia ocorrido na Guerra do Golfo, a situação entre abril e maio de 2003, encobria, no entanto, futuros desafios que seriam enfrentados pela coalizão.

3.5.1 A ESTRATÉGIA MILITAR NORTE-AMERICANA NA GUERRA DO IRAQUE: DO PLANEJAMENTO À CONQUISTA DE BAGDÁ (20 DE MARÇO - 8 DE ABRIL DE 2003)

A Guerra do Iraque foi precedida por um detalhado estudo sobre as condições de combate do inimigo. Segundo informações da inteligência norte-americana, as forças iraquianas estavam divididas em três elementos⁹⁹. O mais importante, da perspectiva militar, era a Guarda Republicana, criada na década de 1960 pelo Presidente Abdul Salam Arif para proteger a cúpula governamental e evitar golpes de Estado. A Guarda Republicana, formada em sua maioria por soldados oriundos da tribo Arif al-Jumila (localizada a oeste de Bagdá, no Vale do Eufrates), foi significativamente ampliada durante o governo de Saddam Hussein, passando a contar com seis divisões¹⁰⁰, totalizando, no início de 2003, 60 mil soldados e oficiais leais ao regime e ao Partido Baath. Saddam criou, ao longo de seu governo, a Guarda Republicana Especial, com três brigadas, comandada por seu filho Qusay Hussein e constantemente mobilizada para a segurança pessoal de Saddam.

O exército regular iraquiano, em contraposição à Guarda Republicana, foi acentuadamente reduzido na década de 1990 e sofria, assim como todas as forças iraquianas, com a falta de manutenção e de peças de reposição para seus equipamentos. Em 2003, apenas 17 divisões compunham o Exército. O estoque de equipamentos bélicos também havia sido drasticamente diminuído: dos sete mil aviões que o Iraque possuía na Guerra do Golfo, apenas dois mil continuavam operando; dos cinco mil carros de combate, somente dois mil estavam em condições de utilização. A estrutura militar iraquiana era, portanto, defasada e antiquada em comparação com a das forças de coalizão.

Além da Guarda Republicana e do exército regular, as Forças Armadas do Iraque contavam, ainda, com as denominadas “tropas irregulares”, os combatentes mais dedicados e que causariam mais problemas aos Estados Unidos.

Na sociedade iraquiana, diversos tipos de tropas irregulares são designados genericamente pela palavra *fedayins* (do árabe, “mártires”), em menção aos combatentes islâmicos que resistiram à ocupação do Afeganistão pela União Soviética na década de 1980. Em 2003, essas tropas incluíam diversos representantes de movimentos de resistência à intervenção norte-americana e membros do Exército Popular, criado por Saddam Hussein, na

⁹⁹ Para maiores detalhes sobre a organização das Forças Armadas iraquianas antes do início da Guerra do Iraque (2003-em curso), ver: *Iraqi Ground Forces Organization*, publicado pela Global Security. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/iraq/ground-org.htm>

¹⁰⁰ No começo de 2003, as divisões que compunham a Guarda Republicana do Iraque eram: a Divisão mecanizada Adnan, a Divisão de infantaria Bagdá, a Divisão de infantaria Abed, a Divisão blindada Medina, a Divisão de infantaria Nabucodonozor e a Divisão mecanizada Hamurabe.

década de 1970, como contrapeso ao Exército propriamente dito. Os *fedayins* proviam não apenas do Iraque, mas também da Síria, do Egito, da Arábia Saudita, da Argélia, do Marrocos e do Paquistão. Estimar o número de membros que compunham a resistência iraquiana “irregular” é, nesse sentido, extremamente complicado, o que adicionava um fator surpresa à Guerra do Iraque.

Desde a Guerra do Golfo, de fato, os britânicos, cujo passado incluía incursões imperialistas pelo Oriente Médio, alertavam os Estados Unidos sobre a influência e o poder dos *fedayins* na região. Além disso, lembravam os britânicos, na década de 1920 quase todo homem iraquiano possuía uma arma e estava disposto a usá-la na resolução de conflitos pessoais. Oitenta anos depois, a situação não era diferente.

Estudos conduzidos em 2006 pela Inteligência norte-americana, após a constatação do atoleiro no qual os Estados Unidos haviam se envolvido, revelaram uma estatística surpreendente sobre a resistência iraquiana: pelo menos 33 organizações¹⁰¹, dentre as quais as Forças Armadas do Iraque e *fedayins*, contrapunham-se à intervenção da coalizão (PILLAR, 2006, s.p.).

A Força Aérea representava, possivelmente, o elemento da defesa iraquiana com o qual a coalizão menos se importava. Em 1991, apesar das centenas de aviões soviéticos e franceses adquiridos por Saddam Hussein, a Força Aérea do Iraque não ofereceu significativa resistência à coalizão e, após os primeiros dias da campanha bélica, fugiu para o Irã, onde permaneceu até o fim da Guerra do Golfo.

¹⁰¹ As organizações de resistência iraquianas identificadas pela CIA dividem-se em sete grupos: pró-Baath, sunitas, xiitas, curdos, fundamentalistas islâmicos, pan-arabistas, além de elementos isolados da Al-Qaeda. Entre os grupos pró-Baath, temos: (1) Fedayins Saddam; (2) al-Awda; (3) Comando Geral das Forças Armadas, da Resistência e da Liberação do Iraque; (4) Novo Retorno; (5) Frente Patriótica; (6) Jihaz al-Iilam al-Siasi lil hizb al-Baath (ou Organização da Imprensa Política do Partido Baath); (7) Resistência Popular para a Libertação do Iraque; e (8) Rede Al-Abud. As organizações sunitas são formadas por: (9) Conselho Mujahideen Shura (atual Estado Islâmico do Iraque), uma organização composta por outras seis sub-organizações; (10) Exército de Mohammad; (11) Jaish al-Rashideen; (12) ar-Rayat as-Sawda (de difícil tradução, no inglês denominado “Black Banner Organization”); (13) Asaeb Ahl el-Iraq (Facções do Povo Iraquiano); (14) Guerrilheiros Vigilantes da Jihad; (15) Abu Theeb; (16) Grupo Jaish Abi Baker; e (17) Soldados do Paraíso. As organizações fundamentalistas islâmicas são compostas por: (18) Jaish Ansar al-Sunna; (19) Al-Jaish Al-Islami fil-Iraq (Exército Islâmico no Iraque); (20) Resistência Nacional Islâmica Iraquiana; (21) Movimento de Resistência Islâmica; (22) Frente Islâmica pela Resistência Iraquiana; (23) Jaish al-Mujahideen; e (24) Batalhão de Reconhecimento Islâmico Salafista. O único movimento pan-arabista a apoiar a resistência iraquiana são (25) os nasseristas. Dentre os xiitas, encontram-se: (26) o Exército Mahdi; (27) Facção Abu Deraa do Exército Mahdi; e (28) Organização Badr. A resistência curda, assim como a pan-arábica, é composta unicamente por um grupo: (29) o Peshmerga (do árabe, “aqueles que encaram a morte”), fundado na década de 1920, que apesar da resistência inicial à invasão norte-americana, aliou-se aos Estados Unidos logo após o início da guerra. Por fim, a Central de Inteligência Norte-Americana identificava ainda uma rede iraquiana do (30) Al-Qaeda entre as forças da resistência. As três outras organizações de resistência do Iraque eram formadas pelas Forças Armadas do país: (31) a Guarda Republicana; (32) o Exército Regular; (33) e a Polícia Iraquiana. Informações disponíveis em coletânea de documentos publicados pela CIA, acessados em 08/12/2006. Disponíveis em: <https://www.cia.gov/terrorism/>

A coalizão liderada pelos Estados Unidos desde 2003, apesar da superioridade bélica, é quantitativamente menor em relação àquela mobilizada na Guerra do Golfo. Em 1991, 750 mil soldados foram deslocados para o Golfo para expulsar as forças iraquianas do Kuwait. Doze anos depois, George W. Bush trilhou caminho semelhante ao de seu pai, mas foi à guerra com tropas notadamente menores. Os britânicos, assim como na coalizão passada, contribuíram inicialmente com uma divisão do Exército e com contingentes de mar e ar. A Austrália, que enviara uma frota naval à Guerra do Golfo, contribuiu novamente com navios, além de aviões especiais. De resto, o poder de fogo da coalizão na Guerra do Iraque (2003-em curso) é exclusivamente norte-americano, já que os aliados de 1991 recusaram-se a apoiar a guerra preemptiva de George W. Bush.

O esforço dos Estados Unidos na Guerra do Iraque foi viabilizado, em grande medida, pelas transformações da política militar norte-americana nas últimas duas décadas do século XX.

Desde o período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, o complexo militar-industrial norte-americano experimentou profundas transformações. Até 1941, como convinha a um país não envolvido em grandes conflitos internacionais, os Estados Unidos mantinham Forças Armadas significativamente menores em relação às do pós-Segunda Guerra Mundial. Após um período de grandes incrementos durante a Segunda Guerra Mundial, essas forças foram novamente reduzidas. Apesar das tensões associadas à ordem bipolar, durante as duas primeiras décadas da Guerra Fria (1945-1965) vigorava a crença de que armas nucleares transformavam grandes contingentes de forças convencionais numa dispendiosa redundância. Essa percepção seria radicalmente alterada entre 1965 e 1975, durante a Guerra do Vietnã. Porém, ao final das intervenções militares na Indochina, os custos econômicos, políticos e sociais da guerra minaram a confiança dos Estados Unidos no valor de sua “vocaçao militar”.

A fragilização das Forças Armadas norte-americanas persistiria até o governo do republicano Ronald Reagan (1981-1989). Reagan assumiu o governo num período de inflação e desemprego elevados. Sua plataforma política, inspirada declaradamente do Thatcherismo, prometia uma combinação entre política fiscal austera e redução da interferência do Estado sobre a economia (NISKANEN, 1988, p. 77-80). A prometida austeridade fiscal chocava-se, entretanto, com o compromisso assumido por Reagan de expandir o complexo militar-industrial norte-americano, um setor altamente dependente dos gastos governamentais. A saída encontrada pelo republicano foi aumentar vertiginosamente o déficit no orçamento

norte-americano, elevando-o de US\$ 44 bilhões em 1980, para US\$ 109 bilhões em 1989, os maiores níveis na história norte-americana desde a Segunda Guerra Mundial¹⁰².

Durante a década de 1980, o déficit orçamentário anual médio dos Estados Unidos oscilava em torno de US\$ 200 bilhões. Paul Volcker, presidente do *Federal Reserve* entre 1979 e 1987, alertava que “estamos obviamente correndo o risco de perder o controle sobre o destino de nossa própria economia” (LAFEBER, 1989, p. 675-676). Porém, se por um lado a “Reaganomics” – uma corruptela de “Reagan” e “economics” cunhada pelo radialista Paul Harvey – fragilizava a economia norte-americana, por outro a expansão e o fortalecimento do complexo militar-industrial dos Estados Unidos durante a década de 1980 eram inquestionáveis.

A lógica da expansão do complexo militar-industrial norte-americano durante a década de 1980 só pode ser compreendida no contexto da Doutrina Reagan, sintetizada pelo próprio presidente em 1985:

Liberdade não é uma prerrogativa exclusiva de uns poucos escolhidos; ela é o direito universal de todos os filhos de Deus... [A paz e a prosperidade florescem] onde as pessoas vivem de acordo com leis que asseguram a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão, e a liberdade de crença, de voto, e de enriquecimento. Nossa missão é nutrir e defender a liberdade e a democracia, e difundir esses ideais aonde quer que seja possível... Devemos apoiar todos os nossos aliados democráticos. E não devemos perder a esperança naqueles que estão arriscando suas vidas – em cada continente, do Afeganistão à Nicarágua – para desafiar agressões apoiadas pelos soviéticos e para defender direitos que têm sido nossos desde nossas origens... O apoio àqueles que lutam pela liberdade é auto-defesa. (LAFEBER, 1989, p. 677)¹⁰³

No âmbito da Doutrina Reagan defendia-se, portanto, que os Estados Unidos deveriam colaborar com movimentos de resistência anti-comunistas na África, na Ásia e na América Latina, a fim de diminuir a influência soviética e de abrir as portas do mundo para a combinação entre democracia e liberalismo econômico ao estilo norte-americano. Um segundo eixo de ação fundamental seria o fortalecimento do complexo militar-industrial norte-americano, condição central para suprir as necessidades dos movimentos anti-comunistas ao redor do mundo.

¹⁰² Conforme: Anexo 2, “Receitas e gastos correntes do governo”, anos 1980 e 1989, “Net government saving”.

¹⁰³ No original: “Freedom is not the sole prerogative of a chosen few; it is the universal right of all God’s children... [Peace and prosperity flourish] where people live by laws that ensure free press, free speech, and freedom to worship, vote, and create wealth. Our mission is to nourish and defend freedom and democracy, and to communicate these ideals everywhere we can... We must stand by all our democratic allies. And we must not break faith with those who are risking their lives – on every continent, from Afghanistan to Nicaragua – to defy Soviet-supported aggression and secure rights which have been ours from birth... Support for freedom fighters is self-defense.”

Os gastos exorbitantes de Reagan contribuíram para esgotar a capacidade da União Soviética de sustentar o seu próprio programa militar, precipitando o fim da Guerra Fria. O revigoramento das Forças Armadas dos Estados Unidos foi igualmente alcançado durante os anos 1980 e colocado à prova na Guerra do Golfo. Em 2003, a crença na superioridade bélica norte-americana pesaria expressivamente na decisão de lançar uma guerra contra o Iraque, um inimigo sabidamente fragilizado. O que não entrava nos cálculos de Washington, todavia, era a capacidade da resistência iraquiana paramilitar.

Desde o governo Reagan, as Forças Armadas dos Estados Unidos são dirigidas por um Comando Central, composto por representantes das três forças, encarregado das operações militares fora do território norte-americano. Em 2003, o cargo de comandante-maior era ocupado General Tommy Franks, encarregado também da continuidade das operações norte-americanas no Afeganistão desde 2001. Com o apoio do Tenente-General David McKiernan, Franks foi o responsável pela coordenação da Operação Iraque Livre entre março e julho de 2003, quando foi substituído pelo General John Abizaid, que ocupa o cargo até o presente.

As duas principais forças de combate norte-americanas da Guerra do Iraque até a tomada de Bagdá (em 9 de abril de 2003) eram a 1ª Divisão de Fuzileiros Navais e a 3ª Divisão de Infantaria. Além do suporte fornecido por divisões pára-quedistas, a coalizão contava também com a ajuda dos guerrilheiros curdos *peshmergas* (do árabe, “aqueles que encaram a morte”). Os *peshmergas* surgiram como movimento organizado no início da década de 1920, por ocasião do declínio do Império Otomano e do Império Qajar, historicamente responsáveis pela administração dos territórios curdos. Durante a Guerra do Iraque, vislumbraram a oportunidade de alcançar a independência do território curdo iraquiano, motivação central para o apoio fornecido à coalizão.

As relações entre os Estados Unidos e o Iraque durante o período em que Saddam Hussein esteve no poder foram caracterizadas, na maior parte do período, por um jogo de interesses: se, por um lado, as ambições e a intransigência de Saddam em diversos aspectos eram preocupantes, por outro a secularidade de seu regime e a sua antipatia em relação aos fundamentalistas muçulmanos conferiam-lhe o status de líder moderado, uma força estabilizadora numa região, ao mesmo tempo, riquíssima em petróleo e politicamente instável.

O ponto de inflexão das relações entre norte-americanos e iraquianos está possivelmente situado na Guerra do Golfo. A anexação do Kuwait por um país com a maior capacidade militar do Oriente Médio sinalizava os novos limites das ambições de Saddam Hussein, até então toleráveis. A derrota iraquiana na Guerra do Golfo, todavia, mostrou-se tão

eficiente para conter a cobiça do Iraque que outras intervenções ou mesmo a deposição de Saddam Hussein não pareciam necessárias ou mesmo desejáveis.

Entretanto, a hostilidade do líder iraquiano ao longo da década de 1990, agravada pelas sanções impostas pelas Nações Unidas, provou que a vitória de 1991 não era definitiva. Já em 1995, face à convicção de Washington de que talvez não fosse possível evitar um confronto militar caso os Estados Unidos estivessem dispostos a defender seus interesses no Oriente Médio, o plano que subsidiaria a Operação Iraque Livre começou a ser traçado.

O problema original era definir um ponto de partida. O Iraque é um país difícil de ser atacado.

Apesar das péssimas relações entre o Iraque e todos os seus vizinhos (Irã, Arábia Saudita, Jordânia, Síria, Turquia e Kuwait), nenhum dos países do Oriente Médio estava realmente disposto a colaborar diretamente com uma coalizão internacional. No Irã, o regime dos aiatolás era declaradamente antiocidental. A monarquia saudita, que mantinha laços com o clero islâmico e que temia revoltas da população contra atitudes supostamente anti-islâmicas, dificilmente estaria disposta a oferecer apoio semelhante àquele de 1991, quando a Arábia Saudita foi confrontada pelo expansionismo iraquiano. A Síria, acusada pelos Estados Unidos de patrocinar grupos terroristas, não poderia ser cooptada. A Jordânia, apesar da posição pró-ocidental, temia que seu apoio declarado à coalizão enfraquecesse seus laços com o mundo árabe. As alternativas restantes eram, portanto: o próprio litoral do Iraque, uma estreita faixa pantanosa no fundo do Golfo; a fronteira Iraque-Turquia; e o Kuwait.

Dentre as alternativas para a invasão do Iraque, a mais plausível era o Kuwait. O país havia experimentado as conseqüências do expansionismo iraquiano em 1990-1991 e o próprio reconhecimento do Kuwait como uma nação independente e soberana era negado por Saddam Hussein. Apesar disso, temia-se que o Kuwait, por questão de auto-proteção, recuasse diante da demanda ocidental por uma “base de operações” no Oriente Médio. Uma coisa era abrigar uma coalizão de grande representatividade internacional que lutava pela libertação do Kuwait; outra, bem diferente, era apoiar forças de menor representatividade, que questionavam as decisões das Nações Unidas, numa crise que poderia ser resolvida por negociação, deixando Saddam Hussein no poder e alimentado sua sede de vingança.

Mesmo diante das adversidades, pouco antes da guerra ser iniciada, o Kuwait anunciou estar disposto a sediar bases militares norte-americanas e a conceder direito de trânsito sobre seu território aos países aliados aos Estados Unidos.

O principal mistério às vésperas da Guerra do Iraque era o posicionamento da Turquia. Embora a grande maioria da população turca seja muçulmana, desde a independência do país

em 1923, por influência de Mustafá Kemal Pasha "Atatürk" ("o pai dos turcos"), a Turquia é regida por governos seculares. Kemal lutou por aquilo que julgava ser o caminho do fortalecimento nacional turco: a separação entre o poder político e o religioso, contrariando, portanto, um aspecto importante do Islamismo.

Sob a presidência de Kemal, a Turquia trilhou um caminho rumo à “modernização”, alcançando a estabilidade política tão desejada no Oriente Médio. Antes de sua morte em 1938, Kemal confiou a proteção desse sistema político ao Exército turco, instituição que o ajudara a conquistar o poder. O Exército era extremamente fiel a Kemal e mesmo após o seu governo, continuou atento a qualquer tipo de extremismo político, sobretudo aqueles de origem islâmica, estando sempre apto a dissuadir qualquer um disposto a desafiar o poder estabelecido.

Contudo, mesmo num país secular, com governos apoiados pelo Exército, a existência de grupos fundamentalistas muçulmanos era motivo para preocupação. O revigoramento dos movimentos religiosos na Turquia, a partir da década de 1980, representava adequadamente as transformações em curso no mundo islâmico. Em novembro de 2002, o Partido da Justiça e do Desenvolvimento, liderado por Recep Tayyip Erdogan, um político declaradamente pró-Islã, conquistou espaço nas eleições gerais. Em 14 de março de 2003, a ascensão de Erdogan à presidência da Turquia impôs uma súbita mudança de rumo à tradição secularista turca vigente a mais de 50 anos.

Desde o governo de Kemal Atatürk, questões muito semelhantes às que interessavam a classe política européia e norte-americana figuravam também na política turca: progresso econômico, anticomunismo e, mais recentemente, o ingresso da Turquia na União Européia. Nesse contexto, apoiar os Estados Unidos e as nações européias foi uma postura condizente com as pretensões de sucessivos governos da Turquia. Erdogan, entretanto, não prezava pelo alinhamento turco com os norte-americanos, e desde 2002 preocupava-se em demonstrar sua oposição a uma eventual intervenção militar no Iraque.

Antecipando os possíveis obstáculos turcos à Guerra do Iraque, Washington recorreu à diplomacia. Num encontro entre Erdogan e Bush na Casa Branca em novembro de 2006, os Estados Unidos enfatizaram a centralidade da cooperação turca para a “segurança internacional”. Os objetivos norte-americanos dependiam do livre acesso ao espaço aéreo turco e ao direito de trânsito através do território da Turquia, de modo a permitir que as forças iraquianas, sobretudo aquelas que resguardavam a capital Bagdá, fossem atacadas simultaneamente pelo norte e pelo sul. Uma divisão de infantaria dos Estados Unidos, estacionada no Mar Mediterrâneo, aguardava autorização para desembarcar nos portos turcos

e se posicionar na fronteira entre o sul da Turquia e o norte do Iraque. Sem a cooperação de Erdogan, uma importante parte da estratégia norte-americana seria inviabilizada.

O problema representado pela Turquia não se limitava à simpatia de Erdogan pela causa islâmica. O posicionamento da Turquia em relação aos curdos também era preocupante. O território turco estabelece contato exatamente com o extremo norte do Iraque, onde se concentram os curdos iraquianos. O governo turco não considerava, historicamente, os curdos como uma minoria isolada, mas como “turcos das montanhas”, e temia que o contato entre os turcos iraquianos e as forças da coalizão estimulasse as já existentes políticas separatistas, principalmente o movimento que lutava pelo reconhecimento do Curdistão iraquiano como entidade política independente. Uma intervenção militar na região, que inevitavelmente dependeria da cooperação entre as forças norte-americanas e as forças curdas que combatiam o governo de Saddam Hussein, ameaçava inflamar ainda mais o ressentimento dos curdos por não possuírem um território pátrio, nutrindo assim os movimentos separatistas (LEWIS, 2005, p. 367-369).

Nesse contexto, a única solução vislumbrada por Washington foi a oferta de uma recompensa de US\$ 6 bilhões para a Turquia, caso o Parlamento aprovasse a utilização do território turco para o desembarque das tropas norte-americanas. Mesmo diante dessa oferta, o Parlamento turco não estava disposto a tomar uma decisão que poderia enfurecer a comunidade islâmica do Oriente Médio e vetou, em 1º de março de 2003, a moção de apoio aos Estados Unidos e à coalizão por ele liderada.

Três alternativas restavam a Washington: incentivar os guerrilheiros *peshmergas* a intensificarem seus ataques contra as forças de Saddam Hussein, colaborando, eventualmente, com forças especiais norte-americanas; aumentar o efetivo norte-americano que atacaria a partir do Kuwait; ou utilizar métodos subversivos para convencer a cúpula do governo iraquiano de que os turcos cederiam à pressão dos Estados Unidos e que apoiariam a coalizão.

Quando a irredutibilidade do Parlamento turco ficou clara, a inteligência norte-americana passou a disseminar, entre o alto escalão do governo iraquiano, a informação de que os militares norte-americanos haviam estabelecido contatos diretamente com o Exército turco e estavam confiantes que os generais da Turquia apoiariam a coalizão. A notícia divulgada pela CIA era intrinsecamente persuasiva. Historicamente, o Exército sempre teve a última palavra no governo de Kemal Atatürk; além disso, as lideranças militares turcas eram extremamente favoráveis à OTAN e aos Estados Unidos, embora guardassem algumas diferenças em relação aos britânicos. Saddam Hussein, por sua vez, mantinha certo respeito

em relação ao Exército turco e reconhecia seu poder de fogo e sua capacidade de influenciar o governo.

A sutil manipulação promovida pela inteligência norte-americana surtiu efeitos. Convencido de que, mesmo que na última hora, o Parlamento turco apoiaria as forças da coalizão e concederia direitos de trânsito às tropas norte-americanas, Saddam Hussein decidiu manter suas forças regulares concentradas no norte do Iraque, facilitando, indiretamente, o plano mestre da Operação Iraque Livre: um ataque concentrado num só *front*, partindo do Kuwait e avançando rumo à Bagdá pelo sul.

Graças à resoluta cooperação do Kuwait, dois grandes contingentes norte-americanos de fuzileiros navais e de forças de infantaria, cruzaram, em 20 de março de 2003, a fronteira Iraque-Kuwait. A maior parte das tropas britânicas adentrariam o território iraquiano pelo Golfo Pérsico, desembarcando na Península de Fao.

Dois objetivos iniciais impunham-se às forças de coalizão: tomar o porto de Umm Qasr e controlar os ricos campos petrolíferos de Rumaila, antes que eles fossem incendiados. O contingente britânico avançaria, em seguida, rumo a Basra, a segunda maior cidade do Iraque, enquanto as tropas norte-americanas se deslocariam para o norte, rumo a Bagdá.

O Iraque não é apenas um país difícil de ser invadido. É também difícil de se conquistar caso o inimigo avance somente pelo sul. A capital Bagdá está localizada a mais de 480km da costa iraquiana com o Golfo Pérsico. A distância não é o único obstáculo; há, também, o problema geográfico. Não por acaso a região que corresponde atualmente ao Iraque era denominada Mesopotâmia (do grego, “a terra entre rios”). O Iraque é cercado e defendido pelos rios Eufrates e Tigre, que confluem em Basra, formando o estuário Shatt el-Arab. Os rios são tortuosos, de modo que qualquer invasor que se desloque para o norte deverá, necessariamente, preocupar-se com a conquista ou construção de pontes. O território iraquiano é quase todo plano, o que facilita tanto o deslocamento das tropas quanto a ação da artilharia defensiva iraquiana de longo alcance.

Uma das propostas do Comando Central dos Estados Unidos para garantir o sucesso do avanço das tropas era repetir uma estratégia empregada na Guerra do Golfo: promover uma massiva ofensiva aérea antes das operações em terra. Porém, boas razões tornavam essa estratégia desaconselhável.

Em 1991, as tropas iraquianas estavam concentradas fora do Iraque, em regiões desabitadas e desprotegidas ao longo do deserto. Os vôos de reconhecimento facilmente identificavam as tropas de Saddam Hussein, rapidamente dizimadas pelos bombardeios promovidos entre 17 de janeiro e 24 de fevereiro de 1991. A posterior ofensiva por terra

constatou a eficácia da campanha aérea, sobretudo em termos da precisão dos ataques, que infligiram, nos termos de Washington, “efeitos colaterais mínimos sobre alvos civis”.

Em 2003, a Força Aérea dos Estados Unidos defendeu vigorosamente uma campanha aérea preliminar contra o Iraque, mas o General Franks se opôs a essa estratégia. Várias razões pesavam nessa decisão. Primeiramente, o fator geográfico: em 1991, o sucesso da campanha aérea foi determinado, em grande medida, pelo confinamento do Exército iraquiano em áreas desprotegidas; em 2003, por outro lado, as forças iraquianas estavam dispersas por todo o Iraque, com destaque para as cidades, o que aumentava o risco de “efeitos colaterais” sobre a população civil e a conseqüente elevação da desaprovação da opinião pública internacional.

Em segundo lugar, pesava o fator tempo: uma campanha aérea preliminar daria a Saddam Hussein a oportunidade de mobilizar o apoio de outros países do Oriente Médio e de destruir a infra-estrutura petrolífera iraquiana – sem falar no incêndio dos próprios poços de petróleo, uma estratégia apreciada por Saddam.

Em terceiro, uma campanha aérea poderia colocar o Exército iraquiano em alerta, dificultando as operações por terra.

Finalmente, Franks recorria à própria retórica política de Washington para dissuadir os Estados Unidos da idéia de promover ataques aéreos antes das operações terrestres. De acordo com o General, uma campanha aérea ofereceria a Saddam Hussein tanto uma oportunidade quanto uma justificativa para empregar armas de destruição em massa contra as tropas da coalizão estacionadas no Kuwait. Portanto, a suposta crença na existência de armas de destruição em massa no Iraque não foi apenas a justificativa para a Guerra do Iraque, mas, nas fases iniciais, influenciou também a estratégia de combate.

Os esforços do General Franks renderam frutos. O governo norte-americano optou por uma estratégia que combinasse uma rápida campanha aérea simultânea à ofensiva terrestre. O emprego de “munição inteligente” de alta precisão pela Força Aérea dos Estados Unidos eliminaria, de acordo com a visão do General Franks, a necessidade de bombardeios maciços semelhantes aos que ocorreram na Guerra do Golfo, diminuindo, em tese, os “efeitos colaterais” a alvos civis e à infra-estrutura não-militar do Iraque. Em sua fase inicial, a campanha aérea dirigiu-se contra alvos militares e prédios administrativos do governo iraquiano e do Partido Baath.

A estratégia de desarmar e desmobilizar as forças iraquianas durante a fase inicial das operações terrestres antecedeu, de fato, os ataques aéreos. Semanas antes do início da Guerra do Iraque, agentes secretos norte-americanos infiltraram-se entre as forças iraquianas

estacionadas na fronteira Iraque-Kuwait com o propósito de dissuadi-las de lutar. Paralelamente, forças especiais infiltravam-se no território iraquiano com o objetivo de controlar as pontes mais importantes sobre os rios, algo crucial para o futuro deslocamento das tropas.

A estratégia norte-americana que antecedeu propriamente a Guerra do Iraque incluiu também a restrição dos principais acessos do Iraque à Síria, além da destruição das “bases” de lançamento de mísseis *Scud*. Em 1991, a principal frustração das forças de coalizão foi a dificuldade de localizar e destruir os mísseis *Scud* detidos pelo Iraque, considerando-se a sua mobilidade e as suas reduzidas dimensões. Em 2003, doze anos de inteligência norte-americana haviam sido necessárias para constatar algo banal: embora seja lançado de sistemas móveis, o *Scud* só pode ser erigido em locais de solo firme, contra o qual o sistema de propulsão possa ser impulsionado. Considerando-se que grande parte do território iraquiano é tomada pela porosa areia do Deserto Sírio, bases de lançamento de *Scud's* eram essenciais. Somente em 2003 as Forças Armadas norte-americanas perceberiam que ao invés de caçar mísseis no deserto, era mais produtivo identificar e destruir as suas bases de lançamento.

A ofensiva terrestre convencional das forças de coalizão foi iniciada em 20 de março de 2003. A Infantaria norte-americana foi dividida em duas frentes que, a partir do Kuwait, avançaram pelo Vale do Eufrates para alcançar as principais rodovias que ligavam Karbala a Bagdá. Posições próximas a Bagdá seriam simultaneamente tomadas pelas divisões de pára-quedistas, que aguardariam a conquista das principais cidades sul-iraquianas antes de atacarem a capital. As tropas britânicas foram encarregadas de ocupar a região mais baixa dos grandes rios e de controlar Basra.

As operações iniciais da coalizão tiveram de ser planejadas em detalhes para solucionar problemas logísticos de abastecimento, um segundo fator-chave para o progresso de uma guerra no Iraque. O primeiro objetivo das forças de coalizão não exigia, todavia, grandes esforços logísticos. A “Operação Jóias da Coroa” era relativamente simples, pois objetivava estabelecer controle sobre estruturas localizadas logo após a fronteira com o Kuwait: a captura dos cerca de mil poços petrolíferos de Rumaila – os mais ricos do Iraque depois dos campos petrolíferos de Kirkuk-Mosul, no Curdistão iraquiano – e o controle das usinas petrolíferas. Em 21 de março de 2003, o objetivo inicial da campanha já havia sido alcançado, sem significativa resistência das forças iraquianas.

Em 22 de março de 2003, as tropas britânicas seguiram para Basra, enquanto as forças norte-americanas atacavam a resistência iraquiana ao longo do Rio Tigre, para facilitar o deslocamento britânico. Apesar das ondas de deserção das forças regulares iraquianas, a

resistência impunha obstáculos significativos ao avanço da coalizão, minando a esperança de que as atividades “subversivas” da CIA, que antecederam a Guerra, tivessem sido suficientes para debelar a maior parte da resistência iraquiana.

O segundo objetivo central da primeira fase da Guerra do Iraque era alcançar a cidade de Nasiriyah, um importante ponto de passagem sobre o Rio Eufrates, que ligava a porção sul do Iraque à região central, onde estava Bagdá. Nasiriyah possuía pontes no extremo norte e no extremo sul, e era cruzada pelas rodovias 7 e 8. O plano traçado para Nasiriyah era relativamente simples: um batalhão de fuzileiros atravessaria a cidade e capturaria as pontes ao norte, permitindo que os outros regimentos de combate atravessassem a cidade e rumassem em direção a Bagdá, o alvo principal da coalizão. Nasiriyah seria tão apenas um ponto de passagem.

Porém, pela primeira vez na Guerra do Iraque, os objetivos das forças de coalizão foram frustrados. Uma inesperada resistência em Nasiriyah surpreendeu os fuzileiros norte-americanos, que batizaram a cidade de *Ambush Alley* (“Alameda da Emboscada”). Nasiriyah fora escolhida por Saddam Hussein como local estratégico para a fixação da resistência e, entre 22 e 23 de março de 2003, guerrilheiros *fedayins*, muitos deles de outros países do Oriente Médio, desembarcaram na cidade e iniciaram uma série de investidas contra as forças de coalizão.

Os soldados norte-americanos encontraram-se na desagradável situação de lutar por uma cidade que só lhes interessava como caminho para Bagdá, uma batalha onerosa que dissipava recursos importantes que deveriam ser empregados nas investidas contra a capital iraquiana. O descuido norte-americano em analisar cuidadosamente a cidade de Nasiriyah conduziu as tropas de coalizão a erros primários: o simples fato de errar de direção na interseção de uma ponte resultou, por vezes, na morte e captura de soldados dos Estados Unidos.

O caos estabelecido em Nasiriyah foi agravado pela ação da Força Aérea dos Estados Unidos. As bombas “inteligentes” da coalizão foram lançadas sobre a cidade em operações que não haviam sido planejadas e causaram incidentes de “fogo amigo”. A batalha de Nasiriyah foi uma sucessão de erros, baseados quase sempre na ignorância norte-americana sobre a geografia local.

O repórter Evan Wright, que acompanhava uma divisão de fuzileiros norte-americanos, revela a exata dimensão dos acontecimentos em Nasiriyah.

Logo após o amanhecer, nosso comboio de setenta veículos passou sobre a ponte do Eufrates e entrou em Nasiriyah. O local é uma dessas típicas cidades do Terceiro Mundo, com suas casas de tijolos de barro e blocos de cimento, espalhadas irregularmente, que têm um aspecto sofrível, mesmo nos melhores dias. Nesta manhã, nuvens de fumaça sobem sobre os prédios destruídos. Muitas construções em frente à estrada estão marcadas de tiros e esburacadas. Helicópteros Cobra sobrevoam a área, disparando tiros de metralhadora. Cães farejam as ruínas. Alguns veículos enfrentam o fogo das ramas automáticas e ataques com RPG. Os fuzileiros revidam e redecoram um prédio com cerca de 12 granadas disparadas de um Mark 19 (lançador automático de granadas). Em uma hora, deixamos os limites da cidade e rumamos para o Norte. Há cadáveres ao longo da estrada, no acostamento. A maioria é de homens, guerrilheiros inimigos, ainda com as armas na mão. Há carros crivados de balas, com corpos saindo pelas portas. Passamos por um ônibus destruído e queimado, com corpos carbonizados ainda sentados em seus lugares junto às janelas. Há um homem sem cabeça na estrada e também uma menininha morta, de três ou quatro anos de idade, deitada de costas. Ela usava vestido e não tem as pernas. (WRIGHT, s.p., 2003)¹⁰⁴

O Comando Central das Forças Armadas norte-americanas chegou a considerar a possibilidade de abandonar Nasiriyah e construir pontes na periferia da cidade. O problema, contudo, eram as estradas de acesso à região centro-norte do Iraque, que passavam por Nasiriyah. Quando se tornou evidente que Nasiriyah teria que ser controlada para permitir a passagem dos comboios de suprimentos, os fuzileiros norte-americanos colocaram em curso o isolamento da cidade, para impedir a entrada de outros *fedayins*. À medida que as forças de coalizão controlavam a situação e eliminavam os focos de resistência, os residentes xiitas de Nasiriyah, que não tinham razões para apoiar o Partido Baath e o regime de Saddam Hussein, começaram a fornecer informações sobre a localização dos *fedayins* e de seus suprimentos.

Somente ao final de março de 2003, a resistência iraquiana concentrada em Nasiriyah foi debelada e a cidade foi considerada um ponto de passagem seguro para os veículos que levavam suprimentos até a linha de frente das tropas de coalizão que seguiam para Bagdá.

A 1ª Divisão de Fuzileiros, força norte-americana encarregada de liderar a ofensiva contra a capital do Iraque, avançava pela rodovia 7, principal ligação entre o Vale do Eufrates e a cidade de Kut, onde supostamente estava uma divisão da Guarda Republicana iraquiana. O

¹⁰⁴ No original: “Just after sunrise, First Recon's seventy-vehicle convoy rolls over the bridge on the Euphrates and enters Nasiriyah. It's one of those sprawling Third World mud-brick-and-cinder-block cities that probably looks pretty badly rubble even on a good day. This morning, smoke curls from collapsed structures. Most buildings facing the road are pockmarked and cratered. Cobras fly overhead spitting machine-gun fire. Dogs roam the ruins. The convoy stops to pick up a Marine from another unit who is wounded in the leg. A few vehicles come under machine-gun and RPG fire. The Recon Marines return fire and redecorate an apartment building with about a dozen grenades fired from a Mark-19. In an hour, we clear the outer limits of the city and start to head north. Dead bodies are scattered along the edges of the road. Most are men, enemy fighters, some with weapons still in their hands. The Marines nickname one corpse Tomato Man, because from a distance he looks like a smashed crate of tomatoes in the road. There are shot-up cars and trucks with bodies hanging over the edges. We pass a bus, smashed and burned, with charred human remains sitting upright in some windows. There's a man with no head in the road and a dead little girl, too, about three or four, lying on her back. She's wearing a dress and has no legs.”

plano era passar por Kut e avançar sobre a cidade de Dinaniyah, onde se concentrariam as divisões de fuzileiros que atacariam Bagdá pelo sul. Simultaneamente, as forças de infantaria da coalizão se deslocariam pela esquerda dos fuzileiros, acompanhando o Eufrates até Karbala, de onde lançariam um ataque contra Bagdá do oeste para o leste.

Na guerra, entretanto, a previsibilidade nunca é uma força confiável. Os planos da coalizão foram atrasados e dificultados por dois fatores: as condições do tempo e as falhas de logística que deixaram a infantaria norte-americana com escassez de suprimentos. Embora a falta de suprimentos pudesse ser solucionada, as tempestades de areia (do árabe, “shamal”) escapavam ao controle. Desde as lutas travadas em Nasiriyah, as tempestades de areia, comuns no deserto iraquiano, transformavam o dia em noite e dificultavam a observação e o deslocamento das tropas. Quando a situação Nasiriyah foi controlada e os fuzileiros seguiram pela rodovia 7, a *shamal* foi intensificada. Os sedimentos depositados no Vale do Eufrates pelas águas de degelo das montanhas Zagros, ao norte, não apenas renovavam a fertilidade da planície; a cada ano, tempestades de areia e nuvens de pó, com grandes quantidades de matéria vegetal em decomposição, cortavam o deserto. Sem equipamento de proteção adequado, os soldados da coalizão respiravam essa mistura de areia e sedimentos, que causava obstrução da garganta e dos pulmões, além de uma febre constante e baixa. Os equipamentos da coalizão não eram, do mesmo modo, produzidos para esse tipo de situação. As máquinas emperravam e as lentes dos equipamentos de observação eram inutilizadas.

A marcha para o norte por Nasiriyah foi penosa. O alto-comando iraquiano foi informado das dificuldades e reforçou a resistência ao sul com contingentes regulares. Os *fedayins*, acostumados com as especificidades do deserto, aproveitavam a situação para lançar ofensivas de bloqueio rápidas, causando diversas baixas nas forças de coalizão.

Em 26 de março de 2003, o desabastecimento das tropas de infantaria norte-americanas era patente¹⁰⁵. O Comando Geral foi informado que era necessária uma parada para reabastecimento. No entanto, os fuzileiros, cuja tradição é realizar marchas com cargas mais leves do que o Exército, não sofriam com o desabastecimento e recusavam-se a fazer uma pausa, ou mesmo retroceder, para evitar que fuzileiros e soldados da infantaria se desencontrassem. A tomada de Bagdá só seria garantida se as duas principais formações norte-americanas, a 3ª Divisão de Infantaria e a 1º Corpo de Fuzileiros, agissem

¹⁰⁵ Ao contrário do Corpo de Fuzileiros Navais, que avançava pelas modernas auto-estradas iraquianas, as divisões de infantaria seguiam para o norte pelo deserto. A natureza do terreno arenoso provocava maior consumo de combustível pelos veículos da infantaria, além de avarias mais frequentes. Os fuzileiros eram reabastecidos por aeronaves que pousavam diretamente sobre as estradas, ao passo que a infantaria dependia do combustível transportado por caminhões-tanque.

conjuntamente. As melhores divisões da Guarda Republicana ainda estavam pela frente e não se podia dar a elas a oportunidade de enfrentar as forças norte-americanas separadamente.

Apesar da relutância dos fuzileiros em quebrar o ritmo da progressão, uma pausa foi iniciada em 27 de março de 2003. De fato, o grupamento mais avançado dos fuzileiros foi obrigado a recuar 37km. Rumores de que a pausa, inicialmente estimada em 96 horas, pudesse durar até 21 dias, agravaram a onda de descontentamento e apontaram falhas na linha de comando das Forças Armadas dos Estados Unidos. Temia-se que o recuo das forças de coalizão incentivasse o avanço da resistência iraquiana (KEEGAN, 2005, p. 176-177).

Equipes de reconhecimento isoladas foram lançadas à frente das tropas de fuzileiros para localizar as forças de defesa de Bagdá. As unidades de abastecimento, por ordens do Comando Central, destruíram o equivalente a 4 dias de suprimentos para ganhar velocidade e reduzir o tempo de espera da infantaria.

A infantaria norte-americana já havia, a essa altura, alcançado seu penúltimo objetivo: a “fenda” de Karbala, que abria caminho direto para Bagdá. O regimento de helicópteros que acompanhava a infantaria enfrentou resistência da artilharia antiaérea da Guarda Republicana iraquiana, perdendo uma aeronave e sofrendo graves danos em outras.

O maior dos problemas, entretanto, vinha das forças não-regulares do Iraque. A estratégia de combate da resistência *fedayin*, no início de abril de 2003, prenunciava a extensão dos problemas que os Estados Unidos enfrentariam. Os guerrilheiros *fedayins* procuravam, cada vez mais intensamente, envolver a população civil nas lutas. Alguns utilizavam ambulâncias para atacar postos norte-americanos; outros utilizavam mulheres e crianças como escudos contra ataques aéreos. Residências e escolas eram utilizadas para esconder equipamento bélico, tornando a ação das forças de coalizão infinitamente mais complexa e arriscada.

Na cidade de Samawah, ao sul do Iraque, as estratégias da resistência iraquiana foram, pela primeira vez na Guerra do Iraque, colocadas à prova. No começo de abril de 2003, informações do serviço secreto de que membros importantes do Partido Baath se reuniam na cidade provocou o deslocamento de tropas da coalizão para a região. A resistência iraquiana, no entanto, estava adiantada e ao chegarem na cidade, as forças de coalizão encontraram barricadas pelas ruas, equipadas com metralhadoras. Várias casas abrigavam guerrilheiros, armados com granadas. Táxis e ônibus civis, além das chamadas “technicals” (picapes carregadas de guerrilheiros armados), foram empregados igualmente para fazer frente à intervenção militar estrangeira.

Perdas significativas foram impostas aos *fedayins* em Samawah, mas a população civil foi igualmente atingida. O custo para os norte-americanos, apesar de baixo se considerarmos o número de soldados mortos e feridos, foi pesado em termos da repercussão internacional. Imagens de escolas destruídas e de hospitais cravejados de balas povoaram os noticiários da imprensa mundial.

Combates igualmente desastrosos foram travados em Hillah e em Najaf. As operações da coalizão eram particularmente complicadas em Najaf porque a cidade é considerada sagrada pelos muçulmanos xiitas por abrigar a Mesquita Dourada de Ali, onde está o túmulo do cunhado do Profeta Maomé. Conquistar a antipatia xiita, naquele momento, era algo que deveria ser evitado a todo custo. Além disso, a cidade é protegida por montanhas, que abrigam historicamente focos de resistência. Não obstante, controlar Najaf era crucial, pois por ela passam estradas que acompanham o curso do Eufrates até as proximidades de Bagdá.

Hillah era uma cidade igualmente importante. A partir dela, se armaria uma retaguarda para a infantaria norte-americana, liberando-a para atacar Bagdá. A resistência iraquiana foi tão intensa em Hillah quanto em Najaf e contou com o apoio de um contingente da Divisão Hamurabe da Guarda Republicana do Iraque. Os conflitos, além das baixas nas tropas norte-americanas, consumiram uma enorme quantidade de material bélico, encarecendo ainda mais o já astronômico orçamento militar dos Estados Unidos. Somente em 10 de abril de 2003, Hillah foi controlada pela coalizão.

Paralelamente, na região curda, ao norte do Iraque, a cooperação entre curdos *peshmergas* e forças da coalizão, tão temida pelos turcos, viabilizou a derrota das unidades de resistência do Baath. As principais cidades norte-iraquianas estavam sob controle. No sul, as forças britânicas já haviam dominado a Península de Fao e o porto de Umm Qasr, e, em seguida, ocupado Basra.

Restava controlar parte do território sunita, nos arredores de Tikrit, ao norte da capital iraquiana. Todos os outros pontos estratégicos restantes estavam dentro da área metropolitana de Bagdá.

Apesar dos esforços da resistência iraquiana ao longo do percurso seguido pelas forças de coalizão, os soldados norte-americanos continuaram o deslocamento para Bagdá, iniciando o que o Presidente George W. Bush julgava ser a última etapa da guerra, possivelmente ofuscado pelo rápido sucesso de seu pai na Guerra do Golfo. A percepção da Casa Branca era motivada ainda pela aparente deserção de muitos soldados iraquianos, que se despiam de seus uniformes militares e facilmente se misturavam entre a população civil. Entretanto, essa aparente deserção possivelmente fundamentou também a contínua resistência que os Estados

Unidos enfrentam no Iraque, muitas vezes imposta por grupos supostamente formados por “civis”.

3.5.2 A QUEDA DE BAGDÁ: O FIM DA GUERRA?

A diminuição do ritmo de avanço da infantaria e dos fuzileiros navais norte-americanos ao final de março de 2003 deflagrou uma série de questionamentos sobre a evolução da Guerra do Iraque. Na França, o jornal *Le Monde* anunciou, em 27 de março de 2003, que o Presidente Bush havia sido “forçado a rever seus planos face à resistência iraquiana”. O termo “enlissement”, que significa embaraço ou desorganização, passou a ser utilizado pela imprensa mundial para se referir à campanha da coalizão no Iraque. A palavra tem um significado especial na França, pois foi empregada para caracterizar o atoleiro em que se viu o Exército francês na Primeira Guerra da Indochina.

Não só na Europa, mas também nos Estados Unidos, crescia a expectativa de que a guerra gerasse cada vez mais baixas nas forças de coalizão e de que eventualmente degenerasse numa guerra civil. Muito embora guerras sejam momentos perfeitos para a especulação sensacionalista, é inegável que, de um modo ou de outro, a imprensa internacional retratava a complexificação da Guerra do Iraque.

Segundo informações da Casa Branca, as circunstâncias que, ao final de março de 2003, impunham a desaceleração da campanha da coalizão no Iraque restringiam-se às más condições do tempo (associadas a tempestades de areia) e à necessidade de reabastecimento. O governo norte-americano insistia que, apesar da dificuldade para conquistar os pontos de passagem que cortavam Nasiriyah, o ritmo de avanço das tropas não tinha precedentes. Entretanto, à medida que a Guerra do Iraque se aprofundava, a resistência dos *fedayins* era intensificada e, já em março, passou a contar com a ação dos *mujahideen*¹⁰⁶, designação dos grupos fundamentalistas muçulmanos, supostamente associados a Al-Qaeda, que desde a década de 1980 compunham frentes de resistência no Oriente Médio.

A resistência oferecida pelas tropas regulares de Saddam Hussein era sabidamente inferior à máquina de guerra norte-americana, mas a resistência não-convencional oferecida pelos *fedayins*, designação genérica de diversos grupos de guerrilheiros que se auto-

¹⁰⁶ A palavra árabe *mujahideen* é o plural de *mujahid*, que no idioma árabe significa “fazer o jihad”, “fazer um esforço orientado à consecução de uma finalidade”. O significado mais comum para *mujahid* é “combatente muçulmano”, “combatente pelo Islã”. Na década de 1980, a palavra passou a designar as guerrilhas muçulmanas que resistiram à invasão do Afeganistão pela União Soviética. Na Guerra do Iraque (2003-em curso), é empregada em referência aos grupos fundamentalistas islâmicos, supostamente ligados a Al-Qaeda.

intitulavam “mártires”, era um elemento surpresa de extrema periculosidade. Em relatório¹⁰⁷ divulgado em 2006, elaborado por uma comissão de congressistas e por especialistas em política externa dos Estados Unidos, a resistência dos *fedayins* foi apontada como um dos fatores-chave para a explicação do prolongamento da guerra. O documento ressaltou ainda que a interferência da CIA foi crucial para limitar o acesso da sociedade norte-americana a informações importantes sobre o suposto programa iraquiano de armas de destruição em massa.

A Agência Central de Inteligência (CIA), em diversas instâncias significativas, abusou de sua posição de destaque na Comunidade de Inteligência, particularmente em termos de compartilhamento de informações, em detrimento da análise que antecedeu a guerra realizada pela Comunidade de Inteligência acerca dos programas iraquianos de armas de destruição em massa. (U.S. Congress, 2006, s.p.)¹⁰⁸

Não obstante a evidente recusa de Washington em admitir a influência da resistência não-convencional para o atraso das operações no Iraque, o recuo dos fuzileiros navais norte-americanos, com o intuito de acompanhar o ritmo da infantaria, influenciou negativamente a percepção internacional sobre a condução da guerra.

Em 30 de março de 2003, a interrupção no avanço das forças norte-americanas foi cessada e os soldados da infantaria estavam prontos para continuar sua marcha rumo à Bagdá. O Comando Central das Forças Armadas decidiu que a principal linha de estratégia seria mantida: os fuzileiros continuariam seu avanço pelo vale central, através das estradas pavimentadas, enquanto a infantaria se deslocaria pelo deserto até o Corredor de Karbala. A estratégia original previa também confrontar a Guarda Republicana, posicionada nas cercanias de Bagdá, com uma ofensiva militar direta. O plano era cercar os soldados da Guarda Republicana e atacá-los com bombardeios aéreos. O objetivo era evitar que as forças iraquianas se dissipassem pelos bairros de Bagdá, de onde poderiam comandar ofensivas pontuais, mas prolongadas.

O plano de ataque à Bagdá objetivava também confundir o alto-comando iraquiano com ataques vindos de diferentes posições, indicando que a ofensiva “final” dos norte-americanos poderia vir de qualquer direção. Simultaneamente, desviava-se a atenção dos fuzileiros que se aproximavam pelo flanco leste da cidade, ao longo do Rio Tigre.

¹⁰⁷ *Report on the U.S. intelligence community's prewar intelligence assessments on Iraq*. Washington: US Congress, 2006. Consulta realizada em 12/09/2006. Disponível em: <http://www.msnbc.msn.com/id/5403731>

¹⁰⁸ No original: “The Central Intelligence Agency (CIA), in several significant instances, abused its unique position in the Intelligence Community, particularly in terms of information sharing, to the detriment of the Intelligence Community's prewar analysis concerning Iraq's weapons of mass destruction programs.”

As operações que precediam a tomada do centro de Bagdá deveriam incluir não apenas o controle do Corredor de Karbala (por onde passava a rodovia 8, principal acesso aos subúrbios a sudoeste de Bagdá), mas também a ocupação do Aeroporto Internacional de Bagdá (ou Aeroporto Saddam Hussein), um alvo de alto valor militar, já que as suas pistas viabilizariam uma ponte aérea entre os quartéis gerais no Kuwait e as tropas avançadas na capital iraquiana.

O planejamento para a conquista do Corredor de Karbala foi baseado em análises desenvolvidas desde a Guerra do Golfo. A intenção das tropas de infantaria era clara: cruzar o Corredor o mais rápido possível para impedir que os filhos de Saddam, Qusay Hussein e Uday Hussein, que haviam suplantado os generais e assumido o controle das Forças Armadas do Iraque, reposicionassem suas tropas. A rapidez da operação era crucial para evitar que os engenheiros iraquianos destruíssem a barragem de Hadithah e inundassem o Vale do Alto Eufrates, transformando-o num pântano impenetrável. Os iraquianos, de fato, posicionaram tropas para defender a barragem, mas o incomparável poder de fogo dos *rangers* norte-americanos, um grupo especial da infantaria, foi suficiente para debelar a resistência.

Entre os dias 1 e 2 de abril de 2003, as tropas de infantaria deslocaram-se para as passagens sobre o Eufrates a leste de Karbala. A preocupação agora era evitar a destruição de uma barragem em Hindiyah. Intensos combates foram travados na região e o auxílio de helicópteros, com artilharia pesada, foi necessário para livrar os soldados norte-americanos dos *fedayins*. Nessa etapa, o que mais surpreendia as forças de coalizão era a conservação da maioria das pontes em estado quase perfeito. Saddam Hussein sabia que o território iraquiano só poderia ser conquistado se as pontes sobre o Eufrates e o Tigre permanecessem de pé, mas mesmo assim poucas foram destruídas. A explicação, aparentemente, residia na relutância em destruir linhas de acesso que, talvez mais tarde, pudessem ser vitais para as forças iraquianas contra-atacarem.

Concluída a missão de atravessar o Eufrates, os blindados da infantaria norte-americana alcançaram o Aeroporto de Bagdá. Os combates pela conquista do complexo aeroviário se concentraram em dois anéis rodoviários a oeste, entre as pistas do aeroporto e o Rio Eufrates. Saddam Hussein pressentiu corretamente a queda do regime, pois o aeroporto poderia ser a porta de entrada de todas as forças de coalizão na capital. Em 3 de abril de 2003, enormes grupos de *fedayins* lançaram ataques de diferentes posições. Antes que aproximadamente 400 guerrilheiros da resistência iraquiana jazessem no campo de batalha, muitos soldados norte-americanos foram feridos. Os *fedayins* faziam jus ao nome e, na

condição de mártires, lançavam-se contra os blindados norte-americanos carregando explosivos presos aos seus corpos.

Em 4 de abril, as investidas dos *fedayins* tornaram-se mais organizadas. A ajuda dos *mujahideen* significava maior controle sobre as operações, além de colocar a experiência acumulada desde a década de 1980 (quando os *mujahideen* se contrapuseram à invasão do Afeganistão pelos soviéticos) a serviço da resistência iraquiana. As principais batalhas foram travadas na auto-estrada de Abu-Ghraib, devastada pelos intensos bombardeios da força aérea da coalizão. Em 5 de abril de 2003, o controle do Aeroporto Internacional de Bagdá já era dos norte-americanos e, apesar da intervenção da Guarda Republicana, o ponto estratégico não voltaria para as mãos de Saddam Hussein.

A ocupação do aeroporto e de seus arredores permitiu a formação de uma frente de aproximação em direção ao centro de Bagdá, a partir do oeste. As alternativas abertas indicavam a necessidade de avançar a capital, mas as lembranças das amargas experiências em combates de rua (em Hue, no Vietnã, e em Mogadishu, na Somália) recomendavam cautela. Porém, a convicção do Comando Central de que os oponentes não mais possuíam condições para organizar uma efetiva defesa de Bagdá motivou a autorização de missões de reconhecimento do centro de Bagdá.

O Estado-Maior a serviço do Comando Central norte-americano esperava, certamente, que ataques surpresas ao centro da capital iraquiana enfrentariam menor resistência. Contava, ainda, com a avaliação do Serviço Secreto, segundo a qual Saddam Hussein dispunha, no início de abril de 2003, de apenas duas brigadas da Guarda Republicana e cerca de 15.000 *fedayins* em Bagdá. Na manhã do dia 5 de abril de 2003, um contingente da divisão de infantaria avançou pela rodovia 8, cruzou a periferia sul de Bagdá e alcançou o distrito governamental, onde estão localizados os principais ministérios e palácios residenciais.

As expectativas dos comandantes das Forças Armadas norte-americanas foram parcialmente comprovadas. De fato, na manhã de 5 de abril poucos elementos da defesa iraquiana estavam preparados para a impetuosa investida das forças norte-americanas. A recusa do Ministro da Informação iraquiano, Mohamed Said al-Sahhaf, de que a coalizão alcançara Bagdá contribuiria ainda mais para o quadro de desinformação que assolava as frentes de defesa da capital.

À medida que a coalizão avançava, ficava evidente o hiato entre o poderio bélico dos norte-americanos, blindados por seus tanques de combate orientados por satélite, e os recursos militares da resistência iraquiana, que atacava os blindados com lançadores de granada RPG-7 e fuzis Kalashnikov (KEEGAN, 2005, p. 239).

Ondas de ataques suicidas indicavam, contudo, os limites da disposição iraquiana em resistir. A primeira fase da campanha da coalizão, que se estendeu de 20 de março a 9 de abril de 2003, seria marcada por massacres de iraquianos, que cujos corpos formavam um sombrio tapete que cobria a capital do país.

A região entre Bagdá e Tikrit foi palco de batalhas tão violentas quanto aquelas travadas no centro da capital. A rodovia 1, que interligava as duas cidades, tornara-se a única via de escape para as forças iraquianas conforme o cerco a Bagdá era fechado. Uma brigada da Divisão de Infantaria norte-americana foi escalada para controlar essa estrada e teve de enfrentar grandes comboios motorizados protegidos pela Guarda Republicana. Oito blindados norte-americanos foram destruídos antes que a infantaria conseguisse fechar o cerco à saída de Bagdá.

Os perímetros leste e oeste de Bagdá já estavam completamente controlados pelas forças norte-americanas na primeira semana de abril de 2003. Decidiu-se então que era chegada a hora de uma segunda incursão relâmpago pelo centro de Bagdá. Caso essa ofensiva fosse bem-sucedida, tornar-se-ia uma ocupação permanente do centro da cidade. Entretanto, assim que a incursão foi iniciada, a resistência iraquiana impôs outro rumo aos planos norte-americanos. Três viadutos da malha viária de Bagdá (apelidados pelos soldados norte-americanos de Curly, Larry e Moe) ligavam a periferia oeste da capital ao distrito governamental, onde estavam os ministérios e os palácios que os fuzileiros atacavam pelos flancos sul e leste. No avanço em direção a esses viadutos, um míssil iraquiano atingiu o quartel-general da 2ª Brigada de Combate da Infantaria, responsável pela incursão relâmpago, matando cinco soldados e danificando equipamentos. A consequência imediata foi o retardamento do objetivo norte-americano de lançar uma segunda ofensiva contra o centro de Bagdá.

Reforçada por unidades blindadas, a 2ª Brigada de Combate da Infantaria retomou pouco tempo depois a missão de invadir o centro da capital iraquiana. A resistência oferecida pelos *fedayins* era, todavia, muito mais organizada e eficiente do que a resistência imposta durante o primeiro ataque relâmpago em 5 de abril de 2003: obstáculos de todo tipo foram improvisados no centro de Bagdá; de caminhões a guindastes, tudo era utilizado para bloquear as ruas. A uma hora do distrito governamental, havia um bairro iraquiano com grandes parques e avenidas amplas, excelentes locais para a ação dos *fedayins*. O comando da infantaria decidiu que o avanço rumo ao centro só poderia ser levado adiante se as tropas fossem reabastecidas com combustível e munição, considerando-se os recursos utilizados para vencer a resistência até ali enfrentada.

Em 7 de abril de 2003, a luta pelo centro de Bagdá dependia das operações logísticas de reabastecimento da infantaria. O Comando Central norte-americano concluiu que, para garantir a chegada dos suprimentos às unidades de combate, era fundamental controlar os viadutos Curly, Larry e Moe. As lutas pelo controle dos viadutos evidenciaram algo percebido pelos norte-americanos desde o início da guerra: muitos dos combatentes *fedayins* mortos eram sírios, que haviam cruzado a fronteira para combater ao lado da resistência iraquiana. A persistência da resistência iraquiana para defender os viadutos resultou em diversas mortes, tanto do lado norte-americano quanto do lado dos *fedayins*. Carros-bomba causaram grandes desastres entre as tropas norte-americanas e, em pouco tempo, a maior ameaça às forças de coalizão eram os homens-bomba, que se infiltravam entre a população civil e atingiam facilmente as posições do inimigo.

Uma vez assegurado o controle dos três viadutos, as tropas de vanguarda em Bagdá foram reabastecidas e deram prosseguimento à ofensiva contra o centro de Bagdá. Entre 7 e 8 de abril de 2003, o distrito governamental, já parcialmente controlado pelos fuzileiros navais, foi totalmente controlado.

A última região estratégica que deveria ser controlada pelas forças de coalizão era o extremo sudeste de Bagdá, onde o Rio Tigre e o Rio Diyala confluem. Nessa região, localizava-se a cidade Saddam (um bairro de Bagdá), importante por suas instalações militares, incluindo a base aérea Rashid, e pelas estradas que interligavam o distrito governamental ao restante da capital. Em 7 de abril de 2003, uma frente de fuzileiros avançou sobre a região, com o propósito de ocupar extensivamente o centro de Bagdá, conquistando suas ruas uma a uma. O problema enfrentado pelos fuzileiros era a travessia do Rio Diyala. Duas das principais pontes que permitiam o deslocamento haviam sido parcialmente destruídas. A única solução vislumbrada era restaurar as pontes, mesmo sob fogo inimigo.

Os ataques contra Bagdá que partiram do Rio Diyala tornaram-se célebres durante a primeira fase da Guerra do Iraque pelas repercussões sobre a população civil. Entre 7 e 8 de abril de 2003, veículos que se aproximavam das posições norte-americanas, através das estradas que levavam ao Rio, foram recepcionados com tiros. Somente após a consolidação das forças dos Estados Unidos na outra margem do Rio Diyala, inspeções nos veículos alvejados comprovaram que se tratavam de unidades civis. Embora o Comando Central das Forças Armadas dos Estados Unidos viesse a defender que esse “incidente” era um acontecimento isolado, a extensa cobertura da mídia indicava outra versão. Por diversas vezes, veículos civis que atravessavam zonas sob controle norte-americano eram alvejados. A regra de “atirar primeiro e verificar depois” era justificada pelo medo dos soldados norte-

americanos em relação à já conhecida estratégia de combate dos *fedayins*, que utilizavam homens-bomba e veículos carregados de explosivos para atacar as posições do inimigo.

Uma vez conquistada a margem do Rio Diyala que dava acesso ao centro de Bagdá, diversos alvos potenciais foram identificados: o aeroporto militar Rashid, um centro de treinamento e um quartel-general de *fedayins*, a Comissão de Energia Atômica do Iraque, o campus da Universidade de Bagdá, o Diretório do Quartel-General da Segurança, o Ministério de Defesa e o *Al Azamiya*, um dos palácios de Saddam Hussein. A região leste da cidade foi dividida em setores, cada qual destinado a um regimento de fuzileiros navais.

A ofensiva norte-americana contra o lado leste de Bagdá não enfrentou significativa resistência. O prédio da Comissão de Energia Atômica, já abandonado, foi invadido horas após o avanço das tropas. A maior resistência foi oferecida no campus da Universidade de Bagdá: *fedayins* alojados nas instalações da Universidade impediam o avanço das tropas com disparos de Kalashnikovs e granadas. Em 9 de abril de 2003, o campus foi controlado pelas forças norte-americanas e os fuzileiros rumaram para a Praça Firdos, no coração da capital iraquiana.

Em 9 de abril de 2003, carros de combate norte-americanos no centro de Bagdá derrubaram uma das muitas estátuas de Saddam Hussein. O evento, televisionado para todo o mundo, foi considerado pela mídia o marco da queda do regime de Saddam. A queda do ditador simbolizada pela derrubada da estátua marcaria, de fato, a conclusão da primeira fase da Guerra do Iraque. Uma situação social paradoxal sinalizaria, entretanto, os desafios que estavam por vir: em meio à celebração de muitos iraquianos, reprimidos pelo regime de Saddam há décadas, florescia o sentimento árabe de identidade com Saddam Hussein, aparentemente inexplicável. Um correspondente da rede BBC em Amã escutou de um jordaniano, refugiado da Palestina: “É muito doloroso. Nós, árabes, já fomos uma grande nação. Ocupamos a Espanha por 700 anos. E agora, quem somos? Um povo vencido em nossa própria casa.” (KEEGAN, 2005, p. 248-249).

Do ponto de vista norte-americano, o descontentamento de muitos árabes após a queda de Bagdá era um paradoxo insolucionável. Washington era capaz de compreender os fundamentos das crenças muçulmanas, a preponderância dos preceitos religiosos sobre o poder temporal, e o respeito ao Corão e à *Sharia*. Todavia, aos olhos dos Estados Unidos era particularmente incompreensível que sociedades árabes muçulmanas se ressentissem pela queda de Saddam Hussein, um secularista que invocava, ao mesmo tempo, o direito supostamente sagrado de conquistar a posição de líder islâmico no Oriente Médio. Dessa

perspectiva, não é intrigante o fato da Casa Branca postular como infundado o “ódio dos fundamentalistas muçulmanos” pelo modo de vida dos norte-americanos.

A derrubada da estátua de Saddam Hussein em 9 de abril de 2003 foi acompanhada pela rápida ocupação dos prédios utilizados por ele e por seus colaboradores diretos. Os “palácios” de Saddam foram convertidos em bases de operação das forças de coalizão. A resistência iraquiana estabelecida na capital, apesar de insuficiente perante as forças norte-americanas, causaria ainda mais baixas, elevando o preço pago pelos Estados Unidos durante o período que a Casa Branca julgava erroneamente ser a primeira e última etapa da Guerra.

3.6 TENDÊNCIAS E CONTRA-TENDÊNCIAS DA GUERRA DO IRAQUE (ABRIL DE 2003-DEZEMBRO DE 2006)

Os custos da primeira fase da Guerra do Iraque em termos de mortos foram significativamente baixos em comparação com aqueles do período entre abril de 2003 e dezembro de 2006: 122 norte-americanos e 33 britânicos, em sua maioria jovens com menos de 30 anos, em dados oficiais do Departamento de Estado norte-americano. O número exato de iraquianos mortos permanece desconhecido, embora seja estimado em alguns milhares. Muito embora grande parte das forças iraquianas regulares tenha fugido logo após o início dos combates, a resistência dos *fedayins* – guerrilheiros militantes do Partido Baath, iraquianos e estrangeiros, além de muçulmanos de países do Oriente Médio – representou um desafio às forças de coalizão e contribuiu para elevar o número de baixas. O número de civis iraquianos mortos na primeira fase da Guerra é igualmente impreciso.

A primeira fase da Guerra do Iraque foi igualmente marcada pelo pequeno número de prisioneiros. Os poucos soldados iraquianos que se renderam ou que foram capturados não ficaram detidos por muito tempo. Além disso, logo após a queda de Bagdá, as forças de coalizão dispensaram os soldados das Forças Armadas iraquianas. Os únicos prisioneiros que permaneceram sob controle da coalizão foram os líderes do regime e assessores diretos de Saddam Hussein.

A dispensa em massa dos soldados iraquianos figura na lista dos graves erros cometidos pela administração interina norte-americana, no período que sucedeu imediatamente a queda do regime de Saddam Hussein. Milhares de homens, na maior parte chefes de família, foram lançados no desemprego no exato momento em que a necessidade de reconstruir o sistema de segurança do Iraque era premente. O erro foi repetido quando a força policial iraquiana foi desmobilizada. Do ponto de vista norte-americano, as duas decisões

eram acertadas: as forças de coalizão temiam que a preservação das Forças Armadas do Iraque, sobretudo o Exército, perpetuasse o poder de uma instituição nacional historicamente favorável ao Partido Baath, enquanto a força policial era notória por sua habilidade em repreender violentamente aqueles que se opunham a Saddam Hussein e à estrutura de poder centrada nele. Para Washington, era crucial recriar as Forças Armadas e a força policial iraquianas, a partir do recrutamento de outros iraquianos, que seriam treinados pela coalizão.

Os acontecimentos que sucederam à queda do regime de Saddam Hussein foram notadamente agravados pela desmobilização da força policial iraquiana. Milhares de saqueadores e hordas de desempregados promoveram pilhagens em todo Iraque, mergulhando o país no caos social. Os alvos preferidos eram os prédios governamentais, no bairro ministerial de Bagdá: dos 23 ministérios, 17 foram completamente saqueados. Não por acaso, o Comando Central das Forças Armadas norte-americanas ordenou que seus mais fortes e bem-treinados grupamentos de fuzileiros navais cercassem o Ministério Iraquiano do Petróleo, no centro de Bagdá, restando assim poucos soldados para proteger as demais instalações governamentais. Hospitais e escolas não foram poupados das pilhagens. Descontente com o quadro de grave crise econômica em que o Iraque se encontrava, a população iraquiana não foi saciada pelas benesses obtidas nas instalações do antigo regime: fios de cobre das redes de energia elétrica e de telefonia foram arrancados, tornando necessários onerosos consertos para restaurar a comunicação do país. Em meio a esse processo, grande quantidade de documentos, importantes para a reorganização e para a reconstrução do país, foi destruída.

A onda de saques que varreu o Iraque também causou danos ao patrimônio cultural do país. O Iraque, berço das mais antigas civilizações do mundo, preservou, por séculos, tesouros a céu aberto. Incomodado, entretanto, pela tradição européia de roubar antiguidades, Saddam Hussein ordenou que a maior parte dos objetos de valor fossem confinados em museus e centros de estudos. Dessa forma, apesar do receio inicial de que o Museu Nacional do Iraque, principal depositário de antiguidades do país, pudesse ter sido alvo dos saques, descobriu-se mais tarde que os seus funcionários haviam conseguido esconder quase todo o acervo em cofres.

Após meses de caos, pouco restava para ser roubado. Uma certa ordem foi estabelecida nas ruas de Bagdá, mas os saques deram lugar a ataques contra as forças de ocupação, organizados por grupos fundamentalistas muçulmanos. Nas áreas de maioria sunita, um movimento insurgente emergiu das ruínas da guerra. As investidas partiam dos mesmos combatentes que haviam oferecido a mais significativa resistência à invasão do Iraque, em

março e abril de 2003: os *fedayins*, homens armados com explosivos, dispostos a sacrificarem as próprias vidas por suas causas. A resistência *fedayin* à ocupação norte-americana após a primeira fase da Guerra do Iraque foi fortalecida ainda mais por ex-milicianos alinhados ao regime deposto, por membros do Baath desmobilizados, por combatentes estrangeiros e por um expressivo influxo de extremistas muçulmanos oriundos de outros países árabes, mais motivados pela oportunidade de matar norte-americanos “em casa” do que pela defesa do regime secularista de Saddam Hussein.

Os métodos empregados pela resistência na segunda fase da Guerra do Iraque assemelhavam-se aos empregados pelos “terroristas” – carros-bomba, homens suicidas, atiradores que se imiscuíam pelos labirintos de ruas, detalhe habilmente explorado por Washington para ratificar a existência de “movimentos terroristas” no Iraque.

Os britânicos, responsáveis pela ocupação do sul do Iraque, de maioria xiita, foram poupados das piores conseqüências da segunda fase da Guerra. Aos norte-americanos, por outro lado, restou a mais violenta e conturbada região do Iraque, denominada “triângulo sunita”, delimitado por Tikrit, Bagdá e Ramadi. Baixas significativas foram sofridas pelas forças dos Estados Unidos em ação no Iraque no decurso de 2003. Em agosto, a resistência iraquiana ampliou sua margem de atuação e passou a atacar alvos até então relegados a um segundo plano. Em 14 de agosto de 2003, um carro-bomba explodiu em frente à Embaixada da Jordânia em Bagdá, fazendo 17 vítimas. Cinco dias depois, um homem-bomba, dirigindo um caminhão, invadiu a sede das Nações Unidas em Bagdá, matando o Representante Especial da ONU, Sérgio Vieira de Mello, e outras 20 pessoas. Em 28 de agosto, um líder xiita favorável aos norte-americanos foi assassinado em Najaf; dias depois, Akila al-Hashemi, uma mulher que compunha o Conselho de Governo do Iraque, instaurado com o apoio dos Estados Unidos após a tomada de Bagdá, foi morta em sua casa. Ao final de 2003, 500 militares norte-americanos já haviam morrido em decorrência de atentados promovidos pela resistência iraquiana.

Apesar das pesquisas de opinião elaboradas pelos Estados Unidos demonstrarem que, ao final de 2003, 80% dos iraquianos aprovavam a deposição de Saddam Hussein (KEEGAN, 2005, p. 255), todo período que sucedeu a queda de Bagdá foi marcado pela crescente hostilidade da resistência iraquiana em relação às forças de ocupação. Nas regiões curdas do norte do Iraque e nas regiões xiitas do sul, é possível que, de fato, fosse elevada a aprovação à deposição do regime de Saddam, o que não se traduz, todavia, em aprovação à permanência norte-americana no país. Os curdos, que conquistaram um grau de autonomia nunca alcançado durante o período em que Saddam manteve-se no poder, tinham bons motivos para

celebrar a queda do regime; os xiitas, hostilizados pelos sunitas por décadas, também possuíam motivos para comemorar.

Mesmo após a captura de Saddam Hussein em 13 de dezembro de 2003, num abrigo subterrâneo numa fazenda próxima a Tikrit, o grande desafio às forças de coalizão, e mais especificamente às norte-americanas, continuou sendo os sunitas, em sua maioria ex-membros do Baath, leais a Saddam Hussein, privados de seus cargos no governo e dos privilégios destinados àqueles que apoiavam o regime. A resistência sunita era fortalecida por movimentos fundamentalistas muçulmanos. O principal deles era o *Ansar al-Islam* (do árabe, “aqueles que dão suporte ao, ou são partidários do Islã”), um grupo supostamente aliado ao Al-Qaeda, que ocupou, por um breve período, uma zona da região curda ao norte do Iraque, numa fase em que o Curdistão havia conquistado relativa autonomia em relação ao governo de Saddam. Logo após a intervenção norte-americana, em março de 2003, os integrantes do *Ansar al-Islam* fugiram para o Irã, mas voltaram a se infiltrar no Iraque no decurso de 2004. Mullah Krekar, líder do *Ansar al-Islam*, de seu exílio na Noruega, comparou as atividades de seu grupo no Iraque com as do Al-Qaeda e dos talibãs no Afeganistão, e as inseriu num contexto mais amplo de luta pela restauração do Califado. Segundo Krekar:

A resistência não é apenas uma reação à invasão norte-americana, é parte da luta islâmica contínua desde a queda do Califado. Todas as lutas islâmicas desde então são parte de um único esforço organizado para trazer de volta o Califado. (KEEGAN, 2005, p. 255-256)

É curioso que alguns grupos de resistência atuantes no Iraque invoquem a restauração do Califado como motivo para a guerra, já que o regime secularista de Saddam Hussein era um anátema para os fundamentalistas muçulmanos. Além disso, apresentar a restauração do Califado como um objetivo do “mundo islâmico” é algo refutado mesmo pelos líderes do Islã que se opõem aos fundamentalistas. O último Califado, de origem turco-otomana, sediado em Constantinopla, era ilegítimo segundo as próprias crenças do Islã, pois o califa não possuía nenhum vínculo sanguíneo com a família do Profeta, nem era socialmente endossado pela *Umma* (a comunidade islâmica). Os turco-otomanos haviam simplesmente conquistado o Califado pela força, no início do século XVI. Além disso, o Califado turco-otomano foi deposto, em 1925, por influência de um muçulmano secularista turco, Mustafá Kemal Pasha "Atatürk", de modo que nem mesmo o mais hábil retórico poderia culpar os países ocidentais por esse acontecimento.

Mesmo na hipótese das idéias de Krekar ganharem força, o restabelecimento do Califado no Iraque pós-Saddam Hussein seria algo muitíssimo improvável. Grande parte da população sunita pertencera ao Partido Baath e era, portanto, secularista. Os xiitas, embora maioria no Iraque, eram minoria entre os países muçulmanos e seu eventual apoio às idéias de Krekar seriam rejeitadas pelas lideranças religiosas. De fato, mesmo entre os xiitas, as crenças e os métodos defendidos por Krekar eram execrados.

Sejam quais fossem as divergências que polarizavam sunitas, xiitas e curdos, as forças de coalizão no Iraque pós-Saddam Hussein tinham como objetivo primordial estabelecer um governo moderado e alinhado aos Estados Unidos.

A ocupação britânica no sul do Iraque foi marcada pelo pragmatismo e pela experiência herdada do período colonial. Assim, todos que se mostravam úteis ao esforço de restabelecimento da ordem e de restauração dos serviços essenciais foram incorporados à frente britânica. Em setembro de 2003, cinco meses após a primeira fase da Guerra do Iraque, o fornecimento de energia elétrica à Basra já havia sido normalizado e a maior parte das instalações públicas, de hospitais a escolas, já funcionava normalmente. As taxas de criminalidade foram drasticamente reduzidas em comparação com o período que sucedeu imediatamente a invasão das forças de coalizão, e os movimentos fundamentalistas foram contidos.

Em contrapartida, as regiões sob controle norte-americano, desde o princípio, foram administradas de forma ineficiente. Os Estados Unidos, apegado à retórica política da Casa Branca, foi vítima de sua própria ideologia. Apesar de ocuparem a mais conturbada região do Iraque (o “triângulo sunita”), os norte-americanos defendiam a necessidade urgente de democratizar o país, acreditando que a deposição de Saddam Hussein era estímulo suficiente para a ascensão de líderes iraquianos democráticos.

De fato, desde 2001, o Departamento de Estado norte-americano já havia começado a traçar um plano de ação, que deveria ser implementado após a deposição de Saddam Hussein. O plano, denominado “Projeto Futuro do Iraque”, era um conjunto de políticas e diretrizes para a construção de um governo de transição. Entretanto, quando o Pentágono assumiu a responsabilidade pelo Iraque após a primeira fase da Guerra, o plano do Departamento de Estado foi deixado de lado. Com o objetivo declarado de entregar a administração do Iraque a um grupo de líderes iraquianos num prazo de 90 dias, o Departamento de Defesa norte-americano encarregou o General Jay Garner de criar um governo provisório. A organização comandada pelo General Garner, denominada Gabinete de Reconstrução e Ajuda Humanitária (ORHA), era orientada por metas democráticas idealistas. O grande erro dos Estados Unidos,

logo após a deposição de Saddam Hussein, foi confiar o “futuro do Iraque” a uma organização militar, claramente despreparada para lidar com as complexidades do país.

Em poucas semanas, ficou claro que o Gabinete de Reconstrução e Ajuda Humanitária era inadequado para a tarefa de que fora encarregado. Garner foi substituído por Paul Bremer, um diplomata norte-americano especialista em contra-terrorismo, que trabalhara por anos no Pentágono. Bremer estabeleceu melhores relações com o Comando Central das Forças Armadas, que havia entrado em conflito com Garner, e definiu o combate do “terrorismo” como o principal objetivo das forças de coalizão (BREMER, 2006, p. 37). O Gabinete de Reconstrução e Ajuda Humanitária foi transformado na Autoridade Provisória da Coalizão (CPA) e uma equipe quase totalmente nova foi encarregada de seu gerenciamento.

O sistema de segurança do Iraque passou por significativas transformações após a instauração da Autoridade Provisória da Coalizão. A polícia iraquiana foi expandida e passou a contar com 40 mil homens. Academias de treinamento foram criadas por todo o país e oficiais das Forças Armadas dos Estados Unidos foram encarregados de treinar os novos policiais. Porém, apesar do sucesso inicial da política de segurança de Bremer, a resistência iraquiana logo transformou os membros da CPA em alvos prioritários. Além disso, o recrutamento de novos policiais e de homens para o Exército era tarefa complicada. Bremer recusava-se a recrutar e treinar ex-servidores do regime de Saddam Hussein, muito embora os ex-policiais e os militares desmobilizados fossem os candidatos mais acessíveis.

A linha diretiva implementada por Bremer enfatizava ainda a necessidade de dispensar todos os membros do Exército iraquiano. Essa decisão marcou certamente uma das maiores falhas norte-americanas durante a Guerra do Iraque: a reconstrução do Iraque dependeria claramente da reestruturação de suas Forças Armadas e o período imediatamente após a queda de Bagdá era único para a consecução desse objetivo, já que a presença massiva de soldados ocidentais no Iraque conferia à coalizão o poder necessário para promover uma reforma controlada no Exército, até então liderado por Saddam. Bremer, entretanto, preferia uma “limpeza geral” (BREMER, 2006, p. 92). Como consequência, milhares de soldados iraquianos foram desmobilizados e lançados no desemprego, tornando-se facilmente recrutáveis para os grupos fundamentalistas.

Bremer comandou também a exclusão dos membros do Partido Baath dos postos do novo governo. Como quase todos que ocupavam posições importantes no governo haviam sido obrigados a ingressar no Baath, o diplomata privou as forças de coalizão do conhecimento dos mais experientes funcionários com que o Iraque contava. Dessa forma, o Iraque pós-Saddam Hussein foi privado da ajuda das pessoas mais capacitadas para a

reconstrução do país. Face à crise política e social iraquiana, a CPA foi obrigada a rever sua posição e a adotar uma política de vista grossa: membros do Partido Baath foram entrevistados e todos aqueles que eram necessários ao programa de reconstrução foram eximidos de punições.

A “desbaathização”, entretanto, não valeu para a seleção dos membros do Conselho de Governo do Iraque (IGC). O Conselho, que vigorou entre 13 de julho de 2003 e 1 de junho de 2004, foi criado pela Autoridade Provisória da Coalizão e permaneceu sob seu poder durante toda a sua existência. O IGC era composto por 25 membros, que representavam os grupos sociais e religiosos do Iraque – sunitas, xiitas, curdos, cristãos, assírios, turcomanos, dentro os principais¹⁰⁹. Mulheres também compunham o Conselho, algo sem precedentes mesmo durante o regime secularista de Saddam Hussein, em que a igualdade nominal das mulheres não era traduzida em representatividade política. O objetivo do Conselho era assessorar a Autoridade Provisória da Coalizão até junho de 2004. Nenhum dos membros do Conselho, entretanto, havia pertencido ao Baath; conseqüentemente, a falta de familiaridade com o exercício do poder prejudicou inicialmente sua capacidade de criar e gerenciar programas de reconstrução.

Apesar da relativa inexperiência, o Conselho de Governo do Iraque não carecia de recursos. Em 10 de junho de 2003, Paul Bremer anunciou que o Congresso dos Estados Unidos havia aprovado a liberação de US\$ 100 milhões para a reconstrução do Iraque. No longo prazo, a concessão de crédito pelos Estados Unidos seria vinculada à produção petrolífera, ou seja, Washington dispunha-se a continuar emprestando desde que a dívida iraquiana fosse paga em petróleo.

A Autoridade Provisória da Coalizão e o Conselho de Governo do Iraque foram reconhecidos pela comunidade internacional em 22 de maio de 2003, através da Resolução 1.483 das Nações Unidas, que também formalizou o fim das sanções impostas ao Iraque na década de 1990 e outorgou autoridade legal às forças de coalizão que ocupavam o país. A exportação de petróleo foi autorizada e as receitas foram controladas pela Autoridade Provisória da Coalizão. Em 16 de outubro de 2003, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 1.551, pela qual reconhecia a legitimidade da Autoridade Provisória da Coalizão e recomendava a formação de Congresso Constitucional para ajudar o Conselho de Governo do Iraque na formação de um novo governo iraquiano.

¹⁰⁹ O Conselho de Governo do Iraque era formado por 13 xiitas, 5 sunitas árabes, cinco curdos sunitas, um turco e um assírio. Desses, 3 membros eram mulheres.

A legitimação da Autoridade Provisória da Coalizão e do Conselho de Governo do Iraque marcou, de fato, apenas o início de uma cadeia de sucessão do poder no Iraque pós-Saddam Hussein. Em 28 de junho de 2004, a CPA foi dissolvida e seu poder foi transferido para o Governo Interino do Iraque, presidido por Ghazi Mashal Ajil al-Yawer. No ano seguinte, em maio de 2005, o Governo Interino foi substituído pelo Governo de Transição do Iraque, presidido por Jalal Talabani¹¹⁰, e vigorou entre 3 de maio de 2005 e 20 de maio de 2006. Somente em maio de 2006, seria formado o Primeiro Governo Permanente do Iraque, também presidido por Jalal Talabani. O Governo Permanente foi constituído em dezembro de 2005 através de conturbadas eleições, organizadas pela Assembléia Nacional Iraquiana, eleita em janeiro de 2005.

Apesar da aprovação das Nações Unidas, as forças de coalizão no Iraque continuaram sendo criticadas pelos governos dos países que haviam se oposto à guerra, principalmente a França e a Alemanha. A Rússia, entretanto, mudou de lado e ofereceu apoio aos Estados Unidos. Franceses e alemães, embora pressionados por grupos empresariais que desejavam abocanhar uma fatia do lucrativo mercado iraquiano, recusaram-se a fornecer recursos para o processo de reconstrução do Iraque. Ambos recusaram-se também a contribuir com tropas para a força internacional de ocupação do Iraque que, ao final de 2004, já contava com contingentes de 35 países.

Não obstante o aumento da força internacional de ocupação e a formação do Grupo de Inspeção do Iraque (ISG), que sucedeu a UNSCOM e a UNMOVIC, as armas de destruição em massa supostamente controladas por Saddam Hussein nunca foram encontradas. O Grupo de Inspeção do Iraque, liderado por David Kay, antigo inspetor norte-americano de armas da ONU, publicou um relatório em outubro de 2003 no qual detalhava suas atividades e conclusões. Devidamente apresentado ao Comitê das Forças Armadas do Senado dos Estados Unidos, pelo próprio Kay, em janeiro de 2004, o relatório municiou aqueles que criticavam a Guerra do Iraque. O relatório e o depoimento de Kay foram considerados provas irrefutáveis de que não havia uma base de informações confiáveis que justificasse as alegações anglo-americanas de que Saddam Hussein possuía armas de destruição em massa e os meios para utilizá-las.

¹¹⁰ Jalal Talabani é um político curdo iraquiano, eleito Presidente do Governo de Transição do Iraque em 6 de abril de 2005. Talabani é o fundador e principal dirigente do mais importante partido político curdo iraquiano, a União Patriótica do Curdistão (conhecido pela sigla em inglês PUK). Antes de sua ascensão à presidência, ocupou posição de destaque no Governo Interino do Iraque. Por mais de 50 anos, Talabani advogou a favor da democratização do Iraque e defendeu os direitos dos curdos. Conciliou sua carreira política com a função de jornalista e editor, além de ter servido ao Exército iraquiano. Em 22 de abril de 2006, Talabani assumiu a presidência do Primeiro Governo Permanente do Iraque, cargo no qual se mantém até hoje.

De fato, embora o próprio Kay admitisse que Saddam Hussein pudesse ter financiado programas de desenvolvimento de armas de destruição em massa, o fato dessas armas não serem encontradas após a ocupação do Iraque pelas forças de coalizão fragilizou ainda mais a retórica política norte-americana. Manchetes dos principais jornais do mundo enfatizavam o constrangimento do Presidente Bush ao ser questionado sobre suas alegações relacionadas ao programa de armas iraquiano. Nas eleições presidenciais de 2004, o senador democrata John Kerry baseou grande parte de sua plataforma de campanha nos erros cometidos por Bush ao iniciar a Guerra do Iraque e na condução da reconstrução do país.

A repercussão das constatações do Grupo de Inspeção do Iraque não foi, porém, suficiente para impedir a reeleição de Bush, que iniciou seu segundo mandato em janeiro de 2005. Por outro lado, a oposição à guerra nos países europeus aumentou expressivamente após a constatação das mentiras utilizadas para justificar a intervenção militar no Iraque. Na Inglaterra, muitos políticos e a maior parte da imprensa voltaram-se contra o Primeiro-Ministro Tony Blair.

Em 29 de maio de 2003, num programa de notícias matinais da rede BBC, o jornalista Andrew Gilligan revelou que um funcionário público britânico, que havia contribuído com a preparação do dossiê apresentado a Blair que ratificava a ameaça do programa iraquiano de armas de destruição em massa, havia afirmado que o relatório fora manipulado para tornar-se mais atraente. Segundo Gilligan, o funcionário teria exemplificado sua afirmação citando um trecho do relatório, no qual se declarava que em apenas 45 minutos o Iraque poderia acionar suas armas de destruição em massa. A menção ao tempo supostamente necessário para utilizar as armas não constaria da minuta original do dossiê e teria sido acrescentada na última hora para tornar o documento mais enfático.

A notícia veiculada pela BBC intensificou a crise política em curso na Inglaterra. Gilligan e o Alastair Campbell, porta-voz oficial do Primeiro-Ministro, foram convocados para depor na Comissão de Assuntos Estrangeiros da Câmara dos Comuns em junho de 2003. Após os depoimentos, o interesse do governo e da imprensa era identificar a fonte de Gilligan. O mistério foi resolvido em 1 de julho de 2003, quando uma carta chegou ao Ministério da Defesa Britânico. Nela, David Kelly, um cientista da administração pública especializado em armas biológicas, assumiu ser o funcionário citado por Gilligan e detalhou sua conversa informal com o jornalista no Hotel Charing Cross em Londres. Kelly admitiu ter afirmado que os “45 minutos” talvez tivessem sido incorporados ao relatório apenas para criar impacto, e declarou-se favorável à guerra, por considerar Saddam Hussein uma ameaça à paz na região (HUTTON, 2004, s.p.).

As declarações de Kelly tiveram duas conseqüências imediatas: primeiramente, ele foi convocado para depor na Comissão de Assuntos Estrangeiros da Câmara dos Comuns, com transmissão ao vivo pela televisão, e no Comitê de Inteligência e Segurança; em segundo lugar, nos dias que se seguiram, Kelly foi amplamente hostilizado por membros do governo e acusado de tentar minar a política do governo Blair.

Em 17 de julho de 2003, Kelly deixou a casa de sua filha em Oxford, onde se refugiara da imprensa, mas não retornou. Seu corpo foi achado no dia seguinte num bosque e as evidências apontavam para suicídio.

A morte de Kelly agravou drasticamente a crise política na Grã-Bretanha. No dia seguinte à morte de Kelly, Tony Blair anunciou a abertura de um inquérito a respeito das circunstâncias da morte, que seria conduzido por James Brian Edward Hutton, mais conhecido como Lorde Hutton, um alto funcionário da Justiça. O “Inquérito Hutton” estendeu-se de 11 de agosto a 25 de setembro de 2003, e foi publicado em 28 de janeiro de 2004. Hutton não apresentou, contra as expectativas da maior parte da opinião pública britânica, críticas à decisão do governo de ir à guerra. O relatório do inquérito focou sua atenção e suas críticas na BBC. Hutton afirmou que as alegações de Gilligan eram infundadas e que a menção aos “45 minutos” não teria sido incluída no dossiê apresentado ao governo por pressão de Alastair Campbell, Diretor de Comunicações do gabinete do Primeiro-Ministro (HUTTON, 2004, s.p.).

Ao analisar a postura da BBC, no entanto, Hutton foi implacável e condenou o controle editorial da BBC por permitir que uma informação não comprovada fosse veiculada. O governo também não escapou totalmente ileso. Hutton descobriu que, apesar dos altos funcionários do governo britânico serem proibidos de divulgar informações à imprensa, Kelly havia recebido apoio de seus superiores imediatos. Por fim, o inquérito concluiu que Kelly cometeu, de fato, suicídio devido a um “profundo sentimento de desamparo”, decorrente da sensação de que o trabalho de toda a sua vida havia sido minado, sentimento combinado ao medo de sofrer repreensões do governo (HUTTON, 2004, s.p.).

David Kelly não seria a única vítima do escândalo do “Dossiê de setembro”. O presidente do Conselho Diretor da BBC, Gavyn Davies, renunciou ao cargo em janeiro de 2004, sendo seguido por Greg Dyke, Diretor-Geral da BBC. Em fevereiro de 2004, o governo britânico anunciou que abriria um inquérito sobre a atuação do Serviço de Inteligência britânico no caso da crise deflagrada pela Guerra do Iraque. Esse anúncio foi seguido por outro semelhante nos Estados Unidos.

As “certezas” que haviam fundamentado o início da Guerra do Iraque em pouco tempo deflagraram crises políticas de grande repercussão. Paradoxalmente, após a deposição de Saddam Hussein, o mundo estava ainda mais dividido do que no período em que Bush declarou pela primeira vez a “guerra contra o terror”.

O mundo muçulmano em geral, e mais particularmente os países árabes, confirmaram suas suspeitas de que o Ocidente estava preparado para usar sua superioridade bélica para defender seus interesses e para manter o Islã no que os grupos fundamentalistas denominam “estado de subordinação”. A Europa, ou mais precisamente o grupo de países europeus alinhados com a França e com a Alemanha, fora humilhada pelo fracasso de seus esforços para evitar a guerra. As Nações Unidas, igualmente questionadas, encontravam-se na incômoda situação de sancionar as demonstrações de força bruta militar dos Estados Unidos no Iraque, que suplantavam a razão e a legalidade como meios de organizar as relações entre os Estados.

Os desdobramentos da Guerra do Iraque entre 2004 e 2006 ratificam a posição européia de que uma intervenção militar traria mais instabilidade do que apaziguamento para os problemas que assolavam o Oriente Médio.

Desde o período que sucedeu a primeira fase da intervenção militar norte-americana no Iraque, o fortalecimento dos movimentos iraquianos de resistência sinalizam a dimensão dos desafios enfrentados pelos Estados Unidos. As divergências em torno da constituição de um governo iraquiano são marcadas por inúmeras discordâncias em relação à participação das três principais etnias iraquianas no governo.

A tentativa norte-americana de implantar no Iraque uma concepção de “democracia” estranha à sociedade iraquiana agrava ainda mais um quadro de profunda instabilidade social. A percepção do grande hiato entre a retórica e a prática política da Casa Branca alimenta sobremaneira as manifestações de oposição à guerra e coloca em questão a veracidade dos interesses declarados dos Estados Unidos no Oriente Médio.

A nova ordem mundial proclamada por George Bush no início da década de 1990 havia convencido muitas pessoas de que o futuro da humanidade poderia ser pautado por regras legais, pela discussão e pela conciliação. A advertência lançada por seu filho, uma década mais tarde, de que os Estados Unidos estão dispostos a subjugar, através da força, outros inimigos que supostamente ameaçam a segurança internacional, decretou o fim das esperanças cultivadas na década de 1990. O discurso profundamente reacionário e ideológico de Bush, o filho, lançou o mundo num estado de permanente inquietação e transformou a sociedade norte-americana em refém do seu próprio medo.

CAPÍTULO 4: COMPARAÇÕES ENTRE A GUERRA DO VIETNÃ (1965-1975) E A GUERRA DO IRAQUE (2003-EM CURSO)

A invasão do Iraque em março de 2003 revigorou o extenso debate sobre a política externa dos Estados Unidos, que desde a década de 1960 coloca em questão a ideologia “democrático-liberal”, fundamento, em tese, das intervenções norte-americanas em outros países.

As discussões sobre os rumos da atual intervenção no Iraque evocam, frequentemente, comparações com um período particularmente memorável da história dos Estados Unidos: a Guerra do Vietnã (1965-1975). É notável que três décadas após a incursão dos Estados Unidos na Indochina, a memória sobre o Vietnã volte a influenciar a percepção da opinião pública norte-americana – e também da opinião pública internacional – sobre as decisões tomadas pela Casa Branca numa guerra travada no Oriente Médio.

O objetivo desse capítulo é sintetizar as principais comparações entre a Guerra do Vietnã (1965-1975) e a Guerra do Iraque (2003-em curso), de modo a estabelecer os limites das possíveis analogias. Procurarei, assim, não apenas analisar as recorrências marcantes das duas guerras, mas delimitarei também as diferenças entre elas.

Na terceira seção do capítulo, centrarei a análise na comparação das conseqüências da Guerra do Vietnã e da Guerra do Iraque para a posição internacional do dólar. Sustentarei, com base nessas comparações, a hipótese de que as duas guerras contribuíram para o processo de declínio da hegemonia norte-americana ao desestabilizar e enfraquecer um dos fundamentos do poder dos Estados Unidos: a supremacia internacional do dólar.

4.1 SEMELHANÇAS ENTRE A GUERRA DO VIETNÃ (1965-1975) E A GUERRA DO IRAQUE (2003-EM CURSO)

As analogias traçadas, contemporaneamente, entre a Guerra do Vietnã (1965-1975) e a Guerra do Iraque (2003-em curso) chamam a atenção não somente no meio científico, onde proliferam estudos sobre a política externa norte-americana, mas também na esfera do senso comum, em que pesam a participação de entidades representativas da sociedade civil no debate sobre as políticas levadas a curso por Washington.

Alguns paralelos óbvios, e outros nem tão explícitos assim, podem ser traçados entre as duas guerras, comumente mencionadas na imprensa como os “dois atoleiros norte-americanos”. No Iraque, assim como no Vietnã, a Casa Branca utilizou justificativas ideológicas para conquistar o apoio popular para intervenções militares contra países muito

menores, mais fracos e em clara desvantagem militar e econômica em comparação com os Estados Unidos. O “Incidente do Golfo de Tonkin”, em 1964, utilizado pelo governo de Lyndon Johnson como pretexto para iniciar a intervenção militar massiva no Vietnã, compromissada, por suposição, primordialmente com a contenção da expansão da esfera de influência do comunismo, encontra paralelos com a retórica do “programa de armas de destruição em massa” iraquiano, empregado pelo governo de George W. Bush numa cruzada para tentar estabelecer ligações entre o regime de Saddam Hussein e os “movimentos terroristas” – sobretudo com o Al Qaeda e com os atentados de 11 de setembro de 2001.

Hoje, assim como no passado, evocar a ideologia democrático-liberal como princípio orientador das ações dos Estados Unidos no exterior é estratégia cara aos *policemakers* norte-americanos. A defesa da “liberdade” e da “democracia” choca-se, entretanto, com um aspecto fundamental da política externa norte-americana: a necessária abdicção da “liberdade” e da “democracia” por parte da nação invadida. O paradoxo entre a retórica e as ações práticas da política externa dos Estados Unidos se resolve quando consideramos a preponderância dos interesses norte-americanos tanto no Vietnã quanto no Iraque: a subordinação do país agredido aos interesses econômicos norte-americanos e o alinhamento com a política traçada pela Casa Branca são postulados como condições indispensáveis para a reestabilização da ordem interna e para o fim da intervenção. No Iraque, assim como no Vietnã, a última coisa desejada por Washington é uma autoridade governamental realmente livre e independente no controle da economia, da política e dos recursos do país.

Martin Luther King observou que a Guerra do Vietnã “colocou [os Estados Unidos] contra a auto-determinação do povo vietnamita” (WASHINGTON, 1990, p. 275)¹¹¹. A mesma oposição à auto-determinação nacional marca a “libertação” do Iraque colocada em curso pelos Estados Unidos atualmente. O povo da Indochina, afirmou King em 1967, “deve achar que os norte-americanos são 'libertadores' estranhos já que destruímos suas famílias, cidades, terras [e] destruímos um milhão de acres de suas plantações (...) [e] os mandamos para os hospitais, numa proporção de no mínimo vinte vietnamitas mortos pelas forças norte-americanas para cada baixa causada por um Vietcong.” (WASHINGTON, 1990, p. 234-239)¹¹².

Martin Luther King certamente teria muito a dizer sobre a intervenção norte-americana no Iraque desde o início da década de 1990, período em que a *Operação*

¹¹¹ No original: “The war on Vietnam put us against the self-determination of the Vietnamese people.”

¹¹² No original: “The people of Indochina must find Americans to be strange 'liberators' as we destroy their families, villages, land [and] kill a million acres of their crops (...) [and] send them into the hospitals, with at least twenty casualties from American firepower for one 'Vietcong'-inflicted injury.”

Tempestade no Deserto e as sanções econômicas impostas ao país por uma década contribuíram com a morte de aproximadamente um milhão de iraquianos (MUELLER, 1999, s.p.). Investigações conduzidas pela Anistia Internacional indicam que, na primeira fase da Guerra do Iraque, tal como na Guerra do Vietnã, as tropas norte-americanas empregaram técnicas de tortura contra civis iraquianos e as cidades que supostamente abrigavam grupos terroristas (Faluja, por exemplo) foram atacadas com armas que continham substâncias químicas e radioativas internacionalmente condenadas (napalm, fósforo e urânio enriquecido) (AMNESTY INTERNATIONAL, 2004, s.p.).

Expressões extensivamente utilizadas para caracterizar a Guerra do Vietnã voltaram às páginas das principais publicações da imprensa internacional: “invasão ilegal” e “atoleiro norte-americano” são novamente empregadas para caracterizar a política da Casa Branca. De fato, a ilegalidade das ações norte-americanas é tão válida atualmente quanto no passado. A intervenção militar no Iraque viola claramente determinações presentes na Carta das Nações Unidas, que enfatizam a necessidade dos Estados “resolverem suas disputas internacionais por meios pacíficos” e de “se absterem de utilizar ou ameaçar empregar a força contra a integridade territorial ou contra a independência política de qualquer Estado.” (ONU, 1945, s.p.).

No Iraque, assim como no Vietnã, a brutalidade da intervenção norte-americana e a fragilidade da retórica salvacionista evocada como justificativa para a guerra minam as tentativas de convencer a população iraquiana no tocante à desejabilidade da intervenção dos Estados Unidos. Um círculo vicioso entre os fins e os meios empregados pelos Estados Unidos nas duas guerras inviabilizou qualquer chance de conquistar o apoio popular de sociedades que perceberam a intervenção norte-americana como uma ameaça. George W. Bush, assim como Lyndon Johnson, falhou ao tentar “conquistar os corações e as mentes” dos povos dos países agredidos (para utilizar a mesma expressão empregada pelos dois presidentes – “to win hearts and minds”), o que coloca mais uma vez em questão a capacidade dos Estados Unidos alcançarem os objetivos que, teoricamente, motivaram a guerra.

Na realidade, a retórica de disseminação da “democracia” e da “liberdade” não foi empregada exclusivamente na Guerra do Vietnã e na Guerra do Iraque. O curioso é que exatamente nessas duas guerras a ideologia “democrático-liberal” tenha experimentado um fortalecimento. As décadas de 1960 e 1970, assim como o período após 11 de setembro de 2001, marcam pontos de exacerbação do paradoxo entre a retórica democrático-liberal internacional e a realidade interna da democracia norte-americana. As palavras de King, num discurso de 1967, que alertavam que os Estados Unidos não tinham o direito de lutar pela

“liberdade” de povos a “dez mil milhas de distância” quando “não colocamos nem sequer nossa própria [liberdade doméstica] em ordem” (WASHINGTON, 1990, p. 276)¹¹³, são notavelmente atuais. Hoje, como nos anos 1960 e 1970, a repressão, a censura e o cerceamento das liberdades individuais na sociedade norte-americana, aspectos particularmente criticados por Washington em sociedades “não-democráticas”, ressurgem com expressiva força. Aliás, quando o assunto é desrespeito aos valores da “democracia”, as forças republicanas (que elegeram Nixon em 1968 e reelegeram Bush em 2004) parecem ser guiadas pela idéia de que nada tem mais sucesso do que o excesso.

As analogias entre o posicionamento da opinião pública e da imprensa internacionais em relação às duas guerras também são significativas. Se, por um lado, a condenação internacional à intervenção norte-americana no Iraque é uma clara recorrência, por outro uma segunda analogia, quase não enfatizada, deve ser lembrada. Hoje, como nas décadas de 1960 e 1970, a ênfase da imprensa e da opinião pública internacional recai sobre as vítimas das forças invasoras, que são nomeadas, humanizadas e exaltadas. As vítimas dos países invadidos, por outro lado, são transformadas em estatísticas, sem nomes e rostos, que chocam num primeiro momento, no tempo breve e fugaz característico da vida quotidiana, mas que são apenas um pequeno “efeito colateral” (para usar o termo presente nos relatórios do Pentágono sobre as vítimas da Guerra do Iraque) na cruzada norte-americana pela defesa da “liberdade”.

Um ponto particularmente interessante na comparação entre a Guerra do Vietnã e a Guerra do Iraque é a resistência norte-americana para encerrar a campanha militar e deixar o país invadido, mesmo após constatado o “atoleiro” em que se encontram as forças dos Estados Unidos. Em 1970, Richard Nixon argumentava que se os norte-americanos deixassem o Vietnã repentinamente e de uma só vez se revelaria que os Estados Unidos são “um gigante desprezível, inútil”:

Se, quando a guerra terminar, a mais poderosa nação do mundo, os Estados Unidos da América, agir como um gigante desprezível, inútil, as forças do totalitarismo e da anarquia ameaçarão as nações e as instituições livres ao redor do mundo. (NIXON, 1970, p. 409.)¹¹⁴

Em termos gerais, a mesma linha argumentativa é seguida atualmente pelos *policemakers* republicanos – e por alguns democratas – que sustentam a perpetuação da

¹¹³ No original: “U.S. had no business claiming to fight for others' 'freedom' ten thousand miles away from home when we have not even put our own house in order.”

¹¹⁴ No original: “If, when the chips are down, the world’s most powerful nation, the United States of America, acts like a pitiful, helpless giant, the forces of totalitarianism and anarchy will threaten free nations and free institutions throughout the world.”

intervenção militar norte-americana no Iraque. Em sua apresentação do “State of the Union” ao Congresso norte-americano em janeiro de 2006, aplausos ecoaram pelo Capitólio quando George W. Bush declarou que sair do Iraque demonstraria que “um compromisso norte-americano significa pouco” e abriria uma oportunidade histórica para a ação dos “inimigos da liberdade”:

Uma retirada repentina de nossas forças do Iraque deixaria nossos aliados iraquianos abandonados à morte e à prisão, colocaria homens como Bin Laden e Zarqawi no comando de um país estratégico, e demonstraria que um compromisso da América significa pouco. Membros do Congresso, seja lá o que pensemos sobre as decisões e os debates do passado, nossa nação só tem uma opção: devemos manter nossa palavra, derrotar nossos inimigos, e apoiar as forças armadas norte-americanas nessa missão vital. (Aplausos) (...) Nesse ano decisivo, vocês e eu tomaremos decisões que determinam tanto o futuro quanto o caráter de nosso país. Escolheremos agir confiantemente na perseguição dos inimigos da liberdade – ou fugir de nossas responsabilidades na esperança de uma vida mais fácil. Escolheremos construir nossa prosperidade através da liderança da economia mundial – ou nos excluir do comércio e das oportunidades. Num período complexo e desafiador, o caminho para o isolacionismo pode parecer amplo e convidativo – mesmo que ele termine no declínio e no perigo. A única forma de proteger nosso povo, o único modo de assegurar a paz, o único caminho para controlar nosso destino é através de nossa liderança – então os Estados Unidos continuarão a liderar. (Aplausos) (BUSH, 2006[a], s.p.)¹¹⁵

Mais uma vez, Washington considera que o “sacrifício” de soldados norte-americanos, ao lado de um número muito maior de vítimas civis do país invadido, é um “preço justo” a se pagar pela manutenção dos compromissos assumidos pelos Estados Unidos com a defesa da “democracia” e da “liberdade”. No Iraque de hoje, tal como no Vietnã dos anos 1960 e 1970, mesmo após constatada a incapacidade norte-americana de atingir integralmente os seus objetivos políticos, a retirada das tropas norte-americanas é percebida como uma “decisão precipitada” (nos termos do Senador democrata e pré-candidato à eleição presidencial de 2008, Barack Obama), que em última análise pode inviabilizar a capacidade norte-americana de infligir violentas punições em massa contra aqueles que ousam resistir à intervenção dos Estados Unidos.

¹¹⁵ No original: “A sudden withdrawal of our forces from Iraq would abandon our Iraqi allies to death and prison, would put men like bin Laden and Zarqawi in charge of a strategic country, and show that a pledge from America means little. Members of Congress, however we feel about the decisions and debates of the past, our nation has only one option: We must keep our word, defeat our enemies, and stand behind the American military in this vital mission. (Applause.) (...) In this decisive year, you and I will make choices that determine both the future and the character of our country. We will choose to act confidently in pursuing the enemies of freedom -- or retreat from our duties in the hope of an easier life. We will choose to build our prosperity by leading the world economy -- or shut ourselves off from trade and opportunity. In a complex and challenging time, the road of isolationism and protectionism may seem broad and inviting -- yet it ends in danger and decline. The only way to protect our people, the only way to secure the peace, the only way to control our destiny is by our leadership -- so the United States of America will continue to lead. (Applause.)”

Uma recorrência marcante das duas guerras analisadas é a tendência dos altos círculos políticos e da imprensa norte-americanos de encobrir e proteger os verdadeiros responsáveis pelas atrocidades cometidas nos países invadidos. Apontar o dedo para oficiais das Forças Armadas e para membros da Inteligência que executam ordens, e acusá-los de crimes de guerra condenados internacionalmente é uma atitude notavelmente recorrente na história dos Estados Unidos. Assim, carcereiros e cabos do Exército norte-americanos tornaram-se “bodes expiatórios”, escolhidos cuidadosamente para levar a culpa por crimes que remontam a uma escala hierárquica que passa, certamente, pela convivência de figuras como Dick Cheney, Donald Rumsfeld, Condoleeza Rice, Colin Powell, Paul Wolfowitz e, obviamente, pelo presidente Bush. Atitude similar foi perpetrada durante a Guerra do Vietnã, contribuindo para proteger os maiores culpados pelos crimes de guerra (Lyndon Johnson, Robert McNamara, George Westmoreland, Henry Kissinger, só para citar alguns).

As oscilações da opinião pública norte-americana destacam-se, mais uma vez, no campo das comparações entre a Guerra do Vietnã e a Guerra do Iraque. Via de regra, nos períodos em que se aprofunda o abismo entre a retórica política e as ações práticas da Casa Branca, a opinião pública dos Estados Unidos tende a desaprovar os atos de guerra de seu país e tende a condenar a “razão de Estado” que, em tese, orienta a conduta do governo norte-americano em assuntos de política externa. Como observou o cientista político John Mueller,

As tropas norte-americanas foram colocadas em risco várias vezes desde 1945, mas em apenas três casos – Coréia, Vietnã e Iraque (2003-em curso) – elas foram destinadas a combates de terra persistentes e sofreram mais de 300 baixas em ação. A opinião pública norte-americana tornou-se um fator chave em todas as três guerras, e em cada uma houve uma associação simples: à medida que as baixas aumentavam, o suporte [à guerra] diminuía. (MUELLER, 2005, p. 44)¹¹⁶

Face à hostilidade da opinião pública doméstica, a Casa Branca repete na atual guerra uma política muito utilizada nas décadas de 1960 e 1970: a retórica da eterna preparação para a retirada das tropas norte-americanas do país invadido, agendada para um prazo indeterminado e atrelada ao compromisso de não abandonar a guerra antes que a “ordem” seja restabelecida. O discurso da Casa Branca evoca, assim, recorrentemente a desculpa de que os Estados Unidos estão planejando a retirada de suas forças do Iraque por meio da preparação das “forças de segurança” iraquianas, para que elas possam assumir a dianteira da contra-resistência e possam assegurar a “estabilidade” da sociedade iraquiana (BUSH, 2006[b], p.

¹¹⁶ No original: “American troops have been sent into harm's way many times since 1945, but in only three cases – Korea, Vietnam, and Iraq (2003 to the present) – have they been drawn into sustained ground combat and suffered more than 300 deaths in action. American public opinion became a key factor in all three wars, and in each one there has been a simple association: as casualties mount, support decreases.”

11). O discurso da eterna preparação para a retirada é, entretanto, acompanhado pelo aumento do efetivo norte-americano no Iraque e pelo crescimento vertiginoso do orçamento militar aprovado pelo Congresso, com especial destaque para o reposicionamento da força aérea, que volta a desempenhar papel central em ataques contra alvos da resistência iraquiana (HERMAN, 2006, s.p.).

Apologistas da ideologia democrático-liberal norte-americana argumentam hoje, assim como durante a Guerra do Vietnã, que o “atoleiro” em que os Estados Unidos se encontram é, em grande medida, resultado da “ignorância e da estupidez institucionalizada” de uma parcela da elite que domina a política dos Estados Unidos, e não o resultado da imposição desenfreada dos interesses norte-americanos mundo afora. Uma vez que os sérios problemas experimentados pelos Estados Unidos no Vietnã tornaram-se públicos, os principais apologistas e ideólogos norte-americanos não tardaram a postular a responsabilidade de *policymakers*, sobretudo aqueles da Comunidade de Inteligência dos Estados Unidos (com a CIA à frente), pelos “erros” cometidos no Sudeste Asiático, justificando crimes de guerra quase que exclusivamente com base na ignorância sobre a sociedade, a história e a cultura do Vietnã – fundamentos para entender a resistência nacionalista vietnamita (CHOMSKY, 1973, p. 53).

Acusações semelhantes emergem em resposta ao “atoleiro” no Iraque. Apologistas argumentam que “erros” cometidos pela Inteligência norte-americana nas investigações sobre o suposto “programa iraquiano de armas de destruição em massa” confundiram o governo Bush, que se viu, dessa forma, impelido a intervir preemptivamente no Iraque, não apenas para exportar a “democracia”, mas sobretudo para conter as ambições de Saddam Hussein.

Portanto, do ponto de vista de segmentos da sociedade norte-americana, em ambas as guerras, argumentos baseados em “informações equivocadas, erros da inteligência e análises de má qualidade” (“bad informations, faulty intelligence and poor thinking”) contribuíram supostamente com as políticas belicistas dos Estados Unidos, justificadas por razões insustentáveis a longo prazo.

Muito embora desinformações sobre a realidade social vietnamita e, contemporaneamente, iraquiana tenham contribuído para os problemas enfrentados pelos Estados Unidos no decurso das intervenções, culpar *policemakers* e agentes da Inteligência norte-americana pelas guerras é uma forma de escamotear responsabilidades que recaem sobre a Casa Branca – estratégia política que, apesar de simples na sua concepção, encontra expressiva recepção na sociedade norte-americana, já acostumada a culpar os outros pelos

“erros” que comete. Inocência não é, sem dúvidas, uma característica daqueles que estão à frente da Inteligência dos Estados Unidos.

A transferência de responsabilidades não é, todavia, a única estratégia política utilizada para desonerar a Casa Branca. Tanto no Vietnã quanto no Iraque, recorreu-se à tentativa de desmoralizar a resistência inimiga, acusando-a, no passado, de estar interessada na dominação mundial e na disseminação do comunismo e, atualmente, de ameaçar a liberdade mundial com o terrorismo. As recorrentes ameaças apresentadas pelos Estados Unidos à liberdade internacional, por outro lado, são comumente definidas como “intervenções humanitárias”, pautadas pelos mais elevados valores da fraternidade democrática. Os “efeitos colaterais” decorrentes do intervencionismo norte-americano – incluindo-se aí os mais de 100 mil iraquianos mortos desde o início da Guerra do Iraque, em estimativas da Anistia Internacional – são retratados como conseqüências trágicas e não intencionais. Um “preço justo a ser pago” pelo bem maior do “progresso” mundial liderado pelos Estados Unidos (como Madeleine Albright, Secretária de Estado norte-americana entre 1997 e 2001, descreveu a morte de 500 mil crianças iraquianas na década de 1990 em função também, embora não exclusivamente, das sanções econômicas impostas pela ONU ao Iraque).

As analogias anteriores deixam claro que o grande desafio enfrentando por Washington tanto na Guerra do Vietnã quanto na Guerra do Iraque é exatamente a sustentação do caráter hegemônico do poder exercido pelos Estados Unidos. Afinal, como convencer os outros Estados da comunidade internacional de que os interesses representados pelos Estados Unidos são, de fato, interesses comuns a todo mundo “livre e democrático”? Como conquistar o apoio internacional para intervenções ditas “humanitárias” quando significativa parcela da resistência à intervenção é formada pelas pessoas que, supostamente, se deveria proteger? A ironia se resume, então, em utilizar a dominação para tentar salvar a hegemonia em declínio.

A solução frequentemente encontrada por Washington é recorrer à inversão de toda e qualquer lógica razoável para justificar uma intervenção em outro país: se os Estados Unidos intervêm pelo bem do povo da nação invadida, então a resistência à intervenção deve estar associada ao “mal” combatido (o comunismo, antes; o terrorismo, hoje). E, se mesmo assim, a resistência popular interpõe-se entre os objetivos norte-americanos e os meios para alcançá-los, então o mais razoável parece ser fechar os olhos à auto-determinação dos povos e considerar as perdas ao longo do tortuoso caminho a ser trilhado como “um preço justo” a ser pago por um bem maior: a disseminação do modelo democrático-liberal norte-americano pelo mundo, ou, na perspectiva da nação agredida, a substituição de regimes postuladamente

“autoritários” – como, de fato, por vezes o são – pelo autoritarismo “democrático” imposto pelos Estados Unidos.

Há, entretanto, pelo menos duas questões fundamentais que invalidam a idéia, veiculada sobretudo pela imprensa, de que o Iraque é “um outro Vietnã”. Embora não seja difícil estabelecer recorrências entre as duas guerras, compará-las requer também o reconhecimento dos limites das analogias traçadas.

A primeira questão é que as analogias apresentadas anteriormente refletem, em grande medida, tendências históricas de longa duração que perpassam não apenas as duas guerras analisadas, mas diversos outros momentos decisivos da política externa norte-americana. A oposição ao florescimento das ambições de outras nações independentes, a imposição de regras de subordinação aos Estados mais fracos e a manutenção da superioridade militar e econômica dos Estados Unidos são componentes primordiais da política e da cultura norte-americanas há muito tempo. Contradições da sociedade norte-americana (como a necessidade de soldados para defender os interesses dos Estados Unidos pelo mundo e a relutância da nação norte-americana em “pagar o preço” por esse objetivo) são refletidas pela política externa dos Estados Unidos desde antes da Guerra do Vietnã, quando o processo de expansão territorial, cultural e econômica dos Estados Unidos alargou consideravelmente os limites da esfera de intervenção norte-americana¹¹⁷.

Igualmente importante para a defesa dos interesses norte-americanos ao longo da história é o relativo menosprezo dos Estados Unidos pelas regras de coexistência entre as nações, sejam elas sancionadas pelo direito internacional ou ratificadas pela prática historicamente estabelecida. Escamotear os verdadeiros interesses norte-americanos em termos de política externa é um desafio tão antigo quanto as primeiras lutas dos “Pais Fundadores” pela consolidação da liberdade norte-americana.

Analogamente, tão antiga quanto a vocação para omitir seus interesses e esquivar-se de responsabilidades, é a tendência dos Estados Unidos proclamarem-se defensores mundiais da “liberdade” e da “democracia” no mesmo momento em que episódios de hostilidade aos valores democráticos e o cerceamento das liberdades individuais são protagonizados no seio da sociedade norte-americana. Portanto, a sensação de que os Estados Unidos preocupam-se com a defesa da “liberdade” dos outros quando nem sequer conseguem assegurar a plena

¹¹⁷ William Appleman Williams, em seu livro *The tragedy of American Diplomacy*, defende que a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos, após 1945, só pode ser entendida se remontarmos ao século XIX e ao declínio da hegemonia britânica. Segundo Williams, a história norte-americana deve ser analisada no contexto da longa duração, pois a ascensão da hegemonia dos Estados Unidos só pode ser explicada se considerássemos a expansão territorial, cultural e econômica do país.

liberdade de seu povo não é uma recorrência limitada à Guerra do Vietnã e à Guerra do Iraque.

Do mesmo modo, evocar a defesa da segurança nacional e desmoralizar o inimigo são estratégias recorrentes na política externa norte-americana há gerações. Mentir para conquistar o apoio popular e, logo em seguida, atribuir a responsabilidade pelas conseqüências associadas a essas mentiras a membros socialmente insignificantes da política norte-americana é algo tão antigo quanto a utilização de ameaças ou de contingências externas, verdadeiras ou falsas, como pretextos para infringir as liberdades civis no interior da sociedade norte-americana. Como observou James Madison¹¹⁸, um dos “Pais Fundadores” dos Estados Unidos, “os grilhões impostos à liberdade interna sempre foram forjados a partir das armas utilizadas para a defesa contra perigos reais, supostos, ou imaginários no exterior.”¹¹⁹

A estratégia norte-americana de “demonizar” a resistência do país invadido é uma recorrência igualmente característica da história dos Estados Unidos. Face aos métodos brutais empregados pelos soldados norte-americanos em diversas intervenções no exterior e à conseqüente dificuldade para conquistar o apoio das populações agredidas, disfarçar as ações dos Estados Unidos com a retórica da “liberdade” e da “democracia” nunca foi um problema, muito menos uma novidade.

A segunda questão que limita as analogias entre a Guerra do Vietnã e a Guerra do Iraque refere-se a um conjunto de particularidades que diferenciam as duas guerras. Na próxima seção, analisarei as principais diferenças entre a intervenção norte-americana no Vietnã e no Iraque. Todas as duas guerras partiram de um mesmo agressor, os Estados Unidos, mas comportam especificidades históricas, geográficas, políticas e econômicas que devem pesar numa comparação.

¹¹⁸ James Madison (16 de março de 1751-28 de junho de 1836) foi o quarto presidente e um dos mais influentes “Pais Fundadores” dos Estados Unidos. Madison desempenhou papel central na elaboração da Constituição norte-americana e na redação de emendas que protegiam os direitos individuais. Uma das maiores preocupações de Madison foi institucionalizar mecanismos de controle dos interesses de grupos sociais sobre o governo norte-americano, pois reconhecia que para resguardar o caráter republicano dos Estados Unidos, seria necessário enfrentar o que ele denominava “facções”, grupos aristocratas corruptos que tentariam obter privilégios da nação norte-americana.

¹¹⁹ No original: “the fetters imposed on liberty at home have ever been forged out of the weapons provided for defense against real, pretended, or imaginary dangers abroad”. Extraído de: MADISON, James. *A Citizen of the United States*. Philadelphia: Aurora General Advertiser, 1799.

4.2 DIFERENÇAS ENTRE A GUERRA DO VIETNÃ (1965-1975) E A GUERRA DO IRAQUE (2003-EM CURSO)

A análise desenvolvida no segundo e no terceiro capítulos demonstrou que a Guerra do Vietnã e a Guerra do Iraque possuem paralelos significativos, que saltam aos olhos de quem se propõe a interpretá-las. Menos óbvias, entretanto, são as especificidades da cada guerra, que as diferenciam em termos políticos, econômicos e sociais, além de associá-las a conseqüências singulares.

Duas diferenças centrais entre a Guerra do Vietnã e a Guerra do Iraque devem ser consideradas quando nos propomos a analisar seus respectivos impactos sobre o poder hegemônico norte-americano: a natureza da oposição doméstica e da oposição internacional às duas guerras.

Por mais significativas que sejam as manifestações contemporâneas contra a Guerra do Iraque, elas diferem substancialmente, em termos quantitativos e qualitativos, daquelas que marcaram as décadas de 1960 e 1970. Nos Estados Unidos, no primeiro ano da intervenção militar no Iraque (2003), era notório o descontentamento da esquerda com a relativa passividade e conviência da sociedade norte-americana em relação à política externa do governo Bush. Em claro contraste com os anos 1960 e 1970, os campi universitários, epicentros dos movimentos ativistas contra a Guerra do Vietnã, exibiam um preocupante marasmo.

A relativa conformação das universidades norte-americanas com as políticas intervencionistas de Bush é justificada, em parte, por uma importante diferença entre o Vietnã e o Iraque. Nas décadas de 1960 e 1970, as tropas enviadas à Indochina eram formadas, sobretudo, por jovens da classe média norte-americana, muitos deles universitários recrutados a contra-gosto¹²⁰ ou convencidos a defender os interesses da nação no exterior. No Iraque, as Forças Armadas são constituídas, em sua grande maioria, por jovens das camadas sociais norte-americanas mais pobres, recrutados nas periferias, que vislumbram no serviço militar a oportunidade de inclusão social – mesmo que, ironicamente, essa inclusão lhes custe a vida¹²¹.

¹²⁰ É uma curiosidade digna de nota o fato de que muitos soldados norte-americanos que lutaram na Guerra do Vietnã foram escolhidos, a partir de 1969, com base numa loteria (tal como já havia ocorrido na Segunda Guerra Mundial). O sorteio, na realidade, determinava os “premiados” com base na data de nascimento: uma urna com 366 bolas azuis de plástico continha todas as possíveis datas de aniversário encerradas num ano indeterminado (ou seja, combinações entre dias e meses). Após o sorteio das datas (por exemplo, 4 de julho, 11 de setembro e 11 de novembro), era sorteado um ano (dentre todos os anos possíveis para aqueles que possuíam entre 18 e 26 anos de idade). Assim, obtinham-se datas no formato DIA/MÊS/ANO, que indicavam os escolhidos. A retirada do prêmio, no entanto, só era realizada no Vietnã. Esse sistema de escolha, obviamente, gerava grandes descontentamentos e uma contínua pressão sobre os jovens norte-americanos e as suas famílias.

¹²¹ Há, de fato, uma tendência de profissionalização das Forças Armadas norte-americanas, em curso desde o início da década de 1990, que vem se aprofundando ainda mais desde 2003.

O contexto histórico em que o movimento de oposição à Guerra do Vietnã foi desenvolvido é, do mesmo modo, importante. A geração de ativistas que se opuseram à intervenção no Vietnã foi gestada num contexto de profundas transformações sociais e culturais, uma verdadeira revolução na sociedade norte-americana – e em outros países do mundo – forjada pelo Movimento pelos Direitos Civis, pela ascensão da *New Left* norte-americana, pela consolidação de uma “contra cultura”, pela liberdade de expressão e de manifestação da sexualidade, pelo levante de uma grande parcela da sociedade norte-americana segregada em guetos, pelo movimento hippie, e por uma infinidade de variações dessas manifestações culturais. Questionavam-se, assim, valores tradicionais da sociedade norte-americana, importantes desde a época dos “Pais Fundadores”: a centralidade do trabalho, o nacionalismo e o patriotismo, a busca pela ascensão social (o “sonho americano”) e, até mesmo, a estética padrão.

De um lado, o termo contracultura pode se referir ao conjunto de movimentos de rebelião da juventude (...) que marcaram os anos 1960: o movimento hippie, a música rock, uma certa movimentação nas universidades, viagens de mochila, drogas e assim por diante. (...) Trata-se, então, de um fenômeno datado e situado historicamente e que, embora muito próximo de nós, já faz parte do passado. (...) De outro lado, o mesmo termo pode também se referir a alguma coisa mais geral, mais abstrata, um certo espírito, um certo modo de contestação, de enfrentamento diante da ordem vigente, de caráter profundamente radical e bastante estranho às forças mais tradicionais de oposição a esta mesma ordem dominante. Um tipo de crítica anárquica – esta parece ser a palavra-chave – que, de certa maneira, ‘rompe com as regras do jogo’ em termos do modo de se fazer oposição a uma determinada situação. (...) Uma contracultura, entendida assim, reaparece de tempos em tempos, em diferentes épocas e situações, e costuma ter um papel fortemente revigorador da crítica social.” (PEREIRA, 1992, p. 20)

A oposição de importantes setores da sociedade norte-americana, nas décadas de 1960 e 1970, à Guerra do Vietnã foi alimentada, portanto, por transformações de grande significado e por um espírito crítico singular na história dos Estados Unidos. A contestação da Guerra naquele período desempenhou, assim, papel crucial nas decisões tomadas pelos *policymakers* norte-americanos, que associaram o movimento contra a guerra a uma resistência popular muito mais ampla – nascente de um “excesso de democracia” (nos termos de Samuel P. Huntington) – que poderia ameaçar os interesses dos Estados Unidos.

O movimento contemporâneo de oposição à Guerra do Iraque, por outro lado, não se beneficia de revolução semelhante à dos anos 1960/1970, e muito embora transformações ocorridas naquela época influenciem ainda hoje a sociedade norte-americana, os tempos são, definitivamente, outros.

Ao se comparar o antigo movimento de contestação da guerra no interior da sociedade norte-americana ao atual processo contestatório, pode-se, entretanto, perder de vista a significativa oposição à Guerra do Iraque, que repercutiu também internacionalmente e foi iniciada mesmo antes do começo da intervenção. E, apesar das claras diferenças qualitativas entre os dois movimentos, há que se considerar a velocidade com que a sociedade norte-americana respondeu às iniciativas bélicas de Washington nos dois casos.

Dois anos e meio após o início da Guerra do Iraque, e com um saldo de “apenas” 2.000 soldados norte-americanos mortos, mais da metade da sociedade norte-americana manifestava-se contra a guerra. Muito mais tempo e muitas mortes a mais foram necessários para mobilizar a maior parte da sociedade norte-americana contra a Guerra do Vietnã, que não enfrentou uma resistência de massa dentro dos Estados Unidos até que se completassem seis anos do início da intervenção no Sudeste Asiático e que algumas dezenas de milhares de soldados norte-americanos, somados a mais de um milhão de vietnamitas, já houvessem morrido.

Num estudo sobre a reação da opinião pública norte-americana durante as Guerras da Coreia, do Vietnã e do Iraque (2003-em curso), o cientista político John Mueller concluiu que

(...) a coisa mais chocante acerca da comparação entre as três guerras é o quão mais rápido erodiu o apoio [da opinião pública norte-americana] no caso do Iraque. No começo de 2005, quando as mortes em combate já estavam em torno de 1.500, o percentual de entrevistados que consideraram a Guerra do Iraque um erro – mais da metade – era quase a mesma percentagem daqueles que consideraram a Guerra do Vietnã um erro na ocasião da Ofensiva Tet em 1968, quando aproximadamente 20.000 soldados norte-americanos já haviam morrido. (MUELLER, 2005, p. 45)¹²²

A análise desenvolvida por Mueller, todavia, peca ao desconsiderar o papel decisivo desempenhado pela exaustiva propaganda de guerra, colocada em curso pela Casa Branca nas três guerras em questão, com o propósito velado de manipular a opinião pública norte-americana a fim de criar um “apoio” de massa à política externa dos Estados Unidos – o que Mueller, ao meu ver, considera erroneamente apenas um “amplo entusiasmo inicial” de apoio à guerra. Mueller também não analisa, nem sequer reconhece, a possibilidade de muitos norte-americanos entrevistados considerarem essas guerras como crimes seriamente condenáveis, algo muito mais significativo do que considerá-las meros “erros”.

¹²² No original: “(...) the most striking thing about the comparison among the three wars is how much more quickly support has eroded in the case of Iraq. By early 2005, when combat deaths were around 1,500, the percentage of respondents who considered the Iraq war a mistake - over half - was about the same as the percentage who considered the war in Vietnam a mistake at the time of the 1968 Tet Offensive, when nearly 20,000 U.S soldiers had already died.”

Apesar dos problemas, a análise de Mueller merece ainda assim destaque no campo de estudos recentes sobre as Guerras do Vietnã e do Iraque por chamar a atenção para a acelerada degradação do apoio da sociedade norte-americana à Guerra do Iraque, que demonstrou seus primeiros sinais de descontentamento já na primeira fase da guerra (a “Operação de Libertação do Iraque”). Não coincidentemente, o aumento da oposição à guerra no interior dos Estados Unidos foi acompanhado por movimento na mesma direção em diversos outros países.

A acelerada oposição à Guerra do Iraque é explicada, em parte, pela validade, ainda hoje, do que se tornou conhecido, a partir de meados da década de 1970, como “síndrome do Vietnã”¹²³, termo empregado pela direita norte-americana para designar a resistência da opinião pública dos Estados Unidos em apoiar intervenções militares no exterior às custas do sacrifício de vidas de cidadãos norte-americanos. A Guerra do Vietnã gerou uma onda de ceticismo popular em relação à retórica “salvacionista” de Washington, que evocava a necessidade de certos “sacrifícios” para defender o ideal norte-americano de “democracia” e “liberdade” no mundo. Sob a influência da “síndrome do Vietnã”, desde a década de 1970 a opinião pública norte-americana tornou-se um fator cada vez mais importante para a definição das políticas colocadas em curso pelos Estados Unidos, dentro e fora de casa. Uma simples associação tornou-se, desde o fim da Guerra do Vietnã, um fardo para os *policemakers* entrincheirados nos escritórios do Pentágono: à medida que o número de baixas aumenta, diminui o apoio da opinião pública à guerra (MUELLER, 2005, p. 44). George W. Bush, portanto, não aprendeu uma valiosa lição com seu pai, já que na Guerra do Golfo (1990-1991), a campanha militar norte-americana foi desenvolvida de forma rápida e “cirúrgica”, sobretudo através de ataques aéreos em massa, mantendo o número de baixas sob controle e evitando, dessa forma, as repercussões da “síndrome do Vietnã”.

Mesmo o espetáculo de barbárie protagonizado em 11 de setembro de 2001 não foi suficiente para suplantarmos a influência da “síndrome do Vietnã” sobre a sociedade norte-americana. A “síndrome” gestada nas décadas de 1960 e 1970 – com uma nova forma, que Mueller prefere chamar de “síndrome do Iraque” – certamente contribuiu com a redução do número de vítimas da Guerra do Iraque ao impedir que o governo Bush colocasse em prática

¹²³ O termo “síndrome do Vietnã” foi criado por membros da extrema-direita norte-americana, ao final da Guerra do Vietnã, não apenas para designar a resistência da opinião pública dos Estados Unidos em apoiar intervenções militares no exterior, mas também para caracterizar pejorativamente o indesejável pacifismo da política externa norte-americana nas décadas seguintes. O caráter pejorativo do termo encobre, de fato, importantes transformações na consciência crítica do povo norte-americano, que passou a questionar mais ativamente a política externa conduzida pelos seus governantes. De toda forma, como o termo é amplamente empregado na literatura sobre o assunto, optei também por utilizá-lo, muito embora com ressalvas.

uma medida aclamada pelos neoconservadores: tornar novamente compulsório o recrutamento para as Forças Armadas, para resolver o problema da escassez de voluntários. Manifestações contra o ingresso voluntário de jovens nas Forças Armadas têm lugar nas principais cidades norte-americanas desde antes do início da Guerra do Iraque – e é cada vez mais fácil convencer os jovens a não se tornarem voluntários para a morte.

Em consonância com a análise de Mueller,

(...) independente das possíveis transformações que a Guerra do Iraque sofra, uma síndrome do Iraque é muito provável. Uma pesquisa no Alabama, um estado relativamente favorável à guerra, no começo desse ano [2005], por exemplo, questionou se os Estados Unidos deveriam estar preparados para enviar tropas de volta para o Iraque para restaurar a ordem por lá no caso de erupção de uma guerra civil de larga escala após a retirada dos Estados Unidos. Apenas um terço dos entrevistados foi favorável a essa questão. Entre as causas da síndrome do Iraque podem estar a doutrina Bush, o unilateralismo, a preempção, a guerra preventiva, e o indispensável nacionalismo. (MUELLER, 2005, p. 53)¹²⁴

Mueller aponta igualmente quais valores e crenças típicos da sociedade norte-americana, centrais para a política externa dos Estados Unidos, seriam ameaçados pelo eventual florescimento de uma “síndrome do Iraque”.

(...) é provável que haja um ceticismo crescente acerca de várias noções-chave: de que os Estados Unidos deveriam adotar atitudes militares unilaterais para corrigir situações ou para suplantam regimes considerados repreensíveis mas que não representam nenhuma ameaça imediata para os Estados Unidos, que os Estados Unidos podem e deveriam levar a democracia à força para outras nações não tão abençoadas, que os Estados Unidos têm a responsabilidade de livrar o mundo do mal, que ter o maior orçamento de defesa do mundo é algo necessário e amplamente benéfico, que a cooperação internacional é de valor limitado, e que os europeus e os outros povos estrangeiros que contam são fracotes inocentes e decadentes. (MUELLER, 2005, p. 54)¹²⁵

O estudo elaborado por Mueller peca, todavia, ao não reconhecer os fundamentos éticos da oposição norte-americana à Guerra do Iraque (caindo, assim, nas armadilhas ideológicas criadas pelos políticos de extrema-direita nos anos 1960/1970, que apelidaram a consciência crítica norte-americana de “síndrome”, algo, por definição, patológico). Ainda

¹²⁴ No original: “(...) no matter how the war in Iraq turns out, an Iraq syndrome seems likely. A poll in relatively war-approving Alabama earlier this year, for example, asked whether the United States should be prepared to send troops back to Iraq to restore order there in the event a full-scale civil war erupted after a U.S. withdrawal. Only a third of the respondents favored doing so. Among the casualties of the Iraq syndrome could be the Bush doctrine, unilateralism, preemption, preventive war, and indispensable-nationhood.”

¹²⁵ No original: “(...) there will likely be growing skepticism about various key notions: that the United States should take unilateral military action to correct situations or overthrow regimes it considers reprehensible but that present no immediate threat to it, that it can and should forcibly bring democracy to other nations not now so blessed, that it has the duty to rid the world of evil, that having by far the largest defense budget in the world is necessary and broadly beneficial, that international cooperation is of only very limited value, and that Europeans and other well-meaning foreigners are naïve and decadent wimps.”

assim, suas observações acerca do que ele denomina “síndrome do Iraque” são pertinentes e suficientemente bem fundamentadas para a discussão sobre as diferenças fundamentais entre a Guerra do Vietnã e a Guerra do Iraque.

De fato, ao apelidar a consciência crítica norte-americana sobre a política externa dos Estados Unidos de “síndrome”, a extrema-direita da elite política republicana, ainda que inconscientemente, contribuiu para a ironia que hoje cerca o termo, pois, se por um lado, uma “síndrome” é manifestação de patologias, por outro as síndromes são caracterizadas pela velocidade com a qual podem se disseminar e pela persistência com a qual podem resistir. Uma definição particularmente interessante para a acelerada e persistente oposição à Guerra do Iraque dentro dos Estados Unidos.

Portanto, se por um lado, são significativas as diferenças entre o comportamento da opinião pública norte-americana nas duas guerras analisadas, por outro os legados deixados por elas, em termos de consciência crítica e de ceticismo em relação aos ideais democrático-liberais evocados pela Casa Branca na condução da política externa dos Estados Unidos, são notavelmente semelhantes. O grande desafio para a sociedade norte-americana contemporânea, entretanto, é o crescente desprezo do governo Bush pela opinião pública, com a exceção dos períodos eleitorais. Essa indiferença é ratificada, sobretudo, pela “razão de Estado” característica da política externa norte-americana intensificada após os ataques de 11 de setembro de 2001, que evoca a segurança nacional e mundial como justificativas para a campanha bélica e para o fortalecimento das correntes militaristas nos Estados Unidos.

O relativo desprezo pela opinião pública cultivado pela Casa Branca pode ser um indicativo de uma atrofia das instituições democráticas norte-americanas, que se arrasta desde meados da década de 1970 e se manifesta na erosão das conexões políticas e organizacionais entre a população e as diferentes esferas da política – conexões que fundamentam, em última análise, um tipo de resistência pública, democrática e coletiva que não pode ser ignorada pelos *policemakers*¹²⁶. A fragilização das instituições democráticas norte-americanas e o desprezo pela opinião pública não apenas explicam a relativa passividade da sociedade norte-americana perante a Guerra do Iraque (cuja reação, apesar de acelerada, foi muito menor do que a reação contra a Guerra do Vietnã), mas também nos ajudam a compreender o risco das transformações políticas em curso nos Estados Unidos. Que conseqüências podemos esperar do “abuso de poder” pela maior potência mundial, quando as forças sociais que limitam esse poder estão em crise?

¹²⁶ Para uma discussão mais detalhada sobre a atrofia das instituições democráticas norte-americanas, ver GREIDER (1993) e CHOMSKY (2007).

Uma segunda diferença central entre a Guerra do Vietnã e a Guerra do Iraque é a natureza da reação internacional.

Ao contrário do que ocorreu durante a Guerra do Vietnã, a Guerra do Iraque foi iniciada e perpetuada mesmo perante a oposição firme e consistente da maior parte dos Estados capitalistas desenvolvidos que apoiaram Washington em sua cruzada anti-comunista durante a Guerra Fria. Não se trata, obviamente, de menosprezar a reação da opinião pública internacional contra a Guerra do Vietnã, mas de reconhecer que o alinhamento político e econômico da Europa e do Japão com os interesses dos Estados Unidos durante a Guerra Fria fundamentou, em grande medida, o consenso sobre a desejabilidade de conter o comunismo, mesmo nas longínquas terras do Sudeste Asiático, na década de 1960.

Mais de uma década após o colapso da União Soviética e da arquitetura mundial de poder bipolar, os desafios enfrentados pelos Estados Unidos para conquistar e manter o apoio da comunidade internacional são muito maiores. A incapacidade de Washington de convencer – pilar central da hegemonia – outros países sobre a validade da intervenção no Iraque está relacionada também ao fato de que o clube dos países ricos não mais percebe os interesses dos Estados Unidos como interesses compartilhados.

A lógica de que se “a América ganha, nós ganhamos” (“America wins, we win”), tão vital para o consenso em torno da Guerra do Vietnã em sua fase inicial, foi sustentada por uma configuração histórica das relações internacionais muito particular, em que pesavam: a presença do Exército Vermelho nas portas da Europa Ocidental; a receptividade das elites européias e japonesa à liderança hegemônica exercida pelos Estados Unidos, que atava os norte-americanos ao compromisso de recuperar as nações devastadas durante a Segunda Guerra Mundial; a conveniência de ter uma potência mundial à frente do caro e arriscado controle sobre um “Terceiro Mundo” em emancipação; as vantagens advindas da contenção dos interesses soviéticos pelo mundo, sobretudo nos países onde a União Soviética apoiava movimentos anti-coloniais, regiões historicamente importantes para os europeus; e, por fim, o acentuado desenvolvimento econômico experimentado pela Europa e pelo Japão durante a “era de ouro” do capitalismo (1945-1975), decorrente, em grande medida, da bem-sucedida disseminação mundial do “american way of life”, sob a forma de regimes nacionais de produção e consumo em massa.

Desde 2003, a inexistência de um inimigo externo comum facilmente identificável, tal como a União Soviética durante a Guerra Fria, e a ausência de um contexto de ampla prosperidade econômica análogo à “golden age” (1945-1975) contribuíram, portanto, para o

acentuado declínio do poder hegemônico norte-americano, tendência verificável, de fato, desde o início da década de 1970.

A intervenção militar no Iraque desde 2003, liderada pelos norte-americanos, em clara dissonância com a intervenção na Indochina nas décadas de 1960 e 1970, é cada vez mais percebida pela comunidade internacional como uma perseguição desenfreada dos interesses particulares dos Estados Unidos. Aos olhos dos países europeus, como ressalta Giovanni Arrighi, os Estados Unidos perderam o posto de defensores da democracia e da liberdade internacional e se transformaram em “proveitadores globais”, um peso para o mundo (ARRIGHI, 2005, p. 30-61). À visão de Arrighi, os Estados Unidos exploraram os ataques de 11 de setembro de 2001 e a ascensão do fundamentalismo muçulmano – motivados, em grande medida, pela própria política externa norte-americana – como pretextos para defender, a qualquer custo, os seus interesses e o seu poder no mundo. Nessa perspectiva, a ideologia democrático-liberal ressurgiu oportunamente como ideário conveniente para tentar reverter o processo de declínio da hegemonia norte-americana, além de ser uma justificativa atraente para alcançar um objetivo há muito almejado por Washington: o controle sobre os recursos petrolíferos do Golfo Pérsico (ARRIGHI, 2005, p. 30-61).

Cabe enfatizar que os interesses norte-americanos em jogo no Oriente Médio não se limitam meramente à dominação dos recursos petrolíferos da região. No capítulo três, sustentei a idéia de que os Estados do Oriente Médio há muito figuram como desafios na agenda política da Casa Branca. Controlar as tensões sociais que florescem a cada dia no Oriente Médio, atreladas sobremaneira a disputas étnicas e religiosas, é fator essencial na estabilização da arquitetura mundial de poder liderada pelos Estados Unidos. Estabilidade sem a qual tornar-se-ia significativamente mais tortuoso o caminho a ser trilhado pelos Estados Unidos pela defesa de seus interesses.

A complexidade dos interesses em jogo no Oriente Médio pode ser melhor entendida quando consideramos a preponderância da região para as relações entre os países asiáticos. Interessante nesse contexto é analisar a política externa japonesa de apoio à Guerra do Iraque. As determinantes geográficas e políticas que, desde a Guerra Fria, colocam o Japão numa posição instável e delicada pesam cada vez mais nas decisões de Washington: influenciar os países do Oriente Médio e, em último caso, controlar diretamente os seus recursos naturais, é fator-chave não apenas para defender os interesses econômicos e políticos norte-americanos, mas também para assegurar o equilíbrio de poder asiático que, cada vez mais, desloca-se do Japão para a China. Do ponto de vista norte-americano e, certamente, nipônico, influenciar os

países do Oriente Médio é algo essencial para limitar as ambições chinesas, de modo que, nessa perspectiva, não é de se estranhar o envio de soldados japoneses para o Iraque.

Paradoxalmente, a política externa norte-americana em curso desde 2001 complexifica ainda mais a já conturbada relação entre os países do Oriente Médio e os países ocidentais, algo ainda mais preocupante do ponto de vista da Europa, que historicamente abriga uma população de origem árabe-muçulmana cada vez mais ressentida pelo tratamento e pela inferiorização a que é recorrentemente submetida – considere-se, por exemplo, os recentes impasses entre o governo francês e os muçulmanos que moram na França em torno de questões relativas às tradições islâmicas.

Em meio às diferenças que limitam as comparações entre a Guerra do Vietnã e a Guerra do Iraque, há, portanto, que se reconhecer que tanto num caso quanto em outro a perda de credibilidade da política externa norte-americana foi traduzida em declínio da capacidade dos Estados Unidos de convencer os outros grupos sociais e países sobre a desejabilidade e a universalidade dos objetivos norte-americanos – definição, em si, do que Antônio Gramsci denominou “poder hegemônico”.

A comparação histórica das hegemonias holandesa, britânica e norte-americana, na perspectiva de longa duração desenvolvida por Arrighi (2001), permite-nos identificar a ascensão da dominação como uma recorrência marcante dos períodos de declínio do poder hegemônico, nos quais a nação “no poder” prefere ser temida a ser amada, parafraseando Maquiavel (HARVEY, 2004, p. 36-41). Ainda assim, cabe salientar que as recorrências identificadas a partir da análise de longa duração são tendências históricas. Assim, mesmo reconhecendo a utilidade dessas recorrências para uma análise prospectiva, deve-se considerar que tendências comportam contra-tendências e que os desdobramentos da Guerra do Iraque, tal como a história, estão em aberto.

Face às incertezas relativas aos desdobramentos da Guerra do Iraque, o certo é que a incondicional “indispensabilidade” dos Estados Unidos, proclamada por Madeleine Albright na década de 1990, não é algo tão marcante nas relações internacionais desde o início da década de 1970, quando os primeiros sinais de declínio da hegemonia norte-americana já podiam ser percebidos.

Os sinais da dissensão internacional foram exacerbados mesmo antes do efetivo início da Guerra do Iraque. Desde 2002, são notórias as ironias em relação às “profecias” de Thomas Friedman salientadas pela imprensa e pela Academia européias. Friedman, um dos mais proeminentes apologistas da ideologia democrático-liberal norte-americana, viu-se na incômoda posição de sustentar a indefensável idéia de que o anseio dos Estados Unidos de

intervir militarmente no Iraque repousava na benevolência e no anseio dos norte-americanos em manter uma economia mundial “livre” e operacional para o bem de todos.

O debate em torno das idéias liberais de Friedman remonta, de fato, à década de 1990. Após a publicação de um artigo de Friedman na *The New York Times Magazine*¹²⁷, em 1999, mesma época em que Washington liderava um “bombardeio humanitário” contra a Sérvia, fortaleceu-se a percepção de que aquilo que é bom para os Estados Unidos não necessariamente o é para o resto do mundo. De acordo com Friedman, “a mão invisível do mercado [mundial] nunca funcionará” para o benefício universal de todos os povos e de todas as nações “sem o punho invisível que mantém o mundo a salvo: McDonnell Douglas F-14 [os caças F-14] e o Exército, a Força Aérea, a Marinha e os fuzileiros navais dos Estados Unidos” (FRIEDMAN, 1999, s.p.)¹²⁸. O fortalecimento das correntes militaristas norte-americanas durante a Guerra do Iraque (2003-em curso) aumentou, entretanto, em diversos aspectos, a fragilidade dos argumentos e dos pretextos utilizados pelos Estados Unidos há décadas para tentar convencer e conquistar o apoio do resto mundo. A célebre declaração de Charles Wilson, Secretário de Defesa do Presidente Dwight Eisenhower, de que “o que é bom para o país [Estados Unidos] é bom para a General Motors, e vice-versa”¹²⁹ e, conseqüentemente, bom para o mundo, já não soa tão convincente quanto na década de 1950.

O caráter altamente ideológico e conservador dos argumentos de Friedman não impede, porém, que se reconheça sua habilidade para apontar as possíveis conseqüências de um desafio que os Estados Unidos enfrentam desde o início da década de 1970, revigorado uma vez mais em 2003: o declínio do poder hegemônico norte-americano. Num texto publicado no jornal *The New York Times*, três meses antes do início da Guerra do Iraque, Friedman alertava que a então “inevitável intervenção militar” teria de ser conduzida de modo a passar a impressão de que o objetivo norte-americano era “proteger o direito de sobrevivência econômica do mundo” e “não simplesmente bancar os excessos norte-americanos. Se ocuparmos o Iraque e simplesmente colocarmos mais um autocrata alinhado aos Estados Unidos para governar o posto de gasolina iraquiano (como já fizemos em outros Estados árabes produtores de petróleo), então essa guerra parcialmente motivada pelo petróleo será imoral” (FRIEDMAN, 2003 *apud* HARVEY, 2004, p. 24)¹³⁰.

¹²⁷ FRIEDMAN, T. *The New York Times Magazine*. New York: NYT, 28/03/1999.

¹²⁸ No original: “(...) the hidden hand of the market will never work (...) without the hidden fist that keeps the world safe: McDonnell Douglas' F-14 and the United States Army, Air Force, Navy and Marines.”

¹²⁹ No original: “What's good for the country is good for GM, and vice versa.”

¹³⁰ No original: “(...) to protect the world's right to economic survival, not simply to fuel American excesses. If we occupy Iraq and simply install a more pro-U.S. autocrat to run the Iraqi gas station (as we have done in other Arab oil states), then this war partly for oil would be immoral.”

A erosão do poder hegemônico norte-americano remete não apenas ao declínio do poder político dos Estados Unidos, mas também ao declínio de seu poder econômico, que o historiador Niall Ferguson chama de declínio do “hegemony”: a fragilização da posição internacional ocupada pelo dólar (FERGUSON, 2004, p. 262-290). O declínio da hegemonia econômica norte-americana explica, parcialmente, a dificuldade dos Estados Unidos em convencer outros países sobre a universalidade dos interesses em jogo na Guerra do Iraque.

Em clara dissonância com as décadas de 1960 e 1970, os países industrializados avançados que contam na arena política internacional enfrentam hoje os Estados Unidos, no campo econômico, em condições muito mais competitivas e com menor desvantagem do que durante a Guerra do Vietnã. A crescente fragilização do dólar desde o fim do sistema de paridade cambial fixa ancorado no dólar conversível em ouro (padrão dólar-ouro) em 1971, a deterioração das contas nacionais dos Estados Unidos (também relacionada aos astronômicos orçamentos de defesa, cruciais para a sustentação do complexo militar-industrial norte-americano) e a migração da base produtiva mundial dos Estados Unidos para a Ásia explicam, assim, as crescentes manifestações de insatisfação da comunidade internacional com os rumos da liderança mundial exercida por Washington. Na perspectiva de longa duração proposta por Arrighi, é curioso observar a manifestação de uma tendência típica dos períodos de declínio hegemônico: a dependência, cada vez maior, da nação hegemônica em declínio da esfera das altas finanças, do capital financeiro que provém, contemporaneamente, de investidores da Europa, da Ásia e do Oriente Médio que financiam a mais dispendiosa e endividada economia de todos os tempos – a economia norte-americana.

Mais do que relevante para entender o porquê do fortalecimento dos movimentos contra-hegemônicos – dentre eles a oposição à Guerra do Iraque –, o declínio da hegemonia econômica norte-americana é primordial para desvendar as motivações da intervenção dos Estados Unidos no Iraque.

Inúmeros estudos conduzidos desde 2003 apontam que a Guerra do Iraque insere-se, de fato, no esforço de Washington para utilizar o último verdadeiro trunfo dos Estados Unidos – sua incontestável supremacia militar – para consolidar o controle norte-americano sobre as reservas mundiais de petróleo e, conseqüentemente, sobre a economia mundial, por pelo menos mais cinquenta anos (nas estimativas de ARRIGHI, 2005, p. 65). Como enfatizou David Harvey no início da Guerra do Iraque:

A Europa e o Japão, assim como o Leste e o Sudeste Asiático (incluindo crucialmente agora a China) são altamente dependentes do petróleo do Golfo, e essas são configurações regionais do poder político-econômico que impõem um

desafio à hegemonia dos Estados Unidos nos mundos da produção e das finanças. Que caminho seria melhor para suplantar essa competição e assegurar sua própria posição hegemônica do que controlar o preço, a condição e a distribuição do recurso econômico chave de que os concorrentes dependem? E qual melhor caminho para fazê-lo do que usar a força militar, na qual os Estados Unidos se mantêm todo poderoso? (HARVEY, 2004, p. 25)¹³¹

Como sustentado no terceiro capítulo da dissertação, não se pode reduzir a explicação das origens da Guerra do Iraque (2003-em curso) à necessidade norte-americana de explorar sua superioridade bélica para resguardar o poder dos Estados Unidos no mundo. Ainda assim, as considerações de Harvey são particularmente instigantes se assumimos, por alguns instantes, a incômoda perspectiva dos neoconservadores republicanos à frente da Casa Branca. Ainda mais interessante é identificar outra recorrência histórica de longa duração que, segundo Arrighi, marcou também o declínio da hegemonia britânica e, antes dela, da hegemonia holandesa: a paradoxal tentativa da nação em declínio de resguardar seu poder hegemônico através da dominação e da coerção (*hard power*), tipos de poder particularmente letais para a hegemonia¹³².

Num contexto em que a Casa Branca possui boas razões para acreditar que sua posição dominante no mundo está seriamente ameaçada, o governo Bush vislumbrou, de fato, o poder militar norte-americano como uma alternativa para resolver, ou ao menos driblar, os desafios impostos à hegemonia dos Estados Unidos. Mas falhou ao tentar escamotear esse interesse perante o resto do mundo sob a retórica salvacionista e benevolente do “grande líder” que deseja levar a paz e a liberdade a todos, mesmo que seja necessário impor a paz através das armas (HARVEY, 2004, p. 77).

Incapaz de manter sua hegemonia econômica (“hegemoney”) através dos mecanismos “normais do livre mercado” defendidos por Friedman, os Estados Unidos viram-se, nessa perspectiva, impelidos a recorrer ao “punho invisível” (“hidden fist”) para manter sua preponderância econômica internacional, por meio do controle do principal insumo da matriz energética mundial: o petróleo. O mais curioso é que essa cruzada norte-americana pelo controle do petróleo do Oriente Médio esteja sendo financiada, indiretamente, pela Europa e

¹³¹ No original: “Europe and Japan, as well as East and Southeast Asia (now crucially including China) are heavily dependent on Gulf oil, and these are regional configurations of political-economic power that now pose a challenge to U.S. hegemony in the worlds of production and finance. What better way to ward off that competition and secure its own hegemonic position than to control the price, condition, and distribution of the key economic resource on which the competitors rely? And what better way to do that than to use the one line of force where the U.S. still remains all-powerful - military might?”

¹³² É importante enfatizar que, de acordo com a análise gramsciniana, não há uma dicotomia entre hegemonia e dominação: elas são, de fato, relações sociais complementares e, simultaneamente, antagônicas, do que decorre a contradição da relação entre elas. Como o próprio Gramsci salientou em seu *Cadernos*, a nação hegemônica não se vale apenas da hegemonia: quando é necessário, ela não hesita em recorrer à força, à dominação.

pela Ásia, que sustentam, em última instância, os padrões perdulários de consumo da economia norte-americana.

Cabe ainda chamar a atenção para o fato de que os desdobramentos da intervenção militar no Iraque demonstram que, se o objetivo central dos Estados Unidos era, de fato, resguardar o seu poder mundial através da exploração de seu último trunfo – a superioridade militar –, então mais uma vez faz-se relevante a observação de Gramsci de que a dominação (*hard power*) é significativamente prejudicial para a hegemonia (*soft power*), ratificando a posição de Gramsci de que, quando é necessário, a nação hegemônica não hesita em recorrer à força, à dominação.

4.2.1 OS INTERESSES NORTE-AMERICANOS NO VIETNÃ E NO IRAQUE

Na primeira parte da análise sobre as semelhanças e as diferenças entre a Guerra do Vietnã (1965-1975) e a Guerra do Iraque (2003-em curso), sustentei que grande parte das analogias entre as duas guerras reflete, de fato, tendências históricas de longa duração da política externa dos Estados Unidos. Dentre as principais tendências, destaquei a oposição norte-americana ao desenvolvimento das ambições das outras nações, a imposição da subordinação dos outros Estados aos interesses de Washington, a determinação em sustentar a credibilidade dos objetivos norte-americanos com base na retórica da “democracia e da liberdade”, e o posicionamento da sociedade norte-americana em relação à forma como a Casa Branca conduz a política externa e interna dos Estados Unidos.

Num segundo momento, considere algumas diferenças centrais entre as duas guerras e procurei enfatizar o comportamento da opinião pública internacional e da opinião pública norte-americana em relação à política externa dos Estados Unidos. Defendi, naquele contexto, que comparar a reação da própria sociedade norte-americana e da comunidade internacional nas décadas de 1960 e 1970 à reação desencadeada a partir de 2003 é um fator-chave para identificar e compreender a evolução da capacidade dos Estados Unidos convencerem o mundo, e a própria sociedade norte-americana, sobre a universalidade dos seus interesses e sobre a adequabilidade dos seus meios.

Nessa sub-seção, analisarei os interesses dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã e na Guerra do Iraque. Sustentarei que importantes diferenças entre os objetivos de Washington nos dois casos tendem a diferenciar a “solução” vislumbrada pela Casa Branca na Guerra do Vietnã daquela que pode vir a ser contemplada no caso do Iraque.

Em recente artigo, John Mueller (2005), proeminente cientista político alinhado ao Partido Republicano, defendeu que a acelerada oposição da opinião pública norte-americana à Guerra do Iraque “decorre principalmente do fato de que o público norte-americano valoriza muito menos os interesses [dos Estados Unidos] no Iraque do que os interesses na Coréia e no Vietnã” (MUELLER, 2005, p. 45). De acordo com Mueller,

(...) as principais ameaças que o Iraque supostamente representava para os Estados Unidos quando as tropas [norte-americanas] invadiram o país – as armas de destruição em massa e o apoio ao terrorismo internacional – foram, no mínimo, descartadas. Sem essas justificativas, a Guerra do Iraque passa a ser considerada algo como uma aventura humanitária, e, conforme apontado por Francis Fukuyama, o pedido [por parte do governo norte-americano] para gastar 'vários bilhões de dólares e vários milhares de vidas norte-americanas para levar a democracia ao Iraque' estaria 'fora de questão'. (MUELLER, 2005, p. 45)¹³³

O que escapa à análise de Mueller, no entanto, é a possibilidade dos *policemakers* de Washington e da sociedade norte-americana não compartilharem a mesma definição de “interesses dos Estados Unidos”. Mueller não analisa, nem sequer considera, a possibilidade de que muitos norte-americanos se oponham à Guerra do Iraque em função de uma consciência crítica pautada por valores éticos e também em função de uma concepção distinta sobre os interesses dos Estados Unidos no mundo, não alinhada à postulada universalidade das concepções norte-americanas de “democracia” e “liberdade”. O curioso é que, dentre as pesquisas de opinião analisadas por Mueller, conste que, já em 2003, metade da população dos Estados Unidos acreditasse que a intervenção militar no Iraque não era “eticamente justificável”. É questionável ainda que, mesmo consciente dessa informação, Mueller não tenha se atentado para a possibilidade de que a sociedade norte-americana esteja interessada, na realidade, na promoção de uma política externa norte-americana que trate os outros países com dignidade e respeito.

Talvez a grande contribuição da análise de Mueller resida na luz que ela lança sobre a perspectiva “interna” à elite republicana à frente da Casa Branca no que diz respeito aos interesses dos Estados Unidos no Iraque. Por seus contatos com os principais ideólogos e com as principais lideranças políticas que integram o governo Bush, Mueller termina por esclarecer algumas questões que escapam aos analistas que não têm uma visão de “dentro” da elite republicana dos Estados Unidos.

¹³³ No original: “the main threat that Iraq was supposed to present to the United States when troops went in - weapons of mass destruction and support for international terrorism - have been, to say the least, discounted. With these justifications gone, the Iraq war is left as something of a humanitarian venture, and, as Francis Fukuyama has put it, a request to spend 'several hundred billion dollars and several thousand American lives in order to bring democracy to Iraq' would 'have been laughed out of court'.

Segundo Mueller, do ponto de vista da elite norte-americana, os interesses dos Estados Unidos no Iraque são tão valorizados quanto os interesses em jogo no Vietnã nas décadas de 1960 e 1970, muito embora as próprias lideranças políticas reconheçam a natureza distinta dos interesses em questão em cada uma das duas guerras. A percepção de Mueller é ratificada se consideramos os elevadíssimos investimentos dos Estados Unidos no Iraque, que obviamente tem tão pouco a ver com a disseminação da “democracia” quanto com o interesse de proteger a sociedade norte-americana e o resto do mundo das armas de destruição em massa e do terrorismo. Por pelo menos seis décadas, é fato notório aos *policemakers* norte-americanos que as reservas de petróleo do Golfo Pérsico constituem o que o Departamento de Estado norte-americano chamou, já em 1945, de “uma estupenda fonte de poder estratégico, e uma das mais valiosas recompensas da história [pela qual vale a pena lutar]” (referindo-se, naquele momento, às reservas de petróleo da Arábia Saudita) (CHOMSKY, 2002, s.p.)¹³⁴. Uma “fonte de poder” que Noam Chomsky considera “uma alavanca para a dominação mundial”, lembrando que essa “recompensa” pela qual vale a pena lutar já enriqueceu os Estados Unidos de inúmeras formas por muito tempo.

Em consonância com a perspectiva “interna” à elite republicana norte-americana descrita por Mueller, Chomsky afirma que os “Estados Unidos invadiram o Iraque porque ele possui enormes recursos petrolíferos, a maior parte intocada, e o Iraque está precisamente no coração do sistema energético mundial” (CHOMSKY, 2003, s.p.). Se os Estados Unidos forem bem-sucedidos em seu objetivo de controlar o Iraque, os norte-americanos “aumentarão significativamente o seu poder estratégico, o que Zbigniew Brzezinski chama de “alavanca crítica” [para aumentar o poder norte-americano] sobre a Europa e a Ásia” (CHOMSKY, 2003, s.p.).

De fato, desde os primeiros dias da intervenção norte-americana no Iraque, Chomsky, remontando à análise de Brzezinski, defende que “o controle norte-americano sobre os produtores de petróleo do Oriente Médio confere aos Estados Unidos uma influência política indireta, porém crucial, sobre as economias européias e asiáticas que também dependem das exportações de energia da região [do Golfo Pérsico]” (CHOMSKY, 2007, p. 36-37)¹³⁵. Brzezinski, nesse sentido, reitera as idéias de um dos mais importantes políticos e idealizadores da política externa norte-americana no século XX, George F. Kennan, que também considerava que o controle dos Estados Unidos sobre os recursos naturais do Golfo

¹³⁴ No original: “a stupendous source of strategic power, and one of the greatest material prizes in history”.

¹³⁵ No original: “America's control over Middle Eastern oil producers 'gives it indirect but politically critical leverage on the European and Asian economies that are also dependent on energy exports from the region.”

Pérsico colocaria nas mãos de Washington o “poder de veto” sobre seus adversários industriais.

Portanto, na opinião de Chomsky, a principal razão dos Estados Unidos para a intervenção militar no Iraque é estabelecer controle sobre as reservas de petróleo, fundamento para o poder estratégico almejado por Washington¹³⁶.

As idéias de Chomsky ratificam, na realidade, os posicionamentos de diversos outros pesquisadores que analisam a evolução da política externa norte-americana desde o fim da Segunda Guerra Mundial, que convergem quando o assunto é a crescente dependência de petróleo do modelo econômico norte-americano baseado na produção e no consumo em massa, e numa “insaciável demanda por combustíveis fósseis” (para empregar o termo cunhado por Chalmers Johnson). Mesmo na altamente improvável hipótese dos Estados Unidos superarem seu vício por petróleo e se tornarem auto-suficientes em termos energéticos, o anseio de controlar o petróleo do Oriente Médio provavelmente persistiria entre as principais obsessões dos *policemakers* norte-americanos, pois controlar o principal recurso da matriz energética mundial é o fator-chave no projeto da Casa Branca de retardar o declínio da hegemonia dos Estados Unidos, através da imposição de limites ao desenvolvimento das economias adversárias européias e asiáticas – que cada vez mais desafiam os Estados Unidos nos campos produtivo, comercial e financeiro.

A aparente simplicidade do argumento defendido por Chomsky encobre um importante ponto de vista sobre a política externa dos Estados Unidos, que escapa, ou não é suficientemente explorado, pela imprensa norte-americana e mundial. Os interesses norte-americanos em relação às reservas petrolíferas iraquianas não se limitam à mera necessidade de abastecimento interno ou ao propósito de assegurar a prosperidade da economia mundial. De fato, somente 20% do petróleo consumido nos Estados Unidos provém do Oriente Médio¹³⁷. O objetivo central de Washington em relação aos recursos petrolíferos do Iraque residem, na realidade, no poder estratégico sobre as economias européias e asiáticas que esse tipo de controle sobre um recurso energético pode proporcionar.

Os interesses estratégicos dos Estados Unidos no Iraque são tão significativos que o extenso debate sobre a retirada das forças norte-americanas daquele país é, na melhor das hipóteses, inocente dentro da perspectiva do atual governo. Mesmo entre os segmentos da sociedade norte-americana que se dizem de esquerda, há uma tendência de se considerar que a intervenção dos Estados Unidos no Iraque objetiva também criar um regime democrático.

¹³⁶ A mesma opinião é compartilhada por HARVEY (2004, p.24-25; 74-81) e SAMPSON (2002, s.p.).

¹³⁷ As importações norte-americanas de petróleo e derivados, entre 1945 e 2006, pode ser verificada em NIPA, 2006. Acessado em: 03/01/2005. Disponível em: <http://www.bea.gov/national/index.htm>

Uma parcela significativa da sociedade norte-americana parece acreditar, de fato, que a recente política externa de Washington é motivada, entre outros motivos, por uma excepcional benevolência e por um ardente apego ao ideal da “liberdade universal”. Não raras são as manifestações públicas a favor da imediata retirada dos soldados norte-americanos do Iraque para que os próprios iraquianos tenham a “oportunidade” de dar continuidade à luta pela “democracia” supostamente iniciada pelos Estados Unidos (KRISTOFF, 2006, p. A23).

Considerando-se a evolução da política externa norte-americana em relação ao Oriente Médio desde a década de 1980, é sensato afirmar que a retirada das forças norte-americanas do Iraque não figura entre as preocupações mais prementes de Washington – muito embora os desdobramentos da guerra em curso estejam, tal como a história, em aberto. Um Iraque livre, soberano, democrático e independente é, de fato, a última coisa desejada pelos Estados Unidos e certamente figura nos piores cenários traçados pelo Pentágono. A retórica da disseminação da democracia e da liberdade encobre o interesse de aprofundar o controle norte-americano sobre os recursos petrolíferos do Iraque e de todo Oriente Médio, o que seria certamente obstaculizado por um Iraque livre e independente.

O encerramento da Guerra do Iraque e a retirada das tropas norte-americanas é uma alternativa ainda menos atraente para a Casa Branca se considerarmos a composição étnica e política da sociedade iraquiana. A população do Iraque é formada, em sua maior parte, por muçulmanos xiitas, possivelmente inclinados a utilizar a prometida independência nacional iraquiana para estabelecer uma aliança com outro Estado central em termos de recursos petrolíferos, onde impera uma maioria muçulmana xiita: o Irã. Uma coalizão entre o Irã e o Iraque poderia estimular, ainda, a resistência xiita em outros países do Oriente Médio, sobretudo na Arábia Saudita, dona da maior reserva petrolífera do mundo e lar de um significativo número de xiitas, oprimidos há décadas por um regime autoritário alinhado aos Estados Unidos.

Chomsky, em recente entrevista, chamou a atenção para o controle norte-americano sobre a participação de xiitas no novo governo iraquiano, insistindo que o estabelecimento de limites para a atuação política da maioria xiita no Iraque é fator-chave para controlar outros Estados do Golfo Pérsico e limitar suas ambições.

Vamos falar sobre a retirada [norte-americana do Iraque]. Escolha qualquer jornal diário ou periódicos e publicações do tipo. Eles começam pela afirmação de que os Estados Unidos desejam construir um Iraque democrático e soberano. Quer dizer, isso é ao menos uma possibilidade remota? Simplesmente considere como seriam as políticas de um Iraque independente e soberano. Se ele for mais ou menos democrático, terá uma maioria xiita. Eles [xiitas iraquianos] desejarão obviamente

aprofundar suas ligações com o Irã, com o Irã xiita. A maior parte do clero [xiita] vem do Irã. A Brigada Badr [hoje denominada Organização Badr], que basicamente controla o sul [do Iraque], é treinada no Irã [onde se refugiou por duas décadas durante o governo de Saddam Hussein]. Eles [a Organização Badr e o clero xiita iraniano] têm importantes relações econômicas que serão aprofundadas. Então teremos uma aliança Irã-Iraque. Além disso, logo após a fronteira da Arábia Saudita, há uma população xiita que tem sido brutalmente oprimida por uma tirania fundamentalista apoiada pelos Estados Unidos. E quaisquer movimentos em direção à independência no Iraque certamente estimularão os xiitas sauditas, como já acontece. [A região onde vivem os sauditas xiitas] vem a ser aquela onde se encontra a maior parte do petróleo da Arábia Saudita. Certo, então pode-se imaginar o maior pesadelo de Washington: uma ampla aliança xiita controlando a maior parte do petróleo mundial [2/3 das reservas de petróleo do mundo estão nos países do Golfo Pérsico], independente de Washington e provavelmente alinhada com o Oriente, onde a China e outros países estão ávidos para estabelecer relações com eles [os Estados do Oriente Médio], como já acontece. Isso é ao menos concebível? Os Estados Unidos iriam à guerra nuclear antes de permitir tal aliança, como demonstram os atuais acontecimentos. (CHOMSKY, 2006[a], s.p.)¹³⁸

No que se refere aos interesses dos Estados Unidos em jogo, a intervenção norte-americana no Vietnã, nas décadas de 1960 e 1970, foi substancialmente distinta da intervenção em curso no Iraque. A Guerra do Vietnã não objetivava estabelecer o controle norte-americano sobre nenhum recurso econômico estratégico sequer comparável ao petróleo do Oriente Médio. Em termos de recursos naturais, o Vietnã não atendia a nenhum interesse primordial norte-americano, assim como não representava um destino importante para as mercadorias e para os investimentos oriundos dos Estados Unidos. Então, qual a lógica por detrás de uma guerra que se estendeu por uma década, que sacrificou quase 60 mil vidas norte-americanas e que pesou significativamente no declínio do poder hegemônico dos Estados Unidos?

Ofuscados pelo peso dos interesses norte-americanos no Iraque, é fácil subestimar os interesses dos Estados Unidos em questão na Guerra do Vietnã. Mesmo na ausência de petróleo ou de recursos econômicos vitais para os Estados Unidos, a combinação entre nacionalismo e revolução social comunista no Vietnã colocava em risco interesses centrais para Washington. A longínqua e pobre sociedade vietnamita abrigava um dos mais bem

¹³⁸ No original: "Let's talk about withdrawal. Take any day's newspapers or journals and so on. They start by saying the United States aims to bring about a sovereign democratic independent Iraq. I mean, is that even a remote possibility? Just consider what the policies would be likely to be of an independent sovereign Iraq. If it's more or less democratic, it'll have a Shiite majority. They will naturally want to improve their linkages with Iran, Shiite Iran. Most of the clerics come from Iran. The Badr Brigade, which basically runs the South, is trained in Iran. They have close and sensible economic relationships which are going to increase. So you get an Iraqi/Iran loose alliance. Furthermore, right across the border in Saudi Arabia, there's a Shiite population which has been bitterly oppressed by the U.S.-backed fundamentalist tyranny. And any moves toward independence in Iraq are surely going to stimulate them, it's already happening. That happens to be where most of Saudi Arabian oil is. Okay, so you can just imagine the ultimate nightmare in Washington: a loose Shiite alliance controlling most of the world's oil, independent of Washington and probably turning toward the East, where China and others are eager to make relationships with them, and are already doing it. Is that even conceivable? The U.S. would go to nuclear war before allowing that, as things now stand."

organizados movimentos de resistência do “terceiro mundo” alinhados à União Soviética: o Viet Minh. Esse movimento objetivava não apenas depor a corrupta elite imperial que controlava o Vietnã, mas também criar uma nação livre e independente, inserida no bloco soviético. O Vietnã impunha, portanto, um desafio de grandes proporções à Casa Branca, sem paralelos atuais no Iraque: combater um bem organizado movimento de libertação nacional, originado nos movimentos de resistência à dominação colonial que, desde o período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, colocavam em risco os interesses norte-americanos mundo afora.

Os interesses dos Estados Unidos no Vietnã e no Iraque são qualitativamente distintos. Se, por um lado, no Iraque, o controle sobre os recursos petrolíferos figura entre os principais interesses de Washington, por outro, no Vietnã da década de 1960, o principal interesse dos Estados Unidos era conter as possíveis conseqüências do movimento nacionalista comunista vietnamita no Sudeste Asiático e, em última análise, no mundo. Se bem sucedido, o Viet Minh ameaçava, da perspectiva norte-americana na década de 1960, inspirar outros países a resistirem aos laços de subordinação mantidos pelos Estados Unidos dentro do bloco capitalista, bem como a impulsionar uma onda de questionamentos sobre a desigualdade social marcante das sociedades capitalistas.

Assim como a Revolução Cubana de 1959 e outros movimentos nacionalistas no “terceiro mundo” ameaçaram os interesses dos Estados Unidos na arquitetura mundial de poder consolidada após a Segunda Guerra Mundial – e mais ainda no contexto dos movimentos de libertação nacional da década de 1960 –, temia-se que uma “Revolução Vietnamita” se somasse aos “maus exemplos” da União Soviética e da China. Se as ambições comunistas vietnamitas não fossem contidas, temiam os Estados Unidos, o Vietnã reforçaria a percepção de que Estados pobres, basicamente agrícolas poderiam experimentar significativo desenvolvimento econômico fora do bloco capitalista e às custas do sacrifício dos interesses do capital norte-americano. A mera sinalização de que as nações do “terceiro mundo” poderiam se desenvolver sem a supervisão dos Estados Unidos atormentava até mesmo os mais prudentes membros da elite política norte-americana. E, num cenário ainda pior, o exemplo vietnamita poderia ser seguido mesmo por países industrializados, como o Japão, num “efeito dominó” que colocaria em risco a própria sobrevivência da ordem capitalista.

Do ponto de vista da Casa Branca, a vitória norte-americana no Vietnã, no contexto dos movimentos de libertação nacional década de 1960, era igualmente importante para evitar que a revolução social e política em curso na Indochina se disseminasse pela periferia do bloco capitalista. A lógica da contenção do comunismo não se limitava, portanto, a evitar que

os países centrais do sistema capitalista fossem “tragados” pelo comunismo. “Perder” os países periféricos (Indonésia, Filipinas, Malásia, dentre outros) para os soviéticos era igualmente preocupante porque o “terceiro mundo” concentrava importantes fontes de matérias-primas e grandes mercados consumidores das mercadorias produzidas nos Estados Unidos.

Os interesses norte-americanos em jogo na Guerra do Vietnã incluíam, da mesma forma, o posicionamento do Japão na Ásia. Historicamente central para a defesa dos objetivos norte-americanos na região asiática, o Japão via-se ameaçado pela rápida difusão do comunismo entre os países do Oriente. O sucesso do comunismo na China inflamava a percepção norte-americana do problema japonês. Já no início da década de 1960, temia-se que o isolamento geográfico nipônico fosse ainda mais acentuado por um isolamento político e econômico associado a uma eventual disseminação do comunismo por toda Ásia (KENNAN, 1964, p. 86).

Chomsky, em sua notória análise sobre as políticas do Departamento de Estado norte-americano para o Vietnã, reunidas na coletânea *The Pentagon Papers*, concorda que a real ameaça imposta pelo Vietnã aos Estados Unidos era o risco “do progresso social e econômico [vietnamita] dentro de um quadro inaceitável [o comunismo] para os interesses imperiais norte-americanos”, risco que, segundo Chomsky, poderia se disseminar (CHOMSKY, 1973, p. 35)¹³⁹.

A contenção do comunismo norteou, de fato, os interesses centrais de Washington na Guerra do Vietnã. Como indicam os documentos do Departamento de Estado norte-americano elaborados nas décadas de 1950 e 1960, no melhor cenário traçado pelos *policemakers* do Pentágono, os Estados Unidos apoiariam as elites políticas dos países que experimentavam o fortalecimento de movimentos nacionalistas, de modo que essas “sublevações” contra a ordem estabelecida fossem reprimidas sem a intervenção direta dos norte-americanos. Essas expectativas foram, em grande medida, concretizadas na Indonésia em 1965, quando o regime de Suharto, com o apoio da Casa Branca, aniquilou o movimento político nacionalista indonésio. Mais de 600 mil indonésios morreram no decurso da repressão liderada pelo governo de Suharto, retratada pelos Estados Unidos como uma “libertação democrática” da Indonésia. No pior cenário traçado pelo Pentágono, as forças conservadoras dos países ameaçados por movimentos nacionalistas não seriam capazes de agir sem a intervenção direta dos Estados Unidos. A pior das hipóteses se concretizou no Vietnã.

¹³⁹ No original: “(...) the threat of social and economic progress within a framework unacceptable to American imperial interests. This is the rot that may spread.”

Como argumentado no capítulo dois, mesmo a inquestionável derrota dos Estados Unidos no Vietnã não impediu que objetivos norte-americanos, considerados primordiais no contexto dos movimentos de libertação nacional da década de 1960, fossem alcançados. Ao final da guerra, os Estados Unidos encontravam-se, sem dúvidas, moralmente dilacerados, politicamente fragilizados e economicamente enfraquecidos. O receio norte-americano de que o “dominó” vietnamita tombasse se concretizou. Mas a queda do Vietnã deixou à mostra um país profundamente destruído e castigado pela guerra, revelando até onde se estendia a disposição dos Estados Unidos em defender os seus próprios interesses. Em 1975, a Casa Branca acreditava que o preço pago pelos vietnamitas havia sido alto demais e que as outras peças da fileira de dominós dificilmente tomariam.

Da perspectiva ideológica da Casa Branca, o sucesso dos Estados Unidos em instituir e consolidar um governo sul-vietnamita suficientemente forte e repressivo para conter a disseminação do movimento comunista por uma década, e as claras demonstrações de força e de crueldade, dadas por Washington no Laos e no Camboja, foram tão expressivos que dificilmente a resistência vietnamita serviria como referência para outras nações. O peso econômico da Guerra do Vietnã foi ratificado, nas décadas seguintes (1975-1997), pelo embargo comercial norte-americano imposto ao Vietnã, bem como pela hostilidade do Banco Mundial (presidido por Robert McNamara entre 1968 e 1971) e do FMI em relação àquela região. Como observou Chomsky, apesar da bem-sucedida resistência vietnamita, “o Vietnã está contido, e os Estados Unidos estão fazendo tudo o que é possível para mantê-lo nessa condição” (CHOMSKY, 1991, p. 59-60)¹⁴⁰.

Atualmente, uma década após o fim do embargo comercial norte-americano e o restabelecimento de relações diplomáticas, o Vietnã está mais do que nunca integrado ao capitalismo. Muito embora a maior parte da população vietnamita sobreviva com uma renda anual per capita de US\$ 500, grandes lojas de departamentos européias e transnacionais norte-americanas disputam espaço com casebres nos grandes centros vietnamitas. Os Estados Unidos já são o maior parceiro econômico do Vietnã. Como ressaltou o repórter vietnamita Tin Tran (2005, s.p.), hoje os vietnamitas não se preocupam mais com política; estão mais preocupados em descobrir maneiras de enriquecer¹⁴¹.

Chomsky defende que, por volta de 1968, a Casa Branca já reconhecia que os objetivos norte-americanos no Vietnã não seriam plenamente alcançáveis, mas mesmo assim os Estados Unidos continuavam a ter boas razões para acreditar que a sua intervenção era

¹⁴⁰ No original: “Vietnam is a basket-case, and the US is doing everything it can to keep it that way.”

¹⁴¹ No original: “many people from the North came down to Saigon to do business. Now people don't care about politics. What they care about is how to get rich.”

relativamente bem-sucedida, tendo em vista que dificilmente a vitória da resistência vietnamita serviria de inspiração para outros países face ao caos social e econômico resultante da guerra – consequências, de fato, comuns às guerras. Nos termos de Chomsky,

O principal objetivo imperial [norte-americano], prevenir a revolução vietnamita de estimular outros grupos significativos do terceiro mundo a agirem contra o impacto destrutivo da integração na economia mundial dominada pelas grandes potências industriais, foi dificultado pela inesperada resiliência e obstinação dos vietnamitas. Mesmo assim, os Estados Unidos alcançaram parcialmente os seus objetivos. (CHOMSKY, 1973, p. 49)¹⁴²

Portanto, em consonância com a interpretação de Chomsky, os Estados Unidos engajaram-se numa guerra contra o Vietnã por um motivo de grande relevância para os interesses norte-americanos no contexto da Guerra Fria da década de 1960: impedir a consolidação e a expansão de um bem-sucedido modelo alternativo de organização econômica e social, independente dos Estados Unidos. Constatada a disposição vietnamita em resistir aos interesses de Washington, a alternativa vislumbrada pela Casa Branca foi transformar o Vietnã num exemplo a não ser seguido, destruindo-o.

[os Estados Unidos] foram para a guerra no Vietnã por uma razão muito boa. Eles temiam que o Vietnã se tornasse um bem-sucedido modelo de desenvolvimento independente e que isso tivesse um efeito viral – infectando outros que pudessem vir a seguir o mesmo caminho. Havia um objetivo de guerra muito simples – destruir o Vietnã. E os Estados Unidos o fizeram. Os Estados Unidos basicamente alcançaram seus objetivos de Guerra no Vietnã em 1967. A atuação dos norte-americanos foi considerada uma derrota, uma perda, porque eles não atingiram todos os seus objetivos, sendo o objetivo máximo transformar o Vietnã em algo como as Filipinas. Isso eles não conseguiram. Mas eles de fato alcançaram seus principais objetivos. (CHOMSKY, 2006[b], s.p.)¹⁴³

A análise de Chomsky desconsidera, todavia, uma diferença central entre o contexto em que a Guerra do Vietnã foi iniciada e aquele em vigor em meados da década de 1970. Na década de 1960, intervir militarmente no Vietnã era, da perspectiva da Casa Branca, uma estratégia adequada ao objetivo de impedir que a disseminação de movimentos de libertação nacional – em curso desde o período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial –

¹⁴² No original: “The basic imperial drive to prevent Vietnamese revolutionary nationalism from stimulating other significant groups in the Third World to act against the destructive impact of integration in the global economy dominated by the industrial powers had been blunted by the unexpected resilience and obstinacy of the Vietnamese. Nevertheless, it has partially achieved its aims.”

¹⁴³ No original: “went to war in Vietnam for a very good reason. They were afraid Vietnam would be a successful model of independent development and that would have a virus effect-infect others who might try to follow the same course. There was a very simple war aim-destroy Vietnam. And they did it. The United States basically achieved its war aims in Vietnam by 1967. It's called a loss, a defeat, because they didn't achieve the maximal aims, the maximal aims being turning it into something like the Philippines. They didn't do that. But they did achieve the major aims.”

fortalecesse a esfera de influência soviética. Entretanto, desde o final da década de 1960, o tipo de ameaça internacional à ordem liderada pelos Estados Unidos era qualitativamente distinto daquele que motivou a estratégia norte-americana na Guerra do Vietnã. Nas décadas de 1970 e 1980, os principais movimentos de resistência no “Terceiro Mundo” voltavam-se contra as ditaduras – apoiadas, em sua maioria, por Washington – e não mais assumiam a forma de movimentos de libertação nacional.

Portanto, se, por um lado, no contexto dos movimentos de libertação nacional da década de 1960, a estratégia adotada no Vietnã para que ele não servisse de “exemplo” ao resto do “Terceiro Mundo” atendia, em tese, aos interesses dos Estados Unidos, por outro, nas décadas de 1970 e 1980, as transformações dos movimentos de resistência social – que assumiram a forma de movimentos contra as ditaduras – invalidaram a estratégia de Washington. “Destruir e abandonar” não era uma estratégia eficaz no contexto das décadas de 1970 e 1980 porque, naquele período, o caminho trilhado pela resistência vietnamita não mais representava uma alternativa para os movimentos de resistência do resto mundo. O modelo comunista soviético, além disso, era cada vez mais questionado pelas esquerdas, de modo que dificilmente o Vietnã serviria como um exemplo, tal como supunham os norte-americanos.

Em termos comparativos, a estratégia adotada pelos Estados Unidos no Vietnã (“destruir e abandonar”, no jargão do Pentágono) não se adequa também à Guerra do Iraque. A impossibilidade de retomar, no caso do Iraque, estratégia análoga à utilizada no Vietnã não está associada nem a uma maior valorização dos interesses norte-americanos na atual guerra (em relação aos interesses dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã), nem ao desafio imposto pela resistência nacional iraquiana, significativamente menor e menos organizada do que a resistência vietnamita (ARRIGHI, 2005, p. 57-58). A principal razão pela qual a estratégia norte-americana na Guerra do Iraque se diferencia da estratégia adotada na Guerra do Vietnã é a natureza distinta dos interesses dos Estados Unidos em cada caso. No Vietnã, conter o comunismo e a formação de um bem-sucedido modelo de organização social e econômica diferente daquele defendido pelos norte-americanos eram interesses compatíveis com a estratégia de causar o máximo de danos possíveis e abandonar o país; muito embora essa não fosse a melhor estratégia para Washington, era a estratégia possível. No Iraque, o interesse de controlar reservas petrolíferas é simplesmente incompatível como a estratégia de “destruir e abandonar” (“destroy and leave”).

No Iraque, a consecução dos objetivos dos Estados Unidos depende, fundamentalmente, da sustentação da intervenção norte-americana. Se, no caso vietnamita, a “razão de Estado” norte-americana indicava que o Vietnã “tinha que ser destruído para ser

salvo”, no Iraque a necessidade de preservar a infra-estrutura petrolífera inviabiliza qualquer estratégia baseada na destruição em massa. O petróleo iraquiano não pode embarcar em aviões e acompanhar os soldados norte-americanos numa eventual retirada. Retomando a análise de Arrighi, os Estados Unidos possuem, de fato, capacidade militar e tecnológica para exterminar qualquer país do mundo, mas uma destruição em massa análoga à promovida no Vietnã nas décadas de 1960 e 1970 está completamente fora de cogitação no caso iraquiano (ARRIGHI, 2005, p. 54) . Do mesmo modo, o Iraque não pode ser “perdido para os iraquianos” sem que os interesses norte-americanos sejam seriamente ameaçados.

A análise de Arrighi é particularmente interessante porque capta os diferentes riscos associados a uma eventual derrota norte-americana no Iraque. Para Arrighi (2005), a derrota norte-americana na Guerra do Iraque representaria um golpe ainda maior contra o poder hegemônico dos Estados Unidos do que a “derrota” no Vietnã. Arrighi, porém, não explica essa diferença em função da perda do controle sobre o petróleo numa eventual derrota dos Estados Unidos. As diferenças entre as conseqüências da “derrota” no Vietnã para uma eventual derrota no Iraque estariam relacionadas sobretudo ao tipo de resistência enfrentada pelos norte-americanos em cada uma das guerras. No caso iraquiano, sustenta Arrighi, a resistência imposta aos Estados Unidos é expressivamente menos organizada, centralizada e possui menos recursos do que a resistência vietnamita, que era diretamente apoiada pelos soviéticos e pelos chineses. Além disso, a capacidade militar norte-americana é infinitamente superior atualmente do que nas décadas de 1960 e 1970, de modo que uma derrota dos Estados Unidos hoje seria muito mais representativa.

A análise prospectiva de Arrighi subestima, todavia, o possível efeito sobre os interesses petrolíferos norte-americanos nos cenários traçados para a Guerra do Iraque. Mais do que nunca, o petróleo é um recurso estratégico para Washington – estratégico nos termos definidos por George Kennan desde os primeiros anos da Guerra Fria.

Como Chomsky enfatizou recentemente:

(...) se os Estados Unidos puderem manter seu controle sobre o Iraque – que possui a segunda maior reserva de petróleo conhecida do mundo e está localizado no centro das principais fontes mundiais de energia – esse controle aumentará significativamente o 'poder estratégico' e a “influência crítica” de Washington sobre seus maiores rivais no mundo tripolar que está tomando forma nos últimos trinta anos (com a América do Norte, dominada pelos Estados Unidos, num pólo e a Europa e o nordeste da Ásia, que está ligado à economias do sul e do sudeste asiático, nos outros dois pólos). Essas preocupações [norte-americanas com o petróleo] sempre foram centrais no planejamento pós-Segunda Guerra Mundial, consideravelmente mais centrais hoje do que antes à medida que alianças são firmadas e limitam a dominância norte-americana, [alianças] aceleradas, conforme previsto, pelo agressivo militarismo de Bush. (CHOMSKY, 2007, p. 37)

Os Estados Unidos não possuem nenhum interesse em conceder o controle sobre as reservas petrolíferas iraquianas, a “mais estupenda fonte de poder estratégico” do mundo, ao povo iraquiano ou a qualquer dirigente que não esteja incontestavelmente alinhado aos interesses norte-americanos. Agarrar-se à guerra como última alternativa para preservar a hegemonia norte-americana soa não apenas como uma decisão acertada para a elite política conservadora, militarista e unilateralista à frente da Casa Branca, mas também como um caminho atraente para colocar em prática uma das maiores vocações dos Estados Unidos: defender vigorosamente os mais elevados princípios da “democracia” e da “liberdade” enquanto emprega suas caríssimas armas de destruição em massa.

Os riscos dos Estados Unidos falharem nessa nova empreitada pela defesa da preponderância dos interesses norte-americanos no mundo são grandes. Ainda assim, o encerramento da Guerra do Iraque e a completa retirada das tropas norte-americanas são tendências improváveis na perspectiva do atual governo norte-americano – considerando-se, mais uma vez, que os desdobramentos da guerra em curso, tal como a história, estão em aberto.

A tendência de defender a hegemonia através da dominação consolida-se, cada vez mais, na política externa norte-americana. O que escapa, todavia, à Casa Branca são as prováveis conseqüências dessa tendência e o fato de que, na guerra, é impossível controlar tudo.

4.3 AS CONSEQÜÊNCIAS DA GUERRA DO VIETNÃ (1965-1975) E DA GUERRA DO IRAQUE (2003-EM CURSO) PARA O DÓLAR

As conseqüências da Guerra do Vietnã e da Guerra do Iraque não se restringiram ao campo político. Tão importantes quanto as conseqüências políticas das duas guerras foram suas conseqüências econômicas, com destaque para os efeitos sobre a posição internacional do dólar – um dos fundamentos da hegemonia norte-americana.

Essa seção é dedicada à síntese das principais comparações entre as conseqüências da Guerra do Vietnã e da Guerra do Iraque para a posição internacional do dólar. Sustento, baseado nessas comparações, que a partir da década de 1970, com a escalada dos custos da Guerra do Vietnã e com a desaceleração do crescimento das economias européias e japonesa, os fundamentos do regime monetário e financeiro internacional sustentado por Washington

enfrentaram um processo de erosão, que foi em grande medida responsável pela deflagração do declínio da hegemonia norte-americana.

Defendo, igualmente, que o processo de desvalorização, atualmente em curso, do dólar em relação às outras moedas internacionalmente utilizadas como meio de pagamento e, mais restritamente, como reserva de valor (principalmente o Euro, o iene, o renminbi e a libra), está associado também à Guerra do Iraque.

Na primeira parte da análise, remonto ao período que sucedeu imediatamente a Segunda Guerra Mundial. Analiso a importância histórica do Acordo de Bretton Woods e do Plano Marshall para a consolidação de uma nova arquitetura mundial de poder centrada na hegemonia dos Estados Unidos. Aponto, também, o papel central do complexo-militar industrial norte-americano no período de auge da economia mundial (1945-1975).

Num segundo momento, analiso o período entre o fim do padrão dólar-ouro (1971) e a década de 1990, ressaltando as principais iniciativas que se contrapuseram à centralidade internacional do dólar. Considero, igualmente, a instabilidade do sistema monetário e financeiro internacional nesse período, centrando a análise nos diferentes regimes cambiais sustentados a partir da década de 1970 e nos acordos que tentaram reverter alguns problemas que ameaçavam as economias dos principais países europeus e a economia norte-americana.

Por fim, analiso as conseqüências da Guerra do Iraque para a posição internacional do dólar. Aponto tendências e contra-tendências atuais relacionadas à fragilização do dólar que podem determinar o acirramento do declínio do poder hegemônico norte-americano.

4.3.1 DO ACORDO DE BRETTON WOODS (1944) AO FIM DO PADRÃO DÓLAR-OURO (1971)

Em consonância com a análise desenvolvida no capítulo um, o fim da Segunda Guerra Mundial apresentou uma série de desafios aos Estados Unidos. Dentre os principais desafios econômicos, destacava-se o caos monetário e financeiro internacional, diretamente associado à devastação dos principais países europeus durante a Segunda Guerra.

Ao caracterizar a situação da Europa no período que sucedeu imediatamente a Segunda Guerra, Munhoz afirma que

Ao final da guerra, a Europa encontrava-se arrasada. Os países mais industrializados do continente passaram da situação de credores para aquela de devedores de vultosas somas. A situação social era preocupante. Não havia energia, comida e habitações para suprir as necessidades básicas da população e suportar a retomada da produção. As instituições do velho continente haviam desmoronado e surgiu um vácuo de poder principalmente no Centro e Leste da Europa. Ancorada no poderio

do Exército Vermelho e de ativistas locais, a URSS controlava a maior parte dessa região. (...) Nesse contexto, a escassez de energia, principalmente carvão e eletricidade, criava dificuldades adicionais para a expansão da produção industrial. A escassez de produtos desencadeava um processo inflacionário que corroía o salário dos trabalhadores, levando-os a mobilizações para a recuperação do poder aquisitivo. (MUNHOZ, 2004[a], p. 545.)

Reorganizar a arquitetura mundial de poder e consolidar a hegemonia norte-americana eram objetivos que dependiam sobremaneira da fundação de um novo e bem-sucedido sistema monetário e financeiro internacional.

Em julho de 1944, 44 países, representados por 730 delegados, reuniram-se na cidade norte-americana de Bretton Woods, no estado de New Hampshire, para discutir a reorganização do sistema monetário e financeiro internacional no âmbito da Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas. O resultado das negociações foi o Acordo de Bretton Woods.

Diversas abordagens¹⁴⁴ assinalam um vasto conjunto de interesses envolvidos no Acordo de Bretton Woods: a restauração das economias européias, o objetivo de fomentar o pleno emprego, o estímulo do comércio mundial. Em função dos objetivos do trabalho, o principal resultado do Acordo a ser analisado é a estruturação de um conjunto de regras e de instituições que regularam as relações monetárias e financeiras entre os países mais industrializados do mundo entre 1944 e 1971.

As razões políticas e econômicas que motivaram o Acordo de Bretton Woods remontam a uma série de questões que marcaram as primeiras décadas do século XX: a desorganização do sistema monetário e financeiro internacional entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, a Grande Depressão da década de 1930 e a desestabilização da ordem monetária e financeira mundial durante a Segunda Guerra Mundial.

O fim da Primeira Guerra Mundial foi marcado pela retomada do padrão ouro. Em 1925, a Grã-Bretanha adotou novamente a conversibilidade da libra em ouro, com a mesma paridade que vigorava antes da Guerra.

Num primeiro momento, a retomada do padrão ouro, com a conversão das moedas na mesma paridade que vigorava antes da Primeira Guerra, acentuou o desajuste entre as economias deficitárias e as superavitárias. Estados Unidos e França, ao sustentarem a depreciação de suas moedas a partir de 1926, assumiram a dianteira das exportações mundiais. Como países superavitários, conseguiam esterilizar¹⁴⁵ o aumento de suas reservas

¹⁴⁴ As abordagens mencionadas são extensamente analisadas por BORDO (1992, p. 10-14).

¹⁴⁵ No jargão econômico, “esterilizar” uma variação da base monetária significa compensar uma variação dos ativos em circulação através de operações de compra e venda de títulos públicos, que permitem expandir ou retrair a base monetária (retirar ou colocar ativos no mercado). De acordo com a Teoria Monetarista, esse tipo de

de ouro e evitaram, dessa forma, pressões inflacionárias decorrentes da variação de suas bases monetárias. Simultaneamente, drenaram as reservas de ouro britânicas e de outros países deficitários (que mantinham paridades apreciadas).

Pelo princípio do lastreamento e da conversibilidade das moedas em ouro, a transferência de ouro para os Estados Unidos e para a França gerou uma contração das bases monetárias da Grã-Bretanha e de outros países deficitários. A saída, num primeiro momento, foi a utilização de políticas nacionais de crédito para amenizar o impacto da retração da atividade econômica, às custas do desrespeito das “regras do jogo”: o aumento da base monetária sem lastro em ouro (BORDO, 1992, p.11).

Os desajustes entre as economias nacionais foram agravados na década de 1930, durante a Grande Depressão. A Depressão da década de 1930 foi marcada particularmente por um desajuste entre as medidas tomadas individualmente por cada um dos Estados para tentar reverter suas respectivas crises econômicas unilateralmente. Depreciações cambiais foram empregadas na tentativa de estimular as exportações e de reduzir os déficits do balanço comercial. Em combinação, as políticas cambiais empreendidas naquele período fragilizaram ainda mais a economia mundial, contribuindo com o agravamento das “espirais deflacionárias” de diversos países. A redução da renda nacional, a retração da demanda, o desemprego em massa e o declínio acentuado e generalizado do comércio mundial (exacerbado pela disseminação de barreiras comerciais) foram agravados em função do desencontro entre as políticas econômicas nacionais.

O contexto em que o Acordo de Bretton Woods foi firmado foi marcado, portanto, pela instabilidade nas regras de funcionamento da configuração monetária e financeira internacional e pelo aprofundamento dos problemas econômicos dos principais países europeus industrializados em função da Segunda Guerra Mundial.

O principal fundamento de Bretton Woods era o padrão dólar-ouro, que estabeleceu a conversibilidade do dólar em ouro numa paridade fixa e consolidou a centralidade da moeda norte-americana na configuração internacional. O padrão dólar-ouro criou, simultaneamente, um padrão homogêneo de comparação das diversas moedas, condição fundamental para a nova arquitetura monetária e financeira internacional.

O processo de fortalecimento do dólar frente às outras moedas nacionais remontava, de fato, ao período anterior à Segunda Guerra, durante o qual a conversibilidade do dólar em ouro havia sido mantida. A escolha do dólar como moeda central da configuração internacional não foi, portanto, mero resultado de um acordo. O peso da hegemonia norte-

operação pode ser útil para reverter ou evitar pressões inflacionárias associadas à variação do meio circulante.

americana assegurou a Washington a capacidade de suplantar propostas alternativas, como, por exemplo, a proposta britânica de criação de uma moeda mundial (o “bancor”), defendida por John Maynard Keynes.

Na prática, o Acordo de Bretton Woods estabeleceu um conjunto de regras de conversibilidade, que norteavam os regimes cambiais dos países signatários. As paridades das moedas em relação ao ouro e, conseqüentemente, em relação ao dólar poderiam oscilar em apenas 1%, o que assegurava ao dólar a centralidade no sistema financeiro e monetário internacional. Dessa forma, sanaram-se os problemas decorrentes da fragmentação monetária e financeira das décadas anteriores.

Paralelamente, a estabilidade do sistema monetário e financeiro arquitetado em Bretton Woods dependia do arranjo institucional organizado por Washington, que contribuía com a manutenção da liquidez internacional e com a promoção de ajustes entre as economias dos países signatários do Acordo.

A manutenção da paridade dólar-ouro dependia fundamentalmente da capacidade dos Estados Unidos em manter a liquidez internacional num patamar ajustado ao nível de crescimento da economia mundial. Essa manutenção foi assegurada, até o início da década de 1970, através de sucessivos déficits no balanço de pagamentos norte-americano, sob a forma de fluxos de capitais dos Estados Unidos para o exterior. Desse modo, até 1971, os investimentos diretos e a ajuda militar e econômica aos países europeus reverteu a escassez de dólares nos países europeus, assegurando-lhes condições básicas para a expansão econômica experimentada entre meados da década de 1940 e o início da década de 1970.

Os ajustes entre as economias superavitárias e as deficitárias, e a consolidação da estabilidade monetária internacional foram assegurados, por sua vez, por uma nova arquitetura institucional centrada no Fundo Monetário Internacional (FMI) – originalmente criado para financiar os países com sérios déficits no balanço de pagamentos – e pelo controle sobre o movimento de capitais, que debelava ações especulativas ao assegurar a manutenção da rígida paridade entre as moedas nacionais.

A utilização das taxas fixas de câmbio como um mecanismo de ajuste, associada ao controle dos fluxos de capital, garantiu a consolidação da estabilidade da configuração monetária e financeira internacional e assegurou, ao mesmo tempo, um grau de autonomia de cada nação na gestão de sua política monetária (dentro das regras acordadas).

Os problemas vislumbrados pelos Estados Unidos ao final da Segunda Guerra Mundial não se restringiam, todavia, à reorganização financeira e monetária internacional. Uma nova reorganização do poder sinalizava o início de uma era de grandes desafios e

oportunidades. No quadro de grandes transformações, o papel desempenhado pelos Estados Unidos no mundo dependia, claramente, da capacidade de convencer os outros países sobre a universalidade e sobre a desejabilidade dos interesses e dos valores norte-americanos, fundamentos centrais de uma hegemonia.

De fato, a consolidação da hegemonia norte-americana e a efetivação das propostas acordadas em Bretton Woods não dependiam somente de um novo sistema institucional que ajustasse e estabilizasse as políticas econômicas de cada Estado. A implementação e o funcionamento, *de facto*, do aparato institucional desenvolvido no Acordo de Bretton Woods, condição básica para a afirmação da centralidade internacional do dólar, foram assegurados, em grande medida, pelo Plano Marshall (1948-1951).

Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, a tentativa norte-americana de reverter a influência soviética em países do Leste da Europa (Polônia, Tchecoslováquia, Romênia e Bulgária), com base na “diplomacia do dólar forte”, fracassou diante da obstinação de Stalin em não compactuar com as instituições internacionais que sustentavam o poder dos Estados Unidos. Segunda maior potência no pós-Guerra, a União Soviética e seu modelo de organização social se opunham frontalmente à organização da configuração internacional centrada no modelo social capitalista norte-americano. À Washington apresentava-se, portanto, um duplo desafio de grandes proporções: impedir o avanço da esfera de influência soviética e recuperar a Europa, principal mercado consumidor de produtos norte-americanos.

No capítulo um, analisei o papel do Plano Marshall como um dos mais importantes planos de reestruturação da arquitetura mundial de poder implementados pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Com um investimento total de aproximadamente US\$ 13,3 bilhões, o Plano Marshall (1948-1951) ocupou, sem dúvidas, posição central na política externa dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial.

As conseqüências desestabilizadoras da Segunda Guerra Mundial sobre a Europa figuravam, em 1945, entre as principais preocupações dos Estados Unidos. Naquele contexto, fortalecer a Europa era condição essencial não apenas para restaurar as principais vias de comércio internacional, mas também para conter o avanço do comunismo – muito embora, tal como proposto pela abordagem revisionista, a União Soviética não estivesse em condições de empreender uma arriscada e cara incursão pela Europa Ocidental.

No início da década de 1950, o sucesso do Plano Marshall era inquestionável. O PIB dos países da Europa Ocidental auxiliados pelo Plano havia aumentado 32% em relação ao PIB de 1948. A produção agrícola cresceu 11%, acompanhada de um crescimento ainda mais expressivo da produção industrial, que aumentou 40%. A economia norte-americana

experimentou um crescimento igualmente expressivo, alcançando níveis elevados de produção, renda e consumo.

A recuperação da Europa e o restabelecimento dos fluxos comerciais internacionais não eram, entretanto, os principais objetivos norte-americanos com o Plano Marshall. O rompimento do modelo econômico e da arquitetura mundial de poder centrados na Europa era, de fato, o principal interesse dos Estados Unidos. Nessa perspectiva, o Plano Marshall foi central para os Estados Unidos porque lançou, em última análise, as bases para a consolidação de uma nova ordem internacional centrada na hegemonia norte-americana, através da implementação do “american way of life” na Europa sob a forma de regimes nacionais de produção e consumo em massa.

Ao viabilizar o funcionamento das instituições criadas pelo Acordo de Bretton Woods (1944), o Plano Marshall criou também as condições necessárias para o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social e para a implementação da relação salarial fordista na Europa.

Dessa forma, sob a liderança norte-americana, fundaram-se as bases de um período de expansão do produto, do comércio mundial e de estabilidade financeira, com taxas de inflação controladas. O período entre 1945 e 1975 tornou-se conhecido como os “anos dourados” da economia norte-americana.

A desaceleração das principais economias do mundo a partir da década de 1970 – marcada pela retração das taxas de crescimento do produto, da produtividade e dos lucros, além da aceleração da inflação – marcou não apenas a erosão da suposta viabilidade de exportação do “sonho americano”, mas inaugurou também um período de declínio da capacidade norte-americana de convencer outros países acerca da universalidade dos interesses dos Estados Unidos, fundamento, em si, do poder hegemônico.

Embora alguns indicativos do processo de deterioração das bases de sustentação da economia mundial já pudessem ser percebidos desde a década de 1960, sobretudo em virtude dos problemas criados pelo padrão de financiamento externo do déficit público norte-americano (especialmente decorrente dos vultosos gastos com a Guerra do Vietnã), somente em 1971, a ordem monetária e financeira internacional forjada no Acordo de Bretton Woods tornou-se insustentável.

A mais significativa manifestação do acirramento dos problemas econômicos mundiais gerados pela economia norte-americana foi a abolição do padrão dólar-ouro em 1971, o principal fundamento do regime monetário e financeiro internacional fundado em 1944.

Conforme proposto no segundo capítulo, a intervenção norte-americana no Vietnã nas décadas de 1960 e 1970 deflagrou as primeiras conseqüências desestabilizadoras da hegemonia norte-americana. À medida que a Guerra do Vietnã se prolongava, aprofundava-se a insustentabilidade do padrão de financiamento da economia norte-americana.

A análise desenvolvida por István Mészáros (1989) é notadamente interessante no que se refere ao papel do complexo militar-industrial norte-americano no esgotamento dos fundamentos da economia norte-americana durante a Guerra do Vietnã. Mészáros analisa as transformações do padrão de produção e consumo no período entre 1945 e 1975, centrando suas considerações na tendência de redução da “taxa de uso” (o “tempo de utilização”) das mercadorias (incluindo a força de trabalho) e no papel do complexo militar-industrial no sistema capitalista mundial no período em questão.

De acordo com Mészáros, antes do pleno desdobramento histórico das potencialidades produtivas do capital e da produção e do consumo em massa daí decorrentes, à medida que variações da produtividade permitiam uma redução do tempo de trabalho social alocado na produção de bens de consumo e um aumento da parcela do tempo de trabalho social alocado na produção de “bens duráveis”, a riqueza e o nível de desenvolvimento econômico de um país poderiam ser medidos pela relação entre o *quantum* de mercadorias duráveis e o *quantum* de mercadorias não reutilizáveis produzidas. Assim, poderia-se esperar que uma parcela crescente de recursos de uma sociedade fosse destinada à produção de bens reutilizáveis.

Entretanto, o sistema capitalista mundial vigente entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a primeira metade da década de 1970 enfrentou uma reversão da tendência acima apontada: a produção em massa de bens “descartáveis”, que antes eram relativamente duráveis, foi transformada num dos fundamentos da reprodução social.

Do ponto de vista do capital, desde que a demanda efetiva seja assegurada, quanto menor a taxa de uso das mercadorias, melhor, pois isso “gera” demanda por outras mercadorias que antes poderiam ser reutilizadas. Portanto, a produção e o consumo em massa “destrutivos” são perfeitamente consistentes com a lógica da reprodução ampliada do capital, não importando o quão absurdamente dissipador e destruidor de recursos seja um procedimento produtivo, desde que o seu produto possa ser lucrativamente imposto à sociedade. Como ressalta Mészáros, ao analisar as conseqüências da transformação dos meios de produção em capital e a “subsunção real”,

[Uma vez convertidos em capital, os meios de produção] têm de se opor às necessidades humanas, se a lógica do capital o exige, sobrepondo às necessidades humanas existentes e potencialmente emergentes as assim chamadas ‘necessidades

da produção’, que correspondem diretamente ao interesse de salvaguardar a expansão do capital. Similarmente, avanços no ‘know-how’ científico podem ser agora transformados em efetivos meios de produção, não para serem realmente empregados no campo ou em atendimento das necessidades humanas, mas somente se isto acentua os interesses do sistema do capital. (MÉSZÁROS, 1989, p. 29)

A implementação da “obsolescência planejada” pelo capital foi exemplificada, a partir de 1945, pela subutilização de bens e serviços que possuíam um potencial de utilização muito maior, pela imposição de capacidade produtiva inutilizável e por diversos casos de produção e consumo destrutivos de recursos. Todavia, garantir a motivação para descartar bens perfeitamente utilizáveis, tendo em vista as restrições econômicas dos consumidores e as demandas conflitantes impostas sobre seus recursos, não é tarefa fácil. Garantias seguras precisavam ser encontradas, em escala ampla e de forma institucionalizável. Nesse sentido, o surgimento e a consolidação, sob intervenção estatal, do complexo militar-industrial funcionou, entre 1945 e meados da década de 1970, como o principal meio de sustentação da produção e do consumo destrutivos e coibiu eficientemente as contradições mais importantes do capital.

As transformações impulsionadas pela Segunda Guerra Mundial redefiniram profundamente a organização da estrutura econômica mundial. Após 1945, o dinamismo do complexo militar-industrial, já existente na época do Acordo de Bretton Woods explica, em grande medida, a acelerada expansão da economia européia e norte-americana. O Acordo de Bretton Woods favoreceu, de fato, a reprodução ampliada da indústria bélica ao regulamentar e institucionalizar o sistema monetário e financeiro internacional, criando as bases de financiamento do complexo militar-industrial, altamente dissipador de recursos.

A grande inovação introduzida no capitalismo pelo complexo militar-industrial foi a supressão da diferença entre *consumo* e *destruição*, que dificultava a contínua reprodução ampliada do capital. Deve-se ressaltar, no entanto, que a produção e o consumo “destrutivos” não são uma característica recente do capitalismo, mas uma tendência do capital, historicamente verificável em diversos períodos. O que variou após a Segunda Guerra foi a magnitude assumida por essa tendência, a sua generalização e a sua transformação no modelo de normalidade do sistema capitalista. A inovação no capitalismo contemporâneo reside precisamente na dimensão quantitativa alcançada pelo complexo militar-industrial na dissipação destrutiva de recursos, que implica transformações qualitativas: a conformação de uma poderosa contra-tendência às contradições e limitações estruturais do capitalismo. Conforme enfatiza Mézáros,

Além do mais, o método para solucionar os problemas acumulados pela ativação dos mecanismos de destruição não é de modo algum algo radicalmente novo, que tivesse surgido apenas com o desenvolvimento recente do capitalismo. Pelo contrário, esta é precisamente a maneira pela qual o capital tem conseguido se livrar, ao longo de sua história, das situações de crise: i.e., destruindo sem cerimônia unidades de capital excedentes e não mais viáveis, incrementando convenientemente deste modo a concentração e a centralização do capital, reconstituindo desta maneira a rentabilidade do capital social total. A inovação do capitalismo “avançado” e de seu complexo militar-industrial é que agora a prática originária – que atendia às exigências excepcionais e emergenciais das crises – foi *generalizada* e tornou-se o *modelo de normalidade* para a vida cotidiana de todo o sistema orientado no sentido da produção para destruição como procedimento corrente, em conformidade com a lei tendencial da taxa de uso decrescente, capaz de se aproximar, teoricamente, do *índice zero*. (MÉSZÁROS; 1989; p. 89)

É desse modo, portanto, que esse “modelo de normalidade” do sistema capitalista possibilitou que crises de superacumulação de capital fossem postergadas e coibidas, embora, de forma alguma, extintas.

Além disso, no período após a Segunda Guerra Mundial, o realinhamento entre os interesses do capital e os interesses do Estado conferiu ao complexo militar-industrial a tão almejada institucionalização. Como destaca Mézáros:

Nem é mais preciso considerar as dificuldades devidas aos limites dos apetites humanos e das rendas pessoais, pois o “consumidor” não é mais simplesmente o agregado disponível de indivíduos limitados. De fato, graças à significativa transformação das estruturas produtivas dominantes da sociedade capitalista do pós-guerra, em paralelo com o correspondente realinhamento de sua relação com o Estado capitalista (tanto por motivos econômicos, quanto para assegurar a necessária legitimação ideológico-política), de agora em diante a fusão mítica entre produtor/comprador/consumidor não é nada menos que “a própria Nação”. (...) Somente “a Nação” poderia assegurar a satisfação da dupla exigência de proporcionar, de um lado, um fundo inexaurível, tornando possível a auto-reprodução ampliada do capital, e, por outro, um fosso sem fundo que tragasse todo o desperdício resultante. (MÉSZÁROS; 1989; p. 86)

O vínculo estreito entre a economia dos Estados Unidos e as economias dos outros países capitalistas foi um fator essencial para o funcionamento “saudável” da nova ordem internacional consolidada após 1945. Se, por um lado, os astronômicos orçamentos de defesa dos Estados Unidos durante a Guerra do Vietnã estimulavam a expansão econômica dos países capitalistas “avançados”, por outro os países europeus e o Japão financiavam a economia norte-americana com os recursos acumulados graças ao sucesso de suas respectivas economias. A expansão das economias centrais do bloco capitalista após 1945 não pode, nesse sentido, ser explicada se não for compreendida a importância da produção bélica, considerando-se o *feedback* entre as economias européias, japonesa e norte-americana.

O complexo militar-industrial norte-americano ocupou, sem dúvidas, uma posição dominante a partir de 1945, sendo rivalizado somente pelo poderio militar soviético. A

magnitude dos gastos militares dos Estados Unidos durante a Guerra do Vietnã, no entanto, foi suficiente para saturar o padrão de financiamento externo da economia norte-americana, basicamente assegurado pela imposição do dólar como moeda central da configuração internacional desde o Acordo de Bretton Woods. O padrão dólar-ouro, na realidade, conferiu aos Estados Unidos, entre 1945 e 1971, uma aparente capacidade de “auto-financiamento”, às custas, na realidade, da expropriação do excedente produtivo dos Estados signatários de Bretton Woods. Assim, já na década de 1960, tornou-se claro que, se por um lado, o padrão dólar-ouro atendia, após a Segunda Guerra Mundial, a necessidade de superar a escassez internacional de dólares e de criar um sistema de referência cambial confiável que debelasse a instabilidade monetária e financeira mundial, por outro as regras de conversibilidade e de lastreamento das moedas “engessava” substancialmente as principais economias do mundo, limitando sobretudo o campo de manobra da política econômica européia.

O processo de enfraquecimento do dólar foi uma decorrência, sobretudo, dos problemas de financiamento externo dos Estados Unidos. A análise das contas nacionais norte-americanas do período entre 1945 e 1975 (NIPA, 1945-1975) revela que, durante toda a década de 1960, os EUA apresentaram um superávit no balanço comercial e nas transações correntes e, embora na segunda metade da década de 1960, o superávit comercial norte-americano tenha começado a diminuir, a balança comercial norte-americana só se tornou deficitária a partir de 1971.

Na realidade, o déficit no balanço de pagamentos norte-americano durante a década de 1960 era causado pelo fluxo de capitais dos Estados Unidos para o exterior, através de investimentos diretos e da ajuda militar e econômica aos países europeus. A partir da segunda metade da década de 1960 e início dos anos 1970, a saída de capitais norte-americanos foi intensificada, gerando um problema de financiamento no balanço de pagamentos, que passou a ser coberto por ativos de curto prazo cotados em dólar.

Paradoxalmente, a Guerra do Vietnã e o déficit público norte-americano, que pressionaram a demanda interna dos Estados Unidos (aumentando as importações), foram sustentados por uma política monetária norte-americana expansionista, com baixas taxas de juros, que desestimulava ainda mais a entrada de capitais de curto prazo nos Estados Unidos. À medida que os dólares afluíam para o exterior, alguns Estados europeus (a França, sobretudo), apoiados pelo sistema de conversibilidade cambial dólar-ouro, iniciaram um processo de drenagem do metal que, teoricamente, lastreava toda a base monetária norte-americana.

Durante a década de 1960, os Estados Unidos conseguiram manter a estabilidade do dólar coagindo os bancos centrais da Europa e do Japão a não apelarem para a conversibilidade. Porém, em 1971, perante a insustentabilidade do padrão de financiamento externo da economia norte-americana, a conversibilidade do dólar em ouro foi abandonada e com ela a estabilidade do sistema monetário e financeiro internacional.

Os primeiros sinais de desestabilização da ordem internacional fundada após a Segunda Guerra Mundial repercutiram, também, sobre as “políticas de consenso” entre capital e trabalho, centrais no Estado de Bem-Estar Social dos “anos dourados” (1945-1975). A partir do início da década de 1970, as políticas de pleno-emprego – que haviam permitido que problemas centrais do capitalismo fossem apresentados, por exemplo, como “disfunções temporárias de caráter essencialmente tecnológico”, criando a ilusão de integração permanente do trabalho – começaram a ruir. O desemprego em massa inflamou a contradição capitalista mais potencialmente explosiva: a não utilização da força de trabalho socialmente disponível. Como destaca Mészáros (1989, p. 47), a força de trabalho não é apenas um “fator de produção”, como nos propõem as simplificações neoclássicas, mas também o “consumidor de massa” tão vital para a reprodução ampliada do capital.

Duas questões chamam a atenção no período que sucedeu imediatamente o fim do padrão dólar-ouro em 1971.

A primeira questão refere-se ao fato de que a Guerra do Vietnã não apenas desmoralizou e dividiu a nação norte-americana, mas foi também o marco inicial de uma crescente perda de credibilidade do dólar no sistema internacional, dificultando sua reprodução como equivalente geral no espaço internacional. A fragilização da economia norte-americana e a recusa dos países europeus em continuar financiando os Estados Unidos às custas do sacrifício de suas próprias economias acirraram, portanto, a incapacidade do dólar de exercer mundialmente a função social de dinheiro. Assim, além de deflagrar o colapso do padrão dólar-ouro, a Guerra do Vietnã marcou o início de um processo de perda da credibilidade do dólar no sistema internacional, análogo ao iniciado pela Guerra do Iraque, que se manifesta atualmente numa desvalorização do dólar em relação a todas as moedas fortes e até mesmo em relação ao real¹⁴⁶.

¹⁴⁶ A valorização do renminbi (em 21/07/2005) promovida pelo governo chinês pode, aparentemente, representar uma contra-tendência ao enfraquecimento do dólar (já que estimula as importações e desestimula as exportações chinesas). Cabe ressaltar, no entanto, que além da valorização de sua moeda, a China promoveu uma importante alteração de seu sistema cambial: a partir de 2005, a oscilação do renminbi está vinculada a uma “cesta de moedas”, e não mais exclusivamente ao dólar, o que, na prática, representa, nas próprias palavras do governo chinês, um “regime de flutuação cambial administrada” (ou, como preferem os neoclássicos, *dirty float*), que pode agravar ainda mais a perda de credibilidade do dólar na configuração internacional.

A segunda questão que deve ser considerada à luz das transformações deflagradas na década de 1970 é o aparente paradoxo entre o declínio da hegemonia norte-americana e a sustentação da centralidade internacional do dólar. Se, em 1971, os Estados Unidos aboliram o padrão dólar-ouro, dentre outros motivos pela pressão européia, e mesmo assim o dólar manteve a sua posição central na estrutura monetária e financeira internacional, como podemos falar em declínio do poder hegemônico norte-americano?

A sustentação da centralidade internacional do dólar após o fim do padrão dólar-ouro não é, na realidade, incompatível com a tese de que desde 1971 os Estados Unidos experimentam um declínio do seu poder hegemônico. De fato, o posicionamento internacional do dólar a partir de 1971 é explicado pelo contexto da Guerra Fria e pela inexistência de um Estado que reunisse as condições necessárias para assumir a dianteira da hegemonia internacional.

No início da década de 1970, a retórica anti-comunista defendida pelos Estados Unidos encontrava um terreno particularmente fértil nos países da Europa Ocidental. A suposta disposição soviética em invadir a Europa Ocidental era amplamente postulada pela Casa Branca, que traçava, numa perspectiva ideológica, um cenário sombrio caso a superioridade militar e econômica dos Estados Unidos não estivesse a serviço da contenção do comunismo. Naquele contexto, muito embora a crença na universalidade dos interesses norte-americanos estivesse em franca decadência, era interessante aos governos capitalistas europeus aceitar a liderança exercida pelos Estados Unidos, única potência capaz de rivalizar com a União Soviética. Cabe enfatizar, portanto, que a aceitação da liderança norte-americana, após 1971, não era fundamentada pela crença inquestionável na universalidade dos interesses dos Estados Unidos. Mesmo a suposta necessidade de contenção do comunismo já era questionada, tendo em vista que, desde o final da década de 1960, os principais movimentos de resistência social no “Terceiro Mundo” assumiram a forma de lutas contra as ditaduras – um contexto significativamente diferente daquele que, desde o período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, foi marcado por movimentos de libertação nacional.

A perpetuação da coalizão internacional centrada no poder norte-americano dependia, sobremaneira, da sustentação da centralidade internacional do dólar. Com o fim do padrão dólar-ouro, as restrições sobre as economias européias e japonesa, impostas pelo sistema de conversão cambial ancorada numa paridade fixa, foram relaxadas e as economias do resto do mundo perceberam uma maior margem de manobra. O desenvolvimento da forma mais avançada de moeda de crédito a partir de 1971 (o padrão dólar) afrouxou os laços que atavam

excessivamente a economia mundial e que transferiam integralmente o peso dos problemas econômicos norte-americanos para a Europa e para o Japão.

No começo da década de 1970, nenhum outro país do bloco capitalista possuía, de fato, condições reais de impor a centralidade internacional de sua moeda, com base, por exemplo, num sistema institucional análogo ao criado no Acordo de Bretton Woods.

Nas décadas seguintes a 1970, a centralidade do dólar foi assegurada não apenas pela inexistência de alternativas viáveis à hegemonia norte-americana, mas também pela habilidade dos Estados Unidos em continuar centralizando a gerência do capital financeiro. A perpetuação do controle norte-americano sobre as altas finanças é explicada, em parte, pela bem-sucedida configuração institucional erigida através do Acordo de Bretton Woods, pois as principais instituições econômicas mundiais (FMI e Banco Mundial, por exemplo) eram influenciadas majoritariamente pela Casa Branca.

A sustentação da centralidade internacional do dólar, mesmo após o fim do padrão dólar-ouro, não se traduziu, todavia, numa reprodução estável da configuração internacional. A dificuldade de reorganização do sistema monetário e financeiro internacional, e a indefinição de regras de conversibilidade cambial foram características marcantes de um período de grande instabilidade e incertezas.

4.3.2 O SISTEMA DE FLUTUAÇÃO CAMBIAL “SUJA”

Em agosto de 1971, face aos graves problemas econômicos norte-americanos gerados pela excessiva apreciação do dólar (inflação, fuga de capitais, desaceleração das taxas de crescimento do produto e da renda), Richard Nixon depreciou o dólar. A política cambial norte-americana precipitou um encontro entre os governantes dos principais países do mundo (o “Grupo dos Dez” ou G10¹⁴⁷), realizado em dezembro de 1971 nas instalações do Instituto Smithsonian¹⁴⁸ em Washington. O encontro deu origem ao Acordo Smithsonian (1971), através do qual os países do G10 concordaram em apreciar suas respectivas moedas em relação ao dólar (GUTTMANN, 1994, p. 138-142).

O Acordo Smithsonian marcou também a definitiva abolição do sistema de conversibilidade cambial baseado numa paridade fixa entre o dólar e as outras moedas. A partir de 1971, adotou-se um sistema cambial baseado em bandas de flutuação controladas.

¹⁴⁷ O G10, em 1971, era formado por: Estados Unidos, Bélgica, Canadá, França, Itália, Japão, Holanda, Reino Unido, Alemanha e Suécia.

¹⁴⁸ O Instituto Smithsonian é um centro dedicado à educação e à pesquisa, criado em 1846 e financiado pelo governo norte-americano. Suas principais instalações estão localizadas em Washington e Nova York.

Assim, entre 1971 e 1973, as principais moedas do mundo foram realinhadas e a banda de flutuação – fixada no Acordo de Bretton Woods em 1% – foi expandida para 2,5%.

Em certo sentido, através do Acordo Smithsonian tentou-se resguardar a estabilidade monetária e financeira internacional alcançada com o Acordo de Bretton Woods. Em julho de 1972, entretanto, o governo britânico rompeu o Acordo Smithsonian e permitiu que a cotação da libra variasse em relação ao dólar sem limitações à banda de 2,5%. Em fevereiro de 1973, face o desrespeito europeu ao sistema de flutuação cambial controlada, o dólar já havia sofrido uma depreciação de 10% em relação à libra, ao marco alemão e ao franco francês. Esse período foi sucedido por uma corrida cambial na Europa: os governos de diversos países livraram-se rapidamente de suas reservas em dólar, acentuando ainda mais a depreciação da moeda norte-americana (GUTTMANN, 1994, p. 138-142).

Constatada a erosão do Acordo Smithsonian, o governo norte-americano aderiu, em 1973, ao sistema de livre flutuação cambial. O ano de 1973 marcou, então, a deflagração de um período de instabilidade e de indefinição de regras claras para a reorganização do sistema monetário e financeiro internacional. As transformações econômicas internacionais entre 1971 e 1973 deflagraram, também, mudanças na política externa norte-americana: decisões unilaterais, comprometidas com interesses nacionais, e políticas “reparatórias” para lidar com as conseqüências dessas decisões assumiram o primeiro plano das relações entre os Estados Unidos e o resto do mundo.

A sustentação da centralidade internacional do dólar, desde a década de 1970, foi contraposta por iniciativas européias, que sinalizavam possíveis alternativas à moeda norte-americana. Desde o Acordo de Bretton Woods, cogitava-se a possibilidade de reorganizar o sistema monetário e financeiro internacional com base numa moeda internacional – na época, o “bancor”, tal como defendido por J. M. Keynes.

A acentuada desvalorização do dólar nas décadas de 1970 e 1980 em relação ao marco alemão¹⁴⁹, ao franco francês e à libra corroborou ainda mais as propostas alternativas à centralidade internacional da moeda norte-americana. Na Europa, iniciativas a favor da reorganização do sistema monetário e financeiro internacional acentuavam a deterioração da hegemonia norte-americana. A França, por exemplo, reforçou o controle do fluxo de capitais na tentativa de reverter a instabilidade cambial. Os Estados Unidos, em contrapartida, opuseram-se à iniciativa francesa e passaram a defender arduamente a liberalização do movimento internacional de capitais (HELLEINER, 1994, p. 102-111). Naquele contexto, as

¹⁴⁹ A cotação cambial do marco alemão em dólares, entre 1971 e 2001, pode ser obtida no site, acessado em 04/08/2006: <http://research.stlouisfed.org/fred2/data/EXGEUS.txt>

discussões sobre a possibilidade de criação de uma moeda única europeia foram retomadas – proposta concretizada somente em 1999-2002¹⁵⁰ com o Euro.

Ao final da década de 1970, os países da Comunidade Econômica Europeia concordaram em manter as cotações das moedas europeias em relação ao dólar numa margem de flutuação de 4,5%. O sistema cambial europeu inaugurado nesse período tornou-se conhecido como “serpente no túnel”.

O *European Monetary System* (EMS) foi criado, em 1979, após negociações entre os nove membros da Comunidade Econômica Europeia (CEE). O objetivo central do EMS era contribuir com a estabilização das economias europeias através da limitação coordenada da flutuação cambial. Três instituições centrais compunham o EMS: a Unidade de Conta Europeia (*European Currency Unit*), utilizada nas transações entre os países da CEE; o Mecanismo de Taxa de Câmbio (*Exchange Rate Mechanism*), através do qual os membros da CEE concordavam em manter as cotações de suas respectivas moedas numa banda de oscilação previamente acordada; e o Fundo Europeu de Cooperação Monetária (*European Monetary Cooperation Fund*), um fundo coletivo de reservas de divisas, que seria empregado para debelar especulações e flutuações cambiais fora das bandas consideradas adequadas. Abria-se, então, o caminho para a constituição de um sistema monetário e financeiro europeu, um sub-sistema regional alternativo ao sistema internacional de Bretton Woods em franca erosão¹⁵¹ (EICHENGREEN, 2000, p. 204-205).

Já a partir de 1973, de fato, uma sucessão de regimes cambiais assinalou a dificuldade de reorganizar o sistema monetário e financeiro internacional com base em regras de conversibilidade claras e amplamente aceitas. Dentre as principais iniciativas para tentar reverter esse processo de fragilização, destacaram-se os sistemas de flutuação cambial “suja” e de livre flutuação cambial, além dos Acordos do Plaza (1985) e do Louvre (1987).

O sistema monetário e financeiro internacional, na década de 1970, foi marcado por incertezas e instabilidade. Uma tentativa do FMI, em 1972, de retomar o regime cambial de paridade fixa estabelecido em Bretton Woods falhou face às políticas cambiais adotadas na Europa. Em 1976, na Conferência da Jamaica, reconheceu-se internacionalmente o regime de flutuação cambial suja. Cada país tornou-se responsável pela definição unilateral dos limites

¹⁵⁰ Em 1999, o euro foi introduzido no sistema monetário e financeiro internacional como unidade de conta. Em 2002, o euro entrou em circulação como papel-moeda e passou, então, a exercer também as funções de meio de pagamento e reserva de valor.

¹⁵¹ Em 1992, com o Tratado de Maastricht, formou-se uma União Monetária e Econômica Europeia, que incluía o Instituto Monetário Europeu (responsável pela coordenação da política econômica e monetária da União Europeia), o Banco Central Europeu e uma moeda única europeia (o euro, que entrou em curso entre 1999 e 2002).

de oscilação das taxas de câmbio de cada moeda em relação a todas as outras. O papel exercido pelo ouro nas reservas internacionais dos países foi igualmente reduzido.

A ratificação internacional do regime de flutuação cambial suja, em 1976, marcou o início do extenso período de instabilidade institucional que sucedeu o colapso do regime de Bretton Woods. Imediatamente após a Conferência da Jamaica, a maioria dos países não aderiu ao regime de flutuação cambial suja e continuou a sustentar a valorização de suas moedas em relação ao dólar. Mesmo entre os países europeus, a instabilidade das regras de conversibilidade cambial era patente. Em função da dificuldade de manter o alinhamento cambial com o dólar, a França, a Inglaterra e a Itália aderiram, por algum tempo, ao sistema de flutuação cambial independente: cada país definia unilateralmente a cotação entre sua moeda e as demais.

Após 1976, os países do BENELUX (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), além da Suécia, da Noruega e da Dinamarca, realinharam suas moedas em relação ao marco alemão, criando uma “zona do marco” (EICHENGREEN, 2000, p. 205-207; GUTTMANN, 1994, p. 396). De acordo com AUGUSTO (2002, p. 16-17), a referenciação das moedas européias no marco sinalizou o fortalecimento da moeda alemã na Comunidade Econômica Européia e a consolidação da liderança econômica exercida pela Alemanha na Europa, em clara dissonância com os interesses norte-americanos no continente. A década de 1970 foi marcada ainda pelo fortalecimento do Euromercado, cuja origem remonta à década de 1960, que experimentou um acelerado crescimento em função dos depósitos oriundos dos países produtores de petróleo (beneficiados pela elevação do preço do petróleo em 1973 e 1979).

A instabilidade institucional característica do período que sucedeu o fim do padrão dólar-ouro tornou-se clara também em decorrência da incompatibilidade entre as políticas norte-americanas e européias de controle dos fluxos de capitais. De um lado, os Estados Unidos implementaram uma série de medidas de desregulamentação financeira: a criação do mercado futuro de câmbio na Bolsa de Chicago em 1973, a liberação do controle sobre o movimento de capitais em 1974, a desregulamentação da Bolsa de Nova York em 1975. A Europa e o Japão, por outro lado, mantiveram os mecanismos de controle sobre o fluxo de capitais. Essa dissonância entre as políticas dos Estados Unidos, da Europa e do Japão revelava a fragilidade do sistema monetário e financeiro internacional na década de 1970 (GUTTMANN, 1994, p. 148).

A hipótese de erosão do sistema monetário e financeiro internacional a partir da década de 1970 é confirmada pelas constantes intervenções dos Bancos Centrais na definição do câmbio. De acordo com Einchengreen:

Moedas como o dólar canadense, o franco francês, o franco suíço, a lira, o iene e a libra esterlina eram administradas ativamente. Intervenções atuavam em ambos os lados do mercado: elas eram usadas para dar sustentação a moedas fracas e para limitar a valorização das moedas fortes. (EINCHENGREEN, 2000, p. 191)

Essas intervenções regulares transformaram, na prática, o sistema de flutuação cambial num sistema de “flutuação suja” (*dirty float*¹⁵²), o que não garantia, todavia, a reorganização do sistema monetário e financeiro internacional e o equilíbrio dos balanços de pagamentos. As intervenções dos bancos centrais eram baseadas em objetivos nacionais específicos, sobretudo no interesse em controlar a inflação e em aumentar a competitividade internacional dos produtos de cada país. Dessa forma, embora a política cambial atendesse aos objetivos imediatos de cada Estado, o resultado conjunto desse processo era a inconsistência entre as diferentes iniciativas nacionais, manifestada sob a forma de um sistema monetário e financeiro internacional em franco descompasso.

Deve-se considerar ainda que nem sempre os objetivos nacionais de cada país eram alcançados com base nessas políticas cambiais unilaterais. Na década de 1970, por exemplo, os problemas econômicos norte-americanos decorrentes da expansão dos gastos públicos e da elevação da inflação pesaram na decisão de Washington de colocar em curso uma política de desvalorização do dólar. A política de desvalorização do dólar aumentou, entretanto, as especulações contra a moeda norte-americana, gerando um efeito contrário ao pretendido.

A política de desvalorização cambial, colocada em curso pelos Estados Unidos, ameaçava os interesses da Alemanha e do Japão¹⁵³. As tentativas norte-americanas de “harmonizar” as políticas cambiais eram percebidas com desconfiança, sobretudo na Europa. Os países europeus, ao final da década de 1970, estavam mais inclinados a defender a estabilidade interna de preços, apostando no controle cambial para evitar a valorização de suas moedas, do que a proteger o dólar (EINCHENGREEN, 2000, p. 192-193).

A década de 1970, em que prevaleceu o sistema cambial de flutuação “suja”, foi marcada, portanto, pela acentuada instabilidade e fragilização do sistema monetário e

¹⁵² O sistema de flutuação cambial “suja” (*dirty float*) é o regime cambial internacional atualmente em vigor. Nele, as taxas de câmbio flutuam diariamente, mas os Bancos Centrais tentam influenciar as oscilações das respectivas moedas de seus países através da compra e da venda de divisas. O sistema é dito “sujo”, no jargão econômico, porque a taxa de câmbio “ideal” perseguida por cada Banco Central não é divulgada publicamente. A flutuação cambial é, portanto, administrada pela autoridade monetária “às escuras” – já que, caso os agentes conhecessem previamente as metas cambiais do Banco Central, as intervenções no mercado cambial seriam ineficazes.

¹⁵³ Uma análise das políticas cambiais japonesas desde a década de 1970 pode ser encontrada em: MELIN, E. L. *O enquadramento do iene: a trajetória do câmbio japonês desde de 1971*. In: Tavares, M. C.; Fiori, J. L. Poder e Dinheiro. Uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1998.

financeiro internacional, com destaque para a inexistência de regras compartilhadas de conversibilidade entre as moedas e pela erosão das instituições fundadas no Acordo de Bretton Woods.

4.3.3 O SISTEMA DE LIVRE FLUTUAÇÃO CAMBIAL

Na década de 1980, a persistente resistência européia e japonesa em contribuir com a tentativa de restabilizar o dólar e a conseqüente ameaça à centralidade internacional da moeda norte-americana influenciaram a mudança de curso da política monetária e cambial dos Estados Unidos. A intensificação da tentativa norte-americana de sustentar o papel internacional do dólar e de subordinar os outros países às necessidades econômicas dos Estados Unidos marcou um novo período do sistema monetário e financeiro internacional.

No início da década de 1980, as transformações unilaterais da política econômica norte-americana foram aprofundadas: os juros foram elevados e a base monetária foi contraída na tentativa de controlar a inflação. Os Estados Unidos aderiram ao sistema de livre flutuação cambial, expandindo, assim, o processo de desregulamentação econômica em curso desde a década anterior (GUTTMANN, 1994, p. 379-380; EINHENGRENN, 2000, p. 195-196).

As transformações na política econômica norte-americana acirraram ainda mais as contradições do sistema monetário e financeiro internacional. Apesar da primeira metade da década de 1980 haver sido caracterizada pela tentativa norte-americana de não intervir no câmbio e pelo abandono progressivo sobre o controle de capitais pelo Japão e pelos países europeus (HELLEINER, 1994, p. 152-163), esse processo não foi acompanhado pela definição de regras de conversibilidade que permitissem a reorganização do sistema monetário e financeiro internacional. Na realidade, a partir do final da década de 1970, já era clara a incompatibilidade entre o Sistema Monetário Europeu e as ambições norte-americanas.

O Sistema Monetário Europeu, arquitetado principalmente pela Alemanha e pela França, contrapunha-se frontalmente à livre flutuação cambial e à desregulamentação econômica colocadas em curso pelos Estados Unidos. Na prática, o Sistema Monetário Europeu estabeleceu uma paridade fixa das moedas européias em relação a uma nova unidade de conta (*European Currency Unit*), atrelada a uma cesta de moedas que incluía o dólar e o ouro. Ao mesmo tempo, o Sistema permitia que as taxas de câmbio bilaterais oscilassem em até 2,25%, de acordo com o previsto no Mecanismo de Taxa de Câmbio (*Exchange Rate Mechanism*). Esse Mecanismo previa, também, intervenções estatais caso as flutuações

cambiais sinalizassem uma possível violação da margem de 2,25%. O fundamento dessas intervenções residia no Fundo Europeu de Cooperação Monetária, um *pooling* de divisas utilizado para reverter oscilações cambiais bruscas (GUTTMAN, 1994, p. 399-400). A retomada do controle de capitais e a eventual necessidade de realinhamentos das moedas européias eram medidas igualmente previstas.

EICHENGREEN (2000, p. 212, 214, 218) ressalta as semelhanças entre o Sistema Monetário Europeu e o sistema de Bretton Woods. Num primeiro momento, as analogias são confirmadas pelo estabelecimento de normas de conversibilidade, de ajuste, de liquidez e de movimentação de capitais semelhantes aos estabelecidos em 1944. AUGUSTO (2002, p. 20) chama a atenção para o fato de que o sistema europeu fundado na década de 1970 possuía, porém, uma diferença fundamental em relação ao sistema de Bretton Woods: uma unidade de conta supranacional que interligava os países da Europa num bloco comercial e político com significativa independência em relação aos Estados Unidos.

O Sistema Monetário Europeu assemelhava-se, ainda, ao sistema monetário e financeiro internacional de Bretton Woods no que se refere à proeminência de uma moeda no interior do sistema. O marco alemão, apesar da clara diferença em relação ao papel internacional exercido pelo dólar, tornou-se a principal moeda da Comunidade Econômica Européia. O papel hegemônico assumido pelo marco dentro da Europa era sustentado tanto pela importância da economia alemã no continente quanto pela criação da *European Currency Unit*, referenciada numa cesta de moedas em que o marco alemão possuía grande peso. Conforme enfatizado por AUGUSTO (2002, p. 21), assim como o sistema de Bretton Woods era centrado no dólar, o Sistema Monetário Europeu era centrado no marco alemão.

As divergências entre as políticas européias e norte-americanas foram acentuadas na primeira metade da década de 1980. A tentativa dos Estados Unidos de atrair o capital financeiro para ativos cotados em dólar aumentou a dependência externa norte-americana de capitais de curto prazo, tendência agravada pelo crescimento do déficit externo dos Estados Unidos desde a Guerra do Vietnã (HELLEINER, 1994, p. 140-145). Em 1985, a intensificação dos problemas no sistema monetário e financeiro internacional contribuiu com o abandono do sistema de livre flutuação cambial.

4.3.4 O ACORDO DO PLAZA (1985) E O ACORDO DO LOUVRE (1987)

Em 22 de setembro de 1985, os países do G5 (Estados Unidos, Alemanha Ocidental, França, Japão e Grã-Bretanha) reuniram-se numa Conferência, sediada no Hotel Plaza, em

Nova York, para tentar reverter a crise em curso no sistema monetário e financeiro internacional.

A política cambial norte-americana sinalizava uma possível guerra protecionista, expectativa ainda mais concreta após a acentuada desvalorização do dólar imposta por Washington a partir de fevereiro de 1985. Através do Acordo do Plaza, os países do G5 concordaram em promover uma desvalorização controlada do dólar, sobretudo em relação ao marco alemão e ao iene. Acordou-se, também, a redução dos juros nos Estados Unidos, na Alemanha e no Japão, com o propósito de colocar um ponto final na “guerra” pela atração de capital financeiro (EINCHENGREEN, 2000, p. 259).

O Acordo do Plaza, inicialmente, alcançou um aparente sucesso: o dólar foi desvalorizado de forma controlada, as taxas de juros foram reduzidas e as expectativas de uma “guerra” protecionista foram revertidas. Porém, pouco tempo depois, a política de desvalorização do dólar escapou ao controle norte-americano, sobretudo em função da indefinição de regras claras de conversibilidade cambial.

Em 1986, os Estados Unidos propuseram a reorganização do sistema monetário e financeiro internacional com base num sistema de flutuação cambial administrada, que seria pautado pelo acompanhamento de indicadores econômicos. Em caso de desajustes, os países interviriam conjuntamente. Inicialmente, a proposta foi recusada, mas face aos problemas econômicos internacionais gerados pela desvalorização descontrolada do dólar, os países do G6 (contando, então, com a participação do Canadá) reuniram-se mais uma vez, em 1987, para tentar reverter o quadro de instabilidade.

A reunião do G6, em Paris, deu origem ao Acordo do Louvre (1987). O objetivo central do novo acordo era frear a excessiva desvalorização do dólar deflagrada no Acordo do Plaza. Washington não tardou a declarar que estavam lançados os fundamentos para a constituição de um novo sistema monetário e financeiro internacional. A estabilidade institucional era, todavia, mais uma vez aparente. EINCHENGREEN (2000, p. 200), apesar de considerar que o Acordo do Plaza marcou a criação de um “novo regime” monetário e financeiro, reconhece que as políticas colocadas em curso após 1985 em nada respeitavam as regras acordadas¹⁵⁴. No Acordo do Louvre, persistiu a indefinição das regras de conversibilidade e nenhum consenso sobre os limites de flutuação cambial foi alcançado.

¹⁵⁴ De acordo com EINCHENGREEN (2000, p. 200, 259), as políticas cambiais européias, norte-americana e japonesa após 1985 não foram pautadas pelo princípio da “intervenção cambial esterelizada”, estabelecido no Acordo do Plaza. Portanto, as intervenções governamentais sobre o câmbio, que provocavam variações do meio circulante interno, não eram “esterelizadas” (isto é, contra-balanceadas) por operações de compra e venda de títulos no mercado doméstico, gerando assim pressões inflacionárias.

Ainda que regras de conversibilidade e limites de flutuação cambiais tivessem sido acordados no Louvre, o resultado prático dessas medidas foi anulado pela crescente liberalização dos fluxos de capital financeiro, que abria, na prática, um vasto campo de especulação e a possibilidade de se testar os limites de flutuação cambial (GUTTMANN, 1994, p. 382).

Ao final da década de 1980, as propostas do Acordo do Plaza e do Acordo do Louvre provaram-se insustentáveis. O sistema de administração cambial administrada chegou ao fim e a desvalorização do dólar foi ainda mais acentuada. Algumas tentativas pontuais de reverter a fragilização do sistema monetário e financeiro internacional foram igualmente mal-sucedidas.

4.3.5 O SISTEMA MONETÁRIO E FINANCEIRO INTERNACIONAL NA DÉCADA DE 1990

Apesar das intervenções governamentais sobre o câmbio a partir do final dos anos 1980, o início da década de 1990 sinalizava uma aparente consolidação da livre flutuação cambial¹⁵⁵. A exceção ficava por conta dos países inseridos no Sistema Monetário Europeu, que experimentaram uma relativa estabilidade em comparação com os países que permaneciam unicamente no sistema monetário e financeiro internacional. A relativa estabilidade do Sistema Monetário Europeu na segunda metade da década de 1980 e a consolidação de um mercado único europeu acentuaram a necessidade e a viabilidade de uma união monetária europeia. A proposta de moeda única foi concretizada, em 1989, no Relatório Delors e oficializada, em 1992, no Tratado de Maastricht.

A unificação monetária europeia foi planejada em etapas e propunha a formação de uma União Monetária entre 1997 e 1999. Antes da unificação monetária, pretendia-se extinguir o controle de capitais e coordenar as políticas econômicas dos países europeus. A centralização monetária seria uma tarefa do Instituto Monetário Europeu, um predecessor do Banco Central Europeu responsável também pela coordenação das políticas econômicas dos países da Europa.

O processo de criação de uma moeda única europeia foi afetado pela instabilidade do sistema monetário e financeiro internacional. Apesar do esforço de coordenação europeu, a indefinição de regras internacionais de conversibilidade cambial dificultaram ainda mais as tentativas de coordenar as políticas econômicas dos países europeus. A resistência cultural à

¹⁵⁵ Em 1990, ao ser questionado sobre a política cambial norte-americana, o presidente George Bush declarou: “De vez em quando eu penso nisso, mas não muito” (EICHENGREEN, 2000, p. 201-202).

unificação monetária europeia e a queda dos regimes do leste europeu somaram-se às dificuldades enfrentadas pela Europa para concretizar as propostas do Tratado de Maastricht.

Em setembro de 1992, as especulações contra as moedas europeias alcançaram um pico. Em resposta, a Itália e a Grã-Bretanha abandonaram o Sistema Monetário Europeu. A Suécia e a Finlândia, que se preparavam para ingressar no sistema, retrocederam. A instabilidade cambial das moedas europeias persistiu até 1993, quando os países da Europa, liderados pela Alemanha, concordaram em afrouxar as regras de conversibilidade, aumentando as bandas de flutuação cambial para 15% (GUTTMANN, 1994, p. 408-418; EICHENGREEN, 2000, P. 224-228).

A aceleração do crescimento econômico norte-americano a partir de meados da década de 1990 agravou a instabilidade do sistema monetário e financeiro internacional. Em contraste com o relativo sucesso econômico experimentado pelos Estados Unidos, os principais países europeus, além do Japão, enfrentavam uma desaceleração econômica. A valorização excessiva do iene em relação ao dólar ameaçava, ainda, a sustentabilidade do padrão de financiamento externo da economia norte-americana: se o governo japonês recorresse à liquidação dos títulos da dívida pública norte-americana, os Estados Unidos viriam-se sem o apoio de seu principal financiador. Em 1995, uma nova intervenção no sistema monetário e financeiro internacional tentou reverter a valorização do iene e a desvalorização excessiva do dólar (BRENNER, 2000, p. 15).

A intervenção coordenada em 1995 foi a última iniciativa conjunta de intervenção sobre o câmbio na década de 1990. Intervenções unilaterais continuaram sendo eventualmente realizadas, muito embora, em 1997, o G7 já considerasse corrigido o desalinhamento entre o dólar e o iene.

Em 1996, a Itália e a Finlândia reingressaram no sistema Monetário Europeu e as propostas de unificação monetária europeia foram revigoradas. O Euro tornou-se, de fato, o eixo central do novo sistema monetário e financeiro europeu e a sua circulação, a partir de 1999 e 2002, marcou uma nova fase de desafios para a sustentação da centralidade internacional do dólar.

4.3.6 A GUERRA DO IRAQUE (2003-EM CURSO) E O SISTEMA MONETÁRIO E FINANCEIRO INTERNACIONAL

A análise das conseqüências da Guerra do Vietnã para a posição internacional do dólar são particularmente valiosas se as comparamos às conseqüências da atual Guerra do Iraque.

A intervenção militar norte-americana no Iraque a partir de 2003 acentuou uma tendência histórica recorrente desde o início dos anos 1970: o declínio da hegemonia norte-americana. O declínio da capacidade norte-americana de convencer outros países sobre a universalidade de seus interesses foi notadamente acentuado pela recusa francesa e alemã em apoiar uma ofensiva contra o Iraque.

Em analogia ao processo de esgotamento da economia norte-americana nas décadas de 1960 e 1970, os desdobramentos da Guerra do Iraque e o interesse norte-americano em perpetuar a ocupação do país reforçam ainda mais a perda de credibilidade internacional do dólar, já que, a cada dia, aumentam as suspeitas sobre a capacidade e o interesse dos Estados Unidos reverterem os problemas potencialmente desestabilizadores que assolam a economia norte-americana.

A principal manifestação contemporânea da fragilização internacional do dólar é a sua acentuada desvalorização em relação às principais moedas do mundo (o euro, o renminbi chinês, o iene e a libra), processo análogo ao ocorrido a partir da década de 1970. Os gráficos 1 e 2 (Anexo) demonstram a desvalorização do dólar em relação ao euro entre 1999 e 2007.

O processo em curso de fragilização do dólar sinaliza, de fato, o fortalecimento de tendências do sistema monetário e financeiro internacional persistentes desde a década de 1970: a indefinição de regras de conversibilidade cambial, o acirramento dos desequilíbrios entre as principais economias desenvolvidas, a fragilidade do sistema institucional que contribui com a sustentabilidade do dólar, e a utilização da coerção política e econômica como mecanismo para resguardar o papel desempenhado pelo dólar internacionalmente.

As tentativas atuais de reorganização do sistema monetário e financeiro internacional provam-se tão ineficientes quanto as da década de 1980 e 1990. Nesse contexto, persiste a sensação de que o poder hegemônico norte-americano enfrenta desafios que não podem ser solucionados meramente através da utilização da força. Recuperar a capacidade de convencer os outros países sobre a universalidade dos objetivos norte-americanos é um objetivo cada vez mais difícil de ser alcançado perante às tendências belicistas que dominam a política externa dos Estados Unidos.

Comparar as conseqüências da Guerra do Vietnã com as da Guerra do Iraque para a posição internacional do dólar é, portanto, fator relevante para vislumbrar os possíveis desdobramentos do processo de declínio da hegemonia norte-americana. Um processo que, tal como a história em geral, está em aberto.

CONCLUSÃO

Historicamente, os períodos de ascensão e de declínio das hegemônias foram caracterizados por transformações importantes na arquitetura internacional de poder. A superação e a consolidação de relações sociais foi uma tendência histórica marcante na transição da hegemonia holandesa para a britânica, bem como na transição dessa para a hegemonia norte-americana.

O fim da Segunda Guerra Mundial marcou a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos e de uma configuração internacional das relações sociais distinta daquela que, nos séculos XVIII e XIX, esteve centrada na Europa. A superação do “velho modelo político e econômico europeu” e a consolidação do modelo norte-americano, sustentado pela defesa dos valores do “american way of life” e pela suposta universalidade do “sonho norte-americano”, foram objetos de estudo da primeira parte da dissertação.

No primeiro capítulo, analisei a nova arquitetura mundial de poder, centrada na hegemonia norte-americana, consolidada após 1945. Assinalei os principais desafios internacionais enfrentados pelos Estados Unidos e confrontei as interpretações sobre a Guerra Fria de três abordagens historiográficas (a ortodoxia norte-americana, a ortodoxia soviética e o revisionismo norte-americano). Analisei os posicionamentos das duas abordagens ortodoxas e o modo como suas respectivas idéias influenciaram a política externa norte-americana e a soviética. Fundamentado pela perspectiva encerrada pela abordagem revisionista, identifiquei os principais problemas dos argumentos ortodoxos e construí um panorama dos diversos interesses norte-americanos em jogo durante a Guerra Fria, sobretudo no período entre 1945 e 1975.

O quadro dos grandes desafios confrontados por Washington logo após a Segunda Guerra Mundial foi igualmente caracterizado por um horizonte de grandes oportunidades. Empregar a superioridade econômica e política norte-americana em prol da edificação de uma configuração internacional das relações sociais favorável aos Estados Unidos dependia claramente da capacidade norte-americana de convencer diferentes países e grupos sociais acerca da comunhão de interesses supostamente em vigor e da legitimidade social da liderança exercida pelos Estados Unidos. Naquele contexto, reorganizar o sistema monetário e financeiro internacional e contribuir com a recuperação dos principais parceiros políticos e econômicos dos Estados Unidos na Europa eram, portanto, interesses prementes da Casa Branca.

O Acordo de Bretton Woods (1944), o Plano Marshall (1948-1951), a Doutrina de Contenção do Comunismo e a Doutrina Truman inscreveram-se precisamente nesse contexto de desafios e oportunidades como “centros gravitacionais” da política externa norte-americana no período que sucedeu imediatamente a Segunda Guerra Mundial. Boa parte das estratégias traçadas por Washington para a consecução de seus objetivos e para a defesa de seus interesses girava em torno dessas quatro iniciativas. Afinal, o papel que os Estados Unidos desejavam protagonizar na comunidade internacional dependia, claramente, das respostas norte-americanas que seriam dadas aos problemas políticos e econômicos que assolavam o mundo após 1945.

O sucesso das iniciativas políticas e econômicas norte-americanas asseguraram não apenas a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos, mas inauguraram um período de grande prosperidade nos países do bloco capitalista que, entre 1945 e 1975, contribuiu significativamente para o amplo apoio aos interesses “universais” defendidos por Washington. Esse período tornou-se conhecido como os “trinta gloriosos”, a “era de ouro” do capitalismo.

O consenso entre capital e trabalho, característico do Estado de Bem-Estar Social dos “trinta gloriosos”, e a nova arquitetura monetária e financeira internacional contribuíram com a rápida expansão do produto, da renda e da lucratividade dos Estados Unidos e de economias européias. As principais tendências que dificultavam a reprodução ampliada do capital foram eficientemente coibidas, embora não extinguidas, elevando ainda mais a credibilidade da Casa Branca à frente da liderança hegemônica. A “great affluent society” norte-americana desfrutava, então, de uma estabilidade supostamente inabalável e repousava sobre fundamentos aparentemente sólidos.

Na década de 1960, todavia, o acirramento das tensões entre a União Soviética e os Estados Unidos pesou na decisão da maior potência mundial de intervir militarmente num país do Sudeste Asiático que pouco interessava à sociedade norte-americana. A Guerra do Vietnã (1965-1975) marcou uma derrota militar sem precedentes na história dos Estados Unidos e deflagrou um processo de declínio da hegemonia norte-americana. Face à incapacidade dos Estados Unidos sustentarem incontestavelmente a universalidade dos interesses norte-americanos e perante os incontornáveis problemas econômicos acirrados pela Guerra do Vietnã, em 1971 o padrão dólar-ouro foi extinto e com ele os fundamentos do sistema monetário e financeiro internacional criado, em 1944, pelo Acordo de Bretton Woods.

O declínio da hegemonia norte-americana a partir da década de 1970 – caracterizado pela crescente dificuldade norte-americana de continuar defendendo, sem grandes contestações, a validade universal dos interesses perseguidos pelos Estados Unidos – afetou

sensivelmente a posição internacional do dólar. A moeda da nação hegemônica, que historicamente exerce internacionalmente as funções de meio de pagamento e de reserva de valor, experimentou, a partir de 1971, um processo de crescente fragilização. A suposta capacidade de auto-financiamento dos Estados Unidos tornou-se insustentável à medida que o padrão norte-americano de produção e consumo em massa criou problemas de grande peso para as economias européias, ainda mais agravados pelos vultosos gastos decorrentes da Guerra do Vietnã.

A fragilização da posição internacional do dólar deflagrou, então, um importante paradoxo. Como afirmar que a hegemonia dos Estados Unidos está em declínio desde a década de 1970 se, no mesmo período, a moeda norte-americana alcançou a mais avançada forma de moeda de crédito (sem lastro real) e, mesmo assim, manteve-se na posição de principal divisa internacional? De fato, conforme argumentado no capítulo 4, o declínio da hegemonia norte-americana e a fragilização do dólar a partir da década de 1970 não são teses incompatíveis com a sustentação da centralidade internacional do dólar no mesmo período.

Defendi que a manutenção da centralidade internacional do dólar após 1971 foi assegurada, sobretudo, pela inexistência de uma nação suficientemente forte para assumir a dianteira da hegemonia mundial e depor, definitivamente, a centralidade do dólar, bem como pelas singularidades da arquitetura mundial de poder vigente durante a Guerra Fria. No contexto das amplas rivalidades do mundo bipolar, era preferível, do ponto de vista europeu, continuar apoiando a liderança norte-americana do que apostar numa completa e extremamente arriscada oposição ao poder dos Estados Unidos.

Sustentei, portanto, que muito embora, desde 1971, o sistema financeiro e monetário internacional seja fundamentado pelo padrão-dólar – assentado na mais desenvolvida forma de moeda de crédito – a capacidade dos Estados Unidos convencerem, sem grandes contestações, os outros países sobre a universalidade de seus interesses está em declínio. Esse processo traduz-se, portanto, nos termos do conceito desenvolvido por Antonio Gramsci, num declínio da hegemonia norte-americana.

Defendi, dessa forma, a idéia de que, desde o início da década de 1970, a capacidade de convencimento dos Estados Unidos (fundamento da hegemonia) enfrenta um processo de declínio, acentuado pela crescente fragilização da centralidade internacional do dólar. Defendi, igualmente, o peso da capacidade norte-americana em continuar centralizando a gerência internacional do capital financeiro como uma das razões pelas quais o dólar, embora em franca fragilização, mantém a sua centralidade.

No terceiro capítulo, analisei a Guerra do Iraque, enfatizando o processo de ascensão de Saddam Hussein ao poder e a evolução das relações entre os Estados Unidos e o Iraque na segunda metade do século XX. Demonstrei como, ao final da década de 1980, o governo de Saddam Hussein deixou de ser considerado uma “força moderadora” no Oriente Médio e passou a ser visto como uma ameaça aos interesses norte-americanos. Considerei, do mesmo modo, a importância da direita norte-americana e do fundamentalismo muçulmano para as tensões características das relações entre os Estados Unidos e o Iraque na década de 2000.

Os interesses norte-americanos em jogo durante a Guerra do Iraque foram vislumbrados à luz da análise da política externa norte-americana desenvolvida nos dois primeiros capítulos. Identifiquei os reducionismos típicos de estudos contemporâneos que investigam as “reais” motivações da intervenção militar colocada em curso pelos Estados Unidos no Oriente Médio. Enfatizei, em contraposição, a multiplicidade de interesses em jogo e chamei a atenção para o papel estratégico desempenhado pelos recursos petrolíferos do Oriente Médio na definição da política externa norte-americana. Contemplei, com base nessa perspectiva, o paradoxo encerrado pela tentativa dos Estados Unidos de defender sua hegemonia com base na dominação, ressaltando os efeitos dessa tendência sobre o declínio hegemônico.

O último capítulo da dissertação foi integralmente dedicado à comparação das consequências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso), com destaque para a análise comparativa das consequências das duas guerras para a posição internacional do dólar. Considerei, dentro da perspectiva da História Comparada, não apenas as principais recorrências entre as duas guerras, mas também as suas diferenças marcantes. Identifiquei algumas semelhanças entre os dois períodos que, na verdade, expressam recorrências presentes em outros momentos da história da política externa norte-americana, com o propósito de destacar tendências e contra-tendências históricas importantes para a análise da política externa e para a compreensão dos interesses dos Estados Unidos.

O acirramento da fragilização internacional do dólar a partir de 2003 foi igualmente contemplado. Analisei os possíveis vínculos entre a instabilidade da posição internacional do dólar e o processo de declínio da hegemonia dos Estados Unidos, procurando ressaltar as semelhanças entre o atual processo de fragilização da moeda norte-americana e aquele deflagrado na década de 1970 (em função, também, das consequências da Guerra do Vietnã).

O estudo da política interna e externa norte-americana contemporânea oferece grandes desafios. Trata-se, por vezes, de analisar complexas configurações de relações sociais que são, por definição, complementares e antagônicas, e que se reproduzem historicamente de forma

não linear. Desvendar o processo de constituição, consolidação e de superação histórica dessas relações é, ainda, assim, um desafio instigante, sobretudo quando consideramos a centralidade da ação social nesse processo.

O papel dos estudos sobre a configuração internacional das relações sociais ocupou, ao longo do século XX, e ocupa ainda hoje, posição central na sociedade e na Academia norte-americanas. Senão uma demonstração clara dos interesses em jogo, a proliferação de “think tanks” norte-americanos – centros de pesquisa especializados em estudos sociais, políticos e estratégicos – desde a década de 1950 é ao menos um indicativo da centralidade do estudo das relações internacionais para os Estados Unidos. Dificilmente, desde a “era da Guerra Fria”, as relações políticas e sociais de qualquer país do mundo não são objeto de análise de algum centro de pesquisas norte-americano.

O modo como os Estados Unidos pensam e a maneira como se comportam afetam todo o mundo. Ainda assim, é patente a resistência de alguns grupos sociais em reconhecer a importância de analisar e compreender a história e os interesses dos Estados Unidos.

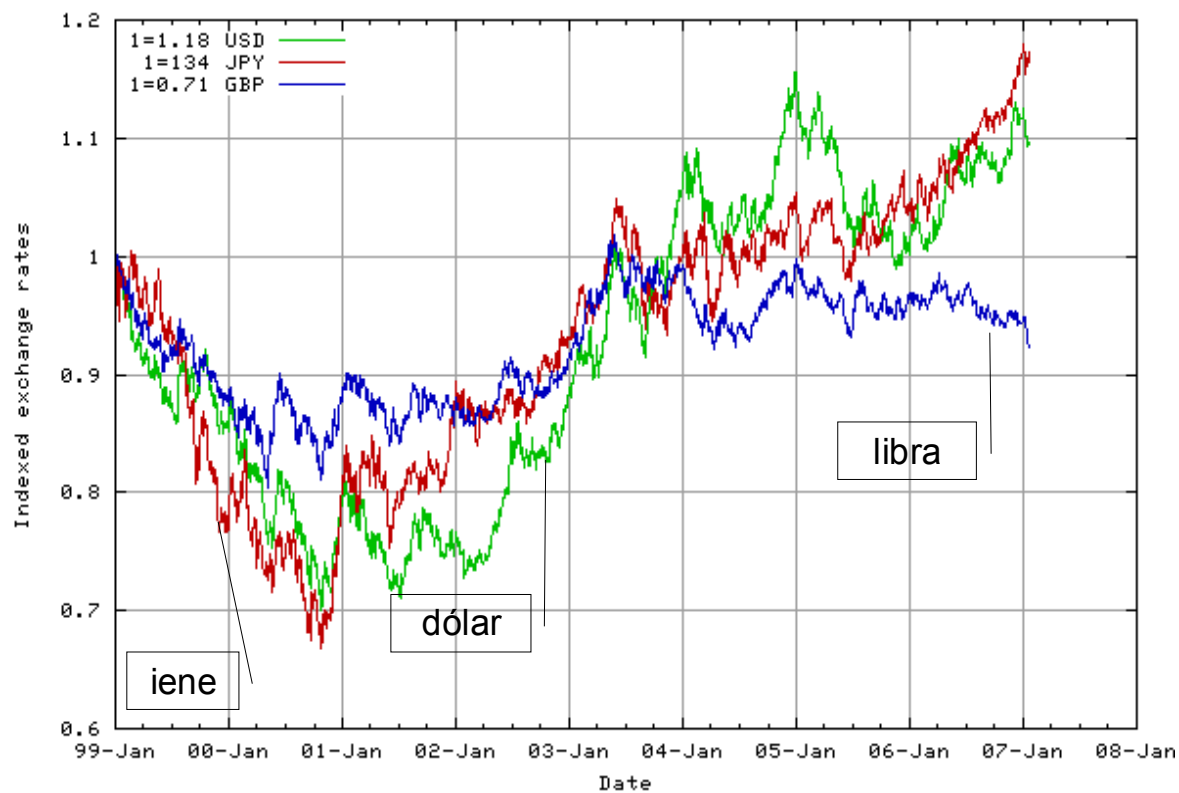
A proliferação de estudos sobre a sociedade norte-americana é, ainda assim, digna de nota, muito embora quantidade e qualidade nem sempre caminhem juntas. Compreender as origens das transformações em curso na configuração internacional das relações sociais é fator-chave para intervir sobre essas transformações e para inserir-se na disputa, ora em curso, pela redefinição da arquitetura internacional de poder.

Os desdobramentos da tendência histórica de declínio da hegemonia norte-americana, em relação à qual se contrapõem contra-tendências, são incertos. Os fundamentos para analisar prospectivamente as possíveis conseqüências desse processo de transição repousam sobre a história dos Estados Unidos, notadamente nos aspectos concernentes à política externa norte-americana contemporânea. Os desfechos desse processo são, todavia, tão incertos quanto os caminhos que serão trilhados pela nação hegemônica em declínio na tentativa de resguardar o seu poder.

Os desafios a serem confrontados por aqueles que ousarem intervir nesse processo estão, tal como a história, em aberto. O certo, nesse contexto de complexidades e incertezas, é que períodos de grandes transformações e desafios encerram também grandes oportunidades.

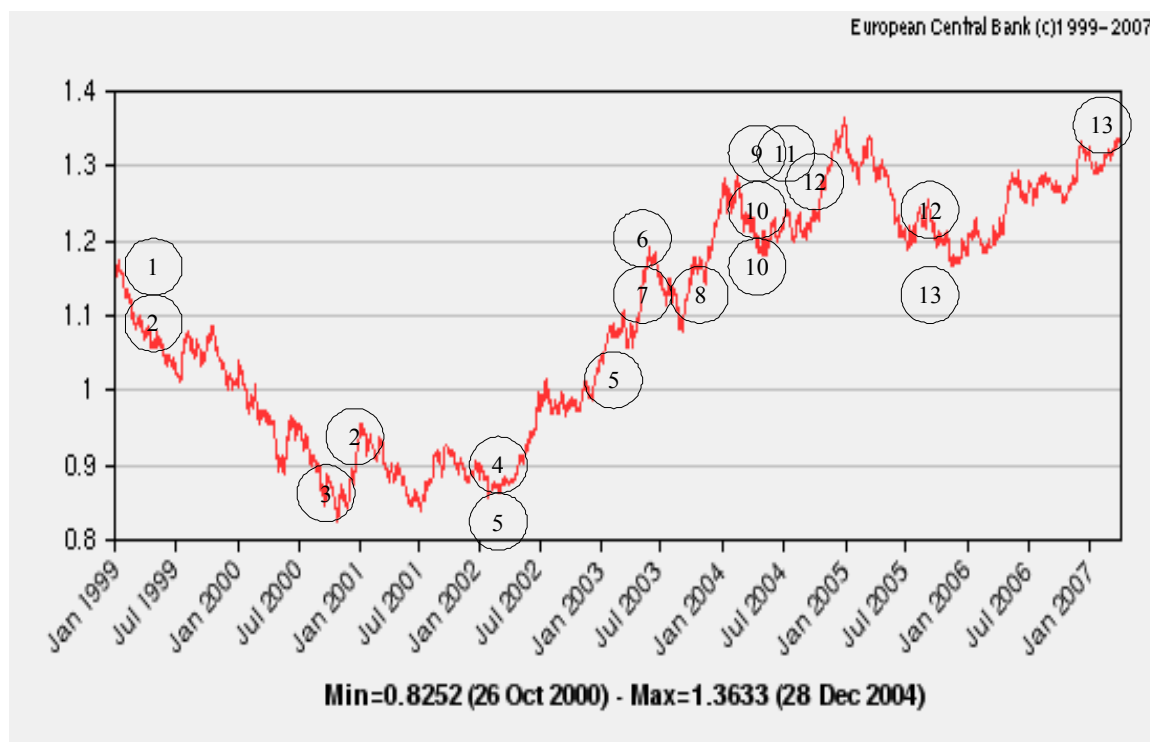
ANEXOS

Gráfico 1: Variação cambial do dólar, do iene e da libra em relação ao Euro* (1999-2007)



FONTE: European Central Bank. *Euro foreign exchange reference rates*. Acessado em 13/02/2007. Disponível em: <http://www.ecb.int/stats/exchange/eurofxref/html/index.en.html>
(*) Cotações do Euro expressas no eixo das ordenadas.

Gráfico 2: Cotação do Euro em dólares (1999-2007) – Pontos críticos



FONTE: European Central Bank. *Euro foreign exchange reference rates*. Acessado em 13/02/2007. Disponível em: <http://www.ecb.int/stats/exchange/eurofxref/html/index.en.html>

LEGENDA¹⁵⁶:

- (1) Janeiro 1999: lançamento do Euro como unidade de conta.
- (2) Janeiro 1999-janeiro 2001: período de valorização do dólar em relação ao Euro
- (3) Novembro 2000: reversão da trajetória de desvalorização do Euro em relação ao dólar
- (4) Abril 2002: representantes de países da OPEC declaram possibilidade de vender petróleo em Euros
- (5) Abril 2002-maio 2003: acentuada valorização do Euro em relação ao dólar
- (6) Junho 2003: EUA declaram que petróleo iraquiano continuará a ser negociado em dólares
- (7) Junho 2003-setembro 2003: desvalorização do Euro frente ao dólar
- (8) Outubro 2003-fevereiro 2004: políticos russos e países membros da OPEC declaram a possibilidade de cotar o petróleo com base numa cesta de moedas
- (9) 10 de fevereiro de 2004: encontro da OPEC. Não é tomada nenhuma decisão em relação à cotação do petróleo com base numa cesta de moedas
- (10) Fevereiro 2004-maio 2004: desvalorização do Euro frente ao dólar
- (11) Junho 2004: governo iraniano anuncia intenção de criar um mercado de negociação de petróleo no Oriente Médio, em contrapartida aos mercados de Nova York e Londres
- (12) Junho 2004: desvalorização do Euro frente ao dólar
- (13) Junho 2005-janeiro 2007: acentuada valorização do Euro em relação ao dólar

¹⁵⁶ Os treze pontos críticos são de autoria própria e não constam no gráfico original publicado pelo Banco Central Europeu.

REFERÊNCIAS

ACHENSON, Dean. *Power and Diplomacy*. New York: Harvard University Press, 1965.

ALPEROVITZ, Gar. *Atomic Diplomacy: Hiroshima and Potsdam. The Use of the Atomic Bomb and the American Confrontation with Soviet Power*. New York: Simon and Schuster, 1965.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly (org.) et alli. *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

ARRIGHI, Giovanni. *Hegemony Unraveling*. in *New Left Review*: março/abril, 2005.

AUGUSTO, André Guimarães. *Crise e Transição no Regime Monetário Internacional. As Contradições da Moeda Nacional de Crédito*. Rio de Janeiro: IEI, 2002, 279 páginas. (Tese de Doutorado)

BERGEN, Peter. *The Osama Bin Laden I know. An oral history of Al Qaeda's leader*. New York: Free Press, 2006.

BLACHÈRE, R. *Introduction au Coran*. Paris: 1947.

BORDO, Michael D. *The Bretton Woods International Monetary System: an Historical Overview*. Massachusetts: NBER, 1992 (National Bureau of Economic Research, working paper n° 4033).

BREMER, Lewis Paul; McConnell, Malcolm. *My Year In Iraq: The Struggle to Build a Future of Hope*. Canadá: Simon & Schuster, 2006, 1ª ed.

BRENNER, R. *The boom and the bubble*. In: *New Left Review*, n. 6, novembro/dezembro 2000.

BRIGHAM, Robert Kendall. *Guerrilla Diplomacy: the NLF's foreign relations and the Vietnam War*. Nova York: Cornell University Press, 1999.

BUSH, George W.; et al.. *The National Security Strategy of the United States of America*. Washington: Casa Branca, 2002. Acessado em: 05/08/2006. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.html>

CHOMSKY, Noam. *A Modest Proposal*. 2002. Artigo *on line*, acessado em: 10/11/2006. Disponível em: <http://www.chomsky.info/articles/20021203.htm>

CHOMSKY, Noam. *A tale of two quagmires*. *Znet Magazine*: 04/01/2006[b].

CHOMSKY, Noam. *Confronting the empire*. in *Adress to World Social Forum*: 02/02/2003. Acessado em: 08/05/2006. Disponível em: <http://www.chomsky.info/talks/20030201.htm>

CHOMSKY, Noam. *Failed States: the abuse of power and the assault on democracy*. New York: Owl Books, 2007.

- CHOMSKY, Noam. *For reasons of State*. New York: The New Press, 1973.
- CHOMSKY, Noam. *There is no war on terror*. ZNet Magazine, 16/01/2006[a].
- CHOMSKY, Noam. *What Uncle Sam really wants*. Arizona: Odonian Press, 1991.
- COUGHLIN, Con. *Saddam: His Rise and Fall*. Londres: Harper Perennial, 2005.
- D'AMATO, Alfonse M.; RIEGLE, Donald W. *U.S. Chemical and Biological Warfare-Related Dual Use Exports to Iraq and their Possible Impact on the Health Consequences of the Gulf War*. Washington: United States Senate, 1994.
- DAVIS, John. *The Evolution of American Grand Strategy and the War on Terrorism: Clinton and Bush Perspectives*. Washington: White House Studies, Vol. 3, 2003.
- DREYFUSS, Robert. *Devil's Game: How the United States Helped Unleash Fundamentalist Islam*. New York: Owl Books, 2006 (American Empire Project Series).
- DUIKER, William J. *Ho Chi Minh: A Life*. Nova York: Theia, 2000.
- DUIKER, William J. *The rise of Nationalism in Vietnam, 1900-1941*. Nova York: Cornell University Press, 1976.
- EICHENGREEN, B. *A Globalização do Capital. Uma história do Sistema Monetário Internacional*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- ESPOSITO, John. *The Oxford Dictionary of Islam*. Londres: Oxford University Press, 2003.
- FERGUSON, Niall. *Colossus: the price of America's Empire*. New York: Penguin, 2004.
- FONTAINE, André. *La Guerre Froide, 1917-1991*. Paris: La Martinière, 2006.
- GARDNER, Lloyd; LAFEBER, Walter; McCORMICK, Thomas; WILLIAMS, William Appleman. *America in Vietnam. A Documentary History*. Nova York: Norton, 1989.
- GIBB, Hamilton A. R. *Mohammedanism. An historical survey*. Nova York: The New American Library, Oxford Univ. Press, 1953, 2a. ed..
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v.1 (tradução e edição de Carlos Nelson Coutinho).
- GREIDER, William. *Who will tell the people: the betrayal of American Diplomacy*. New York: Simon & Schuster, 1993.
- GUTTMANN, Robert. *How Credit-Money Shapes the Economy. The United States in a Global System*. New York: M. E. Sharp, 1994.
- HARVEY, David. *The new imperialism*. Londres: Oxford University Press, 2004.

HELLEINER, E. *States and the Reemergence of Global Finance. From Bretton Woods to the 1990's*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.

HERMAN, Edward S. *On the Preeminence of State Terrorism, Past and Present*. Philadelphia: Wharton School of University of Pennsylvania, 2006. Acessado em: 13/01/2007. Disponível em: <http://musictravel.free.fr/political/political63.htm>

HERRING, George C. *America's Longest War: the United States and Vietnam, 1950-1975*. New York: McGraw-Hill, 2001, 4ª ed.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HYLAND, William G.. *Clinton's World: Remaking American Foreign Policy*. New York: Praeger Trade, 1999.

KEEGAN, John. *A Guerra do Iraque*. Rio da Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

KENNAN, George F. *Communism in Russian History*. in *Foreign Affairs*: winter 1990-1991.

KENNAN, George F. *Japanese Security and American Policy*. in *Foreign Affairs*: october, 1964.

KENNAN, George F. *The Sources of Soviet Conduct*. in *Foreign Affairs*: july, 1947.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Nova York: Touchstone, 1994.

KRISTOFF, Nicholas. *What we need in Iraq: an exit date*. New York: New York Times, 14/02/2006, p. A23.

LAFEBER, Walter. *America, Russia and the Cold War, 1945-1992*. New York: McGraw Hill, 1993, 7ª ed..

LAFEBER, Walter. *The American Age. United States Foreign Policy at Home and Abroad since 1750*. New York: Norton & Company, 1989, 1ª ed..

LEWIS, Bernard. *From Babel to Dragomans: Interpreting the Middle East*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LEWIS, Bernard. *Islam in History: ideas, people and events in the Middle East*. Illinois: Open Court Publishing Company, 1993.

LEWIS, Bernard. *The Political Language of Islam*. Chicago: University Of Chicago Press, 1991.

LIPPMANN, Walter. *The Cold War: a study in US foreign policy*. New York: Harper, 1947.

MARR, Phebe. *The modern history of Iraq*. Cambridge: Westview Press, 2003.

MCALISTER JR., John T. *Vietnam: a historical overview*. in MCMAHON, Robert (ed.). *Major Problems in the history of the Vietnam War. Documents and Essays*. Toronto: Heath, 1990, p. 37-48.

MCCORMICK, Thomas J. *America's Half-Century. United States Foreign Policy in the Cold War*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.

MCKINNON, R. I. *The Rules of the Game: International Money in the Historical Perspective*. In: *The Journal Of Economic Literature*. Vol. XXXI, n. 1, march 1993.

MCMAHON, Robert J. (ed.) *Major problems in the history of Vietnam War. Documents and essays*. Massachusetts: Heath, 1990.

MÉSZÁROS, István. *Produção destrutiva e Estado capitalista*. São Paulo: Ensaio, 1989.

MUELLER, John; MUELLER, Karl. *Sanctions of mass destruction*. in *Foreign Affairs*: may/june, 1999.

MUELLER, John. *The Iraq Syndrome*. in *Foreign Affairs*: november/december, 2005.

MUNHOZ, Sidnei J. *Verbete "Marshall, Plano"*. in *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier/ Campus, 2004[a], p.545-547.

MUNHOZ, Sidnei J.; ROLLO, José Henrique. *Détente*. in *Dicionário do Século XX: guerras e revoluções*. Rio de Janeiro: Campus, 2004[b].

MUNHOZ, Sidnei J. *Guerra Fria: um debate interpretativo*. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *O século sombrio: uma história geral do século XX*. Rio da Janeiro: Campus, 2004[c].

NISKANEN, William A. *Reaganomics: An Insider's Account of the Policies and the People*. Oxford: Oxford University Press, 1988.

NORTH, Don. *An American Reporter Witnessed the VC Assault on the U.S. Embassy During the Vietnam War*. *Vietnam Magazine*, fev. 2001.

OBERDORFER, Don. *Tet: The Turning Point in the Vietnam War*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1971.

PATERSON, Thomas G.. *Major Problems in American Foreign Policy. Volume II: since 1914. Documents and Essays*. Toronto: Heath, 1989.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O que é contracultura*. São Paulo: Brasiliense, 1992, 8ª ed..

PILLAR, Paul R. *Intelligence, Policy and the War in Iraq*. *Foreign Affairs*: março/abril de 2006.

POTTER, Lawrence; SICK, Garry. *Iran, Iraq, and the legacies of war*. Londres: MacMillan, 2004.

QUTB, Sayyid. *Milestones*. India: Islamic Book Service, 2006.

RUSHDIE, Salman. *The Satanic Verses*. New York: Viking Books, 1989.

SAMPSON, Anthony. *West's greed for oil supplies fuels Saddam fever*. in Observer: 11/08/2002.

SHAPLEY, Deborah. *Promise and Power: The Life and Times of Robert McNamara*. Boston: Little, Brown & Co., 1993.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *O Século Sombrio*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.

TRAN, Tin. *Vietnam revels in its future. 30 years after the war*. in Boston Globe. Boston: 01/05/2005.

TREVERTON, Gregory. *Covert Action and Open Society*. in Foreign Affairs, n° 65, 1987.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Guerra do Vietname*. Rio Grande do Sul: Ed. UFRGS, 1988.

VLOYANTES, John. *Spheres of Influence*. Arizona: Tucson, 1970.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O Declínio do Poder Americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WASHINGTON, James M. (ed.). *A Testament of Hope: The Essential Writings and Speeches of Martin Luther King, Jr.*. San Francisco: Harper, 1990.

WILLIAMS, William Appleman. *The Tragedy of American Diplomacy*. New York: Norton, 1988.

WINKLER, Heinrich A. *Histoire de l'Allemagne, XIXe - XXe siècle. Le long chemin vers l'Occident*. Paris: Fayard, 2000.

WOLFOWITZ, Paul; CHENEY, Dick. *Defense Strategy for the 1990's: The Regional Defense Strateg*. Washington: U.S. Defense Department, 1993.

FONTES

AMNESTY INTERNATIONAL. *Act now. Iraq: people come first*. Publicado em 2004. Acessado em: 20/02/2006. Disponível em: http://web.amnesty.org/pages/iraq_summary

BARADEI, Mohamed El. *Nuclear Safety Review for 2003*. Acessado em: 02/03/2006. Disponível em: <http://www.iaea.org/Publications/Reports/index.html>

BLIX, HANS. *Quarterly Report of UNMOVIC, 14/03/2003*. Nova York: ONU, 2003. Acessado em: 17/08/2006. Disponível em: <http://www.un.org/News/Press/docs/2003/sc7664.p2.doc.htm>

Bureau of Economic Analysis. *Government Current Receipts and Expenditures, 1945-2006*. Washington: U.S. Department of Commerce. Acessado em: 03/02/2007. Disponível em: www.bea.gov

BUSH, George W. *State of the Union Adress 2006*. in Department of Defense. Quadriennial Defense Review Report. Washington: 2006[b]. Acessado em: 08/02/2007. Disponível em: <http://www.comw.org/qdr/06qdr.html>

BUSH, George W. *State of the Union Adress 2006*. Washington: 31/01/2006[a]. Acessado em: 04/06/2006. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/stateoftheunion/2006/>

CACCF: Combat Area (Southeast Asia) Casualties Current File. Washington: Department of Defense, 1993 (Public Use Version, National Archives).

FRIEDMAN, Thomas. *A war for oil?* in The New York Times. New York: NYT, 05/01/2003.

GLASPIE, April. *Gulf War: US Embassy Baghdad to Washington (Saddam's message of friendship to George Bush)*. Washington: Department of State, julho de 1990 (telegrama).

GRAVEL, Mike (org.). *The Pentagon Papers. The Defense Department history of United States decisionmaking on Vietnam*. Boston: Beacon Press, 1971, 4 volumes.

HUTTON, James Brian Edward. *Hutton Inquiry: investigation into the circumstances surrounding the death of Dr. David Kelly*. Londres: 2004. Acessado em: julho de 2005. Disponível em: <http://www.the-hutton-inquiry.org.uk/>

MADDISON, Angus. *La Economía Mundial, 1820-1992. Análisis y Estadísticas*. Paris: OCDE, 1995.

MADDISON, Angus. *The World Economy: A Millenial Perspective*. Paris: OCDE, 2001.

National Security Council paper 68 (NSC-68). Foreign Relations of the United States. Washington: U.S. Department of State, 1950, volume I.

NIPA (National Income and Product Accounts). Washington: Bureau of Economic Analysis. U.S. Department of Commerce, 1945-2006. Acesso em: 03/01/2005. Disponível em: <http://www.bea.gov/national/index.htm>

NIXON, Richard. *Address to the nation on the situation in Southeast Asia, April 30, 1970*. in Public Papers of the Presidents of the United States: Richard Nixon. Washington: 1970.

ONU. *Charter of the United Nations*. San Francisco: 1945. Acessado em: 11/10/2005. Disponível em: <http://www.un.org/aboutun/charter/>

ONU. *Resolution 687*. New York: 1991. Acessado em: 11/10/2005. Disponível em: <http://www.un.org/Docs/scres/1991/scres91.htm>

U.S. Congress. *Report on the U.S. intelligence community's prewar intelligence assessments on Iraq*. Washington: U.S. Congress, 2006. Acessado em: 24/12/2006. Disponível em: <http://www.msnbc.msn.com/id/5403731>

U.S. Department of State. *"Future of Iraq" Project*. Washington: 2006, 13 volumes. Acessado em: 20/10/2006. Disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB198/index.htm>

U.K. Government. *Iraq's Weapons of Mass Destruction - The assessment of the British Government*. Londres: 2002. Acessado em: 01/09/2006. Disponível em: <http://www.number-10.gov.uk/output/Page271.asp>

WRIGHT, Evan. *The killer Elite. The true story of bullets, bombs and a Marine platoon at war in Iraq*. Rolling Stone, 13 de junho de 2003. Acessado em: 07/07/2006. Disponível em: http://www.rollingstone.com/news/story/5938873/the_killer_elite/

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)